



SERVIÇO SOCIAL

QUESTÃO SOCIAL, TERRITÓRIO E POLÍTICA SOCIAL

Maria Lúcia Duriguetto
Marilda Villela Yamamoto
(Organizadoras)

SERVIÇO SOCIAL

QUESTÃO SOCIAL, TERRITÓRIO E POLÍTICA SOCIAL

Maria Lúcia Duriguetto
Marilda Villela Yamamoto
(Organizadoras)



Juiz de Fora

2021

© Editora UFJF, 2021

Este livro ou parte dele não pode ser reproduzido por qualquer meio sem autorização expressa da editora. O conteúdo desta obra, além de autorizações relacionadas à permissão de uso de imagens ou textos de outro(s) autor(es), são de inteira responsabilidade do(s) autor(es) e/ou organizador(es).



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

REITOR

MARCUS VINICIUS DAVID

VICE-REITORA

GIRLENE ALVES DA SILVA



DIRETOR DA EDITORA UFJF
RICARDO BEZERRA CAVALCANTE

CONSELHO EDITORIAL

RICARDO BEZERRA CAVALCANTE (PRESIDENTE)
ANDRÉ NETTO BASTOS
CHARLENE MARTINS MIOTTI
CLAUDIA HELENA CERQUEIRA MARMORA
CRISTINA DIAS DA SILVA
ILUSKA MARIA DA SILVA COUTINHO
JAIR ADRIANO KOPKE DE AGUIAR
MARCO AURELIO KISTEMANN JUNIOR
RAPHAEL FORTES MARCOMINI

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM

SERVIÇO SOCIAL

REVISÃO E DIAGRAMAÇÃO

MALORGIO STUDIO DESIGN & COMMUNICATION

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFJF

Serviço social : questão social, território e política social / Maria Lúcia Duriguetto, Marilda Villela Iamamoto (organizadoras.) – Juiz de Fora, MG : Editora UFJF, 2021.
Dados eletrônicos (1 arquivo: 2,8 mb)

ISBN 978-65-89512-36-3

1. Serviço social. 2. Questão social. 3. Política social. I. Duriguetto, Maria Lúcia. II. Iamamoto, Marilda Villela. III. Título.

CDU 364.442.2

Este livro obedece às normas do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, promulgado pelo Decreto n. 6.583 de 29 de setembro de 2008.



EDITORA UFJF

RUA BENJAMIN CONSTANT, 790
CENTRO - JUIZ DE FORA - MG - CEP 36015-400
FONE/FAX: (32) 3229-7646 / (32) 3229-7645
editora@ufjf.edu.br / distribuicao.editora@ufjf.edu.br
www.ufjf.br/editora

Filiada à ABEU



SUMÁRIO

PREFÁCIO	6
Maria Aparecida Tardin Cassab, Maria Rosangela Batistoni	
APRESENTAÇÃO	8
Maria Lúcia Duriguetto, Marilda Villela Iamamoto	
PARTE I	
SERVIÇO SOCIAL: TRADIÇÃO MARXISTA E TEORIAS SOCIAIS	17
O SERVIÇO SOCIAL E A TRADIÇÃO MARXISTA	18
José Paulo Netto	
MARX CONTRA O ESTADO: ANTIESTATISMO E CRÍTICA DA INDIVIDUAÇÃO BURGUESA NA OBRA MARXIANA	29
Alexandre Aranha Arbia	
MARX E O PROBLEMA DAS POLÍTICAS SOCIAIS NA SOCIABILIDADE DO CAPITAL: OS ESTREITOS LIMITES DO ESTADO E DA POLÍTICA	44
Mariana Deister Dias Barbosa, Ronaldo Vielmi Fortes	
NEODESENVOLVIMENTISMO OU PADRÃO LIBERAL PERIFÉRICO: INTERPRETAÇÃO DOS GOVERNOS BRASILEIROS À LUZ DO ORÇAMENTO FEDERAL E DE INDICADORES SOCIAIS E ECONÔMICOS DE 2003 A 2016	58
Nelson Machado Pinho Junior, Rodrigo de Souza Filho	
JUSTIÇA RESTAURATIVA E CRIMINOLOGIA CRÍTICA: DEBATE SOBRE AS NOVAS FORMAS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITO	79
Bárbara Nóbrega Simão, Alexandra A. Leite T. Seabra Eiras	
PARTE II	
SERVIÇO SOCIAL: TERRITÓRIO, POLÍTICAS PÚBLICAS E SUJEITOS SOCIAIS	92
GENOCÍDIO ANUNCIADO: PERIFERIA URBANA, RACISMO E PANDEMIA	93
Elizete Menegat, Ana Claudia de Jesus Barreto	
DETERMINAÇÃO SOCIAL DA SAÚDE E PANDEMIA DE CORONAVÍRUS NO BRASIL	111
Marina Monteiro de Castro e Castro, Débora Cristina Lopes Santos, Laura Marcelino Leal, Isa de Miranda Ribeiro Maia	

SUMÁRIO

PRECARIEDADE DA VIDA E DESIGUALDADES SOCIORACIAIS BRASILEIRAS EM TEMPOS DE DESDEMOCRACIA NEOLIBERAL _____	124	
Marco José de Oliveira Duarte, Dandara Felícia Silva Oliveira, Késia Mayra Rodrigues Ignácio		
A TRAJETÓRIA DA POLÍTICA DE COTAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA _____	139	
Cristina Simões Bezerra, Júlia Aparecida do Nascimento		
A CSP – CONLUTAS: ESPONTANEÍSMO E POLITICISMO DA VELHA ORDEM SINDICAL? _____	154	
Ednéia Alves de Oliveira, Gustavo G. dos Reis Apóstolos		
CONSCIÊNCIA DE CLASSE E PROCESSOS DE RESISTÊNCIA - APONTAMENTOS NA LUTA DA OCUPAÇÃO DANDARA-MG _____	168	
Ana Lúvia de Souza Coimbra, Susana Maria Maia		
PARTE III		
SERVIÇO SOCIAL: QUESTÃO SOCIAL, ORIENTAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS E TRABALHO PROFISSIONAL _____		181
A QUESTÃO SOCIAL NO CAPITALISMO _____	182	
Marilda Villela lamamoto		
SERVIÇO SOCIAL E CONSERVADORISMO CONTEMPORÂNEO _____	205	
Thaíse Seixas Peixoto de Carvalho, Carina Berta Moljo, Daniela Leonel de Paula Mendes		
O TRABALHO DOS(AS) ASSISTENTES SOCIAIS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: ELEMENTOS PARA A RELAÇÃO ENTRE PROCESSO DE TRABALHO E SAÚDE _____	220	
Franciele Gonçalves Moreira, Maria Lúcia Duriguetto		
ESTRATÉGIAS E TÁTICAS NO TRABALHO SOCIOEDUCATIVO DESENVOLVIDO PELOS ASSISTENTES SOCIAIS _____	234	
Camila Reis Pedro de Souza, Isadora das Graças Freitas, Luciana Gonçalves Pereira de Paula		
SOBRE OS (AS) AUTORES (AS) _____	248	

PREFÁCIO

Dezembro de 2004, após intensos debates internos, a Faculdade decide apresentar uma proposta a CAPES para um programa de pós-graduação *stricto sensu*. A comissão, montada para sua elaboração, reconhecia a extensão do desafio que tinha a enfrentar.

As condições objetivas para sua realização estão descritas no projeto. A Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) tinha, à época, 11.933 alunos em 29 cursos de graduação e 9 programas de *stricto sensu*, 08 de mestrado e um doutorado e 46 cursos de especialização. A Faculdade precisou fazer um grande esforço de articulação com outros cursos para também garantir o número mínimo exigido então de doutores, pois tinha seis doutores e sete, em doutoramento.

Apresentou-se a proposta, mesmo imaginando o pior resultado. Quando da aprovação do programa, em 2005, fomos o décimo de toda universidade! A representante de área informou a aprovação, salientando que ele foi vitorioso pois, apesar da fragilidade de nossa condição, naquele momento duas coisas chamaram a atenção: a aposta de qualificação que a faculdade fazia e a força da proposta apresentada.

Após 15 anos, a aposta feita foi cumprida com largueza e grandeza. Esse livro que marca a data é uma das provas vivas de sua realização. Afirmamos que ela foi cumprida com largueza, com base em sua trajetória de amadurecimento e presença no debate interno e em suas relações com docentes pesquisadores de outras universidades e de outros países, que se consubstanciou na implantação do doutorado.

E, com grandeza, pois se incorporou ao debate do Serviço Social e de outras áreas de conhecimento, que introduzia em seu radar de preocupação, o estatuto teórico e histórico da questão social, a experiência dos trabalhadores e das lutas sociais, que até então haviam sido laterais no debate teórico. Além da ênfase nos estudos da formação sócio-histórica e do pensamento social brasileiro, contribuindo no adensamento da pesquisa.

Esse pequeno texto não tem o propósito de apresentar esse consistente volume que contém alguns exemplares da produção docente e discente do programa, nem mesmo de recuperar sua trajetória histórica. Ambos tão bem delineados na apresentação que se segue.

Ele é apenas um brevíssimo manifesto afetivopolítico, pois permeado por uma memória repleta de alegrias, que celebra a inventividade, o entusiasmo e a persistência dos que lutaram e ainda lutam pela universidade pública em tempos de tanta adversidade.

É um brevíssimo manifesto e uma advertência aos que trabalham todos os dias contra esse grande patrimônio que é a universidade pública, seja por inépcia ou ideologia, que não vai ser fácil a tarefa deles. Que a paixão pelo conhecimento, a luta pela democracia, a responsabilidade frente

as lutas dos trabalhadores serão sempre forças de afirmação muito vivas que guiarão nossas ações. E esse programa é expressão da vitória da afirmação sobre a destruição.

Viva o programa de pós-graduação da Faculdade de Serviço Social da UFJF, seus docentes e ex-docentes, discentes e ex-discentes e os técnicos que nele trabalharam e trabalham. Que venham mais 15 e outros escrevam novos manifestos!

Maria Aparecida Tardin Cassab

Maria Rosangela Batistoni

Novembro de 2020

APRESENTAÇÃO

Esta publicação integra as comemorações dos 15 anos do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGSS-UFJF). Nesta efeméride, registramos nossas especiais saudações às autoridades universitárias, aos docentes (e ex-docentes), discentes (e egressos), funcionários da Faculdade de Serviço Social e a todos aqueles que vêm apoiando e viabilizando esse Programa, em particular ao seu colegiado de coordenação acadêmico-institucional.

Esse é o único Programa de Pós-Graduação em Serviço Social em Minas Gerais, no universo das instituições de ensino superior públicas e privadas. Entretanto, extrapola fronteiras do estado ao acolher estudantes e pesquisadores de distintas regiões do país e de diferentes países do continente latino-americano e da Europa Ibérica, com os quais mantém convênios e projetos de intercâmbio, que impulsionam a sua internacionalização.

A melhor forma de comemorar os 15 anos de vida dessa pós-graduação é reunir e trazer a público a produção de seus docentes efetivos, discentes e professores visitantes. Tal esforço coletivo expressa a resistência acadêmica da Universidade em meio aos impactos mundiais da pandemia do coronavírus, que destrói milhares de vidas e escancara as dimensões deletérias para a humanidade e para a natureza da forma capitalista das relações sociais, sob a égide das finanças.

Em tempos em que vicejam a reação conservadora, o obscurantismo, a negação de avanços da ciência, esse Programa de Pós-graduação honra a Universidade Pública na integralidade de suas funções de ensino, pesquisa e extensão. A produção acadêmica que se apresenta contribui para afirmar a Universidade como centro de produção da ciência, da tecnologia, da cultura e das artes. Esse programa volta-se à formação de pesquisadores e profissionais dotados de elevada competência crítica - para além das necessidades do mercado e do capital - capazes de integrar *razão crítica e história*. Afirmam-se compromissos com a coletividade ao incorporar grandes dilemas nacionais e regionais como matéria da vida acadêmica, em sintonia com o tempo presente e com as necessidades da maioria dos brasileiros e brasileiras.

Nessa crise do capital, em suas dimensões econômica, política e de valores civilizatórios, a reprodução ampliada da acumulação, das desigualdades e da pobreza no território brasileiro - com nítidas particularidades regionais - acirram suas contradições e comprometem os avanços da democracia, dos direitos humanos e sociais e de projetos emancipatórias das classes subalternas. Nesse Programa de Pós-Graduação, também ecoam vozes de distintos segmentos sociais que sofrem e resistem coletivamente às desigualdades e opressões sociais - condensadas nas múltiplas expressões da “questão social”. Sujeitos sociais organizados em associações e movimentos sociais expressam suas pautas reivindicatórias e resistem aos desmontes de direitos, em suas determinações de classe, raça e etnias, gênero e expressões da sexualidade, de geração e territórios, que aqui também marcam

presença. As múltiplas manifestações da “questão social” são alvo de iniciativas políticas na órbita do Estado pela via das políticas públicas, e de organizações da sociedade civil, cujo conhecimento e gestão desafiam a produção científica, a formação acadêmica e o trabalho do assistente social.

Seguindo orientação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), o Programa aprovou uma política de cotas em junho de 2019, sendo implantada nos processos seletivos de ingresso aos seus cursos de mestrado e de doutorado no ano de 2020. Ao todo, 50% das vagas dos cursos são reservadas aos cotistas, que são contemplados com os seguintes percentuais: 29% das vagas são destinadas aos estudantes pretos, pardos e indígenas; 14% às pessoas travestis; transexuais e transgêneros (pessoas que não se identificam integral ou parcialmente com o gênero designado ao nascimento); e 7% às pessoas com deficiência. Os outros 50% são para ampla concorrência. Na UFJF, o PPGSS foi o pioneiro na implantação de uma política de cotas para estudantes travestis, transexuais e transgêneros. A adoção da reserva de vagas representa o reconhecimento da histórica e estrutural desigualdade de acesso dos grupos contemplados pela iniciativa a políticas públicas, em particular, à educação superior.

O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UFJF

O PPGSS propõe-se a formar docentes e pesquisadores para atuarem na qualificação do ensino superior e demais organismos de pesquisa; a formar profissionais de Serviço Social e pesquisadores para a realização de estudos e análises sobre as particularidades da “questão social” nas realidades locais, regionais, estaduais e nacionais; a fortalecer estudos e pesquisas inovadoras sobre temas candentes na realidade brasileira, com destaque ao estado de Minas Gerais. Rompendo fronteiras territoriais e respondendo aos desafios à internacionalização da pós-graduação, tais estudos se expandem para países da América Latina, da Europa Central e Ibérica, Canadá e Estados Unidos, que hoje compõem o universo das investigações, dos convênios e redes internacionais de pesquisa. Outros propósitos relevantes são contribuir na expansão do Serviço Social como área de conhecimento e profissão, com destaque aos seus fundamentos históricos, teóricos e metodológicos, abrindo-se a interlocução interdisciplinar; contribuir à análise de políticas públicas no tocante ao seu financiamento, formulação e operacionalização; e a análise e efetivação do trabalho do assistente social nos diversos espaços sócio-ocupacionais e nos processos de organização e mobilização popular.

Sediado na sexagenária Faculdade de Serviço Social, fundada em 16 de maio de 1958, anterior à existência da Universidade Federal de Juiz de Fora, o curso de mestrado foi criado em 2004, com início em 2005. Em 2018, inaugura-se o curso de doutorado, atualmente selecionando a sua terceira turma. Sua área de concentração, “Questão social, território, política social e Serviço Social”, desdobra-se em duas linhas de pesquisa: “Política social e gestão pública” e “Serviço Social e sujeitos sociais”. O substrato teórico-metodológico norteador da produção acadêmica, do ensino e das técnicas de inserção social do Programa nas expressões da “questão social” em níveis local, regional e nacional, tem

sido presidido pela defesa do ensino público e socialmente relevante na produção do conhecimento, direcionado para a erradicação das desigualdades sociais de classe, gênero, raça e etnia, e pela defesa de processos de formulação e operacionalização de políticas públicas com financiamento público estatal de qualidade e universais. Dentre as expressões da “questão social”, objeto de maior atenção nesse Programa, destacam-se: a questão urbana, agrária e ambiental e suas expressões no território; as políticas de saúde, assistência social, habitação; as questões de gênero da sexualidade e étnico-raciais; os sistemas de cotas; as tradições culturais; os dilemas da infância e juventude; os sujeitos portadores de deficiência; e os movimentos e as lutas sociais. Aliam-se estudos voltados ao Serviço Social: seus fundamentos históricos, teóricos e metodológicos; a cultura profissional; o acervo técnico-operativo; a relação da profissão com as lutas e conflitos sociais; as transformações no mercado de trabalho e nos espaços sócio-ocupacionais, que impactam atribuições e competências do assistente social. Em torno desses eixos temáticos, foram produzidas, até a presente data, 177 dissertações de mestrado, não havendo ainda defesas de teses de doutorado.

A revista *Libertas*, periódico científico semestral da Faculdade de Serviço Social, foi criada, em sua versão impressa, em 2001 e teve publicação regular até 2014. A versão *online* foi impulsionada em 2006, com vigência até a presente data. Ela é classificada no *Qualis CAPES* como B1, alocada no portal de periódicos da UFJF - <https://periodicos.ufjf.br/>.

O quadro docente permanente e de colaborador, de formação interdisciplinar, conta atualmente com 12 e três docentes, respectivamente, nas áreas de Serviço Social, Educação, Arquitetura, Filosofia e Psicologia. Destes, oito têm pós-doutorado, dos quais cinco foram realizados no exterior (Itália, Espanha, Estados Unidos, Portugal, México e Argentina), impulsionando o intercâmbio acadêmico internacional. O PPGSS tem contado com a presença de Professores Visitantes, sendo o primeiro o Professor José Paulo Netto e a segunda, em permanência, a Professora Marilda Villela Iamamoto.

Os docentes do Programa encontram-se nucleados em *grupos de pesquisa*, cadastrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ): 1) Grupo “Estudos, pesquisa em fundamentos do Serviço Social”; 2) Grupo “Serviço Social, movimentos sociais e políticas públicas”; 3) Grupo “Questão social, território e Serviço Social”; 4) Trabalho, mercado de trabalho e Serviço Social; 5) Grupos de Estudos e pesquisa em “Sexualidade, gênero, diversidades e saúde: Políticas e Direitos”. Enquanto instâncias de formação, compartilham suas atividades mestrados e doutorandos, além da orientação de bolsistas de iniciação científica.

A Faculdade e seu PPG também vêm realizando seu *Seminário Internacional*, de forma bianual, desde 2009. O debate ocorrido na sua primeira edição centrou-se nas *transformações contemporâneas do capitalismo e seus impactos na produção teórica e na ação profissional do Serviço Social*. Em 2011, o 2º *Seminário abordou as lutas sociais e o Serviço Social: projetos societários e projeto profissional*. A partir dessa edição, a questão das lutas, movimentos e organizações da classe trabalhadora passou a ser o centro temático definido pela FSS e pelo PPG para ser tratado em todas as edições futuras do Seminário Internacional. Essa definição pautou-se na necessidade e urgência de darmos luz às

particularidades dos processos históricos - na realidade nacional e em outras formações econômico-sociais - que sintonizaram e sintonizam o Serviço Social com a história viva e transformadora das forças das classes subalternas, as quais movem o instituído e disputam o futuro. Forças que atuam e escrevem a história a contrapelo, como nos ensina Walter Benjamin.

No 3º e 4º *Seminários*, realizados em 2013 e 2015, os temas tratados foram, respectivamente, “Hegemonia, Lutas Sociais e Serviço Social e Crise do Capital, Periferia Urbana, Lutas Sociais e Serviço Social”. O 5º Seminário, ocorrido em 2017, abordou o tema “Ofensiva do Capital, exploração/opressão de classe/gênero/ raça/etnia, lutas sociais e Serviço Social”. Nessa edição, foi inserida a apresentação de comunicações orais, iniciativa que passou a ter continuidade também na edição de 2019. Todas as edições do Seminário tiveram seus temas tratados e debates desenvolvidos por pesquisadores(a)s, profissionais e estudantes das diferentes áreas das Ciências Sociais e do Serviço Social, lideranças e militantes de movimentos sociais da realidade nacional e latino-americana.

Em 2019, a realização do 6º Seminário se somou às comemorações do Serviço Social brasileiro dos 40 anos do “Congresso da Virada”, trazendo como temática “As Lutas Sociais e a perspectiva histórico-crítica no Serviço Social: Memória e Debate Contemporâneo (América Latina, América do Norte e Europa)”. Esses temas vêm sendo investigados na pesquisa “O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina: determinantes históricos, interlocuções internacionais e memória (1960-1980)”, coordenado pelas professoras Marilda Villela Iamamoto e Cláudia Mônica dos Santos. A realização do 6º Seminário compôs as atividades do IV Simpósio internacional desta pesquisa, em que se teve a socialização das investigações realizadas pelo(a)s pesquisadore(a)s nacionais e internacionais dela integrantes e convidado(a)s. O Seminário e o Simpósio objetivaram resgatar os processos histórico-políticos e profissionais do continente latino-americano, europeu e dos Estados Unidos, que promoveram o debate e, em alguns países, a derrocada do conservadorismo profissional nos fundamentos teórico-metodológicos, na formação, no exercício, na produção de conhecimento e na organização política do Serviço Social.

A COLETÂNEA

A presente coletânea congrega artigos inéditos e/ou revistos para esta edição, de docentes permanentes e visitante, e a produção conjunta de docentes e discentes. Eles trazem a público uma amostra da produção que vem desenvolvida neste PPGSS em estreita conexão com as linhas de pesquisa anunciadas e com os objetivos deste curso de pós-graduação *stricto sensu*.

A convite do colegiado do PPG, o Professor Visitante Dr. José Paulo Netto, Professor Emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), participa desta coletânea como nosso homenageado. O professor juiz-forano graduou-se em 1969 na Faculdade de Serviço Social, então agregada a UFJF. O Dr. José Paulo Netto vem acompanhando de perto a trajetória deste PPG nos níveis de ensino e pesquisa e exerceu ativa participação no processo de formulação da proposta de doutorado apresentada aos órgãos

educacionais competentes, tendo sido um de seus primeiros docentes. Sua presença nesta coletânea enaltece este PPGSS e contribui para nele reforçar a orientação teórico-metodológica privilegiada na leitura histórico-crítica da sociedade e do Serviço Social. Uma das formas que a Faculdade de Serviço Social e do seu PPG escolheram para homenageá-lo foi de dar às instalações do PPG o seu nome.

A Prof. Marilda Villela Iamamoto, co-organizadora desta coletânea, expressa sua especial saudação aos companheiros da UFJF pelos 15 anos deste programa de Pós-Graduação. Nascida nesta cidade, aqui graduou-se no alvorecer da década de 1970 e aqui tem o prazer de realizar o encerramento de sua carreira docente regular, na condição de Professora Visitante da Faculdade de Serviço Social, atuando no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. É um privilégio participar da história desta Universidade há mais de cinco últimas décadas e, nesse ano de 2020, saudar os seus 60 anos de existência.

A presente coletânea encontra-se organizada em três partes que, reunidas, condensam os fundamentos do Serviço Social - enquanto área de conhecimento e especialização do trabalho - necessários para apreendê-lo como “concreto pensado”, em suas múltiplas relações e determinações. Por isso, cada parte tem o Serviço Social em sua abertura. A primeira parte aborda num plano de maior abstração, *as relações entre Serviço Social e as teorias sociais, com privilégio da tradição marxista*, explicitadas no texto inaugural do Professor José Paulo Netto. A segunda parte, *Serviço Social: Território, Políticas Públicas e Sujeitos Sociais*, apresenta algumas determinações históricas necessárias para adensar a análise do Serviço Social na sociedade brasileira contemporânea e dos sujeitos sociais no seu âmbito. O destaque incide nas expressões da “questão social” vivenciadas pelos sujeitos, suas determinações territoriais e as respostas do Estado no marco das políticas sociais, espaço sócio-ocupacional privilegiado dos(as) assistentes sociais. A terceira parte, volta-se diretamente ao *Serviço Social- sua constituição histórica na sociedade capitalista, distintas orientações teórico-metodológicas incorporadas na explicação do trabalho profissional* - na busca de apreendê-lo em suas múltiplas determinações teórico-sistemáticas e históricas que nele se condensam. Tal compreensão dos fundamentos do Serviço Social articula teoria, método e história na busca de romper com os muros que os aprisionam em seu universo imediato e pretensamente específico. Esse foi o propósito das diretrizes curriculares norteadoras da formação acadêmico-profissional, condensadas em três núcleos temáticos atinentes à vida social, às particularidades históricas da sociedade e dos Estado no país e aos fundamentos do trabalho profissional, segundo proposta da ABEPSS. Reduzir os fundamentos do Serviço Social ao seu próprio universo imediato pode redundar numa abordagem regressiva e endógena em que teoria e história são expulsas para o circuito externo de uma pretensa “contextualização” do objeto de estudo, em detrimento da explicação dos fundamentos do trabalho dos(as) assistentes sociais na história, no marco das relações e contradições sociais que constituem as classes sociais e os sujeitos criativos vivos que lhes dão vida e, nessas, as classes subalternas como sujeitos que portam as possibilidades da construção de uma vida cheia de sentido.

CONTEÚDO

PARTE I

SERVIÇO SOCIAL: TRADIÇÃO MARXISTA E TEORIAS SOCIAIS

José Paulo Netto faz a abertura desta coletânea com o texto “O Serviço Social e a tradição marxista”, aqui (re)publicado com nota do autor. Datado de 1989, esse fecundo ensaio teve sua difusão pioneira pela *Revista Serviço Social e Sociedade*, nº 30. A formação e expansão da sociedade burguesa com sua incontornável reprodução ampliada da “questão social” é o solo histórico que circunscreve as relações de antagonismo genético entre o pensamento de Marx e o Serviço Social. Expõe a “aproximação enviesada” à tradição marxista incorporada por segmentos do Serviço Social e, simultaneamente, delinea patamares possíveis de uma nova interlocução entre o Serviço Social e a tradição marxista, fértil prospecção acolhida nos desdobramentos históricos do Serviço Social brasileiro.

A tematização da questão do estado em Marx é desenvolvida nos artigos “Marx contra o estado: antiestatismo e crítica da individuação burguesa na obra marxiana”, de Alexandre Aranha Arbia, e em “Marx e o problema das políticas sociais na sociabilidade do capital: os estreitos limites do estado e da política”, de Mariana Deister Dias Barbosa e Ronaldo Vielmi Fortes. No primeiro artigo, o autor trata de evidenciar, nos construtos teóricos e políticos de Marx dos anos de 1840 ao *O Capital*, as determinações críticas das formas política, jurídica e administrativa do estado. Desvela essas determinações, em particular, pela apreensão marxiana do processo de individuação na ordem burguesa e ao seu fundamento classista. Neste segundo artigo, o desenvolvimento analítico da questão do estado e da política se atém em formulações de Marx sobre a função das políticas sociais para dirimir os conflitos sociais. O fio condutor da análise dos autores é evidenciar as condicionantes dos conflitos sociais, os limites dos mecanismos e das políticas de regulação social estatal e as possibilidades de superação dos fundamentos da sociedade civil sobre os quais se ergue o Estado e suas instituições públicas.

Em “Neodesenvolvimentismo ou Padrão Liberal Periférico: interpretação dos governos brasileiros à luz do orçamento federal e de indicadores sociais e econômicos de 2003 a 2016”, Nelson Machado Pinho Junior e Rodrigo de Souza Filho analisam o debate sobre o modelo de desenvolvimento adotado nos governos do Partido dos Trabalhadores - novo desenvolvimentismo, social-desenvolvimentismo e padrão liberal periférico - a partir de indicadores de ordem econômica e do orçamento público, o que os permitiu o entendimento da manutenção, nesses governos, do padrão de desenvolvimento capitalista liberal periférico.

Em “A criminologia crítica e a justiça restaurativa: debate sobre as novas formas de resolução de conflito”, Bárbara Nóbrega Simão e Alexandra A. Leite T. Seabra Eiras analisam a relação entre a justiça restaurativa e a criminologia crítica, com ênfase na vertente do abolicionismo penal. As autoras tecem reflexões sobre as possibilidades das abordagens e práticas críticas da cultura jurídica restaurativa

na apreensão dos conflitos, para os quais o Direito e o sistema penal são referenciados. Evidenciam, no entanto, a limitação dos impactos de tais abordagens e práticas uma vez que se circunscrevem à dinâmica contraditória de reprodução dos conflitos da sociedade capitalista.

PARTE II

SERVIÇO SOCIAL: TERRITÓRIO, POLÍTICAS PÚBLICAS E SUJEITOS SOCIAIS

Dois artigos abrem essa segunda parte cujos conteúdos tratam da crise sanitária causada pela pandemia da Covid-19, com abordagens que particularizam diferentes dimensões de seus impactos nos contextos mundiais e da realidade nacional. Uma ênfase é central: a relação entre as determinações de classe, raça/etnia, gênero, sexualidade e os efeitos trágicos da pandemia.

O artigo “Genocídio anunciado: periferia urbana, racismo e pandemia”, de Elizete Menegat e Ana Claudia de Jesus Barreto, aborda a disseminação da Covid-19 nas periferias urbanas, em que se concentra a população negra, com baixos rendimentos monetários, adensamento domiciliar e condições precárias de moradia. A partir da análise de cruzamento de dados de pesquisas realizadas por órgãos públicos e universidades constatam que, dado o padrão eurocentrista de poder, são as populações não brancas que vêm sendo deixadas sem trabalho e sem meios de sobrevivência nas favelas e periferias das grandes cidades mundiais, sob a mira de todo tipo de catástrofes, incluindo pandemias.

Em “Determinação social da saúde e pandemia de coronavírus no Brasil”, as autoras Marina Monteiro de Castro e Castro, Débora Cristina Lopes Santos e Laura Marcelino Leal identificam as não respostas estatais do governo brasileiro aos efeitos catastróficos da pandemia, que se baseiam, entre outros elementos, no desfinanciamento do Sistema Único de Saúde (SUS), no obscurantismo e no ataque à ciência e nas disseminações de *fake news*. Na apreensão da determinação social do processo saúde-doença, as autoras expõem um conjunto de dados e informações sobre as configurações da pandemia na acentuação das desigualdades sociais, raciais e de gênero e asseveram a necessária defesa do SUS e da saúde pública como uma mediação central para o seu enfrentamento.

O artigo “Precariedade da vida e desigualdades sociorraciais brasileiras em tempos de desdemocracia neoliberal”, realizado pelos autores Marco José de Oliveira Duarte, Dandara Felício Silva Oliveira e Késia Mayra Rodrigues Ignácio apresenta, a partir da epistêmica da razão negra, vinculada ao pensamento social crítico contemporâneo, a questão do racismo como elemento central da necropolítica, que tem como alvo os sujeitos da classe trabalhadora em suas interseccionalidades, com os marcadores sociais da diferença de raça, gênero e sexualidade. Essa abordagem ganha contornos ainda mais radicalizados nesse contexto de crise sanitária, o que eleva a urgência de desvelar os elementos estruturantes e estruturais do racismo na formação sócio-histórica brasileira e radicalmente reatualizados pela política de morte em tempos neoliberais.

Em “A trajetória da política de cotas na Universidade Federal de Juiz de Fora”, Cristina Simões Bezerra e Júlia Aparecida do Nascimento tecem considerações sobre o processo sócio-histórico

de surgimento das ações afirmativas e da adoção das políticas de cotas no Ensino Superior. Nessa reflexão, apresentam as características da sua implementação na UFJF, enfatizando sua relevância como instrumento de ampliação de acesso ao ensino superior e como importante trincheira de luta face ao cenário político brasileiro de hoje.

No artigo intitulado “A CSP-Conlutas: espontaneísmo e politicismo da velha ordem sindical?”, de Ednéia Alves de Oliveira e Gustavo G. dos Reis Apóstolos, tematizam o movimento sindical brasileiro enfatizando a criação da CSP-Conlutas, cuja proposta era a criação de uma central classista e anti-capitalista, em contraposição às práticas sindicais existentes. Os autores evidenciam uma inflexão dessa perspectiva ao analisarem as teses e resoluções da central dos últimos anos, em que diante do avanço da ofensiva do capital, a central tem se caracterizado pelo reformismo, politicismo e espontaneísmo.

Em “Consciência de classe e processos de resistência – apontamentos na luta da Ocupação Dandara-MG”, as autoras Ana Lúvia de Souza Coimbra e Susana Maria Maia, tratam da relação entre processos de resistência e consciência de classe a partir da compreensão da centralidade da luta como instrumento político-pedagógico, que favorece o desenvolvimento dos patamares da consciência. Nessa direção, analisam o movimento da consciência social no processo de luta da Ocupação Dandara, em Belo Horizonte-MG.

PARTE III

SERVIÇO SOCIAL: QUESTÃO SOCIAL, ORIENTAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS E TRABALHO PROFISSIONAL

O texto “A questão social no capitalismo”, de Marilda Villela Iamamoto, originalmente publicado pela revista *Temporalis*, nº 3, em 2000, aborda, no âmbito da acumulação capitalista, o significado fundante da “questão social” e identifica particularidades históricas que redimensionam a sua produção/reprodução na entrada dos anos 2000. Aqui, tematiza as relações entre “questão social” e Serviço Social no embate por direitos, seus desafios à formação acadêmica e ao trabalho do assistente social.

No artigo “Serviço Social e conservadorismo contemporâneo”, as autoras Thaise Seixas Peixoto de Carvalho, Carina Berta Moljo e Daniela Leonel de Paula Mendes abordam os fundamentos sócio-históricos e os conteúdos ideo-políticos do pensamento conservador, também tematizado na sua expressão contemporânea na realidade brasileira, e as mediações pelas quais reverberam no Serviço Social e no exercício profissional. Apresentam elementos que expressam a ruptura e ou tensionamento da profissão com o conservadorismo e enfatizam, para a continuidade desse processo, a necessária adoção de estratégias sócio-políticas coletivas que orientem as ações profissionais para somar-se à luta mais ampla dos trabalhadores.

Em “O trabalho dos(as) assistentes sociais na política de assistência social: elementos para a relação entre processo de trabalho e saúde”, Franciele Gonçalves Moreira e Maria Lúcia Duriguetto desenvolvem os impactos das contrarreformas estatais para as políticas sociais para evidenciarem

a relação entre condições e relações de trabalho do(as) assistentes sociais na política de assistência social e os processos de sofrimento/adoecimento desses profissionais na realidade de um município de grande porte do estado de Minas Gerais.

As autoras Camila Reis Pedro de Souza, Isadora das Graças Freitas e Luciana Gonçalves Pereira de Paula expõem em “Estratégias e táticas no trabalho socioeducativo desenvolvidos pelos assistentes sociais” reflexões sobre a importância dessa questão para potencializar ações profissionais na direção da participação e mobilização política. Nessa direção, abordam o uso da arte e o trabalho com grupos no âmbito da profissão e sua conformação estratégica e tática em uma experiência extensionista junto à jovens e adolescentes de escolas públicas do município de Juiz de Fora-MG.

Tiradentes/Juiz de Fora (MG), Primavera de 2020.

Maria Lúcia Duriguetto
Marilda Villela Iamamoto
Organizadoras

PARTE I
SERVIÇO SOCIAL:
TRADIÇÃO MARXISTA
E TEORIAS SOCIAIS

O SERVIÇO SOCIAL E A TRADIÇÃO MARXISTA¹

JOSÉ PAULO NETTO

Nota do autor à presente (re)publicação

Este texto é o resumo de uma conferência pronunciada em 1988 e foi dado a público em 1989 - e agora sai republicado sem modificações (inclusive em suas notas e referências bibliográficas).

Autorizando a sua utilização nesta antologia, devo explicitar a razão que me leva a fazê-lo. Trata-se de uma razão simples e de fundo: considero que as *ideias centrais* que expendi há cerca de trinta anos resistiram às três décadas que desde então se passaram. Se essa consideração for um equívoco, o leitor dos dias correntes deverá e poderá contestá-la, oferecendo argumentos que me convençam a revisá-la. Mas o fato é que, hoje, eu não teria nada de *essencial e substantivo* a aduzir aos parágrafos dos itens “Duas vertentes culturais antagônicas” e “Possibilidades de interlocução”.

É evidente que, corridos tantos anos, este texto, assim como o autor, envelheceu. Isso é particularmente visível na parte em que cuidei da “aproximação enviesada”: parcela expressiva do que afirmo nos três parágrafos finais desse item se mostra significativamente ultrapassada. Aqui não posso deter-me sobre esse ponto; só me cabe dizer que foi *felizmente* ultrapassada, graças a esforços de pensadores do Serviço Social já conhecidos no fim dos anos 1980, somados a trabalhos de estudiosos das novas gerações, que se revelaram fecundos e proveitosos. E assinalo que os avanços daí em diante realizados também foram facilitados pela maior divulgação, no país, de textos clássicos da tradição marxista, em especial na sequência dos anos 1990. Aliás, considerando as mudanças ideopolíticas dos anos seguintes, desenvolvi depois prospecções mais atualizadas do evolver profissional -veja-se o meu ensaio “Transformações societárias e Serviço Social. Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil”, publicado na mesma *Serviço Social & Sociedade* (ano XVII, nº 50, abril de 1996, esp. pp. 106-128) e ainda o breve texto “Das ameaças à crise”, sobre o projeto éticopolítico, publicado em *Inscrita*, revista do Conselho Federal de Serviço Social (Brasília, ano VII, nº 10, novembro de 2007, pp. 37-40).

¹ Intervenção pronunciada no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em novembro de 1988. A gravação foi transcrita por Vera Lúcia T. Suguihiro e editada por Myriam Veras Baptista, com revisão do autor. [O texto foi originalmente publicado em *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez., ano X, nº 30, abril/maio de 1989, pp. 89-102. *Nota das organizadoras*]

Desnecessário é acrescentar que o clima político e ideológico dos anos mais recentes - degradando a sociedade brasileira e a sua universidade - é radicalmente distinto daquele em que vivíamos na segunda metade da década de 1980. Agora, ambas, sociedade e universidade, à diferença daqueles anos, estão sob a ameaça do obscurantismo, do terrorismo cultural e da intolerância que sempre é seu acólito. Esses, porém, é novamente, como diria *La Pasionaria, no pasarán!* Haveremos, mais uma vez, de dar a volta por cima.

JPN, novembro de 2020

Quero esclarecer, inicialmente, que essa intervenção sobre o Serviço Social e a tradição marxista² não pretende mais que oferecer, de forma intencionalmente polêmica, uma breve síntese de algumas reflexões que me parecem minimamente pertinentes. Aceitando o convite para participar desse ciclo de conferências e debates, julguei que seria válida uma contribuição que avançasse pistas e sugestões para balizar um terreno de discussão entre o Serviço Social e a tradição marxista, tematizando-o a partir de três núcleos distintos: as vertentes culturais nas quais se inserem Marx e o Serviço Social; um pouco dos desdobramentos problemáticos destes interlocutores; e, enfim, das possibilidades de interação entre ambos. Advirto, desde já, que serei obrigado, pela própria natureza deste encontro, a deixar sem maiores aprofundamentos várias das minhas pontuações - mas creio que elas poderão ser desenvolvidas na discussão que teremos a seguir³.

DUAS VERTENTES CULTURAIS ANTAGÔNICAS

Se se começa pela referência às vertentes culturais em que se inserem o pensamento de Marx e o Serviço Social, devemos ter a máxima clareza de que se podem verificar aí dois movimentos diversos: um que estabelece uma espécie de *denominador comum* entre esses protagonistas e outro que, no meu entender, assinala o inteiro *antagonismo genético* entre eles.

O denominador comum a ambos é algo óbvio, mas - como Hegel já observava que o que parece familiar é desconhecido - sempre vale a pena começar pelo aparentemente óbvio: o que é piso comum a Marx e ao Serviço Social são os quadros macroscópicos, inclusivos e abrangentes da sociedade burguesa. Tanto a obra marxiana quanto o Serviço Social são *impensáveis* fora do âmbito da sociedade burguesa. De fato, ambos têm como substrato imediato o que está sinalizado na nossa bibliografia sob o rótulo de “questão social” - vale dizer, sem eufemismo, o conjunto de problemas econômicos, sociais, políticos, culturais e ideológicos que cerca a emergência da classe operária como sujeito sociopolítico no marco da sociedade burguesa.

² Distingo sempre a *obra marxiana* (o que é da lavra de Marx) da *tradição marxista* (o elenco diferenciado de propostas, elaborações e contribuições concretizado pela reflexão das diversas correntes marxistas). Como se verá no andamento desta intervenção, se, nos últimos vinte anos, registram-se remissões de setores do Serviço Social à tradição marxista, o seu contato com o pensamento marxiano permanece um desafio em aberto

³ Por razões de espaço, o debate que se seguiu a esta intervenção não é publicado aqui. (*N. da E.*)

Entretanto, já nessa consideração, surge uma diferença: a “questão social”, para continuarmos com esta nomenclatura horrorosa, se põe logo nos primeiros momentos da revolução industrial; Marx confronta-se com ela, teórica e politicamente, ainda no espaço do capitalismo concorrencial, “clássico”; o Serviço Social, por seu turno, só pode ser tomado como *profissão* a partir do trânsito do capitalismo concorrencial à idade do monopólio, ao estágio imperialista ⁴.

Essa diferença parece tão-somente cronológica, historiográfica - mas nela se contém algo de outra ordem. Para Marx, o que a bibliografia tradicional do Serviço Social (e não só) entende por “questão social” é um complexo de processos absolutamente indivorciável do capitalismo; mais exatamente, para Marx, o capitalismo é a produção e a reprodução contínua e ampliada da “questão social”. Na ótica marxiana, a superação da “questão social” demanda, liminarmente, a *ultrapassagem* dos marcos do capitalismo. Ora, o pressuposto do Serviço Social original aponta para o enfrentamento da “questão social” *nos marcos do capitalismo*; mais precisamente, o Serviço Social surge vocacionado para subsidiar a *administração* da “questão social” nos quadros da sociedade burguesa. Verifica-se, portanto, que não é exata a relação, reiterada à exaustão na análise histórica da profissão, entre Serviço Social e “questão social”; na verdade, a efetiva conexão histórico-social não se passa entre esses dois termos, mas entre *Serviço Social e “questão social” sob o capitalismo dos monopólios* - a profissão só emerge na idade do monopólio, quando o Estado burguês desenvolve formas sistemáticas, estratégicas e coesivas para enfrentar as manifestações da “questão social”.

Essa relação diversa com um mesmo substrato (a “questão social”) revela que seu papel como denominador comum da obra marxiana e o Serviço Social é pouco significativo, se comparado com o que os distingue. Cabe, pois, passar ao movimento que indica o antagonismo que os incompatibiliza.

A vertente cultural a que Marx se vincula surge ainda no Iluminismo, tem uma refração muito clara em Rousseau, encontra uma primeira (e prematura) expressão em Babeuf e ganha densidade nas propostas e organizações do movimento operário e socialista pré-1848. É a *vertente revolucionária*, à qual Marx se conecta num processo que a inflete medularmente, ao lhe conferir o tônus da contemporaneidade, apreendendo a natureza, a estrutura e a dinâmica específicas da sociedade burguesa. Trata-se de uma vertente que, a partir de Marx, só deixará de ser *moderna* quando a sociedade burguesa se exaurir completamente: Marx é um pensador inserido caracteristicamente na ordem burguesa, ainda que a sua pesquisa seja toda ela direcionada para derruir e ultrapassar essa ordem⁵. A tradição revolucionária de Marx concretiza, antes de mais, a *autoconsciência do ser social nos marcos do capitalismo*, vale dizer, o máximo grau de conhecimento teórico possível do ser social sobre si mesmo na sociedade burguesa.

Tal vertente é antípoda àquela a que se prende o Serviço Social - prefigurada pela reação à Revolução Francesa, com a polêmica pós-revolucionária dos saudos do Antigo Regime. Trata-se

⁴ Não é uma simples coincidência cronológica que a institucionalização profissional do Serviço Social decorra justamente durante o “período clássico” do imperialismo, que, segundo Mandel, compreende os anos que vão de 1890 a 1940.

⁵ É claro que, com esta determinação, estou limitando a *validade* da obra marxiana – a sua utilização para o desvendamento de épocas históricas anteriores e posteriores ao capitalismo não me parece passar sem reservas.

do veio ideal aberto pelos ideólogos da Restauração, em cujo desenvolvimento haveriam de confluir componentes reacionários e ingredientes conservantistas⁶. Quando esses se adensam e se constelam numa plasmagem própria, emerge a *vertente conservadora*, na qual se inscreve o Serviço Social: é uma das suas concretizações profissionais, quando ela, na passagem do capitalismo concorrencial à idade do monopólio, transita para a intervenção, a gestão e a administração institucionais de variáveis que concorrem na “questão social”⁷. Na vertente conservadora, tal como ela se constitui sob a lente do estilo de pensar positivista, cristaliza-se a *autorrepresentação do ser social* funcional aos marcos do capitalismo consolidado.

O nítido corte entre essas duas vertentes culturais tem as implicações mais amplas e diversas. No plano teórico, elas desenham um cenário de excludência.

O pensamento de Marx funda uma *teoria social*: toda a sua pesquisa está centrada na análise radicalmente crítica da emergência, do desenvolvimento, da consolidação e dos vetores de crise da sociedade burguesa e do ordenamento capitalista. Nessa teoria social, o traço peculiar, mais pertinente e decisivo se refere ao seu cariz *histórico-ontológico*⁸. De um lado, a história aparece como o próprio constituinte da reflexão teórica e a tensão entre razão e história se resolve no seu plano mesmo: a razão se historiciza e a história se torna racional. De outro, esta reflexão teórica não se propõe como matriz ideal, modelo intelectual ou paradigma de explicação do real; ela se instaura como reprodução ideal do movimento real do próprio ser social – instaura-se como reconstrução, no nível da razão, do modo de ser do ser social⁹. Antes de mais, essa teoria se articula sobre a *perspectiva da totalidade*: a sociedade é apreendida como uma totalidade concreta, dinâmica e contraditória, que se constitui de processos que, eles mesmos, possuem uma estrutura de totalidade - de maior ou menor complexidade. A categoria de totalidade, nesta angulação, é simultaneamente a categoria central da realidade histórico-social e a categoria nuclear da sua reprodução teórica¹⁰.

O contraponto com as concepções teórico-metodológicas marxianas é flagrante quando visualizamos o Serviço Social. Esse não é uma teoria; elementar e basicamente, é uma *profissão*, porém uma profissão que se institucionaliza e se afirma se nutrindo de um conjunto de saberes ancorados numa vertente teórica (a do pensamento conservador) antagônica à marxiana. Trata-se da vertente que fundou as chamadas Ciências Sociais como disciplinas autônomas e particulares, embasadas no suposto de que a sociedade se estrutura segundo níveis a que se atribui uma especificidade que

⁶ A fronteira entre o reacionarismo e o conservantismo pode ser nitidamente estabelecida nas suas expressões culturais e políticas, mas é de determinação mais complexa nas práticas sociais.

⁷ Não creio ser preciso lembrar que o pensamento conservador está aberto a perspectivas reformistas. É próprio da vertente conservadora pensar a dinâmica da ordem social burguesa não apenas como permeável a mudanças, mas, sobretudo, como necessitada de reformas para a sua preservação.

⁸ Para a discussão rigorosa do caráter ontológico do pensamento marxiano, cf. Lukács (1979).

⁹ Escusa observar que a racionalidade assim concretizada é *crítico-dialética*, à partida infirmando tanto a “destruição da razão”, que abre a via para a aventura irracionalista, quanto a “miséria da razão”, que a empobrece ao esgotá-la como procedimento formal. O pensamento funcional à ordem burguesa, em plano histórico-universal e desde 1848, debate-se entre esta polaridade antitético-complementar: as impulsões irracionalistas e o racionalismo formal (cf. LUKÁCS, 1968 e COUTINHO, 1972).

¹⁰ Onde, de uma parte, a sua natureza ontológica e, doutra, no plano teórico-metodológico, o cancelamento de (e a recusa de) quaisquer fatorialismos e/ou causalismos unívocos.

permite e legitima saberes (também específicos) que se constelam em “Ciências Sociais” - a Economia, a Sociologia, a Antropologia, a Psicologia etc. Naturalmente, esses “recortes” são operados com a cautela inicial de que não esgotem a “realidade social” - aqui, a totalidade é substituída por um simulacro, o “todo”, equacionado como integração funcional de “partes” e capturável pela perspectiva da inter ou multidisciplinaridade. Esses saberes (cujo estatuto “científico”, não por azar, é extraído dos padrões das ciências relativas à natureza ¹¹) são costurados pelo racionalismo formal e incorporados pelo Serviço Social, numa operação em que este os refuncionaliza e rearranja conforme o seu objetivo profissional de *intervenção*.

O cenário de exclusão a que aludi recobre, como é sabido, as implicações ideológicas das vertentes em questão. Não creio que seja necessário nos determos nesse ponto. Apenas assinalaria o desprezo com que Marx sempre tratou o dualismo do reformismo burguês, que pretende manter os “lados bons” do capitalismo e modificar os seus “lados maus”; ou, ainda, o sarcasmo com que sempre se remeteu aos “reformadores ocasionais dos mais variados” ¹² – em referências que suponho não são alheias ao universo cultural próprio dos futuros assistentes sociais. Na outra ponta, nem é preciso lembrar o traço antidemocrático e antirrevolucionário - às vezes zologicamente antimarxista e anticomunista - que marcou boa parte da história profissional do Serviço Social em todas as latitudes ¹³.

Essa exclusão, evidente se leva em conta a gênese histórica, o travejamento teórico e a funcionalidade sociopolítica do pensamento marxiano e do Serviço Social tendeu, nos últimos vinte anos, a esbater-se. Desde então, registram-se explicitamente movimentos que apontam para uma interlocução entre ambos.

A APROXIMAÇÃO ENVIESADA

A obra de Marx, sabe-se, padeceu sorte irônica: já em princípios dos anos 80 do século XIX, por força de condicionalismos que não cabe analisar aqui ¹⁴, ela começa a ser convertida em um *sistema* que, especialmente em razão das características da Segunda Internacional, acaba por se consolidar como *Weltanschauung*. Nascia o *marxismo*, que a Terceira Internacional, malgrado a ruptura política com a sua antecessora, entronizaria e codificaria, sob a autocracia stalinista, no catecismo do *marxismo-*

¹¹ A *naturalização* da sociedade implícita neste passo (que é simétrica à sua *moralização*, sucedâneo da especificidade perdida do ser social quando se opera a equalização da sua pesquisa à pesquisa da natureza) é o grande legado da tradição positivista às chamadas Ciências Sociais. E que não se recorra ao “superado” Comte; antes, veja-se o sofisticado e rigoroso Durkheim: “A ciência social não poderia realmente progredir mais se não houvesse estabelecido que as leis das sociedades não são diferentes das leis que regem o resto da natureza e que o método que serve para descobri-las não é outro senão o método das outras ciências” (DURKHEIM, 1955: 113).

¹² Cf., p. ex., a discussão sobre a posição de Proudhon em face dos lados “bom” e “mau” das categorias econômicas (MARX, 1985: 107 e ss.) e a seguinte passagem: “Uma parte da burguesia deseja remediar os males sociais para assegurar a estabilidade da sociedade burguesa. Nela se contam economistas, filantropos, humanitários, melhoradores da situação das classes trabalhadoras, organizadores da caridade, protetores dos animais, fundadores de ligas antialcoólicas, reformadores ocasionais dos mais variados” (MARX, 1975: 96).

¹³ Pense-se, para citar um só exemplo, nos constrangimentos de que, nos Estados Unidos, Bertha Reynolds foi vítima.

¹⁴ Sinteticamente, tratei-os na abertura do meu ensaio *Capitalismo e reificação* (1981).

*leninismo*¹⁵. Em pouco mais de meio século, o espólio do maior dos críticos, que inclusive recusara-se a ver-se como “marxista”, estava transformado em *doutrina*. Com os processos que se sucedem a partir do XX Congresso do PCUS (1956), esta doutrina, o marxismo institucional, entra em colapso e se abre a via à compreensão de que a tradição marxista, englobando a obra marxiana, configura um leque de expressões muito diferenciadas. Em suma, com a crise da dogmática doutrinária, tornou-se impossível a referência ao “marxismo” no singular - impôs-se a constatação dos “marxismos”.

Parece-me que essa pluralidade, legitimamente, não é algo indefinido ou infinito; ela dispõe de fronteiras. A meu juízo, a pertinência à tradição marxista pode ser precisada segundo um triplo critério: o *método crítico-dialético*, a *teoria do valor-trabalho* e a *perspectiva da revolução*. A arquitetura teórica de Marx está fundada neste tripé - sem a presença simultânea desses três componentes, a sua construção teórica desaba¹⁶. Inscreve-se na tradição marxista toda elaboração teórica que se desenvolver sobre a base crítico-analítica por eles balizada; é no espaço ideal que essa base circunscreve que se pode referir com legitimidade à pluralidade de correntes legatárias do pensamento marxiano.

Ora, se é verdade que as chamadas Ciências Sociais, oriundas da tradição conservadora, sempre travaram um debate implícito com a herança marxiana, o fato é que o colapso do marxismo institucional ocorre num quadro novo, no qual se põem as condições para um contato diverso entre aquelas e a tradição marxista. Esse quadro se completa com vetores de duas ordens: de uma parte, a efetiva influência da tradição marxista nos movimentos de libertação nacional e social que se encorpam nos anos 1950, assim como sobre os movimentos de massas nos países capitalistas avançados; de outra, a crise das chamadas Ciências Sociais acadêmicas, que também se põe de manifesto nos centros capitalistas a partir dos anos 1950. O que se desenha, desde então, é um crescente rebatimento da tradição marxista no âmbito das chamadas Ciências Sociais¹⁷. Mas esse fenômeno, em si mesmo de enorme relevância, decorreu (e decorre ainda) num andamento problemático: Marx e o seu legado são recuperados frequentemente pelas correntes “críticas” das chamadas Ciências Sociais a partir de referências nucleares delas mesmas. Ou seja, o contributo marxiano é refratado pelas lentes de uma divisão do saber que acaba por operar uma diluição do pensamento marxiano: para os sociólogos “críticos”, Marx é um sociólogo; para os economistas “heterodoxos”, Marx é um economista etc.

Salvo erro meu, essa incorporação (problemática) de Marx pelas correntes “críticas” das chamadas Ciências Sociais favoreceu a sua interlocução com setores do Serviço Social. Confrontados

¹⁵ Referências a este complexo processo estão contidas na minha introdução ao volume *Stalin*, da coleção “Grandes cientistas sociais” (1981).

¹⁶ Desde finais do século passado [observe-se: século XIX – *notação das organizadoras*], as críticas substantivas a Marx quiseram ferir um desses elementos (ou todos eles). A cada anúncio da “morte do marxismo”, numa reiteração terrivelmente enfadonha, segue-se sempre a mesma ladainha: com dialética não se faz “ciência”, a teoria do valor-trabalho não encontra verificação empírica, a perspectiva da revolução é milenarismo...

¹⁷ Julgo que o pensamento marxiano mantém uma relação de excludência com as chamadas Ciências Sociais. E me parece que essas, quando trilham consequentemente uma perspectiva crítica radical, fecundadas pela inspiração marxiana, acabam por romper com o seu estatuto original. Por exemplo: pergunto-me, de fato, se obras como *A revolução burguesa no Brasil*, de Florestan Fernandes, ou *A ditadura do grande capital*, de Octavio Ianni, podem ser ainda consideradas como “Sociologia Crítica”.

com os impasses que se cronificavam na sua intervenção profissional, e para os quais não obtinham clarificação nas referências tradicionais de que dispunham, os assistentes sociais mais inquietos voltaram-se para aquelas correntes “críticas”. No entanto, não creio que esse tenha sido o principal detonador do diálogo que, a partir dos anos 1960, se instaura entre setores do Serviço Social e a tradição marxista - ainda que as citadas correntes “críticas” possam ter facilitado uma remissão inicial à tradição marxista para muitos assistentes sociais.

Entendo que o diálogo entre setores do Serviço Social e a tradição marxista se configura a partir da década de 1960 - envolvendo diferentes segmentos profissionais (notadamente docentes) em algumas áreas capitalistas desenvolvidas (América do Norte, Europa Ocidental) e em muitas áreas capitalistas periféricas (com especial destaque para a América Latina) - na intercorrência de três fenômenos: a crise do Serviço Social tradicional, a pressão exercida pelos movimentos revolucionários e a rebelião estudantil. A inépcia dos padrões profissionais consagrados pela tradição, bem como de suas referências ideais, em face de processos de precipitação e efervescência sociais emergentes deflagrou um movimento de politização que vinculou os outros dois fenômenos arrolados, redimensionando os influxos que provinham das correntes “críticas” das chamadas Ciências Sociais.

A resultante deste jogo polifacético foi uma aproximação muito peculiar de setores do Serviço Social à tradição marxista. Eu diria que ela se singularizou por alguns traços interligados. Em primeiro lugar, tratou-se de uma aproximação que se realizou sob exigências teóricas muito reduzidas - as requisições que a comandavam foram de natureza sobretudo ideopolítica, donde um cariz fortemente instrumental nessa interlocução. Em segundo lugar, e decorrentemente, a referência à tradição marxista era muito seletiva e vinha determinada menos pela relevância da sua contribuição crítico-analítica do que pela sua vinculação a determinadas perspectivas prático-políticas e organizacional-partidárias¹⁸. Enfim, a aproximação não se deu às fontes marxianas e/ou aos “clássicos” da tradição marxista, mas especialmente a divulgadores e pela via de manuais de qualidades e níveis discutíveis.

Nessas condições - e sem questionar o aspecto, na minha avaliação, *positivo e progressista* contido nesta aproximação -, não há por que estranhar o frágil saldo teórico-analítico que resta de um balanço cuidadoso deste processo. A riqueza e a complexidade do pensamento de Marx raramente tocaram as cordas do Serviço Social, substituída que foi a documentação primária por intérpretes os mais desiguais. A própria diferenciação da tradição marxista foi cancelada pelo recurso a uma só de suas correntes, dogmaticamente situada como a “autêntica” ou diluída em “sínteses” cujo suporte é o ecletismo mais desabusado. No limite, o que resultou foi menos a incorporação de componentes teórico-metodológicos e crítico-analíticos do que um acervo de núcleos temáticos que, desvinculados da sua contextualidade, tenderam para o clichê e a palavra-de-ordem¹⁹.

¹⁸ Neste momento, a professora Lídia M. Rodrigues da Silva pesquisa, na elaboração da sua tese de doutoramento, o modo pelo qual assistentes sociais brasileiros com alguma representatividade e que se reclamam vinculados à tradição marxista se aproximaram desta. As indicações são de que a maioria esmagadora se aproximou de Marx pela via da prática política, exercitada ainda no âmbito do movimento estudantil.

¹⁹ É claro que, para isto, contribuiu fortemente a ausência, em nosso passado profissional, de uma *tradição intelectual*, bem como o lastro de *militantismo* sempre presente no meio profissional.

O que ocorreu, a meu juízo, foi uma *aproximação enviesada* de setores do Serviço Social à tradição marxista - um viés derivado dos constrangimentos políticos, do ecletismo teórico e do desconhecimento das fontes “clássicas”.

POSSIBILIDADES DE INTERLOCUÇÃO

Parece-me que os avanços e equívocos derivados dessa aproximação enviesada - mais todo um conjunto de processos externos e internos à profissão - desenharam, nos anos mais recentes, uma base mais sólida para recolocar a questão da interlocução entre setores do Serviço Social e a tradição marxista²⁰.

Essa *nova* interlocução, posto que superadora do viés que marcou a aproximação inicial, não se viabiliza apenas por atos de vontade alguns profissionais. Ela encontra hoje suportes histórico-sociais muito ponderáveis. Penso que alguns deles devem ser salientados:

1. *as condições de trabalho da categoria profissional* – o assistente social, profissional assalariado, pela sua própria inserção na estrutura sócio-ocupacional, tende a se aproximar progressivamente do conjunto das camadas trabalhadoras submetidas ao jugo do capital. No “mundo do trabalho” contemporâneo, o confronto com a cultura da tradição marxista é quase compulsório;

2. *a dinâmica cultural da sociedade burguesa contemporânea* – é manifesta a impossibilidade de se levar a cabo atualmente qualquer debate sem considerar o protagonismo cultural da tradição marxista no interior da ordem burguesa; no âmbito das manifestações ideais, essa tradição possui uma gravitação inequívoca²¹;

3. *a atualidade do processo macroscópico da revolução* - na contracorrente da ordem burguesa, suposta “morta” ou “superada”, a revolução, sob formas insuspeitadas, vem fazendo o seu trabalho de “velha toupeira” (Marx), pondo a cabeça de fora quando menos se espera. Sob a superfície da acalmia e da estabilidade, a erosão revolucionária opera e repõe, a cada emergência, a contemporaneidade da tradição marxista.

Se é procedente essa linha argumentativa, a projeção mais provável é a de que a interlocução entre setores do Serviço Social e a tradição marxista deverá aprofundar-se e se acentuar. Nesse processo, julgo que a referência à tradição marxista poderá nos oferecer elementos cruciais para:

a) *compreender o significado social da profissão*. As reiteradas “crises de identidade” que o Serviço Social tem experimentado vêm frequentemente conectadas a uma percepção deformada da sua natureza e estatuto profissionais. Estou convencido de que o recurso à tradição marxista pode nos clarificar criticamente o sentido, a funcionalidade e as limitações do nosso exercício profissional;

²⁰ E de que são índices incontestes elaborações de assistentes sociais em várias latitudes. Entre nós, para ficar com um exemplo privilegiado, saliento a contribuição de Marilda Villela Iamamoto (cf. IAMAMOTO & CARVALHO, 1983).

²¹ Pode-se negar que, como queria Sartre, esta tradição seja “o espírito do nosso tempo”, *mas não se pode negar a necessidade do confronto aberto e sério com ela*. Isso não significa, nem de longe, que a adesão à tradição marxista seja imperativa, mas significa que ela é um *interlocutor inalienável* no debate teórico-cultural contemporâneo.

b) *iluminar a nossa intervenção socioprofissional*. Enquanto teoria social macroscópica, que fornece parâmetros projetivos dos processos sociais, a tradição marxista pode contribuir para iluminar as nossas modalidades de intervenção socioprofissional, especialmente fazendo indicações sobre realidades emergentes;

c) *dinamizar a elaboração teórica dos assistentes sociais*. Aqui, o contributo da tradição marxista parece-me extremamente promissor, não para a constituição de um saber autônomo (a “Teoria” do Serviço Social), mas para a fundamentação e a articulação dos aportes teóricos que, nomeadamente a partir da sistematização e da crítica das suas práticas, os assistentes sociais podem fornecer ao conhecimento de processos sociais.

Os ganhos desta interlocução seriam, penso, de mão dupla. Nela, a tradição marxista poderia receber dos assistentes sociais:

- indicações de áreas teóricas a serem melhor apuradas ou revisadas;
- sugestões sobre *realidades e processos* a serem objeto de investigação;
- pistas para novas *elaborações teóricas* a partir de referências da própria tradição marxista.

Parece-me inteiramente supérfluo assinalar que essa interlocução exige dos assistentes sociais uma *postura intelectual* que não dispõe de grande lastro entre nós: um esforço de rigor teórico, de consequência investigativa e de ampliação do nosso universo cultural. Nas condições atuais, em que se afirmam os cursos de pós-graduação e as instituições e organismos de pesquisa, assim como novas formas organizativas no campo profissional, são injustificáveis a utilização de manuais de vulgarização, o não recursos às fontes primárias e originais e o ecletismo e o modismo. De fato, não só crescem as exigências teóricas e intelectuais no âmbito da profissão, mas também surgem as circunstâncias propícias para responder positivamente a elas.

No quadro dessas exigências e circunstâncias, creio que não é forçar a mão se observo que a discussão em torno da tradição marxista ganha hoje entre nós um destaque óbvio. No decorrer deste ano de 1988, tive oportunidade de fazer essa verificação em duas situações muito significativas: em maio, num grupo de trabalho que, em São Paulo, debateu os desdobramentos de uma pesquisa sobre o ensino da metodologia em nossas escolas (pesquisa conduzida pela PUC-SP e pela ABESS) e, em outubro, nos seminários nacional e latino-americano promovidos em Natal pela ABESS e pelo CELATS. Em ambos os eventos, o tom da polêmica foi dado por assistentes sociais de uma forma ou de outra vinculados à tradição marxista ou a ela muito próximos. Essa verificação tanto me anima quanto me preocupa. Anima-me porque é um signo incontestado da *pertinência contemporânea da interlocução entre o Serviço Social e a tradição marxista*, porque atesta que ela possui um significado concreto para nós, porque assegura que a sua inserção no debate profissional não é algo artificioso ou aleatório. Mas, igualmente, me preocupa, porque *pode induzir à falsa ideia de uma hegemonia da tradição marxista no cenário profissional* - e não creio que esse seja o quadro real. Antes, inclino-me a pensar que o debate está centralizado por profissionais vinculados à tradição marxista (ou a ela próximos) porque *a efetiva diferenciação da categoria profissional não está sendo explicitada*. Nessa

eventualidade, a polêmica pode esvaziar-se, dado que distintos protagonistas, representantes de outras tendências, não se fazem ouvir - e a perda é coletiva: posto que não ocorra um confronto de ideias aberto, marxistas e não marxistas deixam de estimular-se reciprocamente no terreno privilegiado que é o do enfrentamento ideal. Pior ainda, pode estar se desenvolvendo uma discussão que só tangencialmente sensibiliza e toca o grosso da categoria profissional - e se conhecem os riscos de um tal descolamento.

Retornando ao eixo da minha argumentação, gostaria de propor, para a discussão que realizaremos a seguir, as seguintes pontuações elementares:

1. *sem Marx, e a tradição marxista, o Serviço Social tende a empobrecer-se* - independentemente de sua filiação teórica e ideopolítica, o assistente social necessita travar um diálogo sério com Marx e a tradição marxista, sob pena de perder determinações essenciais da sua prática, de fragilizar a sua reflexão teórica e de se isolar dos debates culturais e profissionais contemporâneos;

2. *sem considerar as práticas dos assistentes sociais, a tradição marxista pode deixar escapar elementos significativos da vida social* - as práticas dos assistentes sociais frequentemente incidem sobre processos que, tratados pelo referencial teórico-metodológico de Marx, oferecem insumos para a sua verificação e enriquecimento;

3. *por mais que seja rigorosa, intensa e extensa, a interlocução com a tradição marxista, não se constituirá um Serviço Social “marxista”* - enquanto *profissão*, o Serviço Social sempre contemplará uma tal inclusividade, que no seu campo se moverão legitimamente profissionais que, incorporando diferentes expressões do pensamento contemporâneo, encontrarão espaços de prática e intervenção diversos e plurais.

Para concluir, voltaria àquele único denominador comum entre Serviço Social e tradição marxista, sinalizado pela “questão social”. A sua ultrapassagem - vale dizer: a ultrapassagem dos marcos da sociedade burguesa - implicará a real, embora diferenciada, anacronização de ambos. Na ordem social comunista, aquela em que a “pré-história da humanidade” for substituída “pela livre associação de livres produtores”, Marx (e a tradição marxista) será considerado como hoje consideramos figuras como Aristóteles. Por seu turno, o Serviço Social será uma peça de museu.

Entretanto, como a emergência desse período histórico radicalmente novo, apenas se vislumbra longinquamente no horizonte, vale a pena - e ainda valerá por longo tempo - investir na formação e no debate profissionais do Serviço Social.

REFERÊNCIAS

COUTINHO, C. N. *O estruturalismo e a miséria da razão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972. [Esta obra, sob o mesmo título, teve nova edição - São Paulo: Expressão Popular, 2010. *Nota das organizadoras*]

DURKHEIM, E. *Montesquieu et Rousseau, précurseurs de la Sociologie*. Paris: PUF, 1953.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil* [esta obra, originalmente publicada em 1975, teve uma reedição recente, sob o mesmo título - São Paulo: Contracorrente, 2020. *Nota das organizadoras*]

IANNI, O. *A ditadura do grande capital* [esta obra, originalmente publicada em 1981, teve uma reedição recente, sob o mesmo título - São Paulo: Expressão Popular, 2020. *Nota das organizadoras*]

LUKÁCS, G. *El asalto a larazón*. Barcelona-México: Grijalbo, 1968.

LUKÁCS, G. “Os princípios ontológicos fundamentais de Marx”. In G. Lukács. *Ontologia do ser social*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979. [Cf. a edição integral desta obra: *Para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, I-II, 2012-2013. *Nota das organizadoras*]

IAMAMOTO, M. V. e CARVALHO, R. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo: Cortez/Celats, 1983. [Esta obra, em 2019, chegou à sua 41ª edição/6ª reimpressão. *Nota das organizadoras*]

MARX, K. e ENGELS, F. *Manifesto do partido comunista*. Lisboa: Avante!, 1975. [Sob o mesmo título, há várias edições brasileiras; cf., p. ex., a edição da Cortez Ed., S. Paulo, 1998. *Nota das organizadoras*]

MARX, K. *Miséria da filosofia*. São Paulo: Global, 1985. [Sob o mesmo título, há várias edições brasileiras - a mais recente é da Boitempo, São Paulo, 2017. *Nota das organizadoras*].

NETTO, J. P., org. *Stalin*. São Paulo: Ática/Grandes cientistas sociais, 1981.

NETTO, J. P. *Capitalismo e reificação*. São Paulo: Ciências Humanas, 1981. [Esta obra, sob o mesmo título, teve nova edição - São Paulo: Instituto Caio Prado Jr., 2015. *Nota das organizadoras*]

MARX CONTRA O ESTADO: ANTIESTATISMO E CRÍTICA DA INDIVIDUAÇÃO BURGUESA NA OBRA MARXIANA ¹

ALEXANDRE ARANHA ARBIA

*“Se o homem é formado pelas circunstâncias,
será necessário formar as circunstâncias
humanamente”*

(MARX; ENGELS, 2011, p. 150)

INTRODUÇÃO

Os estudos a respeito das percepções de Marx sobre o estado não são novos, mas suscitam controvérsias. Bakunin (2007) acusou Marx de inventar um estado “pseudopopular” (BAKUNIN, 2007, p. 24) e de nutrir concepções “estatal-comunistas” (BAKUNIN, 2007, p. 33). Na sumaríssima biografia que empreende, Bakunin (2007, p. 141 ss.) localiza o “tríplice amálgama” (CHASIN, 2009) como pilar estruturante da teoria de Marx e tenta filiá-lo ao blanquismo (BAKUNIN, 2007, p. 142). Bakunin quer, a todo custo, encontrar em Marx as origens do estatismo dos marxistas, a quem acusa de traidores do povo (“os marxistas não podem pensar de outro modo. Os estatistas, aconteça o que acontecer, são obrigados a amaldiçoar qualquer revolução popular, especialmente uma revolução camponesa, que é por natureza anarquista e leva diretamente à abolição do estado” - BAKUNIN, 2007, p. 147-8).

¹ O presente texto foi elaborado para esta coletânea, a partir do desdobramento de conclusões apresentadas em Arbia (2017).

² “Raramente pode-se encontrar um homem que sabe tanto e lê tanto, e lê tão inteligentemente, como Marx. Nessa época, a economia já havia se tornado objeto exclusivo de seus estudos. Com particular zelo, ele estudou os economistas ingleses, que superaram todos os demais no caráter científico de seu conhecimento, de sua mentalidade prática nutrida em fatos econômicos ingleses, por sua crítica rigorosa e pela ousadia escrupulosa de suas conclusões. A isso, Marx acrescentou dois novos elementos: a dialética altamente abstrata e fantasticamente sutil que adquiriu da escola de Hegel, a que muitas vezes reduz a um jogo pervertido, e o comunismo como ponto de partida (BAKUNIN, 2007, p. 142 – tradução nossa)”.

Sabemos que o anarquista russo conhecia Marx, pelo menos, desde os idos de 1844. Bakunin possuía ligações pessoais com Ruge e Marx havia colaborado com os *Deutsch-Französische Jahrbücher*. Como tradutor de Hegel para o russo, é impossível que Bakunin desconhecesse os posicionamentos de Marx a respeito do estado e da política nos anos 1840, assim como os escritos sobre a guerra civil na França, de lavra de Marx e publicados pela AIT, em 1871, uma vez que divergiram fortemente no interior da própria Associação. Marx (2012b) aportou notas, para uso pessoal, a *Estatismo e anarquia*, que, possivelmente, Bakunin não conheceu, assim como muito possivelmente também não chegou a ver os esboços da correspondência entre Marx e Vera Zasulitch sobre a comuna russa (MARX, 2013). É improvável, portanto, que Bakunin sustentasse a sério, para além da polêmica política vazia, acusações de estatismo contra Marx, o que não significa que suas críticas não possam ser parcialmente aplicadas a setores marxistas, especialmente quando acompanhamos os movimentos da ala reformista do Partido Social Democrata Alemão, em fins do século XIX.

Muita tinta foi gasta a respeito da relação de Marx com o estado e a política, sobretudo no suporte teórico às ações do movimento operário, seja em sua ala revolucionária, seja em sua ala reformista. O marxismo da Terceira Internacional (1919-43) foi um pródigo exemplo do recurso a Marx na tentativa de compreender (e, pós-1924, justificar atos do estado soviético) as ações políticas como consequência direta de sua teoria.

Na esteira do século XX, dois entendimentos se sobressaíram no interior da luta política marxista, não necessariamente excludentes: a concepção do estado burguês (o Estado-Nacional dos países capitalistas) como expressão direta dos interesses das burguesias (imperialistas e coloniais), a partir de uma má leitura, difundida pelo marxismo vulgar, d’*O Manifesto Comunista* (MARX, 2007)³; e uma compreensão do estado enquanto agente “público”, de influência teórica variada (ou seja, encampando elementos externos ao marxismo, sobretudo da Ciência Política), mas que pode encontrar ancoradouro também no reformismo bernsteiniano.

Nossa intenção, neste artigo, é retomar um dos fios condutores das críticas de Marx a respeito do estado, sustentando que, não obstante o adensamento de sua crítica da economia política e dos avanços em relação à investigação daquilo que chamamos, em outro lugar (Arbia, 2017; 2018), “forma administrativa” do estado, sua crítica das formas política e jurídica permanecem, e suas raízes podem ser encontradas, justamente, a partir dos textos dos anos 1840. Assim, defendemos que em seu processo de ruptura com Hegel e com os hegelianos, Marx consolida os pilares de sua crítica das formas política e jurídica do estado - pilares que permanecem como pano de fundo em sua crítica madura, mais voltada para a forma administrativa - e que têm como característica incontornável a articulação simultânea das críticas do pensamento especulativo, da religião e da individuação burguesa. É em relação a esta última que faremos apontamentos neste trabalho.

³ Mesmo a certa unilateralidade com que Lênin (2009) tratou do estado como “instrumento privilegiado de coerção e repressão” (cf. NETTO, 2004, p. 126) não autoriza conclusão tão automática, a partir de suas elaborações. Prossegue Netto (2004, p. 127): “o Estado não é, sempre e/ou necessariamente, a configuração direta e imediata de uma vontade política de classe (...). O domínio de classe (ditadura) que o Estado moderno (burguês) compulsoriamente realiza, pois, não é nem unidimensional nem direto”.

DAS RELAÇÕES ENTRE ESTADO E INDIVÍDUO BURGUESES NA OBRA DE MARX - UM RESGATE SUMARÍSSIMO

De saída, precisamos demarcar alguns pressupostos. Primeiro, é preciso afirmar que, distintamente dos tantos caminhos tomados pelo marxismo, não se pode encontrar em Marx qualquer defesa do estado ou dos sistemas de direitos. Pode-se argumentar que o filósofo alemão não vivenciou a era dos direitos, da ascensão da social-democracia e do capitalismo manipulatório; e isso estará correto. Todavia, como um profícuo analista, Marx sempre foi um excelente intérprete das *linhas gerais* do capital, indicando tendências que superavam as limitações das manifestações mais concretas do capitalismo concorrencial. Também por essa razão, em segundo lugar, não podemos admitir aqui a tese de que sua análise parte de um estado “incompleto” ou “restrito”. Ao longo de todo o Livro I d’*O Capital* (MARX, 2018), nosso autor analisa as ações do Parlamento Inglês na apuração e no estudo de soluções para as duras condições de realização do trabalho⁴ no capitalismo do seu tempo. Encerrando nossos pressupostos, em terceiro lugar, mesmo em escritos intermediários (antes da plena maturidade), como a *As Lutas de Classes na França*, de 1850 (MARX, 2012), Marx jamais descarta das relações do estado com as distintas classes e franjas de classe, o que exclui, de pronto, sua vinculação *imediate* com os interesses de uma burguesia *abstrata*, como tantas vezes o termo é empregado, a partir da vulgarização do modo como Marx expõe no *Manifesto Comunista* (MARX; ENGELS, 2007).

Os chamados “textos de 40”, ou seja, a produção dos seus anos de juventude, trazem o seu mais agudo ataque contra o estado. A partir de 1843, Marx embrenha-se em um combate duro contra o método e a concepção política de Hegel, o que o faz romper não apenas com o antigo mestre, mas com o próprio hegelianismo de esquerda. Isso faz com que, na década de 1840, encontremos em seus textos embates contra Bruno Bauer, Arnold Ruge, Max Stirner e, posteriormente, contra o próprio Feuerbach.

Marco inaugural da crítica a Hegel, os *Manuscritos de Kreuznach* (MARX, 2010), escritos no balneário alemão de mesmo nome, em 1843, consistem de glosas rascunhadas por Marx no (re)enfrentamento dos *Princípios da Filosofia do Direito*. Ali, ele esboçou críticas contra o método hegeliano (não contra a dialética mesma), sinalizando sua ruptura simultânea tanto com o pensamento especulativo quanto com a ideia do estado universal.

Analisando a (im)possibilidade de o estado (prussiano, para Hegel) encarnar a universalidade a partir de sua estruturação real, Marx perquire desde a constituição das câmaras alta e baixa e da burocracia, até o papel do imperador, defendidos por Hegel. Duas constatações não nos podem escapar. A primeira, diz respeito à ruptura metodológica, que se expressa na invulgar sentença que denuncia o

⁴ Sobretudo de mulheres e crianças. São abundantes as citações de Marx dos relatórios da Comissão Parlamentar Britânica (*Children’s Employment Commission*), criada pelo parlamento britânico em 1863, responsável por percorrer o Reino Unido verificando as condições de trabalho. Os resultados dos trabalhos foram expostos em relatórios de 1863 a 1867, dos quais Marx reproduziu várias passagens e depoimentos no Livro I.

modo de proceder do pensamento hegeliano. Para Marx, Hegel, “transformou em um produto, em um predicado da Ideia, o que é seu sujeito; ele não desenvolve seu pensamento a partir do objeto, mas desenvolve o objeto segundo um pensamento previamente concebido na esfera abstrata da lógica” (MARX, 2010, p. 36), donde a necessidade não de “inverter a lógica hegeliana”, mas de inverter o modo como Hegel procede, passando da “coisa da lógica” para a “lógica da coisa” (cf. MARX, 2010, p. 38). Trata-se de uma denúncia do ato de pensar o estado não a partir de sua existência real, mas daquilo que se julga que ele deveria ser.

A segunda, refere-se a própria crítica da “transubstanciação política” (MARX, 2010, p. 94), na qual “a sociedade civil deve separar-se de si completamente como sociedade civil (...) e deve fazer valer uma parte de seu ser, aquela que não somente não tem nada em comum com a existência social real de seu ser, como, antes, a ele se opõe diretamente” (MARX, 2010, p. 94). Aqui, a ideia de que o isolamento da particularidade, da vida da sociedade civil, pode tornar-se universalidade, na vida política, é rechaçada por Marx. A denúncia é tanto endereçada à realidade quanto à teoria (ao pensamento especulativo). E Marx expande a conclusão:

O que é *lei geral* se mostra, aqui, no indivíduo. (...) Portanto, também o cidadão do Estado está separado do simples cidadão, isto é, do membro da sociedade civil. O cidadão deve, pois, realizar uma ruptura essencial consigo mesmo. Como *cidadão real*, ele se encontra em uma dupla organização, a *burocrática* (...) e a *social*, a organização da sociedade civil (MARX, 2010, p. 94-95 – itálicos do original).

Vê-se de onde partirão as considerações sobre o *bourgeois* e o *citoyen*, que Marx trará em *Sobre a questão judaica*. Escrito também em 1843 e publicado em 1844, em uma polêmica com Bruno Bauer⁵, nele encontramos três pilares profundamente relacionados: uma crítica do estado moderno, a distinção entre emancipação política e emancipação humana e, finalmente, uma crítica da individuação burguesa.

Promovendo um giro em relação ao argumento de Bauer sobre as particularidades cristã do estado prussiano e judaica do judeu, Marx passa perquirir o estado moderno e a condição cidadã enquanto tais; conclui assim, que “o estado é capaz de libertar-se de uma limitação sem que o homem realmente fique livre dela” (MARX, 2009, p. 38). Em outros termos, indica que a universalidade do estado moderno se faz *por cima* das particularidades, que permanecem realmente existentes e operantes na vida da sociedade civil. A “anulação política da propriedade”, por exemplo, “não só não leva à anulação da propriedade privada, mas até mesmo a pressupõe” (MARX, 2009, p. 39) e “longe

⁵ Em *Sobre a questão judaica*, Marx enfrenta tanto os materiais publicados por Bruno Bauer nos números 274 e 275 dos *Anais alemães de ciência e arte*, editados por Arnold Ruge em Leipzig, quanto um artigo complementar intitulado *A capacidade dos judeus e dos cristãos hodiernos para se tornarem livres*, publicado nos *Vinte e Um Cadernos da Suíça*, editados por Julius Fröbel. Questionando tanto a particularidade cristã do estado prussiano, quanto a particularidade “judaica” dos judeus, Bauer sustenta que, enquanto não abandonarem tais particularidades, nem o estado prussiano será capaz de alcançar uma existência universal (racional), nem o judeu a universalidade da cidadania. Marx irá demonstrar que a crítica de Bauer, antes, deveria questionar tanto o próprio estado moderno quanto as origens reais da cidadania, polemizando, assim, sobre a própria modalidade da emancipação.

de anular essas diferenças fáticas”, o estado “existe tão somente sob o pressuposto delas, ele só se percebe como estado político e sua universalidade só se torna efetiva em oposição a esses elementos próprios dele” (MARX, 2009, p. 40). A essa emancipação *ideal*, Marx chama *emancipação política*. Embora longe de apresentar *apenas* aspectos negativos, trata-se de uma forma de emancipação que ainda mantém, entre os homens e a liberdade, uma mediação estranhada:

O homem se liberta de uma limitação valendo-se do meio chamado estado, ou seja, ele se liberta politicamente, colocando-se em contradição consigo mesmo, alteando-se acima dessa limitação de maneira abstrata e limitada, ou seja, de maneira parcial. Decorre, ademais, que o homem, ao se libertar politicamente, liberta-se através de um desvio, isto é, de um meio, ainda que se trate de um meio necessário. (...) O estado é o mediador entre o homem e a liberdade do homem (MARX, 2009, p. 39).

O habitante do céu (universal) político é o “cidadão” (*citoyen*): uma ideia, a abstração do Homem (*homme*), que existe na sociedade sob a forma real do indivíduo *mercantil* (*bourgeois*⁶), a quem são endereçados os *Droits de l’homme*. Assim, seus direitos naturais nada mais são do que a expressão de sua vida estranhada, desistoricizada no plano jurídico. O que torna os direitos a liberdade, igualdade e segurança nada mais do que expressões de um direito acima de todos os demais: o direito à propriedade. E conclui:

Nenhum dos chamados direitos do homem vai, portanto, além do homem egoísta, além do homem tal como ele é membro da sociedade civil, a saber: um indivíduo remetido a si, ao seu interesse privado e ao seu arbítrio privado, e isolado da comunidade. (...) O único vínculo que os mantém juntos é a necessidade da natureza, a precisão [*Bedürfnis*] e o interesse privado, a conservação da sua propriedade e da sua pessoa egoísta (MARX, 2009, p. 65-66).

Em resumo, como o estado despiu-se de toda particularidade (religião, propriedade etc.) para aparecer universal, o cidadão é a expressão ideal, no plano político, do indivíduo burguês destituído de sua particularidade burguesa. Em ambos os casos, os estranhamentos se mantêm na realidade mesma, produzindo uma existência dual: cidadãos no plano político e burgueses (sujeitos mercantis) na vida cotidiana. Em conclusão, Marx explicita a limitação desse tipo de liberdade e insere sua definição de *emancipação humana* como a ultrapassagem desses constrangimentos da particularidade burguesa *na vida social mesma*.

N’A *Sagrada Família*, redigida em colaboração com Engels, também em 1844, Marx permanece, em sua crítica a B. Bauer⁷, munido dos mesmos elementos apresentados em *Zur Judenfrage*, todavia, enfatizando mais decisivamente o problema da individuação:

⁶ Aqui é importante destacar que ao se referir ao *bourgeois*, Marx não se refere exclusivamente ao “burguês”, como membro da classe burguesa, mas à conformação de sujeitos mercantis que os indivíduos adquirem na fenomenalidade da ordem do capital.

⁷ Competiu a Marx redigir a crítica contra Bruno Bauer.

assim como o Estado antigo tinha como fundamento natural a escravidão, o *Estado moderno* tem como *base natural* a sociedade burguesa e o homem da sociedade burguesa, quer dizer, o homem independente, entrelaçado com o homem apenas pelo vínculo do interesse privado e da necessidade natural *inconsciente*, o *escravo* do trabalho lucrativo e da necessidade egoísta, tanto da própria quanto da alheia. O Estado moderno reconhece essa sua base natural, enquanto tal, nos direitos gerais do homem (MARX; ENGELS, 2011, p. 132 – itálicos do original).

Voltando a fustigar os *Droits de l'homme*, Marx não recua em relação à demonstração de que a liberdade reivindicada é a liberdade do indivíduo burguês (MARX; ENGELS, 2011, p. 132). No texto, por influência de sua apropriação da economia política, aparece mais claramente demarcada a relação entre o advento do livre comércio e da livre indústria na construção do aparente isolamento dos indivíduos. Mas esse isolamento, para Marx, não produz uma atomização *real*. Ainda que autocentrados e egoisticamente preocupados apenas com as próprias necessidades, esses indivíduos mantêm, mesmo que forçosamente, dadas as circunstâncias sociais objetivas, relações entre si: “cada indivíduo tem de criar necessariamente essa relação, convertendo-se também em mediador entre a necessidade alheia e os objetos dessa necessidade” (MARX; ENGELS, 2011, p. 139).

Como se vê, trata-se de uma relação que se estabelece de modo estranhado: cada indivíduo deve manter sua relação com os demais, mesmo fazendo do outro meio para a autorrealização. A unidade genérica objetiva aparece refletida na subjetividade por meio de um estranhamento: as relações sociais aparecem como resultado da busca dos próprios interesses individuais. Assim, Marx dá um golpe decisivo no hegelianismo ao afirmar que “somente a *superstição política* ainda pode ser capaz de imaginar que nos dias de hoje a vida burguesa deve ser mantida em coesão pelo Estado, quando na realidade o que ocorre é o contrário, ou seja, é o Estado quem se acha mantido em coesão pela vida burguesa” (MARX; ENGELS, 2011, p. 139).

Note-se, de passagem, que essa constituição da individualidade, pela sociedade burguesa, a exemplo da emancipação política, não deixa de apresentar um avanço com relação ao sistema de privilégios. Mas, também no mesmo diapasão de *Zur Judenfrage*, Marx denuncia a permanência de entraves ao livre desenvolvimento genérico também nesse processo:

Assim como a livre indústria e o livre comércio superam a determinação privilegiada e, com ela, superam a luta das determinações privilegiadas entre si, substituindo-as pelo homem isento de privilégios - do privilégio que isola da coletividade geral, tendendo ao mesmo tempo a constituir uma coletividade exclusiva mais reduzida -, não vinculado aos outros homens nem sequer através da *aparência* de um nexo geral e criando a luta geral do homem contra o homem, do indivíduo contra o indivíduo, assim a *sociedade burguesa* em sua totalidade é essa guerra de todos os indivíduos, uns contra os outros, já apenas delimitados entre si por sua *individualidade*, e o movimento geral e desenfreado das potências elementares da vida, livres das travas dos privilégios (MARX; ENGELS, 2011, p. 135 – itálicos do original).

Esse argumento, contudo, não captura toda a dimensão do processo de individuação na ordem burguesa. Marx pressente que a solução da questão deve ser buscada na economia política, mas seu pensamento ainda não está plenamente amadurecido para determinar, em termos precisos, a porção essencial do problema: os impactos que a determinação de classe provoca, concretamente, no processo de individuação.

No mesmo espírito e do mesmo período de *Zur Judenfrage*, temos as *Glosas críticas marginais ao artigo “O Rei da Prússia - De um prussiano”*. Contra Ruge, que acusa os tecelões silesianos de promoverem uma revolta destituída de alma política⁸, donde sua derrota, Marx promove outro giro. Perquirindo sobre as soluções adotadas contra o pauperismo em países politicamente desenvolvidos, como a Inglaterra e a França, Marx irá apontar o círculo vicioso das saídas políticas, que encontrarão sempre soluções epidérmicas para problemas estruturais (desde a orientação malthusiana à regulação natural da população, passando pela caridade privada - de seu incentivo à crítica - até tornar-se “caso de polícia”). Em uma formulação clássica, conclui que

O estado jamais verá no “estado e na organização da sociedade” a razão das mazelas sociais (...). Onde quer que haja partidos políticos, cada um deles verá a razão de todo e qualquer mal no fato de seu adversário estar segurando o timão do estado. Nem mesmo os políticos radicais e revolucionários procuram a razão do mal na essência do estado, mas em uma determinada forma de estado, que querem substituir por outra forma de estado. (...). Do ponto de vista político, Estado e organização da sociedade não são duas coisas distintas. O estado é a organização da sociedade (MARX, 2010a, p. 38-9).

Essa percepção a respeito do estado não se alterará, em sua essência, ao longo de toda a sua vida. É neste espírito que apresentará a famosa definição, no *Manifesto Comunista* (MARX; ENGELS, 2007, p. 42), em 1848, de que “o executivo no estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa” e constatará que a participação do proletariado francês na coalizão da República de Fevereiro terminará, naquele momento histórico, por “antagonizá-lo” com o restante do povo⁹, culminando em sua derrota, em julho de 1848, atos que serviram de prólogo ao golpe de Luís Bonaparte (MARX, 1988), em 1851.

⁸ Cf. Mehring (2013, p. 93-94), Ruge publicou “dois artigos anônimos no *Vorwärts!*: uma série de pequenas observações sobre a política prussiana e um longo artigo contendo nada além de fofocas sobre a dinastia prussiana, entremeada com observações sobre o ‘rei bêbado’, a ‘rainha manca’ e seu ‘casamento puramente espiritual’ etc. Os artigos estavam assinados como ‘Um prussiano’, e naquelas circunstâncias pareceu como se Marx fosse o autor”. A tentativa de Ruge de embaraçar Marx com esse expediente transparece no modo como se refere a Marx, em cartas a pessoas próximas, à época: “homem completamente repugnante” e “judeu insolente” (cf. MEHRING, 2013, p. 94). Por essa razão, a resposta de Marx em suas *Glosas Críticas Marginais...*, que ignora olímpicamente as baixas referências de Ruge à família real prussiana para concentrar-se na questão filosófica realmente importante, vem acompanhada da seguinte afirmação, logo à abertura do texto, em uma nota de rodapé: “Razões especiais me levam a declarar que este artigo é o primeiro que forneci ao *Vorwärts!* para publicação” (MARX, 2010a, p. 25).

⁹ Após enumerar uma série de medidas tomadas pela República de Fevereiro, Marx conclui, como ponto culminante de sua derrocada, a imposição do “imposto de 45 cêntimos” sobre o vinho. Essa ação do governo republicano enfureceu o campesinato francês, que passou a ver “a república, a partir daquele momento”, como o “imposto de 45 cêntimos” e “o proletariado parisiense [como] o esbanjador que se enriquecia mais às suas custas” (MARX, 2012, p. 54). O campesinato francês foi decisivo na sustentação, ascensão e golpe de Luís Bonaparte.

Ao longo das décadas de 1850/1860, Marx passa a dedicar seu tempo a uma análise detalhada da dinâmica do capital, o que faz com que a questão do estado permaneça diluída e/ou obnubilada por outras determinações, que buscava pôr em primeiro plano¹⁰.

Nos *Grundrisse*, Marx volta a tratar do problema da individuação em termos muito semelhantes aos dos anos 1840, quando, por exemplo, identifica que na relação de troca temos o fato de que “cada um serve ao outro para servir a si mesmo” (MARX, 2011, p. 187). Mantém-se de modo explícito o entendimento que o autointeresse faz do outro um meio para a própria realização e que os *indivíduos* são movidos por uma espécie de *egoísmo racional*; a liberdade está fundada numa inversão, em que o indivíduo faz do outro meio de sua satisfação e de si meio da satisfação alheia. Todo esse movimento aparece governado pela mercadoria¹¹, numa dinâmica onde a vontade dos homens é submetida ao movimento das coisas e a afirmação humana é submetida ao “interesse egoísta, que não realiza nenhum interesse superior” (MARX, 2011, p. 187). A universalização do interesse egoísta determina, assim, o *bellum omnium contra omnes* hobbesiano. Assim, “a forma econômica, a troca, põe a igualdade dos sujeitos em todos os sentidos, o conteúdo, a matéria, tanto individual como objetiva, que impele à troca, põe a liberdade” (MARX, 2011, p. 188), que se expressam como *liberdade e igualdade* no plano jurídico. É exatamente esse indivíduo que, cerca de treze anos antes (em 1844), foi identificado por Marx como sendo o *bourgeois* (MARX, 2009). Mas isso não é tudo e é nesta fase de sua produção que a determinação de classe ganha relevo para o entendimento da individuação.

No conhecido Cap. XXIII do Livro I, Marx (2018, p. 689 ss.) indica como as oscilações no emprego social da força de trabalho trazem alterações para a vida objetiva dos trabalhadores. Ali, demonstrará que é próprio da dinâmica reprodutiva do capital gerar uma desproporção entre capital invertido em constante e variável; como a tendência crescente de imobilização do valor em maquinaria, matérias-primas, suprimentos, edifícios etc. leva a um decréscimo relativo na parte de capital empregada em trabalho vivo. E essa desproporção, que encaminha para uma crescente economia no emprego de trabalho vivo (economia intensiva e extensiva, com o tempo), leva à formação de uma superpopulação relativa, que passa a funcionar como um exército industrial de reserva, cuja função é pressionar pela desvalorização da força de trabalho. Portanto, a absorção da força de trabalho no mercado de trabalho tende a um recrudescimento progressivo, donde, como consequência, acompanhamos não apenas um acirramento no conflito entre as classes como ainda nas *condições de reprodução* dos homens e mulheres no plano individual (ou seja, traz inegável impacto para a constituição de suas subjetividades).

Portanto, a camada mais profunda a determinar o processo de individuação social é a classe. E não podemos falar em determinação de classe sem referirmos a dois momentos que se tornaram senso comum no marxismo: a condição de classe em si e classe para si. Pode ser que, na maior parte das vezes, pensemos em classe no seu sentido mais explícito: quando organizada e em luta por seus próprios interesses. Mas, no que diz respeito às determinações cotidianas, a dimensão da classe *em*

¹⁰ Talvez, ainda, devido ao plano original (não concluído) de escrever um volume d’*O Capital* inteiramente dedicado ao problema do estado. Cf. Rosdolsky (2001, p. 29).

¹¹ A respeito do fetichismo da mercadoria, cf. Marx (2018, p. 146 ss.).

si tem impacto substantivo na vida objetiva (e subjetiva) dos indivíduos singulares. Marx, em 1852, demarcou de modo simples e invulgar as características desse impacto:

A grande massa da nação francesa é, assim, formada pela simples adição de grandezas homólogas, da mesma maneira por que batatas em um saco constituem um saco de batatas. Na medida em que milhões de famílias camponesas *vivem em condições econômicas que as separam umas das outras, e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe* (MARX, 1988, p. 75 – itálicos nossos).

Chamamos atenção para o fato de que, para além daquela forma abstrata que todos os indivíduos adquirem na sociedade burguesa, ou seja, de sujeitos mercantis, há as limitações diárias concretas, o cotidiano de provações, os limites de fruição, os valores morais e a visão de mundo, sedimentados a partir da *localização objetiva na estrutura social*. Sabendo ou não disso, os indivíduos singulares têm, em sua vida cotidiana, suas possibilidades de resposta mais ou menos limitadas por essa localização, e isso, é claro, é inseparável de suas capacidades de elaborar idealmente a respeito das situações encontradas. Em espectro amplo, as respostas oferecidas são sempre dadas a partir de possibilidades *reais* e alternativas *realmente* existentes. Mas, a percepção cotidiana obnubila a determinação de classe, em detrimento da “porção mercantil” de nossa personalidade. Claro, “obnubilar” não é sinônimo de “extinguir”, e a determinação de classe acaba por impor o lugar na distribuição social, a participação no produto social e o próprio lugar no sistema de trocas. Marx expressa bem a dualidade dessa questão *n’A ideologia alemã*:

Os indivíduos singulares formam uma classe somente na medida em que têm de promover uma luta contra uma outra classe; de resto, eles mesmos se posicionam uns contra os outros, como inimigos, na concorrência. Por outro lado, a classe se autonomiza, por sua vez, em face dos indivíduos, de modo que estes encontram suas condições de vida predestinadas e recebem já pronta da classe sua posição na vida e, com isso, seu desenvolvimento pessoal; são subsumidos a ela (MARX; ENGELS, 2012, p. 63).

Assim, a situação de classe acaba revelando muito mais sobre as singularidades humanas que a condição de cidadão abstrato. Ela nos diz a respeito das capacidades de fruição das objetivações sociais e, conseqüentemente, da adstrição das possibilidades de resposta, colocando os indivíduos frente a alternativas mais ou menos *limitadas*, nas quais suas potencialidades de sujeito de classes aparecem diluídas e legitimadas na condição de sujeitos mercantis (*bourgeois*), cuja cidadania é reconhecida nos universos político e jurídico.

Em seus últimos anos, Marx volta a tratar da questão do estado em dois textos importantes e por motivações específicas: *A guerra civil na França* (1871) e *A Crítica do Programa de Gotha* (1875). Os esboços preliminares ao texto de 1871 (MARX, 2011a) revelam que sua saudação à Comuna de Paris, por um lado, reconhece que a administração político-jurídica, como momento apartado da

sociedade e isolado na forma estatal, não pode ser simplesmente abolida por decreto. Esse mesmo entendimento pode ser encontrado na *Crítica do Programa de Gotha* e será retomada por Lênin, noutros moldes, em *O estado e a revolução* (LÊNIN, 2009). Marx percebe a Comuna de Paris como *retomada* das funções do estado pelo proletariado, iniciando seu processo de dissolução:

O regime comunal teria restaurado ao corpo social todas as forças até então absorvidas pelo parasita estatal, que se alimenta da sociedade e obstrui seu livre desenvolvimento. (...) Eis o verdadeiro segredo da Comuna: era essencialmente um governo da classe operária, o produto da luta da classe produtora contra a classe apropriadora, a forma política enfim descoberta para se levar a efeito a emancipação econômica do trabalho. (...) A comuna, portanto, devia servir como alavanca para desarraigar o fundamento econômico sobre o qual descansa a existência das classes e, por conseguinte, da dominação de classe (MARX, 2011a, p. 59 – itálicos nossos)

Outro ponto perceptível no fragmento é a consideração positiva de uma saída *paraestatal*, como uma oposição entre o estado burguês (e sua institucionalidade correspondente) e a forma do governo proletário, *distinta do estado burguês*. Marx, como é de conhecimento, não tinha por hábito prescrever de modo enrijecido as ações revolucionárias do proletariado - que sempre devem ser tomadas à luz das situações concretas particulares - mas, no texto de 1971, indica inequivocamente a possibilidade de uma solução administrativa político-jurídica *à margem* do estado moderno. O realismo de sua concepção revolucionária pode ser visto ainda, nesta última fase de sua produção, nas indicações que faz a Vera Zasulitch a respeito das possibilidades para o socialismo na Rússia (cf. MARX, 2013).

No entendimento de Marx, a Comuna, dada sua “perspectiva do todo” (cf. MARX, 2011a, p. 50), integra o conjunto de ações capazes de revolver as *bases* dos processos sociais de estranhamento¹², diferindo-se, assim, da simples emancipação política. Rompendo o véu da política, a Comuna derruba a

ilusão de que a administração e o governo político seriam mistérios, funções transcendentais a serem confiadas apenas a uma casta de iniciados - parasitas estatais, sicofantas ricamente remunerados e sinecuristas ocupando altos postos, absorvendo a inteligência das massas e voltando-as contra si mesmas nos estágios mais baixos da hierarquia. Elimina-se a hierarquia estatal de cima a baixo e substituem-se os arrogantes senhores do povo por servidores sempre removíveis, *uma responsabilidade de mentira por uma responsabilidade real*. (...) Quaisquer que sejam os méritos da Comuna, sua mais formidável medida foi sua própria organização (MARX, 2011a, p. 130 – itálicos nossos).

Já na *Crítica do Programa de Gotha* (Marx, 2012a), escrito em 1875 e que permaneceu por um tempo inédito após sua redação, são estabelecidas duas considerações que nos interessam aqui: uma, a respeito do direito como forma ideológica que se mantém, ainda que com modificações, na transição socialista; outra, a crítica à concepção lassalliana.

¹² Ecos desse entendimento podem ser encontrados também no “último” Lukács (pós-1960), quando de sua insistência enérgica pela retomada da democracia dos conselhos nos países socialistas, como necessidade vital para estabelecer a democracia socialista como *democracia da vida cotidiana*, contraponto orgânico ao domínio da burocracia. Referências explícitas a isso podem ser encontradas no opúsculo *Democratização hoje e amanhã* (publicado como *O processo de democratização* – LUKÁCS, 2011) e nas últimas entrevistas por ele concedidas (LUKÁCS, 2020).

No primeiro caso, Marx é realista ao considerar que a apropriação do produto do trabalho, na produção realizada pelos produtores associados, não apenas *não* poderá ser integral (há fundos que devem ser preservados para a substituição dos meios de produção, expansão da produção, reserva de segurança, cobrir os custos gerais de administração e manter os impossibilitados para o trabalhar e os serviços coletivos como saúde, educação etc. - funções que se concentram, hoje, majoritariamente, sob controle do estado), como ainda terá de ser pautada por algum tipo de direito. Vale observar, de passagem, que Marx permanece sustentando, 28 anos depois, a mesma compreensão exposta n' *A Miséria da Filosofia* a respeito do problema¹³.

Primeiro, faz questão de distinguir entre as ideias de direito e justiça, fustigando:

O que é a distribuição “justa”? Os burgueses não consideram que a atual distribuição é “justa”? E não é ela a única distribuição “justa” tendo como base o atual modo de produção? As relações econômicas são reguladas por conceitos jurídicos ou, ao contrário, são as relações jurídicas que derivam das relações econômicas? Os sectários socialistas não têm êles também as mais diferentes concepções de distribuição “justa”? (MARX, 2012a, p. 27).

Observa-se aqui, com clareza, uma identidade não-mecânica entre a estrutura produtiva e direito. Pouco à frente, Marx irá considerar que, na transição socialista, a permanência do direito deve significar o direito de apropriação *conforme o tempo de trabalho fornecido, pelo indivíduo*, para a sociedade. Mas, neste ponto da *permanência do direito*, faz uma ressalva: “esse *igual direito* continua marcado por uma limitação burguesa” (MARX, 2012a, p. 30 – itálico do original) por tratar-se de “direito desigual para trabalho desigual” (MARX, 2012a, p. 30), ou seja, um direito que, embora não reconheça nenhuma “distinção de classe”, “reconhece tacitamente a desigualdade dos talentos individuais como privilégios naturais e, por conseguinte, a desigual capacidade dos trabalhadores. *Segundo seu conteúdo, portanto, ele é, como todo direito, um direito da desigualdade*” (MARX, 2012a, p. 30-1 – itálicos do original).

O vínculo entre justiça e modo de produção, que Marx apôs nos materiais que virão a compor o Livro III d' *O Capital*, está novamente em causa. Nesse material, produzido entre 1863 e 1867, após afirmar que as formas jurídicas não podiam determinar o conteúdo (as relações de produção), concluiu que as ideias de justiça a respeito das transações econômicas, do modo de sua realização e de seu funcionamento (donde devemos incluir, também, a forma da distribuição) seguiam um princípio simples: “quando corresponde ao modo de produção, quando lhe é adequado, esse conteúdo é justo; quando o contradiz, é injusto. A escravidão, sobre a base do modo de produção capitalista, é injusta, assim como a fraude em relação à qualidade da mercadoria” (MARX, 2017, p. 386-7).

¹³ “Em primeiro lugar, qualquer que seja a sociedade que imaginarmos, o operário não pode receber para o consumo o valor integral do seu produto; o que é produzido deverá cobrir sempre os gastos de diversas funções que, embora improdutivas no sentido econômico são necessárias, e, conseqüentemente, cobrir os gastos de manutenção das pessoas encarregadas dessas funções. Isso só é válido nas condições da atual divisão do trabalho. Numa sociedade em que o trabalho produtivo seja obrigatório para todos - e uma sociedade assim também é ‘imaginável’ -, essa validade é derogada. É claro que um fundo social de reserva e um fundo de acumulação continuarão necessários e, pois, todos os trabalhadores (ou seja: todos os membros da sociedade) possuirão e desfrutarão, com certeza, todo o seu produto, mas, separadamente, ninguém desfrutará ‘o produto integral do seu trabalho’” (MARX, 2009a, p. 209-10).

Não apenas a ideia de justiça guarda relação com o modo de produção, mas também o próprio complexo do direito. Em 1857, Marx havia afirmado que o “direito do mais forte”, como uma espécie de direito, permanecia subsistindo sob outra forma no “estado de direito” (MARX, 2011, p. 53), conclusão ancorada no entendimento de que “toda forma de produção forja suas próprias relações jurídicas, formas de governo etc.” (MARX, 2011, p. 43). Em 1859, na *Contribuição à crítica da economia política*, ainda que as considerações a respeito do Estado priorizem suas atribuições econômicas, com destaque especial para suas atribuições no âmbito monetário¹⁴, Marx também retoma que “as relações jurídicas, bem como as formas do Estado, não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; essas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência” (MARX, 2008, p. 47). Essas aquisições, que aparecem pela primeira vez, de modo mais resolutivo, n’*A ideologia alemã* (MARX; ENGELS, 2012), mantém-se como elemento teórico adicional e não excludente das ideias dos anos 1840.

Se recordarmos as explicações de Marx nos *Grundrisse* (MARX, 2011, p. 49 ss.), a respeito da unidade entre produção e distribuição, bem como, finalmente, as não menos famosas considerações, na seção VII, a respeito d’*Os rendimentos e suas fontes*, no Livro III (Marx, 2017, p. 877 ss.), poderemos constatar que: 1) a distribuição no modo de produção capitalista é *justa*, pois 2) cada modo de produção específico tem sua própria concepção histórica de justiça. O horizonte marxiano, portanto, é de avanço para uma condição de *extinção* do direito, de desaparecimento da forma jurídica mesma na sociedade comunista. Uma sociedade baseada no trabalho concreto pode realizar-se a partir do princípio “de cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades” (MARX, 2012a, p. 32), prescindindo, portanto, tanto do direito quanto do estado.

Mas há ainda um outro elemento que devemos retomar da *Crítica do Programa de Gotha*: as críticas contra os seguidores de Lassalle. Marx sempre nutriu certo desprezo por Lassalle, considerando-o um falsificador no plano teórico (e esse juízo, que se mantém, é facilmente perceptível na redação da *Crítica...*), o que o leva a atacar duramente os entendimentos, de inspiração lassalliana, que a Associação Geral dos Trabalhadores (fundada em 1863, por Lassalle) tenta fazer passar ao Partido Social-democrata dos Trabalhadores (fundado em 1869, por Liebknecht, Bracke e Bebel, e com o qual Marx e Engels possuem aproximação) no processo de unificação programática para a constituição do Partido Operário Alemão. Por outro lado, Marx também sempre considerou Lassalle um oportunista político (dado o trânsito que desfrutava junto ao estado prussiano, Lassalle tentou, por vários meios, realizar as demandas dos trabalhadores por meio de acordos com o estado bismarckiano). Esse tipo de atitude irritava profundamente Marx (cf. MEHRING, 2013). Assim, a crítica das ideias de Lassalle, presentes no Programa de Gotha, concentram-se tanto na má interpretação teórica (na tomada do ponto de vista teórico lassalliano como ponto de partida) quanto nas ilusões a respeito das possibilidades de avançar por acordos com o estado - elementos profundamente relacionados.

¹⁴ Noutro lugar, incluímos as funções monetárias dentre as atividades referentes à forma administrativa do estado. Cf. Arbia (2017).

De qualquer ângulo, portanto, que se analise os textos de 1871 e 1875, não é possível encontrar o “estatismo” que Bakunin atribui a Marx; muito pelo contrário, o que se vê nas exposições do filósofo alemão é um antiestatismo empedernido. Do mesmo modo, também não há como sustentar o argumento do anarquista russo a partir dos textos dos anos 1840 ou da produção intermediária dos anos 1850. E mesmo em sua fase anterior, da *Rheinische Zeitung*, de 1842 a 1843, período em que Marx ainda está vinculado ao hegelianismo e do qual não pudemos tratar aqui, há diferenças importantes que atiram os entendimentos de Marx a respeito do estado racional e do hegelianismo.

CONCLUSÃO

Aqui, só podemos aludir, de modo muito superficial, a este que figura como um dos temas menos explorados e mais cruciais no pensamento marxiano: as relações entre estado moderno e individualização *burguesa*¹⁵. Das muitas determinações que compõem o processo de individualização na ordem burguesa, ativemo-nos aqui, de modo muito ligeiro, às relações generalizadas de troca, à porção fenomênica da personalidade individual, alcançamos as determinações de classe e os impactos que esses elementos trazem para o modo como os indivíduos singulares subjetivam e objetivam as relações sociais.

Vimos, também, que Marx não abandonou, na maturidade, seu juízo negativo a respeito do estado, construído já em 1843, justamente por não retroceder (pelo contrário) nas considerações a respeito do vínculo entre estado e indivíduo burguês. Apesar de não retomar o problema nos mesmos termos dos anos de juventude, como a questão da cisão entre *bourgeois* e *citoyen*, ele não deixou de perceber o estado como instrumento reiterativo das determinações fundamentais do capital e, logo, como instância retroalimentar dos modernos modos de estranhamento.

Por fim, indicar, com faz, por exemplo, Altvater¹⁶ (1975), os fundamentos que exigem a constituição do estado enquanto forma *administrativa* (cf. Arbia, 2018) é, em nosso entendimento, apenas *parcialmente* correto. Entendemos que é preciso esclarecer, também, como e por que a forma administrativa deve adquirir uma expressão político-jurídica, ou, em termos mais precisos, porque a administração, no estado, deve aparecer como política e direito. Neste aspecto, não temos dúvida, boa parte das respostas já está dada nas elaborações marxianas dos anos 1840.

REFERÊNCIAS

ALTVATER, E. Remarques sur quelques problèmes posés par l'interventionnisme étatique. In: VINCENT, J. M.; HIRSCH, J.; WIRTH, M.; ALTVATER, E.; YAFFE, D. *L'Etat contemporain et le marxisme*. Paris: François Maspero, 1975.

¹⁵ Constituir-se indivíduo na ordem burguesa é algo distinto de constituir-se “indivíduo” em modos de produção precedentes; “o ser humano só se individualiza pelo processo histórico” (MARX, 2011, p. 407). A respeito dos distintos modos de produção ao longo da história, em que pesem elementos já superados, cf. Marx (2011, p. 388 ss.).

¹⁶ E outros autores ligados ao derivacionismo alemão, de quem não pudemos tratar aqui, por razões de espaço.

ARBIA, A. O momento estrutural do Estado: incontornabilidade do capital como determinação primária do Estado moderno. In: MORAES, A.; RODRIGUES, M.; CAVALCANTE, R. (Org). *Coleção Carlos Nelson Coutinho*. Vol 3. Panorama da Produção Discente do PPGSS-UFRJ. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola do Serviço Social, 2018.

ARBIA, A. *A ilusão de controle da incontornabilidade: uma análise das formas ideológicas estatais (política e direito) a partir da crítica da economia política*. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, 2017.

BAKUNIN, M. *Statism and Anarchy*. Transl. Marshall S. Shatz. Cambridge: University Press, 2007.

CHASIN, J. *Estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009.

LÊNIN, V. I. *O estado e a revolução*. Trad. revista por Aristides Lobo. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LUKÁCS, G. *Essenciais são os livros não escritos*. Trad. Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Boitempo, 2020.

LUKÁCS, G. O processo de democratização. In: *Socialismo e democratização*. Trad. José Paulo Netto e Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

MARX, K. *O Capital*. Livro I - O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. 2ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

MARX, K. *O Capital*. Livro III - O processo global da produção capitalista. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K. Primeiro ao quarto esboços e carta a Vera Ivanov na Zaslitch. In *Lutas de Classes na Rússia*. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. *As lutas de classes na França*. De 1848 a 1850. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, K. *Crítica do Programa de Gotha*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012a.

MARX, K. Resumo crítico de Estatismo e anarquia de Mikhail Bakunin. In: *Crítica do Programa de Gotha*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012b.

MARX, K. *Grundrisse*. Trad. Mário Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. *A guerra civil na França*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011a.

MARX, K. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. Trad. Leonardo de Deus e Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K. Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social. De um prussiano”. *In: Lutas de classes na Alemanha*. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2010a.

MARX, K. *Para a questão judaica*. Trad. José Barata-Moura. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, K. *A Miséria da Filosofia*. Trad. José Paulo Netto. São Paulo: Expressão Popular, 2009a.

MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. Trad. Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. Trad. revista por Leandro Konder. *In: Marx II*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Trad. Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, K.; ENGELS, F. *A Sagrada Família*. Trad. Marcelo Backes. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto Comunista*. Trad. Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 2007.

MEHRING, F. *Karl Marx. História de sua vida*. Trad. Paula Maffei. São Paulo: Sundermann, 2013.

NETTO, J. P. *Marxismo Impenitente*. Contribuição à história das ideias marxistas. São Paulo: Cortez, 2004.

ROSDOLSKY, R. *Gênese e estrutura de “O capital” de Karl Marx*. Trad. César Benjamin. Rio de Janeiro: Editora da UERJ/Contraponto, 2001.

MARX E O PROBLEMA DAS POLÍTICAS SOCIAIS NA SOCIABILIDADE DO CAPITAL: OS ESTREITOS LIMITES DO ESTADO E DA POLÍTICA

MARIANA DEISTER DIAS BARBOSA
RONALDO VIELMI FORTES

A partir d[o] conflito do Estado político com ele mesmo se desenvolve, portanto, a verdade das relações sociais. Assim como a religião é a síntese dos combates teóricos da humanidade, o Estado político é a síntese de seus combates práticos. O Estado político é, portanto, o a expressão, sob sua própria forma – sub specie rei publicae – de todas as lutas, necessidades e verdade sociais.

Marx em carta a Ruge, setembro de 1843 (1975a, p. 56).

As reflexões de Marx no que tange ao Estado e a política sempre foram temas de muitas controvérsias. Muito se falou das intenções do pensador em escrever um livro - ou um tomo específico de *O capital* - sobre o Estado, propósito que, como sabemos, nunca chegou a ser realizado. A ausência de um estudo dessa natureza não impediu, no entanto, que o autor realizasse ao longo de suas obras diversas considerações de grande relevância sobre o Estado e sobre o papel específico de suas funções e atividades. Uma das discussões frequentes nas elaborações do pensador alemão é o papel das políticas sociais propostas pelo Estado como forma de equacionar e dirimir conflitos internos à sociabilidade.

Muito embora o contexto de suas discussões e reflexões estejam circunscritos ao século XIX, o teor de suas análises e de suas considerações críticas são ainda de grande relevância uma vez que discutem a natureza intrínseca das chamadas questões sociais como fenômenos internos à ordem societária, e busca determinar sua origem e as causas de sua agudização, não como uma mera

deficiência da ação política, mas como contradições presentes no interior da própria sociedade civil, particularmente circunscritas à dinâmica contraditória da esfera da economia.

A relevância do pensamento marxiano na referida temática destaca o debate das políticas sociais como mediação central para o enfrentamento a chamada questão social no âmbito do Serviço Social¹. Na profissão, o debate teórico das políticas sociais na vertente marxista é recente, datando a década de 1980. Já no que se refere à contribuição direta de Marx para pensar as políticas sociais, há consenso quanto a ausência da temática no constructo do autor alemão devido a própria escassez em seu tempo de políticas sociais nos moldes que conhecemos (Cf. BEHRING, 2000). Não obstante esse aspecto, é possível observar no pensamento do autor considerações e críticas formuladas às primeiras medidas sociais de enfrentamento à pobreza no terreno europeu, como pretendemos demonstrar ao longo artigo a seguir. Tal perspectiva compreende as políticas sociais enquanto construções da sociabilidade vigente, para além de suas especificidades temporais e locais, entendendo que o surgimento de suas bases antecede o período do chamado *Welfare State*, mais conhecido pelo seu período de ampliação e consolidação.

Sem pretender esgotar um tema tão amplo e repleto de nuances, esse artigo propõe trazer à luz alguns elementos importantes das reflexões de Marx, particularmente aqueles que permitem analisar as condicionantes dos conflitos sociais, os limites da ação do Estado e o campo das possibilidades efetivas de superação das contradições da sociabilidade. O retorno a um velho problema justifica-se em grande medida pela insistência, muito comum em nossos dias, em considerar as ações por dentro do Estado como um dos critérios fundamentais da luta pela justiça e equidade social. Frente a tais perspectivas, as análises marxianas ainda se mostram uma atualidade capaz de retomar a necessária crítica do Estado e de seus fundamentos, para desse modo sugerir redirecionamentos na luta pela transformação da realidade social.

Nosso artigo, escrito a quatro mãos, é o desdobramento das reflexões presentes na dissertação “Apontamentos sobre a crítica marxiana à política e ao direito em sua relação com as agendas políticas do Serviço Social: a construção de um elo necessário”², que considerou e analisou as tendências internas à algumas vertentes teóricas marxistas do Serviço Social na busca de soluções à questão social por meio da luta interna ao Estado, na luta constante pela melhoria e aplicação de novas políticas sociais como patamar estratégico para tal enfrentamento. Considerando o movimento de Renovação do Serviço Social, o qual conteve vertentes declaradamente marxistas, a dissertação procurou resgatar como passo analítico necessário o pensamento de Marx em torno do problema do Estado, do direito e da política, em que se insere o debate sobre as políticas sociais. A análise busca refutar tendências predominantes em tal leitura no seio profissional (Cf. BEHRING; BOSCHETTI, 2011) que incorrem a uma análise politicista, conferindo certa hipostasia ao papel das políticas

¹ Cf. BEHRING, 2000; IAMAMOTO, 2010 e MIOTO; NOGUEIRA, 2013.

² Dissertação defendida em 24/09/2020, junto ao Programa de Pós-graduação da Faculdade de Serviço Social - UFJF, por Mariana Deister Dias Barbosa, sob a orientação do Dr. Ronaldo Vielmi Fortes.

sociais para as lutas sociais³, e evita ao mesmo tempo seu equívoco oposto, que se limita a uma análise economicista da questão.

MARX E OS CONFLITOS DE SEU TEMPO: O DEBATE NA IMPRENSA

Não por acaso encontramos grande parte das reflexões de Marx acerca das políticas sociais nos escritos em que o autor analisa de maneira direta a realidade social de seu tempo, particularmente em textos em que discute os movimentos sociais em seus instantes de mais agudos acirramentos, como no caso do tratamento das lutas e rebeliões dos trabalhadores ocorridas em sua época. Por esse motivo, nos debruçaremos nessa discussão em um artigo redigido em 1844, no qual encontramos de maneira direta o problema das políticas sociais sendo tratados. Trata-se do artigo “Glosas críticas ao artigo ‘O rei da Prússia e a reforma social’, de um prussiano”, em que Marx realiza a análise do significado social do movimento de sublevação dos tecelões da Silésia, iniciado aos 4 de junho de 1844, que após uma luta acirrada sofreu a represália do exército prussiano, que liquidou o movimento por meio da violência, levando ao óbito 35 trabalhadores.

A relevância desse artigo está no fato de Marx tratar diretamente da legislação das políticas sociais tanto da Inglaterra, quanto da França vigentes em sua época. Não o faz apenas no intuito de analisá-las do ponto de vista de sua eficácia, mas a propósito de outro problema de maior relevância, cujo propósito é a compreensão do papel e dos limites do Estado em suas ações que visam dirimir os conflitos sociais. Trata-se de analisar a eficácia do Estado no enfrentamento das questões sociais, procurar compreender os limites de seus mecanismos e das políticas de regulação social.

O ponto de partida das análises empreendidas por Marx foi a contraposição ao artigo de Arnold Ruge “O Rei da Prússia e a Reforma Social”, publicado em 27 de julho de 1844 no jornal *Vorwärts!*. Ruge apresenta em seu artigo a ideia segundo a qual a revolta dos tecelões da Silésia consistiu em um evento local e sem grandes significados para as questões políticas centrais da época. A afirmação de Ruge é o exato oposto da tese que será explicitada por Marx, para quem o proletariado cumpre um papel histórico de transformação social, mesmo dos requíscios feudais prevalentes na Alemanha deste século. Ruge termina por determinar a burguesia como a força motriz e dirigente da luta antifeudal. O artigo de Ruge endereça-se criticamente às opiniões recém-publicadas no jornal francês *La Réforme*, dirigido por Louis Blanc.

O escrito de Marx que apareceu logo na sequência - também publicado pela *Worwärts*, nos números 63 e 64, em 7 e 10 de outubro do ano de 1844 - instaura, de maneira definitiva, o rompimento de Marx com Ruge, tanto no plano das ideias, nos projetos em comum de editoração de revistas, quanto no plano da amizade pessoal. A crítica ácida de Marx contrapõe-se ao entendimento e às

³ A perspectiva assume que através das políticas sociais pode-se alcançar um maior nível de justiça social através da distribuição e redistribuição de renda. No entanto, conforme demonstra Behring (2000) em seus amplos estudos sobre as políticas sociais, até então não há indicativos de que tais políticas permitiram uma redistribuição efetiva de renda, nem mesmo em seus tempos de ouro no solo europeu no século XX.

reflexões realizadas por Ruge em torno do movimento dos tecelões da Silésia, e da ação perpetrada pelo Monarca da Prússia, contra a sublevação desses trabalhadores.

Em seus traços mais gerais, a tese do autor antagonizado no escrito marxiano reduz-se à compreensão que toda a ação do Estado prussiano tem como base a Alemanha da época ainda permanecer na condição de um “país apolítico” (*unpolitischen Land*), dominado fundamentalmente por uma doutrina política cristã. Ainda dominado por uma monarquia, a Alemanha não teria, segundo Ruge, alcançado o mesmo estatuto de outras nações centrais, como França e a Inglaterra, ambas já tributárias da revolução social conduzida a termo. A condição *apolítica* da Alemanha de seu tempo consistiria, para Ruge, o base primordial capaz de justificar a inviabilidade deste país de compreender a penúria parcial em que se via acometido grande parte de seu povo. Ruge, o vê como um fenômeno social restrito, incapaz de se alçar às questões do chamado mundo civilizado, de maneira que, “a consciência universal, ou política, nunca foi atingida” (CHASIN, 2000, 153). A Alemanha se mantém assim presa a uma situação anterior às revoluções já ocorridas -leia-se França e Inglaterra - totalmente alheia às instituições modernas comuns a outros países europeus.

Ruge fixa em parte seus argumentos alegando que as decisões tomadas pelo rei da Prússia distavam dos princípios mais básicos do Estado político, uma vez que tinham seus fundamentos vincadas em uma política de caráter cristão. O limite da política cristã foi caracterizado como uma compreensão estreita segundo a qual a rebelião dos tecelões foi entendida como “*falhas de administração ou de assistência caritativa*”. Nas palavras de Marx, “o prussiano... explica essa compreensão equivocada da penúria dos trabalhadores a partir da *peculiaridade* de um país *apolítico*” (MARX, 2010, p. 30). A ação não política do Estado prussiano conduz a incompreensão da gênese dos conflitos e supõe como resolução políticas sociais reparadoras ou mesmo preventivas, de forma que para um Estado religioso a assistência caritativa aparece como recurso mais plausível para dirimir das contendas sociais.

A INEFICÁCIA DAS POLÍTICAS SOCIAIS DOS ASSIM CHAMADOS ESTADOS POLÍTICOS

Marx dá início a sua contraposição demonstrando que os assim designados Estados políticos - particularmente França e Inglaterra - baseiam suas ações em políticas sociais, tem por base sua natureza de Estados políticos consolidados. A compreensão inglesa do *pauperismo* - do governo e mesmo da imprensa, diz Marx - é demonstrativa dessa similaridade de compreensão:

Na medida em que a burguesia inglesa admite que o pauperismo é *culpa da política*, o *whig* encara o *torye* o *toryo whig* como a causa do pauperismo. De acordo com o *whig*, as fontes principais do pauperismo são o monopólio exercido pelo latifúndio e a legislação que proíbe a importação de cereal. De acordo com o *tory*, o mal está todo concentrado no liberalismo, na concorrência, no sistema fabril levado ao extremo. Nenhum dos partidos vê a razão na política em si; ao contrário, cada um a vê somente na política do partido contrário; nenhum dos dois partidos sequer sonha com uma reforma da sociedade. (MARX, 2010, p. 30)

Marx põe em discussão as políticas sociais empreendidas pelo Estado inglês ao longo de dois séculos e destaca que, com o aumento do pauperismo já no século XIX, o parlamento conclui pela ineficácia das medidas, tendo como diagnóstico uma falha administrativa e da própria legislação do Estado, instituindo a partir disso a Nova Lei dos Pobres. “O próprio meio legal contra a indigência social, a beneficência, favoreceria a indigência social.” (MARX, 2010, p. 34). Assim, em sua versão mais cruel a legislação inglesa promove seu *tournelement* passando a atribuir à própria legislação a causa da penúria social. Para eles, acostumados à caridade os pobres se tornaram indolentes, uma vez suportados pelos auxílios do Estado esses não faziam muito para mudar sua própria condição de vida. Passavam agora de assistidos para a condição de culpados pela própria miséria,

A partir do diagnóstico o parlamento inglês, baseado na perspectiva da pobreza como culpa dos próprios trabalhadores, foram implantadas as chamadas *workhouses*, casas de trabalho compulsório:

O significado universal que a Inglaterra politizada extraiu do pauperismo restringe-se a isto: no desdobramento do processo, apesar das medidas administrativas, o pauperismo foi tomando a forma de uma instituição nacional, tornando-se, em consequência, inevitavelmente em objeto de uma administração ramificada e bastante ampla, uma administração que, todavia, não possui mais a incumbência de sufocá-lo, mas de discipliná-lo, de perpetuá-lo (MARX, 2010a, p. 35).

O cinismo de tais proposições transparece em sua forma mais contundente nas ideias de Malthus, diretamente citadas por Marx em seu texto: “Como a população procura incessantemente extrapolar os meios de subsistência, a beneficência é uma loucura, um incentivo público à miséria. Em consequência, o Estado nada pode fazer além de abandonar a miséria à sua sorte e, quando muito, facilitar a morte dos miseráveis” (MALTHUS *apud* MARX, 2010, p.34). Tais dizeres encontram ressonância em nossos dias, como justificção da isenção do papel social do Estado na resolução dos problemas sociais. Atribuir tais mazelas a causas naturais, ou mesmo culpabilizando os indivíduos por sua condição social, é a forma mais cínica da desresponsabilização do Estado de quaisquer culpabilidades das penúrias sociais.

Na França de Napoleão, as medidas contra o pauperismo também seguiram a linha de supostas políticas sociais de acolhimento à miséria, mas que de fato possuíam um caráter estritamente repressivo, principalmente no combate a mendicância, através de instituições de custódia policial (*Depôts*, como foram designados na época). Frente à pressão de Napoleão que exigia de seus ministros “a erradicação da mendicância de toda a França”, a solução alternativa foi trancafiar a miséria nesses *Dépôts*, “pela via do *tribunal da política correcional*” (MARX, 2010, p. 36), simplesmente retirando a imagem abjeta da miserabilidade dos olhares dos transeuntes.

Nessa lógica, o constructo marxiano destaca que ampliar medidas políticas/assistenciais não significava necessariamente diminuir, tampouco acabar com o pauperismo, mas a princípio significava uma institucionalização deste. Desse modo, a institucionalização via política não significava medidas para o fim do pauperismo, mas sim seu disciplinamento e regulação administrativa das contradições sociais.

DAS CAUSAS REAIS DAS CONTRADIÇÕES SOCIAIS

No que se refere às medidas assistenciais da época, todas fundadas em tentativas de resolução por dentro do Estado, essas políticas se deparavam com a ineficácia desses aparatos sociais. Em suma, tais iniciativas do Estado procuravam regular conflitos concretos sem tratar de suas causas, que extrapolam o âmbito da política. Por conseguinte, o objetivo da implantação destas medidas no contexto da sociedade burguesa jamais se tornaria o fim do pauperismo, pois sempre cairia nos limites do Estado, que impunha a lógica de administração da pobreza, e não superação. Frente a isso, nos interessa destacar a face pouco considerada da teoria de Marx, a presença da análise crítica das primeiras configurações de políticas sociais da época, não restritas a uma dimensão meramente coercitiva do Estado (Cf. PAÇO CUNHA, 2014).

Ao analisar a legislação inglesa e francesa sobre o pauperismo e ação desta por meio de sua aplicação pelas instituições do Estado, Marx demonstrou que a burguesia e seus partidos políticos, e mesmo os políticos radicais e revolucionários, não eram capazes de lidar com o pauperismo como “a consequência necessária da indústria moderna” (Cf. PAÇO CUNHA, 2014, p.453). Em suas ações atribuíam as causas do pauperismo às leis da natureza, à educação inadequada da população pobre, às deficiências na administração, ou até mesmo a certas formas de governo ou a determinados fenômenos circunstanciais oriundos da indústria capitalista. Marx, por sua vez, destacou o moderno Estado burguês como incapacitado de eliminar o pauperismo, pois não era capaz de transformar ou atuar sobre suas raízes, qual seja, o desenvolvimento da indústria capitalista. Suas ações, pela própria necessidade interna de sua lógica, mantinham sempre irretocadas a natureza antissocial da propriedade privada e da vida burguesa. São esses os elementos que mantêm o povo atado à lógica imanente da sociabilidade e “esta escravidão da sociedade burguesa é o fundamento natural sobre o qual o estado moderno se baseia” (MARX, 1982, p. 456). Portanto, toda administração necessariamente permanece impotente quando tenta agir contra os interesses da burguesia.

As considerações de Marx visavam acima de tudo demonstrar que o problema da miséria, assim como as motivações que culminaram na eclosão da sublevação dos tecelões da Silésia, não podiam ser entendidos pelo modo específico da administração pública, mas no próprio limite da política, no limite do voluntarismo político, e no Estado, que já em sua gênese, aparece como o exercício da impotência política. Diante disso, questiona se o Estado poderia proceder de forma mais ampla frente ao crescente pauperismo e responde:

O Estado jamais verá no “Estado e na organização da sociedade” a razão das mazelas sociais, como exige o prussiano do seu rei. Onde quer que haja partidos políticos, cada um deles verá a razão de todo e qualquer mal no fato de seu adversário estar segurando o timão do Estado. Nem mesmo os políticos radicais e revolucionários procuram a razão do mal na essência do Estado, mas em uma determinada forma de Estado, que querem substituir por outra forma de Estado (MARX, 2010, p. 38).

É elucidativo, desse ponto de vista, que nessa altura do percurso marxiano, querer romper com o Estado por meio de ações próprias do Estado, ou seja, dentro de seus limites, é uma impossibilidade concreta. O Estado sempre procura corrigir e regular os conflitos da sociedade civil pela atividade administrativa, pela burocracia, pela estrutura jurídica, implantando por meio desses mecanismos leis e políticas sociais. A função do Estado é realizar intervenções que busquem solucionar problemas decorrentes da sociedade civil, no entanto, adverte Marx “do ponto de vista político, Estado e organização da sociedade não são duas coisas distintas. O Estado é a organização da sociedade” (MARX, 2010, p. 38). Em outros termos, a gênese do Estado tem seu chão precisamente na mesma malha societária de onde emergem os conflitos sociais. Sua existência é a decorrência do conjunto das determinações provenientes da sociedade civil.

Vale então lembrar a tese que Marx já conquistara dois anos antes: “não é o Estado que determina a sociedade civil, mas é a sociedade civil que determina o Estado”⁴. Tal marco teórico se repete de maneira clara no artigo em questão: “O Estado e a instituição da sociedade não são duas coisas diferentes do ponto de vista político. O estado é a instituição da sociedade.” (MARX, 1982, p. 455). A administração possui uma relação umbilical com Estado, ela é “a atividade organizadora do Estado” (MARX, 1982, p. 456). Em termos comparativos poderíamos dizer que a administração depende do Estado, assim como a organização política depende da sociedade civil. Nesse sentido, não se poderia atribuir as falhas à administração, mas devem ser vistas como os limites do próprio Estado, manifesto na forma aparente da deficiência da administração.

A administração, desse modo, assume uma função puramente formal, pois “o Estado não pode suprimir a contradição entre a finalidade e a boa vontade da administração, por um lado, e seus meios e sua capacidade, por outro, sem suprimir a si próprio, pois ele está baseado nessa contradição” (MARX, 2010, p. 39). Marx demonstra que a raiz do pauperismo e das demais contradições que se desenvolvem no seio da sociedade civil é mesma que a do Estado, que está na organização econômica da sociedade, que é sua anatomia. Nesse sentido, supor ao Estado a capacidade de suprimir tais contradições implicaria voltar-se contra si mesmo, na medida em que a razão de ser do Estado surge a partir da contradição entre vida privada e comunitária:

Se quisesse eliminar a impotência de sua administração, o Estado moderno teria de eliminar a atual vida privada. Se ele quisesse eliminar a vida privada, teria de eliminar a si mesmo, porque ele existe tão somente como antítese a ela. [...] O Estado não pode, portanto, acreditar que a impotência seja inerente a sua administração, ou seja, a si mesmo. Ele pode tão somente admitir deficiências formais e casuais na mesma e tentar corrigi-las (MARX, 2010, p. 40).

Portanto, se Ruge considerava a necessidade de desenvolvimento do Estado moderno como possibilidade de resolução de conflitos sociais, por sua vez, Marx chega à conclusão, a partir das experiências inglesa e francesa, de que o desenvolvimento político do Estado por si só não apenas

⁴ Cf. MARX, Karl; Contribuição à crítica da economia política. São Paulo: Expressão Popular, 2008; p. 47.

não era garantia de resolução para os problemas sociais, como também poderia se colocar como entrave para compreensão e para solução destes na organização dos trabalhadores, pois

Quanto mais poderoso for o Estado, ou seja, quanto mais político for um país, tanto menos estará inclinado a buscar no princípio do Estado, ou seja, na atual organização da sociedade, da qual o Estado é expressão ativa, autoconsciente e oficial, a razão das mazelas sociais e a compreender seu princípio universal. O entendimento político é entendimento político justamente porque pensa dentro dos limites da política (MARX, 2010, p. 40).

Além de demonstrar a Ruge os limites da política como resolutiva para os males sociais, Marx também expõe como o desenvolvimento do Estado político traz consigo consequências para luta do proletariado. Oferece como exemplo o período da Revolução francesa, na qual “longe de vislumbrar no princípio do Estado a fonte das deficiências sociais, os heróis da Revolução Francesa veem, antes, nas deficiências sociais a fonte das irregularidades políticas. O princípio da política é a vontade.” (MARX, 2010, p. 41). Há nesse aspecto, duas colocações bem demarcadas de sua exposição, no que concerne a ênfase dos limites da política: 1) nega uma possível evolução das possibilidades da política, expressa no Estado, que extrapole a si mesma; 2) confere destaque ao princípio que direcionava a política mais avançada da época - a francesa -, qual seja, o voluntarismo.

Por conseguinte, fazer parte de um chamado povo politicamente desenvolvido significa pensar as estratégias de luta nos limites da política e, portanto, limitá-las a essa esfera, além de depositar suas crenças na vontade política como motor propulsor fundamentais da luta pela resolução dos conflitos sociais. A contraposição a tais pressupostos da via política das resoluções é taxativa, pois

Quanto mais culto e universal for o entendimento político de um povo, tanto mais o proletariado - ao menos no início do movimento - desperdiça suas forças em rebeliões insensatas, inúteis e sufocadas em sangue. Por pensar na forma da política, ele vislumbra a causa de todas as mazelas na vontade e todos os meios para solucioná-las na violência e na derrubada de uma determinada forma de Estado (MARX, 2010, p. 48).

Em linhas anteriores, de maneira mais veemente ainda, Marx afirma:

O princípio da política é a vontade. Quanto mais unilateral, ou seja, quando mais bemacabado for o entendimento político, tanto mais ele acredita na onipotência da vontade, tanto mais cego ele é para as limitações naturais e intelectuais da vontade, tornando-se, portanto, tanto menos capaz de desvendar a fonte das mazelas sociais. (MARX, 2010, p. 41)

O princípio da vontade é ineficaz, seja no que concerne à compreensão da própria realidade, seja na capacidade de apresentar soluções concretas para as contradições da realidade. Não se trata, portanto, da famigerada falta de vontade política, mudanças efetivas somente podem ter curso na exata compreensão das raízes concretas das mazelas sociais. O Estado é o resultado da forma da sociabilidade, a política é o exercício da necessidade da regulação do Estado dos conflitos e desequilíbrios presentes

na própria forma da sociabilidade. A compreensão das mazelas sociais implica, desse modo, a crítica das próprias bases da política e do Estado. Em suma, o Estado é a expressão da irresolubilidade intrínseca à forma social da vida, a política e o Estado têm sua gênese e sua função social exatamente na “contradição entre a *vida pública* e a *vida privada*, na contradição entre os *interesses gerais* e os *interesses particulares*” (MARX, 2010, p. 38). Existem porque tais contradições constituem a base da produção da vida dessa forma da sociabilidade.

DA REVOLUÇÃO ENQUANTO MEIO EFETIVO DA SUPERAÇÃO DAS CONTRADIÇÕES SOCIAIS

Marx encerra seu artigo discernindo que a revolução política possui um papel importante quando articulada a revolução verdadeiramente social. Sua pertinência se daria justamente na capacidade de exercer sua extrapolação. Assim como a emancipação política tratada anteriormente pelo autor, a revolução política atua no limite de sua parcialidade, pois seu ponto de vista é o do Estado. “Sua perspectiva é a do Estado, a de um todo abstrato, que somente ganha existência pelo isolamento em relação à vida real [...]” (MARX, 2010, p. 51). Ao contrário, a revolução social, “encontra-se no ponto de vista do todo.” (MARX, 2010, p. 50).

Podemos extrair de tais considerações uma ênfase neste momento a crítica à política, já iniciada por Marx no texto anterior. Como pontua o autor: “assim como o ser humano é infinitamente maior do que o cidadão e a vida humana é infinitamente maior do que a vida política.” (MARX, 2010a, p. 50). No contexto revolucionário, a política exerceria um papel, porém, negativo:

sem revolução o socialismo não poderá se concretizar. Ele necessita desse ato político, já que necessita recorrer à destruição e a dissolução. Porém, quando tem início a sua atividade organizadora, quando se manifesta o seu próprio fim, quando se manifesta a sua alma, o socialismo se desfaz do seu invólucro político (MARX, 2010a, p. 52).

Se, por seu turno, Ruge compreendia o desenvolvimento político como o desafio para a Alemanha da época, Marx o compreendia de modo oposto, quanto maior o entendimento político de um povo, maior a possibilidade de compreensão da realidade pelo ponto de vista limitado e impreciso da política. É nesse sentido que esclarece que a vida humana é maior que a vida política, e que as revoluções sociais devem, no mesmo sentido, incorporar as revoluções políticas ao mesmo tempo buscando sua superação.

Tal Marx como estabelece em seu artigo,

uma revolução *social* encontrase na perspectiva do *todo* – mesmo que ocorra em *um único* distrito fabril – por ser um protesto do ser humano contra a vida desumanizada, por partir da *perspectiva de cada* indivíduo real, porque a *comunidade* contra cujo isolamento em relação a si o indivíduo se insurge é a *verdadeira* comunidade dos humanos, a saber, a

condição *humana*. Em contrapartida, a *alma política* de uma revolução consiste na *tendência* das classes sem influência política de eliminar seu *isolamento* em relação ao *sistema estatal* e ao *governo*. Sua perspectiva é a do Estado, a de um todo *abstrato*, que somente ganha existência pelo isolamento em relação à vida real, que é *impensável* sem a contraposição organizada entre ideia universal e existência individual do ser humano. Consequentemente uma revolução de alma política também organiza, em conformidade com a natureza restrita e contraditória dessa alma, um círculo dominante na sociedade, à custa da sociedade. (MARX, 2010, p. 50-1)

O que é central para o autor neste momento é a necessidade de não limitar as possibilidades revolucionárias que vinham se desenhando à luta política, que aqui se relaciona a perspectiva do Estado. O autor busca dar continuidade ao discernimento da distinção entre luta política e luta social, rompendo com a ideia da primeira como esfera determinante da luta dos trabalhadores, tendo em vista sua perspectiva negativa.

A perspectiva negativa de política que assinala as suas possibilidades se associa ao que Chasin (2000; 2013) designa como metapolítica. Isso é, a capacidade da política ultrapassar a si própria, sua capacidade de derrubada das formas políticas postas. Negativo aqui, se refere a maior capacidade destrutiva da política em detrimento de sua capacidade positiva de ser a base de construção de outra ordem societária. Tal noção se faz presente no artigo aqui analisado, na medida em que Marx explicita a partir das experiências dos países europeus -Inglaterra e França -, que o desenvolvimento da política não implicaria no aumento da sua capacidade de intervenção nos processos iminentemente sociais, isto porque seu princípio se pautava na vontade e na parcialidade.

No mesmo habitual tom jocoso e mordaz, Marx novamente destaca as proposições contraditórias a Ruge explicitando suas próprias considerações:

O “prussiano” faça sua escolha entre a *paráfrase* e o *contrassenso*! Contudo, na mesma medida em que uma revolução com alma política é parafrástica ou absurda, uma revolução política com alma social faz sentido. A revolução como tal – a derrubada do poder constituído e a *dissolução* das relações antigas – é um *ato político*. No entanto, sem revolução o *socialismo* não poderá se concretizar. Ele necessita desse ato *político*, já que necessita recorrer à *destruição* e à *dissolução*. Porém, quando tem início a sua *atividade organizadora*, quando se manifesta o seu *próprio fim*, quando se manifesta a sua *alma*, o socialismo se desfaz do seu *invólucro político*. (MARX, 2010, p. 51-2).

Dadas essas palavras não seria incorreto compreender a posição de Marx no que tange ao papel revolucionário do proletariado como o exercício da *política contra a política*, cujo fim é se libertar do próprio “invólucro político”, já que a política foi definida como a “impotência”, a instância da “vontade”, incapaz, por isso, de compreender corretamente as causas efetivas das penúrias sociais. Significa, portanto, que a ação prática dos trabalhadores não deve se restringir à busca e à instauração de novas políticas sociais, como se essas fossem capazes de resolver ou mesmo aplacar os conflitos e misérias engendrados na sociedade. A ação prática, nesse sentido outro de política como “destruição”

e “dissolução” consiste em atingir os alicerces mesmos da sociedade civil, pondo abaixo os pilares nela presentes, sobre os quais se ergue o Estado e suas instituições públicas. A revolução, em geral, é um ato político, uma vez que se volta contra as injustiças existentes e aniquila as antigas condições, mas um ato que, ao mesmo tempo, desfaz a própria lógica da política, uma vez que esta é igualmente fruto dos conflitos inerentes da própria forma da sociabilidade.

A exemplaridade da sublevação dos tecelões da Silésia é a expressão da forma mais vigorosa e consciente da luta perpetrada pelo movimento dos trabalhadores. Não se tratava da luta por políticas sociais, não se tratava da simples reivindicação de melhores condições de vida e trabalho, mas de abalar a estrutura da sociabilidade vigente. A esse propósito diz Marx:

A revolta silesiana começa justamente no ponto em que as revoltas dos trabalhadores da França e da Inglaterra terminam, ou seja, consciente da essência do proletariado. A própria ação possui esse caráter superior. Não são destruídas apenas as máquinas, essas rivais dos trabalhadores, mas também os livros contábeis, os títulos de propriedade, e, ao passo que todos os demais movimentos se voltaram apenas contra o industrial, o inimigo visível, este movimento se voltou simultaneamente contra o banqueiro, o inimigo oculto. Por fim, nenhuma revolta de trabalhadores da Inglaterra foi conduzida com tanta bravura, ponderação e persistência. (MARX, 2010, p. 44)

O que foi posto em questão foram as bases da sociabilidade do capital, não se tratava mais do velho ludismo aniquilador de máquinas, mas a destruição dos “livros contábeis”, dos “títulos de propriedade” figuravam como símbolos da compreensão precisa da natureza de seus reais inimigos, agora visíveis no banqueiro, nos capitalistas, na propriedade privada etc.

A LUTA SOCIAL VERSUS INSTITUCIONALIZAÇÃO DA LUTA

Na contraposição escrita por Marx, assistimos a defesa das opiniões do “Réforme” contra os ataques perpetrados por Ruge. Entretanto, seu artigo não se limita a essa defesa, por meio dele Marx explicitou as conclusões mais essenciais de suas reflexões, que ele desenvolvera desde maio ou junho de 1844, sobre os conflitos sociais, sobre as condições econômicas da classe trabalhadora e sobre a contradição entre capital e trabalho. Marx, sobretudo, estabeleceu em termos cabais como as tentativas da administração estatal de buscar eliminar o pauperismo terminaram no mais profundo fracasso, uma vez que essa, como expressão mais concreta das políticas do Estado, se mostra incapaz de tomar quais medidas efetivas contras as causas sociais dos conflitos. Na verdade, as medidas adotadas em seu século atuaram, em última instância, como forma de consolidação do domínio da burguesia e como meios indiretos de proteger seus interesses.

Ao expor as causas do pauperismo, Marx revela os traços mais essenciais da política da burguesia em relação ao pauperismo, justificando desse modo, de maneira clara e incisiva, a cisão entre o movimento proletário-comunista e as práticas comuns ao movimento democrático-pequeno-

burguês. Desse modo, Marx estabeleceu o lugar histórico do proletariado. As críticas à atitude de Ruge frente ao levante do tecelão, permitiram a Marx estabelecer de maneira cabal a separação do movimento proletário-comunista do movimento democrático-pequeno-burguês e consolidar sua inserção no primeiro. A consideração histórica do movimento dos tecelões da Silésia constituíram elementos decisivos de suas elaborações na definição e compreensão do papel histórico do proletariado na revolução comunista.

A luta por dentro da lógica imanente do Estado, a luta política voluntarista, mostra sua ineficácia contumaz. A ação concreta dos trabalhadores, a luta real do movimento de 1844, foi, por seus próprios meios, capaz de trazer à tona os elementos efetivos que deveriam ser combatidos. Moveu-se de encontro às bases da sociabilidade do capital, contestou de maneira radical os próprios fundamentos desta.

Sem que nossa afirmação signifique a adesão imediata às teses de Bernard Edelman, em desenvolvidas em seu livro *A legalização da classe operária*, as considerações do autor assemelham-se aos apontamentos aqui expostos. Como ele bem destaca: “a classe operária foi legalizada na empresa, no Estado, nos partidos políticos. Nós a obrigamos a falar uma língua que não é a sua, é a língua do direito”. Outrossim, como observa o próprio Edelman, “a astúcia do capital é dar à classe operária uma língua que não é a sua, a língua da legalidade burguesa (...)” (EDELMAN, 2016, p. 22). Adequando tal consideração à dicção de nosso tema, a luta pelas conquistas sociais sem devidas transformações das bases da sociabilidade do capital significa adentrar nos labirintos da própria lógica imanente, é manter os grilhões com seus fios de ouro que atêm o trabalhador às penúrias irresolúveis postas pela ordem societária.

O proletariado, resumiu Marx, não apenas está apartado da comunidade política, do Estado que impõe sobre ele suas normatividades e regulações, está sobretudo alijado da verdadeira comunidade do povo. “Esta comunidade, da qual o seu próprio trabalho o separa, é a própria vida, vida física e espiritual, moralidade humana, atividade humana, gozo humano, ser humano” (MARX, 1982, p. 462). Nesse sentido, a luta não consiste em buscar formas mais efetivas e consolidadas de participação decisórias nas diretrizes do Estado, pois, para Marx, a questão da injustiça social é mais importante do que a falta de direitos políticos. A revolução social é o protesto definitivo do indivíduo contra as condições desumanas da existência humana, um combate contra o isolamento do indivíduo da comunidade, é a luta pela abolição desse isolamento e pela realização dos indivíduos em uma comunidade efetivamente social.

Trazer a luz as análises críticas de Marx permite apresentar elementos para considerar suas críticas às formas incipientes de políticas sociais, bem como ao Estado político em sua gênese. O aprofundamento dessa compreensão pode abrir caminhos para situar o papel da luta política no contexto de lutas sociais mais amplas, que alcancem o compromisso com a construção de uma ordem societária efetivamente emancipada.

Cabe frisar a posição de Marx explicitada ao longo do texto: não se trata de um etapismo da luta por melhorias sociais expressas em conquistas políticas para, em seguida, pensar em rupturas mais amplas. Trata-se da luta política, que envolve uma dimensão objetiva, caminhar para sua própria superação, isto é, ao passo que se pensa em melhorias internas à estrutura política, questiona-se, e ao mesmo tempo, elabora-se estratégias para superação desses pilares. É nesse aspecto que, ao contrário do pensamento perpetuante que Marx debatia, o avanço da política não necessariamente é um pressuposto para processos revolucionários, na medida em que ao dar maiores possibilidades de conquistas nos limites do capital, ao mesmo tempo cria barreiras para que se visualize seus limites estruturais para superação da base socioeconômica que engendra a desigualdade social. Na referida linha de raciocínio, na medida em que as contradições entre vida privada e vida comunitária caminham para uma superação, a necessidade da forma política passa a ser questionada.

Mais do que compreender a complexidade dos determinantes que envolvem a construção das políticas sociais, captar os elementos que compõem a presente discussão permite encadear a compreensão de tais determinantes aos mecanismos estruturais que engendram sua demanda social e sua implantação, bem como seu desmonte e retração nos tempos atuais. Isso nos leva a uma necessidade de ampliar o debate, comum e pertinente à realidade presente, de questionar a desresponsabilização do Estado no avançar do neoliberalismo, atualizando a reflexão marxiana acerca dos limites e possibilidades que o Estado político oferece ao assumir a responsabilidade de enfrentamento das mazelas sociais para si e os impactos dessa questão para organização e luta dos trabalhadores.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, M. D. D. *Apontamentos sobre a crítica marxiana à política e ao direito em sua relação com as agendas políticas do Serviço Social: a construção de um elo necessário*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora: UFJF, 2020.

BEHRING, E. R. Principais Abordagens Teóricas da Política Social e da Cidadania. In: *Política Social – Módulo 03*. Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD-UNB, 2000.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. *Política Social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez, 2011.

CHASIN, José. A determinação ontonegativa da politicidade. In: *Ensaio Ad Hominem/ Estudos e Edições Ad Hominem - N. I. Tomo III – Política*; (2000). São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000.

EDELMAN, Bernard. *A legalização da classe operária*. Trad. Marcus Orione. São Paulo: Boitempo, 2016.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Luta de classes na Alemanha*. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *MARX-ENGELS - MEGA I, Band 01 Text - Karl Marx, Artikel, literarische Versuche bis Marz 1843*. Berlin: Dietz Verlag, 1975.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *MARX-ENGELS - MEGA III, Band 01 Text - Marx-Engels, Briefwechsel, bis April 1846*. Berlin: Dietz Verlag, 1975a.

MÉSZÁROS, I. *A Montanha que Devemos Conquistar*. Trad. Maria Izabel Lagoa. São Paulo: Boitempo, 2015.

MIOTO, R. C. T.; NOGUEIRA, V. M.R. *Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional*. Rev. Katálysis, Florianópolis, v. 16, n. spe, p. 61-71, 2013. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802013000300005&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 05/11/2020.

PAÇO C., E. Direitos humanos do capital: reflexo jurídico e comando da força de trabalho. Revista Direito & Práxis. Rio de Janeiro, vol. 9, nº 2, 2018, p. 663-696.

SARTORI, V. B. *Marx e o “Direito ao trabalho”: a luta de classes, o terreno jurídico e a revolução*. Rev. Katálysis. Florianópolis, vol. 22, n. 2, 2019b, p. 293-308. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802019000200293&script=sci_arttext>. Acesso em: 02/10/2020.

NEODESENVOLVIMENTISMO OU PADRÃO LIBERAL PERIFÉRICO: INTERPRETAÇÃO DOS GOVERNOS BRASILEIROS À LUZ DO ORÇAMENTO FEDERAL E DE INDICADORES SOCIAIS E ECONÔMICOS DE 2003 A 2016¹

NELSON MACHADO PINHO JUNIOR
RODRIGO DE SOUZA FILHO

INTRODUÇÃO

Economistas brasileiros e demais intelectuais do Brasil contemporâneo divergem sobre a classificação do modelo de desenvolvimento adotado nos governos do Partido dos Trabalhadores nas duas primeiras décadas do século XXI. De um lado, defensores de que os governos do PT adotaram, com particularidades, um novo padrão de acumulação, herdeiro do nacional-desenvolvimentismo: neodesenvolvimentismo².

Do outro lado, intelectuais afirmam que o modelo de desenvolvimento adotado foi pautado pela política econômica vinculada aos princípios centrais do Consenso e Pós-Consenso de Washington, portanto, um modelo não direcionado para a ruptura com as estruturas de dependência do país, dando continuidade ao padrão de reprodução do capital, denominado por Osorio como padrão exportador de especialização produtiva. Nessa linha, buscando aprofundar teoricamente o debate no campo da teoria marxista da dependência, Filgueiras desenvolve a categoria padrão de desenvolvimento capitalista e indica, reforçando/aprimorando análises anteriores dele e de outros autores, que o padrão

¹ Este trabalho foi elaborado tendo como base a dissertação de mestrado em Serviço Social de Nelson Machado Pinho Junior (PINHO JUNIOR, 2019), sob orientação de Rodrigo de Souza Filho.

² Conforme será visto ao longo do trabalho, de acordo com algumas análises, no interior desse núcleo coexistem duas vertentes teóricas: novo desenvolvimentismo e social-desenvolvimentismo.

de desenvolvimento implementado pelos governos do PT não tem nada de desenvolvimentista, se caracterizando como um padrão liberal periférico.

O presente trabalho, além de apresentar, sumariamente, os debates teóricos acima, utiliza, para a interlocução com essas diferentes perspectivas, dados orçamentários e de indicadores econômicos e sociais.

A partir dos referidos dados e da análise desenvolvida, buscamos relacioná-los, apesar da adoção de distintas políticas de ordem econômica e social, em determinadas fases dos referidos governos, aos padrões de desenvolvimento capitalista em debate (social-desenvolvimentismo e liberal periférico) para identificar a estratégia de desenvolvimento capitalista efetivamente implementada ao longo dos governos PT.

1 O NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO: BREVES APORTES E REFERÊNCIAS

As origens do nacional-desenvolvimentismo remontam ao período de 1930-1945. A crise econômica internacional após a quebra da bolsa de valores em 1929, suas repercussões internas sobre a agricultura brasileira e a centralização política nacional sob a tutela de Getúlio Vargas estão entre os principais fatores explicativos do surgimento da ideologia econômica (BIELSCHOWSKY, 2000).

No Brasil, Roberto Simonsen capitaneava a defesa do Estado como indutor do desenvolvimento industrial, encontrando apoio nas novas forças sociais nascidas da expansão urbano-industrial do início do século XX - o crescente proletariado, o novo empresariado industrial, funcionários públicos, militares e intelectuais. As forças que se opunham à proposta de Simonsen eram compostas pelas tradicionais oligarquias agrário-exportadoras, burguesia comercial importadora e exportadora, além do capital comercial e financeiro internacional, ou seja, aqueles que acreditavam no mercado como instituição independente e capaz de autorregular-se (BIELSCHOWSKY, 2000; DIAS PEREIRA, 2011).

No nível ideológico, a obra de Simonsen contém elementos básicos de elaboração do projeto desenvolvimentista, todavia, no nível do seu conteúdo analítico, seu pensamento não se assentou sobre fundamentos teóricos consistentes, o que evidenciou fragilidades em sua formulação. Dessa forma, após sua morte em 1948, restou às gerações posteriores, assim como à Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) - criada no mesmo ano -, produzir, por meio de seus principais expoentes Raul Prebisch e Celso Furtado, um instrumental analítico antiliberal, o que forneceu fundamentos teóricos ao desenvolvimentismo (BIELSCHOWSKY, 2000).

De maneira simplificada, o nacional-desenvolvimentismo pode ser definido “como o projeto de desenvolvimento econômico assentado no trinômio: industrialização substitutiva de importações, intervencionismo estatal e nacionalismo”, ou seja, uma estratégia de fortalecimento capitalista da economia nacional que busca superar o subdesenvolvimento a partir da industrialização e proteção da economia nacional (GONÇALVES, 2012a, p. 6).

No entanto, o processo de industrialização que se intensifica na região a partir dos anos de 1950 não logra o desenvolvimento esperado, na medida em que se mantém um quadro acirrado de desigualdade social e econômica. A industrialização realizada não supera os mecanismos que subordinam as economias latino-americanas aos países imperialistas.

Simultaneamente a essa situação, a vitória da Revolução Cubana (1959) desencadeia um clima na região que fortalece o pensamento e a ação política no sentido de buscar novos caminhos teórico-práticos para viabilizar o desenvolvimento econômico e social da América Latina. Nesse contexto, a teoria desenvolvimentista produzida pela CEPAL foi alvo de avaliações críticas, abrindo caminho para o que se convencionou chamar de teorias da dependência.

A vertente marxista da teoria da dependência, a partir dos trabalhos de André Gunder Frank, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, Orlando Caputo e Roberto Pizarro, encontra sua formulação considerada mais consistente e madura na obra *Dialética da dependência*, de Ruy Mauro Marini, publicada em 1973 (MARINI, 2005).

Sinteticamente, de acordo com Marini (2005), podemos indicar que a dinâmica do capitalismo dependente latino-americano, enquanto “uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (MARINI, 2005, p. 141), apresenta três dimensões centrais: *transferência de valor*, *superexploração da força de trabalho* e *ruptura do ciclo de capital*.

A *transferência de valor* deve ser compreendida, de forma geral, como uma superação dialética da crítica cepalina à tese ricardiana da vantagem comparativa como base do comércio internacional. O processo de inserção subordinada da economia latino-americana no sistema mundial capitalista contribui para a passagem e consolidação da acumulação dos países industriais baseada na produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa, sustenta-se na transferência de valor produzido nas economias dependentes para as economias centrais. Ou seja, parte do mais-valor produzido nos países periféricos não é apropriada por eles, mas sim pelas economias desenvolvidas.

Do ponto de vista do capital dos países dependentes, a consequência imediata é a redução da quantidade de mais valor que pode ser apropriado privadamente. Essa situação gera a necessidade estrutural de compensar a perda da mais-valia ocasionada pela transferência de valor. Nesse sentido, essa compensação é realizada, segundo o autor, por meio da *superexploração da força de trabalho*.

De acordo com Marini (2005), diante da sangria de mais valor dos países dependentes e da impossibilidade/dificuldade de aumento de produtividade - não acesso à tecnologia e não condição de desenvolver tecnologia de forma endógena, devido, entre outras coisas, à necessidade de altos investimentos -, a elevação da taxa de mais-valia é realizada à custa da extração de mais trabalho não remunerado de seus operários. Tal elevação da extração de mais trabalho é realizada através da *violação do valor da força de trabalho*. Sendo assim, o que caracteriza a superexploração da força de

trabalho nos países dependentes é seu caráter estrutural de violação do valor da força de trabalho como dinâmica da produção e reprodução das relações sociais capitalistas.

A terceira dimensão a registrar refere-se à *ruptura do ciclo do capital* que ocorre nos países dependentes e que bloqueia o desenvolvimento industrial autônomo.

Em termos gerais, conforme analisa Osorio (2012), a ruptura do ciclo do capital indica que a produção mais dinâmica do capitalismo dependente não está voltada para a produção de bens salariais. Essa ruptura se fez presente, de forma distinta, tanto no período agroexportador, quanto na fase industrial dos países periféricos, e está dialeticamente articulada à dinâmica da superexploração da força de trabalho.

A consequência econômica mais direta da superexploração da força de trabalho é o fato de os produtores não se efetivarem como consumidores centrais das mercadorias produzidas. Ou seja, a violação do valor da força de trabalho, por motivos óbvios, impede que os trabalhadores se tornem efetivos consumidores.

Dessa forma, nos países dependentes, a circulação se separa da produção e se efetiva no mercado externo, “o consumo individual do trabalhador não interfere na realização do produto, ainda que determine a taxa de mais-valia”. Como consequência, a tendência é explorar ao máximo a força de trabalho (MARINI, 2005, p. 164).

Considerando as três dimensões abordadas, que dialeticamente determinam as condições objetivas de desenvolvimento da economia política da dependência, transferência de valor, superexploração da força de trabalho e ruptura do ciclo de capital, tendo a superexploração como o eixo estrutural, podemos avançar agora para apontar, a partir de tais parâmetros, indicativos teóricos que nos ajudem a compreender o processo de esgotamento do modelo nacional-desenvolvimentista e a gestação do que se convencionou chamar de neodesenvolvimentismo, no contexto da hegemonia do capital financeiro e reestruturação do processo de produção sob direção do projeto neoliberal.

2 CONSTRUÇÕES PÓS-CRISE DO NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO

A partir dos anos 1980, o enfoque desenvolvimentista keynesiano, que havia prevalecido do pós-guerra até o final da década de 1970, vai perdendo espaço para a perspectiva neoliberal. A proposta de desenvolvimento a longo prazo, capitaneada pelo Estado, pouco a pouco deu lugar à obsessão com a estabilidade econômica no curto prazo - promover reformas macroeconômicas em busca do equilíbrio inflacionário, ajuste fiscal e abertura comercial e financeira. Desse modo, a atribuição do desenvolvimento deveria passar das mãos do Estado para o mercado (DIAS PEREIRA, 2011).

Como consequência dos desequilíbrios macroeconômicos da década de 1980, os países latino-americanos pouco a pouco se aproximaram da ideologia neoliberal, a qual tem um conjunto de orientações específicas aos países do continente, reunidas nos princípios do Consenso de Washington e expressas adiante.

2.1 CONSENSO E PÓS-CONSENSO DE WASHINGTON

O Consenso de Washington, em sua acepção original, é uma expressão formulada pelo economista norte-americano John Williamson para descrever “uma lista de dez reformas específicas que em 1989 quase todo mundo em Washington acreditava eram necessárias em quase todos os países da América Latina” (WILLIAMSON, p. 1, 2003).

As dez reformas, que constituem orientações para planos de desenvolvimento e políticas macroeconômicas a serem implementadas pelos países latino-americanos em desenvolvimento, foram: disciplina fiscal; mudança nas prioridades para despesas públicas; privatização das empresas estatais; reforma tributária; liberalização do sistema financeiro; liberalização comercial; liberalização da entrada de investimento direto; taxa de câmbio competitiva; desregulamentação e direitos de propriedade assegurados (WILLIAMSON, 2003). Para Gonçalves (2012b), tal plano se assenta político-ideologicamente no neoliberalismo dos anos 1980 a partir de dois elementos fundamentais: liberalização e desregulamentação.

Ainda que tenha havido avanço no controle da inflação, o custo da política de austeridade fiscal implementada pelos países em desenvolvimento da América Latina foram décadas de estagnação econômica, o que colaborou para o aumento dos níveis de pobreza, desigualdade social, desemprego e baixo crescimento da região (DIAS PEREIRA, 2011).

Nesse sentido, no âmbito do próprio pensamento econômico neoliberal, surgiram críticas às propostas do Consenso de Washington. Entre elas estão a falta de menção das propostas do Consenso em relação à má distribuição de renda na América Latina, e à necessidade de reformas institucionais (WILLIAMSON, 2003).

Desse modo, com o intuito de atualizar a agenda de reformas econômicas para a América Latina, John Williamson, ao analisar a discussão de autores latino-americanos sobre a necessidade de reformas na política econômica dos países do continente, identificou quatro temas principais: política econômica anticíclica, aumento no processo de liberalização, reformas institucionais e distribuição de renda. Desses temas, propôs novas diretrizes estratégicas que caracterizam o chamado pós-Consenso de Washington, ou Consenso de Washington Ampliado.

Em síntese, as reformas propostas na ampliação do Consenso de Washington podem ser resumidas à redução do déficit fiscal, reformas institucionais, promover a eficiência do governo, privatizações e mercados de trabalho flexíveis (GONÇALVES, 2012b). Ou seja, uma revisão da primeira versão do Consenso, sem alteração de sua estrutura central: liberalização financeira, abertura comercial e privatizações, conduzidas por uma política macroeconômica centrada no controle da inflação, política cambial e metas fiscais.

2.2 O PENSAMENTO DESENVOLVIMENTISTA NO BRASIL ATUAL OU NEODESENVOLVIMENTISMO

A partir da primeira década do século XXI, economistas brasileiros iniciam discussões em torno de uma nova proposta de desenvolvimento para o país, motivados por duas razões: a frustração em relação ao receituário de reformas políticas e econômicas dos anos 1980 e 1990 defendidas pelos organismos multilaterais - FMI e Banco Mundial - para superação da crise, e incorporadas acriticamente por quase todos os países da América Latina, e os problemas sociais decorrentes da exclusão de parte da população ao acesso ao mercado de trabalho, bens de consumo e serviços básicos como saúde, educação, habitação e saneamento (MATTEI, 2011).

Desses debates foi construído um conjunto de proposições que viriam a fazer parte de uma nova proposta de estratégia nacional de desenvolvimento, que visasse apresentar um projeto alternativo, tanto à ortodoxia convencional quanto ao antigo nacional-desenvolvimentismo. Este conjunto de propostas configurou o que se denomina de neodesenvolvimentismo.

O chamado neodesenvolvimentismo, no Brasil de hoje, pode ser organizado em duas grandes correntes: o novo desenvolvimentismo e o social-desenvolvimentismo (CARNEIRO, 2012).

2.2.1 O novo desenvolvimentismo

O conceito de novo desenvolvimentismo, embora originário de economistas do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) - Bresser-Pereira - fora recentemente apropriado por autores ligados aos presidentes da República Federativa do Brasil, oriundos do Partido dos Trabalhadores, para expressar a estratégia de desenvolvimento econômico brasileiro durante o referido governo. Essa expressão, de acordo com seus críticos, é empregada para afastar a possível e provável proximidade da política econômica do governo petista com o governo de Fernando Henrique Cardoso, portanto, diferenciá-la da estratégia neoliberal (GONÇALVES, 2012b e SAMPAIO JR., 2012).

Para Bresser-Pereira (2016), o novo desenvolvimentismo, enquanto sistema teórico, tem origem na teoria econômica keynesiana e no desenvolvimentismo clássico. Enquanto teoria histórico-dedutiva, rejeita a possibilidade dos sistemas econômicos serem simplesmente regulados pelo mercado.

O novo desenvolvimentismo, apesar de herdeiro do desenvolvimentismo clássico, vem inaugurar uma teoria econômica, segundo seus defensores, que não se filia à imagem de um Estado forte com mercado pouco maduro - desenvolvimentismo clássico - e nem a um mercado que comande a economia, sobre um Estado fraco - liberalismo ortodoxo. Assim, o novo desenvolvimentismo visaria à constituição de um Estado forte fomentador da estruturação de um mercado idem (SICSÚ; PAULA; MICHEL, 2007).

Sicsú (*apud* MATTEI, 2011) aponta para a necessidade em se adotar uma estratégia nacional de desenvolvimento que compatibilize desenvolvimento econômico com equidade social, e manutenção das taxas de crescimento em níveis elevados, para que possa reduzir as desigualdades sociais. Com relação à microeconomia, a teoria novo desenvolvimentista defende a importância de uma política

industrial. No entanto, essa política deve estar associada à política macroeconômica ativa para manter os preços macroeconômicos (taxa de lucro, taxa de juros, taxa de câmbio, taxa de salários e taxa de inflação) em “níveis corretos”.

Para o novo desenvolvimentismo, o papel econômico do Estado é o de garantir condições gerais para que as empresas possam aumentar continuamente sua produtividade, de forma a garantir, em última instância, saldo em conta corrente.

No que se refere à distribuição de renda - dimensão social do novo desenvolvimentismo - o novo desenvolvimentismo, visando o aumento de salários no futuro, defende que se deva aproveitar a característica de baixos salários dos países em desenvolvimento, para que torne seus produtos competitivos no mercado externo - custo da mão de obra é um dos fatores de precificação - o que se revela uma vantagem frente aos países ricos. Nesse sentido, a política de distribuição de renda não deve ser realizada através de um modelo voltado para o aumento da demanda a partir de elevação dos salários, uma vez que resulta em redução da taxa de lucro, aumento do desemprego ou inflação. Deve-se orientar, no plano macroeconômico, em redução da taxa de juros como única política indiscutível (BRESSER-PEREIRA, 2016).

O novo desenvolvimentismo, que tem consonâncias com o pós-Consenso de Washington, é apresentado como uma alternativa ao projeto monetarista neoliberal, apesar de incorporar elementos da concepção liberal de desenvolvimento (GONÇALVES, 2012b).

Em suma, o novo desenvolvimentismo é, portanto, a versão brasileira de formulações como as do pós-Consenso de Washington e da CEPAL, ou também uma forma de liberalismo na qual a intervenção estatal para a estabilização macroeconômica é bem-vinda.

2.2.2 O social-desenvolvimentismo

A discussão a respeito do social desenvolvimentismo apesar de fazer frente ao novo desenvolvimentismo, ainda é fragmentada e possui menor inserção no meio acadêmico. Seu debate incorpora, principalmente, elementos resultantes de políticas de governo, e não uma proposta teórica mais estruturada e consistente.

A chave do pensamento social-desenvolvimentista, ou “desenvolvimentismo distributivo orientado pelo Estado” (BASTOS, 2012), está na incorporação do elemento “social” como eixo do desenvolvimento, ao superar a perspectiva de desenvolvimento das forças produtivas como objetivo a perseguir, como no caso do antigo e novo desenvolvimentismo. O que não quer dizer que o crescimento econômico perde importância, mas sim que o mesmo está subordinado à meta de desenvolvimento social que pode se revelar, conforme Bielschowsky (2001), através da estratégia de ampliação e generalização do consumo de massas, fundada na redistribuição de renda (CARNEIRO, 2012).

Para Márcio Pochmann, presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) de 2007 a 2012, o social desenvolvimentismo pode ser definido como um modelo de desenvolvimento

que conjugaria crescimento econômico, reiteration da soberania nacional - Brasil enquanto credor internacional e com acúmulo de reservas externas -, reformulação do papel do Estado - fortalecimento das empresas e bancos públicos, aumento do funcionalismo público e programas de infraestrutura - e forte impacto distributivo, a partir do aumento do salário-mínimo acima da inflação, dos gastos sociais e expansão e facilitação do crédito para pessoas físicas e reestruturação da propriedade (POCHMANN, 2010; CASTELO, 2012).

De acordo com Carneiro (2012), o social-desenvolvimentismo, enquanto estratégia de desenvolvimento de países periféricos, tem requisitos que vão além do progresso econômico relacionado às políticas macroeconômicas. O seu requisito fundamental é a primazia do papel político consciente do Estado como motor do desenvolvimento e o caráter subordinado do mercado. A esse respeito, tal estratégia parte do reconhecimento do mercado interno como importante propulsor do crescimento (BIELSCHOWSKY, 2001). O sucesso dessa estratégia dependeria, dessa forma, da criação suficiente de empregos - perfil de crescimento e tipo de gasto público apontados como necessários para sua ampliação, todavia sem especificações em relação à maneira - disponibilidade de recursos fiscais e redução da restrição externa (CARNEIRO, 2012).

Para tanto, Carneiro (2012) aponta que a estratégia de crescimento social desenvolvimentista deve estar ancorada em políticas distributivas permanentes de forma que os rendimentos do trabalho aumentem mais rapidamente que a produtividade.

Com relação à restrição externa, a mesma pode ser atenuada a partir da expansão do setor intensivo de recursos naturais e suas cadeias produtivas - agronegócio, por exemplo - de tradição superavitária no Brasil, em relação às divisas (CARNEIRO, 2012).

No cerne do pensamento social-desenvolvimentista, podemos observar três frentes com possibilidades de avanço para o desenvolvimento brasileiro: o mercado interno de consumo de massa que pode ser ampliado pelo processo redistributivo de renda; a demanda pelos recursos naturais e suas cadeias produtivas; e as possibilidades de investimento em infraestrutura econômica e social. Para além desses três motores dinâmicos, existem outros dois elementos disponíveis para aceleração desse processo de crescimento: investimentos em inovação tecnológica e educação, e a reativação de cadeias produtivas tradicionais (BIANCARELLI, 2013).

Com relação à área fiscal, para avançar na distribuição de renda, faz-se necessário, enquanto programa social desenvolvimentista, avançar sobre a implementação de um sistema tributário progressivo, com especial ênfase na taxaço sobre a propriedade - rural, grandes fortunas e heranças, por exemplo - mesmo que se encare dificuldades práticas nesse processo (BIANCARELLI, 2013).

Podemos concluir, portanto, que a chave de diferenciação do social-desenvolvimentismo do novo desenvolvimentismo está na questão do estímulo ao consumo de massas a partir do potencial do mercado interno, que alavanca progresso técnico a elevação dos salários.

Complementando, para a perspectiva social-desenvolvimentista, a política econômica social visa alcançar quatro objetivos fundamentais: 1- melhoria na distribuição de renda; 2- ampliação da

infraestrutura econômica e social - bens de consumo coletivo ou público, como educação, saúde, transporte público, condições gerais de vida urbana, saneamento etc.; 3- reindustrialização via adensamento de cadeias; 4- expansão do setor baseado em recursos naturais (CARNEIRO, 2012; BIANCARELLI, 2013).

Esse é, portanto, o mote do pensamento social-desenvolvimentista brasileiro e sua estratégia de melhor inserção do trabalhador na relação capital-trabalho.

2.3 TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA: CRÍTICAS AO NEODESENVOLVIMENTISMO

Nesta seção, apresentaremos os elementos, a partir da Teoria Marxista da Dependência, que identificam o chamado neodesenvolvimentismo com o padrão de desenvolvimento capitalista “liberal periférico”. A referida crítica será apresentada, principalmente, a partir dos trabalhos realizados por Osorio (2012) e Filgueiras (2018).

A partir das reflexões de Marini sobre o ciclo do capital e sobre o padrão de reprodução do capital (PRC) no Chile, Osorio (2012) aprofunda e desenvolve a categoria padrão de reprodução do capital.

O padrão de reprodução do capital pode ser entendido como um campo de mediações que permite articular as dimensões mais gerais/abstratas da análise – modo de produção capitalista e sistema mundial - com as dimensões mais concretas e históricas - formação social e conjuntura - do desenvolvimento capitalista de uma determinada nação/região, tendo como elemento condutor a análise do ciclo do capital (OSORIO, 2012).

A partir da análise do ciclo do capital, Osorio (2012) indica a necessidade de articular a referida análise com os seguintes eixos: *lucro, taxa média de lucro e lucro extraordinário; reprodução das contradições* (elevação da composição orgânica e aumento da superpopulação relativa; elevação da composição orgânica e queda tendencial da taxa média de lucro); *padrão de reprodução e crise* (análise a partir da queda tendencial da taxa de lucro, para verificar as diferentes dimensões da crise, numa perspectiva de totalidade); *padrão de reprodução e política econômica* (a política econômica é um dos mecanismos que o capital utiliza para que a reprodução do capital gere um padrão e que se reproduza certas pautas durante um tempo)³; *padrão de reprodução e impactos territoriais* (relação entre PRC e a ocupação do espaço territorial); *sistema mundial e divisão internacional do trabalho* (análise a partir da apropriação do valor entre as economias nacionais, caracterizando o imperialismo, subimperialismo e dependência e a partir da produção de valores de uso, conformando a divisão internacional do trabalho).

A partir da análise do Padrão de Reprodução do Capital (PRC), Osorio (2012) assevera que os países latino-americanos nas últimas décadas incorporaram o modelo neoliberal sem romper significativamente com o padrão de reprodução do capital do século XX, mantendo a estrutura de

³ Osorio (2012, p.71-72) elenca um conjunto de instrumentos de política econômica relacionados a diferentes campos de aplicação e indica que a ênfase no Estado (políticas econômicas keynesianas, estruturalistas ou neoestruturalistas) ou no mercado (políticas econômicas liberal, neoliberal ou monetarista) distingue a forma de aplicação dos referidos instrumentos.

dependência de suas economias, agora sob um *padrão exportador de especialização produtiva* que preserva o peso da produção agromineira na produção e incorpora maior elaboração na produção dos bens exportados. De acordo com o autor, desde os anos 1980 o PRC, na América Latina, se mantém o mesmo e se reproduz utilizando, basicamente, políticas econômicas de corte neoliberal.

No desenrolar de um determinado padrão de reprodução do capital, diferentes políticas econômicas podem ser implementadas e estas impactarão de forma distinta o referido padrão. Dessa forma, algumas políticas econômicas são mais ou menos adequadas a determinado padrão de reprodução do capital, não únicas ou exclusivas a determinado padrão.

Assim, um padrão de reprodução do capital implica certa estrutura de política econômica para viabilizar sua manutenção/repetição/perpetuação, assim como, para sua superação, há necessidade de outra estrutura de política econômica (OSORIO, 2012).

Filgueiras (2018), em artigo recente, a partir de formulações anteriores dele com outros autores, desenvolve a categoria *Padrão de Desenvolvimento do Capitalismo* (PDC), como complementação à categoria *Padrão de Reprodução do Capital* (PRC), indicada por Marini (1982 e 2012 [1979]) e desenvolvida por Osorio (2012 e 2014). De acordo com o autor, isso se justifica na medida em que o PRC, por ainda estar em um nível de abstração elevado, não possibilita apreender dinâmicas mais concretas, singulares e distintas do desenvolvimento das economias nacionais. Nesse sentido, o PDC possui um nível menor de abstração em relação ao PRC⁴.

Sinteticamente, o PDC é “definido por um conjunto de atributos - econômico-sociais e político que estrutura, organiza e delimita a dinâmica do processo de acumulação de capital, e as relações econômico-sociais a ele subjacentes, existentes em determinado Estado (espaço) nacional, durante certo período histórico” (FILGUEIRAS, 2018, p. 525).

Conforme explica o autor, o atributo fundamental, que articula e imprime a direção sociopolítica e econômica do PDC, é o Bloco Político no Poder, conforme formulação de Poulantzas. Os demais atributos são: 1 – a natureza e o tipo de regulação da relação capital e trabalho; 2 – o caráter e a dinâmica das relações intercapitalistas; 3 – o modo de inserção internacional do país; 4 – o lugar e o modo como o Estado se articula com o processo de acumulação; 5 – o processo de criação e incorporação do progresso técnico; o modo de financiamento da acumulação; 7 a estrutura de propriedade e a distribuição de renda e riqueza e 8 – as formas de organização e representação política das distintas classes e frações de classes (FILGUEIRAS, 2018).

A análise desses atributos é realizada incorporando a história e as especificidades econômicas, sociais e políticas de cada Estado, além de considerar a relação entre as dimensões nacional e internacional do processo de desenvolvimento.

Dessa forma, o autor entende que o PDC supera dois problemas presentes na caracterização do capitalismo dependente. O primeiro problema, que se refere à separação - ou frágil articulação

⁴ Cabe sublinhar que apesar de ser um complemento à categoria PRC, desenvolvida por Osorio (2012), Filgueiras (2018) discorda da conclusão do autor quanto à caracterização do PRC brasileiro como *padrão exportador de especialização produtiva*. Devido ao objetivo central do artigo, não será possível fazermos este debate neste momento.

- entre economia e política, é superado pela incorporação da análise do bloco político no poder. O segundo problema - a não distinção e hierarquização entre as dimensões estrutural (características mais permanentes e enraizadas do PDC) e conjuntural (a dinâmica macroeconômica de curto prazo) - tem sua superação realizada através da análise do Regime de Política Macroeconômica (RPM). O RPM, categoria inserida no item 4 dos atributos destacados pelo economista, possibilita diferenciar o PDC de um RPM. Ou seja, um determinado PDC pode ser desenvolvido a partir de sucessivos e distintos RPM (FILGUEIRAS, 2018)⁵.

A partir desses elementos constitutivos do PDC, Filgueiras reforça e consolida a interpretação, desenvolvida por ele e outros pesquisadores, de que o PDC no Brasil se configura como um Padrão Liberal Periférico, desde 1990, a partir da ruptura com o Padrão de Substituição de Importações.

Dessa forma, Filgueiras (2018) indica que o Padrão de Desenvolvimento Capitalista Liberal Periférico vem se mantendo, com inflexões no RPM, desde o governo Collor até o governo Temer.

O Padrão de Desenvolvimento Capitalista Liberal Periférico, caso brasileiro, tem como elementos constitutivos centrais as seguintes características: a) assimetria ampliada na relação capital e trabalho, em a favor do primeiro; b) posição dominante do capital financeiro - nacional e internacional - no processo de acumulação e na dinâmica macroeconômica e fortalecimento de grandes grupos econômicos nacionais produtores e exportadores de *commodities* e o agronegócio; c) aumento da vulnerabilidade externa, no contexto de reprimarização, desindustrialização e crescimento da dívida pública; d) perda da capacidade do Estado de financiar e regular a economia; e) modo de financiamento da acumulação se alterou, passando a ser realizado, principalmente, através de investimentos estrangeiros nos mercados financeiros; f) manutenção da estrutura de propriedade e de distribuição de renda e riqueza, com ampliação da participação do capital financeiro na apropriação da mais valia; g) redução drástica do processo de criação e incorporação do progresso técnico; h) novas formas de organização e representação política das distintas classes e frações produziram a redução da capacidade de direção hegemônica da burguesia, manipulação da opinião pública, por meio das grande mídia corporativa e judicialização da política e deterioração da democracia formal; e i) constituição de um novo bloco no poder, num primeiro momento com a hegemonia absoluta do capital financeiro e da burguesia imperialista e, posteriormente, com o crescimento da importância do agronegócio e da indústria produtora de *commodities*, como expressões da burguesia interna (FILGUEIRAS, 2018).

Por fim, após a crítica ao neodesenvolvimentismo, a qual o exclui do rol das teorias derivadas do nacional-desenvolvimentismo, devido ao seu enquadramento enquanto estratégia liberal periférica, poderíamos indicar como hipótese que as críticas desenvolvidas estão mais direcionadas ao que anteriormente nominamos, acompanhando Carneiro (2012), de “novo desenvolvimentismo” e não ao “social-desenvolvimentismo”, o qual poderíamos indicar como um padrão, pelo menos teoricamente, não identificado ao *padrão liberal periférico*.

⁵ O RPM, então, tem como função para o PDC, a mesma que Osorio indica na análise do eixo padrão de reprodução e política econômica para PRC. Segundo Osorio, como vimos anteriormente, um mesmo PRC pode ser implementado e mantido através de distintas políticas econômicas.

Partindo dessa hipótese, no próximo item iremos apontar, a partir da literatura nacional a respeito do tema, de indicadores econômicos e sociais, bem como de dados orçamentários, se os governos do PT podem ser enquadrados como social-desenvolvimentistas ou liberal-periféricos.

3 SOCIAL DESENVOLVIMENTISMO E PADRÃO LIBERAL-PERIFÉRICO EM PAUTA: ANÁLISE DOS GOVERNOS DO PARTIDO DOS TRABALHADORES⁶

Conforme indicado, nesta seção analisaremos indicadores econômicos e sociais e dados do orçamento público federal dos governos brasileiros de 2003 a 2016, bem como a literatura nacional sobre o tema, visando identificar possível aproximação a um dos padrões de desenvolvimento capitalista em questão: social desenvolvimentismo ou liberal-periférico. Então, vejamos.

Ao analisarmos os dados do Tesouro Nacional referente ao gasto social da União referente aos anos de 2003 a 2016 (Tabela 1), verificamos, com base na tabela abaixo, que houve ampliação de gastos sociais em relação à despesa total, de forma contínua, até 2013, principalmente, nas funções Assistência Social, Previdência e Educação. De 2014 a 2016 ocorre redução em relação à despesa total, mas mantendo um valor superior aos gastos do início do período.

Tabela 1 – Evolução do Gasto Social da União, em % da Despesa Total

Função	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Assistência Social	1,0	1,5	1,4	1,8	2,1	2,4	2,5	2,7	2,9	3,2	3,5	3,2	3,1	3,1
Previdência Social	16,6	18,2	17,0	18,1	20,0	21,5	21,7	22,9	22,8	23,3	24,9	22,8	23,9	23,3
Saúde	3,1	3,6	3,3	3,4	3,4	3,7	3,6	3,8	4,0	4,1	4,3	3,9	4,1	3,9
Trabalho	1,1	1,2	1,1	1,4	1,7	1,8	2,1	2,2	2,3	2,4	3,6	3,2	2,9	2,8
Educação	1,6	1,6	1,5	1,5	1,7	1,9	2,2	2,8	2,8	3,1	3,6	3,4	3,6	3,4
Cultura	0,05	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,03	0,04	0,03	0,03	0,1
Habituação	0,02	0,1	0,1	0,1	0,003	0,1	0,1	0,04	0,02	0,1	0,04	0,02	0,01	0,02
Saneamento	0,2	0,3	0,3	0,4	0,3	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Direitos da Cidadania	0,05	0,06	0,07	0,08	0,05	0,08	0,08	0,10	0,06	0,03	0,04	0,03	0,03	0,07
Organização Agrária	0,2	0,3	0,3	0,4	0,3	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Total Gasto Social	23,8	27,0	25,3	27,2	29,5	31,9	32,7	35,0	35,1	36,5	40,2	36,9	37,9	36,7

Fonte: Elaboração própria com dados do Tesouro Nacional (2020).

Observamos ainda que, em todo o período analisado, apesar das oscilações em todas as variáveis da tabela 2 a seguir, as despesas relacionadas à dívida pública cresceram em valores reais e em relação à despesa pública total, inclusive com alguns picos - no caso da amortização, enquanto

⁶ Para uma análise mais ampla, bem como um maior conjunto de dados, consultar Pinho Junior (2019).

os investimentos públicos, sempre muito abaixo, não tiveram o mesmo desempenho. Ainda pior, enquanto entre 2003 e 2016 o total de despesas cresceu 25%, os investimentos tiveram pequenos ciclos de até três anos de aumento e regrediram a valores próximos ao início dos governos do PT, o que, proporcionalmente, representa retraimento nos investimentos do Estado.

Tabela 2-Evolução das Despesas de Investimento, Juros e Amortização (milhões de R\$)⁷

Grupo de despesa	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Juros e Encargos da Dívida	150.405	158.125	170.345	283.111	252.772	184.246	190.345	189.757	183.082	178.392	174.374	198.662	234.141	204.892
Juros e Encargos/DPT (%)	7,50	8,19	8,12	12,87	12,02	9,22	9,30	8,61	8,32	7,83	7,96	7,89	9,24	8,05
Amortização da Dívida	182.094	152.234	93.385	226.504	174.780	285.952	386.403	217.583	136.405	425.694	144.856	222.455	204.484	271.446
Amortização/DPT (%)	9,08	7,88	4,45	10,29	8,31	14,30	18,88	9,87	6,20	18,68	6,61	8,83	8,07	10,66
Investimentos	14.769	23.102	32.844	36.703	18.051	16.347	22.958	36.946	23.852	29.382	24.027	25.152	14.952	17.280
Investimentos/DPT (%)	0,74	1,20	1,56	1,67	0,86	0,82	1,12	1,68	1,08	1,29	1,10	1,00	0,59	0,68
Despesa														
Pública Total	2.006.233	1.930.879	2.098.581	2.200.179	2.103.134	1.999.165	2.046.194	2.204.515	2.199.716	2.278.243	2.191.790	2.518.705	2.533.988	2.546.280
(DPT)														

Fonte: Elaboração própria com dados do Tesouro Nacional (2020)⁸.

Ainda com relação ao gasto social, a despeito do aumento do salário-mínimo impactar positivamente os gastos da previdência, os outros dois gastos em evidência - Assistência Social e Educação - devem ser relativizados. Pois, um demonstra o desenvolvimento de uma política focalizada na pobreza - assistência social - portanto, não estruturante, e o outro - educação - deve ser considerado os investimentos para a iniciativa privada, por meio do PROUNI e FIES⁹. Identifica-se, então, a manutenção da lógica que privilegia políticas sociais focalizadas de transferência de renda em detrimento da expansão e qualificação das políticas setoriais universais, o que aproxima o padrão de desenvolvimento capitalista brasileiro ao padrão liberal-periférico, no campo dos investimentos sociais.

Verificamos, ainda, através da evolução do gasto social e do comparativo entre as despesas de investimento e as despesas da dívida, a exata correspondência entre os ciclos das despesas e a classificação de Filgueiras (2018) no que concerne às inflexões ocorridas no regime de política macroeconômica das duas últimas décadas: tripé macroeconômico rígido nos primeiros anos do governo Lula e último anos do governo Dilma; e tripé macroeconômico flexibilizado no segundo governo Lula e primeiro governo Dilma - período de maior crescimento do gasto social.

Por outro lado, o período de maior ampliação do gasto social, 2008-2013, ocorre simultaneamente ao ciclo econômico internacional favorável à economia exportadora brasileira baseada em *commodities*. Isso não é mera coincidência e nos permite indicar que a ampliação do

⁷ Valores a preços de 01/2016. Correção pelo IGP-DI.

⁸ Nos dados de amortização da dívida não estão considerados os valores referentes ao refinanciamento da dívida pública.

⁹ Entre 2003 e 2016 os gastos com PROUNI e FIES saltaram de, aproximadamente, 1,6 bilhão para 19,6 bilhões (1.150,68%), enquanto a variação, no mesmo período para as universidades públicas, incluindo os hospitais universitários, foi de 142,66% (19,6 bilhões para 47,6 bilhões) (ANDES, 2017).

gasto social teve como principal determinação o momento favorável economicamente ao Brasil e não se firmou enquanto política estruturante.

Esse período - segundo Governo Lula e primeiro governo Dilma - é marcado pela ampliação da burguesia interna na estrutura de poder; no papel mais ativo e direto do Estado no processo econômico numa conjuntura internacional assinalada, primeiro, pelo auge do ciclo econômico e, em seguida, pela crise de 2008 (FILGUEIRAS, 2014, pg.36-37).

Não se pode desconsiderar que ao longo do período, conforme indicado nos Quadros 1 e 2 adiante, a partir, principalmente, da política de valorização do salário mínimo, ampliação dos programas de transferência de renda, expansão da rede federal de ensino superior, ampliação dos gastos sociais em geral, houve melhora das condições de vida, principalmente, da população mais pobre.

Quadro 1 – Brasil: indicadores de bem-estar para os anos de 2003, 2006, 2010 e 2013 (Valores a preços de 2013)

		2002	2006	2010	2013	
ASSISTÊNCIA	BPC (benefício de prestação continuada) e RMV (renda mensal vitalícia)	Número de beneficiários (milhões)	2,3	2,9	3,7	4,2
		Valor médio real por beneficiário (2002=100)	100	127	157	175
	BOLSA FAMÍLIA	Número de famílias beneficiadas	3,6a/	11,0	12,8	14,1
		Valor médio real dos benefícios (em R\$ de 2013)	-	81,7	105,4	141,8
GASTO COM POLÍTICAS SOCIAIS NO ORÇAMENTO DA UNIÃO (%PIB)		12,7	14,1	14,6	16,8	
DISTRIBUIÇÃO DE RENDA (COEFICIENTE DE GINI, FAMÍLIAS)		0,59	0,56	0,54	0,53	
TAXA DE POBREZA (% de pessoas com renda familiar média abaixo da linha de pobreza e de extrema pobreza) Extremamente pobres	Pobres (inclusive extremamente pobres)	34,4	26,8	19,9b/	15,9c/	
		14,0	9,5	6,8b/	5,3c/	

Fonte: IBGE, IPEADATA, SPI/MPOG; a/ outros programas; b/ média aritmética de 2009 e 2011 e; c/ 2012 (BIELSCHOWSKY, 2014).

Quadro 2 – Brasil: indicadores de bem-estar para os anos de 2002 e 2013

		2002	2013
EDUCAÇÃO	Matrículas na Educação Profissional de nível médio (milhões)	0,3	0,45
	Matrículas na rede pública de ensino superior (milhões)	1,1	1,7
DESENVOLVIMENTO URBANO	Moradias do PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA	-	1,5 milhões no período 2011-2013
	Percentual de pessoas que vivem em condições domiciliares satisfatória d/	36,8 (2001)	58,2 (2012)

Fonte: MEC, MDS, MCidades, IPEADATA, SPI/MPOG (BIELSCHOWSKY, 2014)

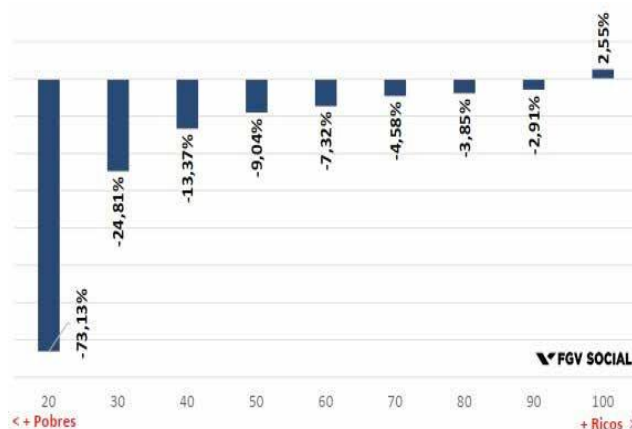
No entanto, devemos ressaltar que, com relação ao orçamento público, do ponto de vista da receita, o sistema tributário, por exemplo, manteve sua característica regressiva, sem qualquer reforma

realizada de forma que os impostos indiretos constituíam, até 2010, mais de 14% da renda total, enquanto os diretos, cerca de 9% (IPEA, 2011). Ou seja, a proposta de redução da desigualdade, se houvesse, viria a ocorrer sem levar em conta o sistema tributário regressivo, o que reforça a perspectiva de que os atributos fundamentais do Padrão de Desenvolvimento Capitalista não foram alterados durante os governos, mantendo-se, apesar das já mencionadas inflexões, o Padrão de Liberal Periférico.

Com relação ao mercado de trabalho, é importante tecermos algumas considerações.

Embora tenha ocorrido, durante os governos PT, a redução da desigualdade da renda do trabalho, a qual teve como base a política de valorização do salário mínimo, verificamos, ainda, em sua composição, uma elevada concentração de renda, uma vez que os baixos salários ou o salário-mínimo continuaram compondo a massa salarial. Aliado a isso, houve redução na renda per capita do trabalho entre faixas de renda a partir de 2014, sendo que 90% da população analisada teve perda na renda per capita até o segundo trimestre de 2019¹⁰. O grupo com a maior perda foi o da segunda faixa de renda dos 10% a 20% mais pobres. O único grupo que teve crescimento na variável analisada foram os 10% mais ricos (2,55% - gráfico 1), que representa uma espécie de classe média tradicional, haja vista o estudo ser feito sobre a renda oriunda do trabalho. Quando verificamos a faixa dos 1% mais ricos, observamos incremento ainda maior: 10,11% (NERI, 2019).

Gráfico 1 – Crescimento da renda per capita do trabalho por décimo, do 4º trimestre de 2014 ao 2º trimestre de 2019



Fonte: FGV Social (NERI, 2019).

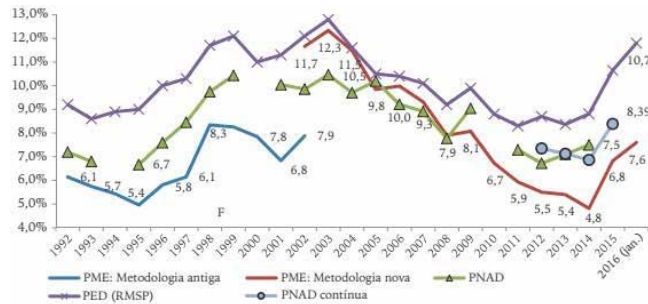
A adoção de um regime de política macroeconômica rígida, a partir do segundo governo Dilma, resultou em enfraquecimento da dimensão do trabalho em sua relação com o capital, observável a partir do crescimento negativo da renda do trabalhador em geral a partir de 2014 e o aumento no nível de desemprego (Gráfico 2).

Além desses elementos temos, por outro lado, a despeito do aumento real do salário mínimo nos últimos anos, o incremento da superexploração da força de trabalho (MARTINS, 2011 e LUCE, 2013).

¹⁰ Os gráficos 1 e 2, apesar de apresentarem informações de períodos posteriores aos governos PT, indicam mudanças de tendências que se iniciam no governo Dilma.

Nos últimos anos dos governos do PT houve ainda crescimento contínuo do desemprego, de acordo com variadas metodologias (Gráfico 2), o que mostra a permeabilidade das políticas de governo quando a conjuntura externa passou a afetar nossa balança comercial.

Gráfico 2 – Evolução da taxa de desemprego no Brasil de 1992 a 2016 (em %)



Fontes: IBGE e DIEESE, disponível em Calixtre e Fagnani (2018, p. 341).

É evidente que a conjuntura de financeirização e globalização do capitalismo em todo o mundo influencia, quando não determina, os passos da política econômica e social dos países periféricos como o Brasil. Esses países são ainda mais influenciados pelos momentos de desaquecimento das economias, haja vista sua estrutura produtiva interna, ainda frágil, e sua alta vulnerabilidade externa.

Com relação ao *regime de política macroeconômica*, no que se refere ao primeiro governo Lula, verificamos uma continuidade da estratégia macroeconômica do segundo governo FHC - metas de inflação, superávit fiscal e câmbio flutuante -, conforme apontado por Filgueiras (2018), em confluência com o *boom* na exportação de *commodities* e consequente fortalecimento do setor produtor-exportador desses gêneros no agronegócio e indústria de minério, que garantiu resultados positivos na balança comercial e ênfase nas relações Sul-Sul.

Contudo, nos países periféricos como o Brasil, esse processo pode acarretar em desindustrialização, apesar de ocorrer crescimento industrial, que resulta da tendência de deslocamento da produção na direção dos produtos intensivos em recursos naturais, o que se expressa com mais força na fase de crescimento dos preços das *commodities* no mercado mundial.

Nesse sentido, conforme Gonçalves (2012a),

A participação da indústria de transformação no PIB no Brasil reduz-se de 18% em 2002 para 16% em 2010 (IEDI, 2011). A taxa média anual de crescimento do PIB real é de 4% no período 2003-10. Nesse período, a taxa de crescimento real do valor adicionado da mineração é 5,5%, da agropecuária é 3,2% e da indústria de transformação é 2,7%. Os diferenciais entre essas taxas de crescimento informam, de fato, um processo de desindustrialização da economia brasileira no Governo Lula (p. 7).

Não é exaustivo relembrar que os recursos públicos federais para investimentos ao longo do período foram extremamente reduzidos (Tabela 2). Cabe sublinhar que mesmo no período em que a conjuntura externa foi fortemente favorável à economia nacional, o que permitiu a adoção de um

regime macroeconômico com inflexões de políticas econômicas menos liberais, não se definiu uma política industrial visando à alteração da estrutura produtiva. Esse aspecto reforça a avaliação de que não estava em gestação e, diríamos, nem em planejamento estratégico-estrutural a construção de um padrão de desenvolvimento contrário ao liberal periférico implementado desde 1990.

A partir de 2015, o governo PT - segundo governo Dilma - se pautou pela ênfase no discurso de equilíbrio fiscal para retomada do crescimento e *forte subordinação da política social ao regime rígido de política macroeconômica - metas de inflação, superávit fiscal primário e câmbio flutuante -*, expressando a retomada da hegemonia do capital financeiro no bloco de poder (FILGUEIRAS, 2018).

Dessa forma, as medidas adotadas a partir de 2015 foram: 1) corte de gastos, a qual visava controlar e reduzir o déficit orçamentário e a dívida pública; 2) recuperação de tarifas e preços públicos, com ênfase na energia e combustíveis, para desonerar as contas públicas e retomar o papel do mercado na determinação desses preços; 3) não intervenção no mercado cambial, com base no diagnóstico de que o real havia se mantido artificialmente apreciado durante o ano de 2014; e 4) elevação da taxa de juros, com vistas ao combate da inflação (CARNEIRO, 2018).

CONCLUSÃO

O PT e alguns intelectuais têm difundido a ideia de que ocorreram avanços sociais porque o modelo econômico-social deixou de ser neoliberal, passando para uma perspectiva neodesenvolvimentista. Assim, a questão que foi analisada, ao longo do trabalho, refere-se a como se explicam as melhoras de tais indicadores. Em outras palavras, enfrentamos a questão: os avanços econômicos e sociais estão vinculados, realmente, a uma alteração estrutural do padrão de desenvolvimento capitalista brasileiro ou são avanços decorrentes da conjuntura mundial de crescimento econômico que favoreceram a economia brasileira e aos ajustes realizados na gestão de políticas e programas sociais?

Os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) de Lula da Silva, em 2003-2010, e Dilma Rousseff, em 2011-2016, mantiveram, como foi possível indicar ao longo do presente trabalho, o Padrão de Desenvolvimento Capitalista Liberal Periférico (PLP), consoante caracterização de Filgueiras (2014 e 2018), presente no Brasil desde 1990. Todavia, isso não significa que ao longo de quase trinta anos, as políticas econômicas e sociais tenham sido as mesmas, conforme observado. Contudo, as diferenças permaneceram filiadas às distintas frações do capital que pressionavam o bloco político no poder e às mudanças que ocorriam na dinâmica da economia mundial – crise neoliberal, *boom* das *commodities* e crise iniciada em 2008, por exemplo.

Dessa maneira, associar o desempenho da economia brasileira até mesmo em seu melhor momento durante os governos petistas, entre 2006 e 2008 - retomada das taxas de crescimento - melhora de indicadores sociais - a ampliação do emprego, aumento do salário-mínimo e redução da pobreza - e ampliação dos gastos sociais a um padrão social-desenvolvimentista não se sustenta, uma

vez que, apesar de a política macroeconômica mais flexível adotada em alguns períodos, não foram construídas políticas estruturantes e estratégicas para avançar no enfrentamento da dependência.

Desse modo, ainda que em momentos específicos algumas variáveis de análise do padrão de desenvolvimento capitalista tenham sofrido inflexões em direção a elementos constitutivos do social-desenvolvimentismo, isso não ocorreu de maneira estrutural.

A economia global permitiu que algumas medidas flexíveis de política macroeconômica fossem utilizadas pelos governos PT, aliviando os impactos sociais produzidos pelos primeiros momentos de desenvolvimento do PLP no Brasil. As causas que produziram a melhora dos indicadores econômicos e sociais não estiveram relacionadas à alteração do padrão de desenvolvimento econômico e social, mas sim a uma conjuntura externa favorável à economia brasileira, por isso, a mudança da conjuntura desmontou radicalmente os avanços obtidos pelos governos do Partido dos Trabalhadores (FILGUEIRAS, 2014, pp. 37-38).

Por outro lado, o fato de não ter havido uma alteração no padrão de desenvolvimento capitalista, não significa apreender que, ao longo dos governos Cardoso e Lula-Dilma, se mantiveram as mesmas políticas econômicas e sociais. O padrão de desenvolvimento capitalista ou de reprodução do capital, em termos mais abstratos, podem ser implementados e mantidos por diferentes políticas macroeconômicas e sociais, com maior ou menor ênfase na ação estatal. Esta distinção entre padrão de desenvolvimento/reprodução do capital e políticas econômicas e sociais torna-se essencial para decifrarmos os governos PT.

Sinteticamente, com relação aos resultados do ciclo dos governos Lula e Dilma, podemos inferir três afirmações fundamentais: 1- o regime de política macroeconômica pautado no tripé macroeconômico foi mantido ao longo do período, com momentos de flexibilização quando a conjuntura internacional era favorável à economia brasileira; 2- a dinâmica das relações intercapitalistas manteve o processo de desindustrialização e especialização regressiva da estrutura produtiva; e 3- a redução da desigualdade social e econômica foi muito pequena e não ocorreu de forma estrutural, uma vez que não houve avanço na democratização da propriedade privada e redistribuição da riqueza, mas somente da renda e do índice de pobreza.

Complementando, com relação à estrutura da dependência, foi possível indicar que houve manutenção da dinâmica da transferência de valor, superexploração da força de trabalho e ruptura do ciclo de capital.

Assim, o reconhecimento de certo melhora em indicadores econômicos e sociais não implica em concluirmos que houve uma guinada da estratégia de desenvolvimento para o social-desenvolvimentismo, uma vez que o regime de política macroeconômica dos governos do PT e a dinâmica das relações entre as frações do capital e o Estado, importantes variáveis da análise realizada, estiveram longe de caminhar para a superação do Padrão de Desenvolvimento Capitalista Liberal Periférico.

REFERÊNCIAS

- ANDES-Sindicato Nacional. *Os Impactos das Medidas Governamentais para a Universidade e a Carreira Docente*. Apresentação realizada durante o Seminário da APES, Juiz de Fora, setembro, 2017.
- BASTOS, P. P. Z. A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo. *Economia e Sociedade*. Campinas: Unicamp, v. 21, número especial, p. 779-810, dez. 2012.
- BIANCARELLI, A. Desafios e oportunidades para o desenvolvimento brasileiro – aspectos econômicos. *In: Desafios ao desenvolvimento brasileiro: uma abordagem social-desenvolvimentista*. Brasília: CGEE - Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, p. 29-44, 2013.
- BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BIELSCHOWSKY, R. *Anotações sobre a estratégia de crescimento pelo mercado interno de consumo popular e o programa do PT para 2003-2006*. São Paulo: Instituto da Cidadania, 2001. Mimeo.
- BIELSCHOWSKY, R. O modelo de desenvolvimento proposto por Lula e Dilma. *Brasil Debate*, 2014. Disponível em: <http://brasildebate.com.br/o-modelo-de-desenvolvimento-proposto-por-lula-e-dilma/>. Acesso em: 02 ago. 2019.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Teoria novo-desenvolvimentista: uma síntese. *Cadernos do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 19, p.145-165, jul.-dez., 2016.
- CALIXTRE, A.; FAGNANI, E. A política social nos limites do experimento desenvolvimentista (2003-2014). *In: CARNEIRO, R.; BALTAR, P.; SARTI, F. (org.) Para além da Política Econômica*. São Paulo: Editora Unesp Digital, p. 327-364, 2018.
- CARNEIRO, R. de M. Velhos e novos desenvolvimentismos. *Economia e Sociedade*. Campinas: Unicamp, v. 21, número especial, p. 749-778, dez. 2012
- CARNEIRO, R. de M. Navegando a contravento: uma reflexão sobre o experimento desenvolvimentista do governo Dilma Rousseff. *In: CARNEIRO, R.; BALTAR, P.; SARTI, F. (org.) Para além da Política Econômica*. São Paulo: Editora Unesp Digital, p. 11-54, 2018.
- CASTELO, R. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 112, p. 613-636, out. – dez., 2012.

DIAS PEREIRA, J. M. Uma breve história do desenvolvimentismo no Brasil. *Cadernos do desenvolvimento*. Rio de Janeiro, v. 6, n. 9, p.121-141, jul.-dez. 2011.

DIEESE. *Política de Valorização do Salário-Mínimo: Depois de 20 anos, reajuste fica abaixo da inflação (INPC)*. Nota técnica, nº 166, jan. 2017.

FILGUEIRAS, Luiz. A natureza e os limites do desenvolvimentismo no capitalismo dependente brasileiro. *Margem Esquerda – ensaios marxistas*, São Paulo, nº 23, p. 32-38, out. 2014.

FILGUEIRAS, Luiz. Padrão de reprodução do capital e capitalismo dependente no Brasil atual. *Caderno CRH*, Salvador v. 31, nº 84, p. 519-534, dez. 2018.

GONÇALVES, R. Governo Lula e o nacional-desenvolvimentismo às avessas. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, São Paulo, nº 31, p. 5-30, fev. 2012a.

GONÇALVES, R. Novo Desenvolvimentismo e Liberalismo Enraizado. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 112, p. 637-671, out.- dez. 2012b.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Equidade fiscal no Brasil: impactos distributivos da tributação e do gasto social. *Comunicados do Ipea*, nº 92, 2011.

LUCE, M. A superexploração da força de trabalho no Brasil: evidências da história recente. In: Almeida Filho, N. (org). *Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini*. Brasília: Ipea, 2013.

MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J.P. (orgs). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARTINS, C.E. *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MATTEI, L. Gênese e agenda do “novo desenvolvimentismo brasileiro”. In: IV ENCONTRO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO KEYNESIANA BRASILEIRA (AKB), 2011, Rio de Janeiro. *Anais[...]*. Rio de Janeiro: Associação Keynesiana Brasileira, p. 1-18, 2011.

NERI, M. C. *A escalada da desigualdade: qual foi o impacto da crise sobre a distribuição da renda e a pobreza?* Rio de Janeiro: FGV Social, ago. 2019. Disponível em: <https://cps.fgv.br/Desigualdade>. Acesso em: 27 ago. 2019.

OSORIO, J. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M.S. (orgs). *Padrão de reprodução do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2012.

PINHO JUNIOR, N. M. *Neodesenvolvimentismo ou Modelo Liberal Periférico? Interpretação dos governos brasileiros à luz do orçamento federal e de indicadores sociais e econômicos de 2003 a 2016*. 2019. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, 2019.

POCHMANN, M. *Desenvolvimento e perspectivas para o Brasil*. Brasília: IPEA, 2010.

SAMPAIO JR., P. de A. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 112, p. 672-688, out.- dez. 2012.

SICSÚ, J.; PAULA, L. F. de; MICHEL, R. Por que novo-desenvolvimentismo?. *Revista de Economia Política*, vol. 27, nº 4, p. 507-524, out.- dez. 2007.

TESOURO NACIONAL. *Despesas da União – séries históricas*. Publicado em 28 set. 2020. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/despesas-da-uniao-series-historicas/2019/11>. Acesso em: 21 nov. 2020

WILLIAMSON. *Depois do Consenso de Washington: uma agenda para reforma econômica na América Latina*. Palestra apresentada à FAAP. São Paulo, 25 de agosto de 2003.



JUSTIÇA RESTAURATIVA E CRIMINOLOGIA CRÍTICA: DEBATE SOBRE AS NOVAS FORMAS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITO

BÁRBARA NOBREGA SIMÃO
ALEXANDRA A. LEITE T. SEABRA EIRAS

*Dedicamos esse capítulo à memória
de Andrea Almeida Torres, docente da UNIFESP,
que inspirou algumas das reflexões aqui apresentadas*

A implementação da Justiça Restaurativa no Brasil é recente, remontando ao início do século XXI. Nesse processo, apresentam-se algumas novas requisições para as (os) assistentes sociais nos espaços sócio-ocupacionais como o Tribunal de Justiça, e possibilidades de ação relacionadas ao campo sociojurídico, bem como vinculadas a outros espaços, como na área de educação.

As produções sobre o tema em nossa área acadêmica ainda são escassas e indicam a necessidade de apreensão das mediações históricas e de explorar as vinculações teóricas, principalmente, no que concerne às aproximações com o campo teórico-crítico.

O presente artigo é resultado da dissertação de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, defendida em 2020, sob o título “Justiça Restaurativa no Brasil: análise histórico-crítica da sua implementação”. Nessa dissertação, a autora Bárbara Nóbrega Simão realiza uma análise histórico-crítica da implementação da Justiça Restaurativa, apreendendo os elementos teóricos que a constituem e as particularidades que essa forma de resolução de conflitos possui na realidade brasileira (SIMÃO, 2020, p. 8).

A Justiça Restaurativa engloba um conjunto de práticas, consideradas como alternativas às formas tradicionais de resolução de conflitos na sociedade, não necessariamente, vinculada às práticas jurídico-sociais ou ao sistema Judiciário. Diferencia-se pela ênfase no atendimento à vítima e pela proposição de reparação do dano junto a ela, bem como pelos procedimentos que utiliza para realizar esse propósito, destacando-se os encontros entre vítima-ofensor, as conferências de grupos familiares

e os processos circulares. Orienta-se por referências teóricas diversificadas, assim como por valores e princípios compartilhados pelos seus praticantes. Dentre as diferentes referências teóricas, recebe influências da vitimologia e da criminologia crítica, especialmente na corrente do abolicionismo penal.

Neste artigo, analisamos a relação entre a Justiça Restaurativa e a criminologia crítica¹, enfatizando a vertente do abolicionismo penal. Desse modo, apresentamos uma discussão inicial sobre o termo Justiça Restaurativa e, em seguida, expomos as referências na criminologia crítica que dialogam com a Justiça Restaurativa, indicando alguns de seus limites.

Nas considerações finais, ponderamos acerca das possibilidades das abordagens e práticas de Justiça Restaurativa fundamentadas criticamente, para apreender as situações de conflito inseridas na realidade concreta a qual se dirige o Direito e o sistema penal, nas sociedades capitalistas.

1 A JUSTIÇA RESTAURATIVA E SUA FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-FILOSÓFICA²

No Ocidente, a Justiça Restaurativa pode ser entendida como um conjunto de práticas para a resolução dos conflitos da sociedade. Para tanto, propõe-se a construir uma maneira alternativa a partir do uso de “práticas ancestrais”³ de concepção do delito e de suas formas de resolvê-lo, e a reparação dos seus danos através de procedimentos baseados em princípios restaurativos⁴ e participação ativa dos envolvidos.

No cenário internacional seu início se deu entre os anos 1960 e 1970, e os primeiros registros de sua utilização paralela ao sistema de justiça tradicional são encontrados nos Estados Unidos, Canadá e Nova Zelândia. A partir de 2012, a ONU recomendou o seu uso aos Estados-membros através da Resolução 2002/12. Essa Resolução marcou o início de um processo de institucionalização da Justiça Restaurativa, e se tornou referência para que muitos países criassem os seus “programas restaurativos”, elaborando e adaptando essa prática aos sistemas jurídicos nacionais.

Utilizada sobretudo em contraponto ao sistema jurídico tradicional⁵, ela também pode ser aplicada em espaços não judiciais como escolas, ambientes de trabalho e associações de bairros.

¹ Corrente teórica na área do Direito que questiona a criminologia positivista e o sistema criminal hegemônico responsável pela administração dos conflitos na sociedade contemporânea.

² Este item utiliza algumas das referências apresentadas no capítulo 2 “A fundamentação teórico-filosófica da Justiça Restaurativa” da dissertação indicada na introdução deste capítulo, de autoria de Bárbara Nóbrega Simão

³ Zehr (2015, p. 100) argumenta que esse ressurgimento das práticas ancestrais através da Justiça Restaurativa vem “como esforço para corrigir algumas fraquezas do sistema jurídico ocidental e, ao mesmo tempo, como forma de construir em cima de suas qualidades”. Na visão do autor, a Justiça Restaurativa, diferente da justiça tradicional, tem como preocupação maior o atendimento à vítima, e não ao infrator. Para ele, o sistema atual de justiça busca ao máximo responsabilizar e punir o infrator, sem que a vítima tenha as suas necessidades atendidas nesse processo.

⁴ A reparação do delito ou dano é uma concepção central nas práticas de Justiça Restaurativa, que reúnem a vítima e o ofensor, na presença de um grupo ou representantes da comunidade, ou de um mediador com habilidade para conduzir essa tarefa.

⁵ De acordo com Zehr (2015), diversas são as práticas de Justiça Restaurativa executadas ao redor do mundo, e suas escolhas acontecem com base nos objetivos desejados, realidade do local e o público a quem se destina. Contudo, são encontradas três principais práticas restaurativas em diversos países: encontros entre vítima-ofensor, as conferências de grupos familiares e processos circulares

No Brasil, as práticas da Justiça Restaurativa foram inseridas a partir de 2005 por meio de ações do poder judiciário nas varas da infância e juventude. Embora no país seu uso seja majoritário nesse campo, aos poucos alcançou outras instituições como escolas e unidades de cumprimento de medidas socioeducativas, à semelhança de países como África do Sul, Nova Zelândia e Alemanha.

A bibliografia mostra que não existe um modelo puro, único de Justiça Restaurativa, e sim um conceito aberto resultante de práticas comunitárias e de movimentos sociais ocorridos em diversos lugares do mundo. Mas os programas e práticas, apesar de suas diferenças de implementação e experimentações nas diversas comunidades, tendem a adotar alguns princípios e valores semelhantes.

Contudo, os princípios e valores também não constituem um parâmetro único, pois cada autor realça aqueles que consideram mais relevantes. São comumente encontrados princípios ligados a obrigação de reparação dos danos causados às vítimas, atendimento de suas necessidades, responsabilização do ofensor e participação dos envolvidos e da comunidade. Quanto aos valores, que também não são claramente definidos, esses envolvem a interconexão de pessoas e relacionamentos e o respeito às individualidades dos envolvidos.

A pesquisa bibliográfica indica que a Justiça Restaurativa não nasceu de uma fonte teórica, mas sim de diversas práticas executadas em diferentes partes do mundo, o que denota a primazia das práticas à teoria.

Contudo, sustentada pelas formulações de Faget (1997), Jaccoud (2005) entende que o “movimento de ressurgimento” da Justiça Restaurativa nas sociedades contemporâneas ocidentais⁶ e outros procedimentos similares nos Estados Unidos estão associados a três correntes de pensamento: movimento de contestação das instituições repressivas; movimento da descoberta da vítima e movimento de exaltação da comunidade.

Em outras palavras, a Justiça Restaurativa foi influenciada pelas teorias criminológicas tanto do movimento abolicionista⁷, no que tange às contestações das instituições repressivas e ênfase aos seus efeitos deletérios, quanto da vitimologia⁸ (PALLAMOLLA, 2009).

Com base na bibliografia consultada, observamos que alguns autores consideram essa diversidade de práticas e influências teóricas positivamente, pois abre um campo de possibilidades, em contraposição ao um conceito único, “engessador”. Mas, por outro lado, Andrade *et al* (2017) apontam que tal pluralidade de fontes teóricas também dificulta a elaboração de “uma” identidade

⁶ A noção de ressurgimento da Justiça Restaurativa está associada à concepção dos autores de que as práticas restaurativas tiveram origem em sociedades ancestrais, antes da implementação do Direito, enquanto complexo social.

⁷ Movimento teórico surgido nos anos 1960 com grupos na Noruega, Holanda Inglaterra, França e Alemanha Ocidental. Discute a validade do modelo penal tradicional e apresenta novas formas de abordagem. (ACHUTTI, 2014). Esse movimento europeu vai ao encontro de outros movimentos surgidos à época que questionavam o sistema de justiça criminal nos Estados Unidos, como o de contestação das instituições repressivas. Para Jaccoud (2005), o movimento americano ecoa na Europa e pensadores como Nils Christie e LoukHulsman desenvolvem uma reflexão sobre uma justiça diferente, que não fosse punitiva.

⁸ Discurso de cunho científico surgido após o término da Segunda Guerra Mundial, com os autores Von Hentig (1948) e Mendelsohn (1974). “Este conhecimento vai primeiramente, na pura tradição positivista que caracteriza a criminologia da época, se preocupar com as razões da vitimização, tentar identificar os fatores que predispõem os indivíduos a tornar-se vítimas. O interesse para as consequências da vitimização é mais tardio”. (JACCOUD, 2005, p. 165).

para a Justiça Restaurativa, bem como a definição de seus objetivos, o que acarreta um relativismo teórico-prático, e entraves na formulação de padrões de avaliação e pesquisa globais.

Nossa intenção, neste artigo, é aprofundar o conhecimento acerca de influências teóricas no campo crítico na área do Direito, que dialogam com a Justiça Restaurativa: a criminologia crítica e uma de suas correntes, o abolicionismo penal.

Nesse sentido, a criminologia crítica é uma corrente do Direito que questiona a criminologia positivista e o sistema criminal hegemônico que administram os conflitos na sociedade contemporânea.

A criminologia positivista busca conhecer as causas do crime e utiliza um enfoque biopsicológico em sua autoria. Em contraponto, na criminologia crítica o foco descola-se do autor do crime para os elementos estruturais e funcionais que se constituem como a base do “comportamento desviado”. Com isso, propõe-se a identificar os mecanismos que o construíram como parte da realidade social (SILVA, 2011).

Nesse sentido, de acordo com Pallamolla (2009), o abolicionismo penal forneceu uma base teórica relevante para o debate sobre a Justiça Restaurativa em âmbito acadêmico e seus argumentos indicam o caminho para a construção de mecanismos informais de resolução de conflitos, a partir da oposição ao modelo penal tradicional.

E para Achutti (2014), que investiga a importância das teorias do abolicionismo penal para a constituição desse modelo de resolução de conflitos, as críticas formuladas pelos abolicionistas – em especial Louk Hulsman e Nils Christie – são importantes na construção de um modelo crítico-abolicionista de Justiça Restaurativa, com o fim de evitar que essa se transforme e fique restrita a uma alternativa de expansão do sistema penal tradicional.

A seguir apresentamos os debates travados pelos abolicionistas, com o objetivo de identificar os pontos de aproximação dessas teorias com as práticas e princípios da Justiça Restaurativa.

1.1 JUSTIÇA RESTAURATIVA E CRIMINOLOGIA CRÍTICA: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS⁹

A crítica teórica à criminologia positivista nos EUA, no contexto dos anos 1970, emerge como reação e inconformidade face ao sistema de justiça criminal vigente e foi ao encontro das mudanças culturais, que respaldaram o desenvolvimento de modelos de justiça que tivessem o foco no atendimento das necessidades das vítimas (ACHUTTI, 2014), tornando-se também, referência para o debate teórico no campo do Direito.

Essa inconformidade também propiciou o desenvolvimento de novas abordagens acerca do fenômeno criminal, que foram agrupados e denominados de “criminologia crítica”, “nova criminologia”, “criminologia radical” e “criminologia marxista”. Ou seja, começou-se a entender por criminologia crítica um conjunto de distintas teorias, que apenas se assemelhavam no ponto de questionamento. Assim, a criminologia crítica possuiu diferentes interpretações da questão penal, dividindo-se em três

⁹ Este item utiliza várias referências apresentadas no capítulo 2 “A fundamentação teórico-filosófica da Justiça Restaurativa”, da dissertação indicada na introdução deste capítulo, de autoria de Bárbara Nóbrega Simão

perspectivas: o abolicionismo penal, realismo de esquerda e o garantismo penal (ou direito penal mínimo). Dentre essas, segundo Achutti (2014) é o abolicionismo penal que apresenta uma crítica ao sistema criminal mais contundente.

O abolicionismo penal questiona o uso de punição como forma de reprimir a pessoa condenada, e se coloca como contrário à centralidade que a lei assume no controle social. Ademais, argumentam que o sistema penal tradicional traz mais malefícios que benefícios à sociedade, visto que é funcional a uma ordem social injusta, seletiva e estigmatizante, além de ser violento. Por conta disso, argumentam que esse tipo de sistema não deve permanecer em funcionamento. Assim, constrói uma crítica que deslegitima radicalmente o sistema carcerário e sua lógica punitiva, tendo como contraponto a instauração de maneiras diferentes para lidar com conflitos delituosos (ACHUTTI, 2014).

Ou seja, os abolicionistas pautam sua crítica em torno do sistema penal existente. Não acreditam na possibilidade de existência de penas alternativas, visto que essas seguiriam o caminho do sistema penal vigente, com seu regime disciplinar e reprodução dos seus erros, além de estigmatizar o ofensor e não atender as necessidades das vítimas. Por isso apontam a necessidade de uma alternativa ao sistema penal existente. Todavia, o abolicionismo não é um movimento unitário, visto que possui diversos representantes. Assim, esse movimento se apresenta através de diferentes perspectivas e propostas (PALLAMOLLA, 2009).

As ideias abolicionistas, de maneira ampla, pretendem superar não somente a pena de prisão, mas as tradicionais formas punitivas. As críticas abolicionistas versam sobre o direito penal e a forma pela qual este trata os delitos. Primeiramente porque os delitos não teriam uma realidade ontológica, sendo apenas expressão de conflitos sociais, problemas, casualidades etc. e, em segundo lugar, porque o direito penal não auxilia na resolução de tais problemas, pois não evita delitos e não ajuda o autor do delito e a vítima. O abolicionismo, portanto, busca a substituição do modelo tradicional de justiça penal, defendendo a recuperação do conflito pela vítima e ofensor, prevendo, em alguns casos, a intervenção de terceiros como mediadores, sendo estes apenas mediadores vicinais. Propõe que a comunidade recupere sua capacidade de solucionar conflitos ou possa encaminhá-los para o âmbito do direito civil (PALLAMOLLA, 2009, p. 39-40).

O abolicionismo penal também recebeu duras críticas. Uma delas aponta que o direito penal é o responsável pela execução do controle social e não poderia ser abolido, pois isso levaria a uma drástica mudança na estrutura social de poder impactando na emergência de outros mecanismos como os controles psiquiátricos, assistenciais, administrativos e outros. Ou seja, o controle social não deixaria de acontecer, e não necessariamente essa nova forma de controle seria melhor que o sistema penal (ZAFFARONI, apud SILVA, 2011, p. 40).

Desde a sua emergência, o abolicionismo abarca diferentes perspectivas teóricas e metodológicas. De acordo com as formulações de Eugenio Raúl Zaffaroni, Achutti (2014) apresenta que o abolicionismo pode se dividir em quatro variantes, a partir de autores que formularam críticas contundentes ao sistema vigente: tendência marxista, formulada por Thomas Mathiesen; estruturalista,

de Michel Foucault¹⁰; fenomenológico-historicista, de Nils Christie; e por fim, fenomenológica de Louk Hulsman.

Contudo, para Pallamolla (2009), foram as formulações de Christie e Hulsman que mais contribuíram com a “perspectiva restaurativa”. Cada um deles possui uma forma específica de olhar para a justiça criminal. Contudo, ambos criticam as estruturas de poder do sistema vigente e indicam possibilidades de mudança na maneira de entender e lidar com os fatos chamados de crimes. Além disso, questionam a centralização do poder no Estado penal e nos profissionais que o constituem.

Em primeiro lugar, Christie e Hulsman deixam claras suas preocupações com as vítimas nos processos do sistema penal tradicional. A ausência da participação delas, bem como a ausência do levantamento das suas necessidades após o ato ofensivo ter sido praticado, são apontados pelos dois autores como características falhas da justiça tradicional.

Assim, os dois autores concordam que a retirada da vítima do processo é uma forma de subtrair dela o conflito de que fez parte, dando o protagonismo da resolução desse conflito para terceiros - o Estado e os profissionais do direito. E defendem a devolução do conflito para as partes envolvidas (vítima-ofensor), como uma nova forma de olhar para a justiça criminal, que deva levar em conta a presença da vítima nos processos, de maneira ativa, bem como buscar a reparação ou minimização de suas necessidades.

Além disso, ambos os autores questionam o método de imputação de dor e culpa aplicado pela criminologia positivista, pois para eles essa forma de violência para lidar com atos violentos é uma contradição da justiça penal. Questionam também que os atos ofensivos são ações realizadas por pessoas, e não comportamentos perenes. Essa visão é oposta à visão da criminologia positivista de que os comportamentos ofensivos são naturais e característicos de cada pessoa, equivalente a falhas de caráter naturalizadas.

Christie e Hulsman acreditam que o sistema penal tradicional causa muitos sofrimentos, e cada autor analisado propõe sua maneira de transformá-lo. Desse modo, as críticas propostas por Christie e a indicação dos tribunais comunitários para resolução de conflitos incentivaram um movimento de criminólogos e sociólogos na busca de novos mecanismos de administração de conflitos, a partir da preocupação acerca das consequências do sistema penal (ACHUTTI, 2014). Já Hulsman, embora não tenha desenhado um sistema detalhado que possa substituir a justiça penal vigente, dá indicativos de como deveria funcionar um sistema alternativo.

Todavia, de acordo com alguns comentadores, o que se percebe é que os autores supracitados se afastam da proposta final do abolicionismo penal - supressão de todo o sistema penal - para sugerir formas alternativas de regulação dos conflitos, conforme Pallamolla:

¹⁰ Pallamolla (2009, p. 40) complementa: “Zaffaroni ressalta que Foucault não é um abolicionista no mesmo sentido dos demais autores, mas ‘sua análise das estruturas de poder, principalmente a relativa aos estabelecimentos carcerários, conferiu importantes subsídios ao movimento’. Foucault, ao fazer a historiografia do cárcere, derruba um dos pilares que sustentam o sistema penal, demonstrando a verdadeira função exercida pelo cárcere na sociedade moderna: ‘A historiografia de Foucault objetiva caracterizar a disciplina (incorporada na estrutura panóptica das relações sociais) como a modalidade específica de poder que coloniza a gênese da instituição carcerária, explicando-a pela produção e reprodução de uma ‘ilegalidade fechada, separada e útil’ (a delinquência) e, simultaneamente, de ‘corpos dóceis’, garantido e reproduzindo as relações de poder (e a estrutura de classe) da sociedade”.

Ferrajoli, Hulsman e Christie reavivam as propostas do abolicionismo anarquista do século XIX; suas proposições vão desde a prefiguração de alternativas ao direito penal (que representa uma técnica que delimita e regulamenta a violência imposta pela punição), projetos de “microcosmos sociais” que se apoiam na solidariedade e fraternidade, objetivos confusos de reapropriação dos conflitos pelas partes (ofensor e vítima) até métodos primitivos de composição patrimonial.

Na visão de Ferrajoli, mesmo as doutrinas abolicionistas de inspiração progressista seriam ‘uma utopia regressiva’, por acreditarem na ilusão de uma sociedade boa e de um Estado bom e por proporem modelos de vigilância ou castigo autorregulados ou desregulados, enquanto o direito penal representaria, com seu (precário) sistema de garantias, uma alternativa progressista (PALLAMOLLA, 2009, p. 43).

Nesse contexto, infere-se que as formulações de alternativas ao sistema penal propostas pelos autores muito se assemelham aos princípios e formas desenhadas pela Justiça Restaurativa, de modo que esses autores foram os abolicionistas que mais contribuíram com o desenvolvimento da “perspectiva restaurativa”.

Os divulgadores da Justiça Restaurativa cuja produção foi analisada por Pallamolla (2009) e, também, por Simão (2020) fazem referência a alguns argumentos utilizados por Christie e Hulsman, em especial a necessidade de se devolver o conflito para as partes envolvidas para que elas tenham o protagonismo na sua resolução. Ou seja, propõem que a vítima seja uma peça-chave no processo de decisão acerca do conflito em questão, apresentando a Justiça Restaurativa como uma maneira concreta de propor a reparação dos danos causados pelos conflitos.

Desse modo, observa-se nessas concepções que a Justiça Restaurativa vai ao encontro de algumas correntes do abolicionismo e a materializa em uma proposta de sistema de justiça que se dispõe a repensar a estrutura punitiva. Dentre os pontos de convergência, destaca-se que tanto o abolicionismo quanto essas formulações de Justiça Restaurativa questionam a apropriação dos conflitos pelo Estado e os conceitos de crime. Ou seja, ambos questionam o ponto considerado como central para o sustento do sistema penal vigente.

Assim, em alguns aspectos a Justiça Restaurativa se mostra superior ao paradigma tradicional na forma de lidar com os conflitos, uma vez que prioriza o diálogo mediado e procura atender as necessidades frente à imputação de julgamento e aplicação da lei (SILVA, 2011). Contudo, essa formulação para a resolução de conflitos também apresenta limitações teóricas face à sua inserção concreta na sociedade capitalista.

Embora conteste a captura dos conflitos pelo Estado, em muitos países o desenvolvimento da Justiça Restaurativa é propiciado pelo próprio Estado - inclusive no Brasil. Então, o funcionamento da Justiça Restaurativa pode ser entendido como uma extensão do sistema penal tradicional. Tal contradição levanta dúvidas se, de fato, os modelos que estão sendo desenvolvidos são coerentes com a justiça comunitária concebida pelos autores do abolicionismo penal.

Também se deve considerar que a Justiça Restaurativa não é capaz de garantir mudanças significativas. A Justiça Restaurativa não se apresenta como um substituto do sistema de justiça penal

vigente - como as propostas de Chistie e Hulsman apontam - mas sim um sistema complementar que busca reinserir a vítima na solução dos conflitos. Além disso, Pallamolla (2009) argumenta que a Justiça Restaurativa é uma forma de responder a um delito, e como tal também possui um caráter punitivo. Ou seja, a Justiça Restaurativa ainda se apresenta como uma forma de punição, e não uma alternativa à tal lógica punitiva.

Em outras palavras, embora a Justiça Restaurativa tenha pontos consonantes com alguns pensamentos do abolicionismo penal e as teorias deste tenham influência sobre aquela, não há indicação pelos autores da Justiça Restaurativa sobre a necessidade de se suprimir o cárcere e o sistema penal como um todo. Ao contrário, de acordo com a visão de Pallamolla (2009), a Justiça Restaurativa admite a possibilidade de uso de prisões em um número reduzido de casos.

Braithwaite também teve suas ideias aproximadas com as dos abolicionistas. Um dos pontos compartilhados por ambas as tendências é o objetivo de superar o processo penal contemporâneo e outorgar à vítima e à comunidade maior participação no processo para que o infrator não seja apenas punido, mas compreenda o dano por ele produzido.

No entanto, para este autor, existem importantes diferenças de política criminal entre a Justiça Restaurativa e o abolicionismo. Enquanto a Justiça Restaurativa admite a utilização do cárcere para um reduzido número de delitos e segue conferindo importância à conservação das garantias processuais e penais, o abolicionismo propõe não só uma alternativa à pena de prisão, mas uma total substituição do atual processo penal e, em sua concepção mais extrema, uma alternativa ao sistema penal (PALLAMOLLA, 2009, p.35).

Apesar de a Justiça Restaurativa ter uma base teórica que dialoga com o abolicionismo penal, em sua implementação ela se mostra mais próxima ao modelo penal vigente, sendo funcional ao mesmo.

Por outro lado, o abolicionismo penal enfrentou críticas que apontaram “seu radicalismo” e sua “utopia” nas propostas comunitárias de resolução de conflitos:

As críticas com relação ao duvidoso poder da comunidade para resolver seus conflitos sem a ingerência do Estado passam pelo diagnóstico de uma sociedade conflitiva e pela conclusão de que a única resposta possível à violação das normas de convivência seria a imposição de sanção a quem as infringisse. Segundo essa visão, a ameaça de sanção àquele que infringe uma norma de convivência da sociedade é indispensável para a existência das sociedades atuais. Contudo, deve-se recordar que essa premissa que também atribui à norma penal a qualidade de prevenir delitos foi, em grande medida, desconstruída pelo pensamento criminológico crítico. (PALLAMOLLA, 2009, p. 45).

Pallamolla também expõe a crítica acerca da implementação da proposta abolicionista e, conseqüentemente, do modelo de Justiça Restaurativa nela inspirado, considerando a realidade latino-americana:

De outra parte, Aniyar de Castro expõe sua preocupação quanto à viabilidade da proposta abolicionista (mais especificamente a de Hulsman) nos países latino-americanos. Segundo a autora, para que uma sociedade possa prescindir do sistema penal é necessário um alto nível de democracia em sua estrutura social, econômica e cultural, o que não se vê nos países periféricos, estando, assim, inviabilizada a proposta abolicionista, mesmo se introduzida de forma lenta (PALLAMOLLA, 2009, p. 45).

Por último, é importante dizer que, parte dos criminólogos argumenta que esse modelo de Justiça Restaurativa coloca em risco as garantias e direitos do acusado no processo penal, considerando a mediação de conflito prévia à constituição do processo e o poder do mediador e da comunidade sobre o ofensor.

O que se apreende da análise dos comentadores é que, face às condições de reprodução da sociedade capitalista com sua inerente desigualdade social, é perceptível a importância das concepções abolicionistas no debate sobre o crime e a imputação de pena pelo Estado ao contestar as formulações positivistas no âmbito do Direito.

Os argumentos levantados pelos abolicionistas provocaram discussões sobre o modelo tradicional de justiça, fato que resultou no desenvolvimento de reformas no sistema penal, inclusive com a implementação da Justiça Restaurativa.

Contudo, é necessário avançar teoricamente na compreensão dos fenômenos sociais em sua relação com a totalidade social, para apreender os limites dos procedimentos utilizados pela Justiça Restaurativa, bem como, visualizar possibilidades nas contradições existentes.

1.2 LIMITES TEÓRICOS DA JUSTIÇA RESTAURATIVA NA RELAÇÃO COM A CRIMINOLOGIA CRÍTICA E O ABOLICIONISMO PENAL

A análise da bibliografia supracitada leva-nos a refletir e concluir que as limitações da Justiça Restaurativa na sociabilidade do capital vão para além daquelas apresentadas pelos pesquisadores consultados, decorrentes da perspectiva de apreensão da realidade concreta a qual se dirige o Direito e o sistema penal.

Inicialmente, cabe ponderar que a análise feita do direito no cenário atual e sua necessidade de reformas passa por argumentos que defendem a presença da vítima na solução dos conflitos. Entretanto, essa forma de olhar a vítima e o conflito se apresenta desvinculada da análise dos demais fatores sociais, políticos, econômicos e culturais que cercam a vida dos envolvidos e perpassam suas relações sociais.

Tanto no abolicionismo penal quanto na Justiça Restaurativa, percebe-se que as críticas feitas ao Direito e suas sugestões de superação dos problemas não possuem qualquer referência às desigualdades estruturais, presentes na realidade social, no capitalismo. Ou seja, a natureza abstrata do direito positivista, e, também, da Justiça Restaurativa, leva à compreensão da justiça como um

campo descolado das relações sociais existentes. E, embora o Direito tenha a natureza abstrata própria das Ciências Sociais, ele possui uma materialidade na realidade a que se dirige, exercendo uma forma de abordagem nela.

Ao longo do desenvolvimento histórico das sociedades capitalistas o Direito também se desenvolveu, assumindo um papel social que precisa ser apreendido na realidade concreta da sociedade de classes. Ou seja, o Direito, enquanto uma forma de regulamentação das atividades sociais, faz parte da totalidade da vida social e, portanto, deve ser compreendido em conjunto com outros fenômenos que incidem sobre a vida humana nas sociedades historicamente determinadas pela divisão social do trabalho.

Considerando tais sociedades, inseridas na sociabilidade do capital, essa divisão social do trabalho resulta na divisão da sociedade em classes, de modo que a riqueza produzida através do trabalho produz também desigualdades e conflitos. Nesse sentido, o Direito aparece como um sistema cuja função é regular e ordenar os conflitos sociais decorrentes dos interesses divergentes de tais classes. Cabe ao direito mediar esses conflitos como uma forma de garantir e favorecer a reprodução da sociedade de classes, o que faz com que o Direito também seja permeado por tais contradições, enquanto um fenômeno inserido na dinâmica do capital, este também impõe àquele, limites em sua atuação.

Desse modo, quando o Direito é analisado fora do contexto histórico e social que o determina, aparece como um campo dissociado das relações entre as classes sociais e de suas disputas de interesses e projetos. Assim, ao entender o Direito como fenômeno desvinculado da dinâmica social, Christie e Hulsman fazem uma leitura do sistema penal superficial e suas propostas de transformação descolam-se da materialidade da sociedade.

No que concerne à Justiça Restaurativa, essa lacuna na análise também dificulta que suas proposições alcancem a complexidade da sociedade e de fato tenham impacto na vida daqueles para a quem se destina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na bibliografia analisada e exposta neste artigo, as críticas proferidas sobre o Direito e o atual sistema penal não questionam os próprios fundamentos de sua existência e a sua funcionalidade à sociedade capitalista e se distanciam das contradições reais que estão presentes nos conflitos sociais.

Por exemplo, é importante pontuar que o debate sobre justiça criminal não deve ser desassociado de uma análise sobre o encarceramento de população específica. No caso brasileiro, de acordo com o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN), em 2017, o país possuía 726.712 mil pessoas presas, e dessas 63,6% era composta por negros e pardos; 54% possuem entre 18 e 29 anos; e 51,3% com escolaridade composta de Ensino Fundamental incompleto. Assim, o perfil da população encarcerada no Brasil (homens e mulheres) é formado por jovens negros de baixa escolaridade. Além do exemplo brasileiro, podemos destacar o caso norte-americano, visto que esse

é o país que mais encarcera no mundo, ao mesmo tempo em que é um grande produtor de riquezas. Atualmente o sistema carcerário dos EUA possui aproximadamente 2,2 milhões de pessoas presas, com destaque também para o perfil de jovens negros. Vale ressaltar que esse país também é marcado por importantes questões raciais. Esses dados mostram que o sistema criminal atinge a determinados grupos sociais e, portanto, esse sistema precisa ser compreendido de forma associada aos demais elementos sociais, culturais, econômicos, políticos e de formação sócio-histórica das sociedades. Tanto o abolicionismo penal quanto a Justiça Restaurativa não consideram a importância dessa análise em suas possibilidades de mudanças no sistema penal, o que faz com que suas proposições sejam limitadas.

Por outro lado, concordamos que a presença restrita da vítima no atual modelo de justiça tradicional é inadequada para a resolução dos conflitos. Entretanto, o real atendimento das necessidades da vítima e do ofensor nesse processo necessitaria mais do que a participação destes nas práticas adotadas como procedimentos da Justiça Restaurativa, para a reparação dos danos causados.

Para ter um impacto efetivo, as práticas da Justiça Restaurativa exigem um esforço para compreender as mediações presentes ao conflito, desdobrando-se em ações inovadoras, individuais e coletivas, capazes de alterar a realidade da vítima e, também, do ofensor.

Implica na responsabilidade do Estado na implementação de políticas públicas direcionadas aos grupos que sofrem/causam os danos. Não é coincidência que as práticas de Justiça Restaurativa abarquem um determinado perfil de vítimas e ofensores. É importante compreender esse fato, para que os procedimentos adotados não sejam abstratos e alheios à realidade concreta.

Embora a Justiça Restaurativa possua limitações frente ao sistema penal vigente, a sua prática caminha na direção da não criminalização de diversas ações - como pensado pelo abolicionismo penal. Ou seja, no contexto atual de direito penal máximo e grande número de encarceramento, a presença da Justiça Restaurativa pode funcionar como um atenuante desse modelo, propondo à sociedade uma alternativa.

Com isso, conclui-se que não se trata de rechaçar as práticas restaurativas, mas, entender a nova cultura jurídica da Justiça Restaurativa como parte dessa complexidade social e identificar seu impacto na reprodução das relações sociais, inserida na dinâmica de produção e reprodução de desigualdades. O potencial da Justiça Restaurativa como prática alternativa é limitado, e circunscrito à dinâmica contraditória de reprodução de conflitos da sociedade capitalista.

Todavia, a incorporação de referências críticas - para a análise da realidade social e dos conflitos mediados no âmbito da Justiça Restaurativa - pode contribuir na apreensão das contradições e das trajetórias de vítimas e ofensores, em uma perspectiva mais ampla, cooperando para a formulação de ações alinhadas com a realidade concreta, oferecendo subsídios para apreensão dos problemas e desigualdades reais que estão na base desses conflitos.

Entender a Justiça Restaurativa inserida na dinâmica social resulta em perceber que esta é atravessada por relações de poder e que sua existência também produz materialidade na sociedade, impactando-a com suas práticas.

REFERÊNCIAS

ACHUTTI, D. *Justiça Restaurativa e Abolicionismo Penal: contribuições para um novo modelo de administração de conflitos no Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2014.

ALVES, J. D. O. *A Criminalização Da Questão Social: Uma Juventude Encarcerada*. 2013. 186f. Dissertação (Pós-Graduação em Serviço Social) — Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, 2013.

ANDRADE, V. R. P. de et al. *Pilotando a Justiça Restaurativa: o papel do poder judiciário*. Sumário Executivo Justiça Pesquisa: direitos e garantias fundamentais. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2017. Disponível em: http://www.academia.edu/download/56358485/Pedra_Alline_Andrade_Vera_Pilotando_aJR_o_papel_do_Judiciario.pdf. Acesso em: 11 de ab. 2019.

BATISTA, N.. *Punidos e mal pagos - violência, justiça, segurança pública e direitos humanos no Brasil de hoje*. Rio de Janeiro: Revan, 1990.

BRAITHWAITE, J. *Restorative Justice and Responsive Regulation*. Oxford: Oxford Univ. Press, 2002.

BRISOLA, E. Estado penal, criminalização da pobreza e Serviço Social. In: *Revista SER Social*, Brasília, v. 14, n. 30, p. 127-154, jan./jun. 2012. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12824/11197. Acesso em: fev. 2020.

CHRISTIE, N. Conflicts as property. *The British journal of criminology*, v. 17, n. 1, p. 1-15, 1977.

CHRISTIE, N . Civilidade e estado. In: PASSETTI, E.; SILVA, R.B.D. (org.) *Conversações abolicionistas: uma crítica do sistema penal e da sociedade punitiva*. Tradução de Maria Abramo Brandt de Carvalho. São Paulo: IBCCrim, 1997.

DEPEN – DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias: INFOPEN – junho 2016, Ministério da Justiça, 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Atlas da Violência*. IPEA; FBSP, 2019. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf. Acesso em: fev./2020.

HULSMAN, L. Temas e conceitos numa abordagem abolicionista da justiça criminal. In: PASSETTI, E.; SILVA, R.B.D. (org.) *Conversações abolicionistas: uma crítica do sistema penal e da sociedade punitiva*. Trad. Maria Abramo Brandt de Carvalho. São Paulo: IBCCrim, 1997.

JACCOUD, M. Princípios, Tendências e Procedimentos que cercam a Justiça Restaurativa. In: SLAKMON, C., R. DE VITTO; R. GOMES PINTO (org.) *Justiça Restaurativa*. Brasília-DF: Ministério da Justiça e PNUD, 2005, p. 163-186.

NETTO, J. P. Introdução ao método da teoria social. In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFEES/ABEPSS, 2009.

PALLAMOLLA, R. de P. *Justiça Restaurativa: da teoria à prática*. São Paulo: IBCCRIM, 2009.

PRANIS, K. *Processos Circulares de construção de paz*. Trad. de Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athenas, 2010.

SILVA, J. C. C. da. *A reconstrução do discurso penal na pós-modernidade: para uma análise crítica da justiça restaurativa*. 2011. 155f. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas). - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual do Norte do Paraná, Jacarezinho, 2011.

SIMÃO, B. N. *Justiça Restaurativa no Brasil: análise histórico-crítica da sua implementação*. 2020. 119f. Dissertação (Pós-Graduação em Serviço Social) — Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, 2020.

UN ECONOMIC AND SOCIAL COUNCIL (ECOSOC), *Resolution 1999/26: Development and implementation of mediation and restorative justice measures in criminal justice*, 28 July 1999. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/commissions/CCPCJ/Crime_Resolutions/1990-1999/1999/ECOSOC/Resolution_1999-26.pdf. Acesso em: mar. 2019.

UN ECONOMIC AND SOCIAL COUNCIL (ECOSOC), *Resolution 2000/14: Basic Principles on the Use of Restorative Justice Programmes in Criminal Matters*, 27 July 2000. Disponível em: <http://www.un.org/documents/ecosoc/dec/2000/edec2000-inf2-add2.pdf>. Acesso em: mar. 2019.

UN ECONOMIC AND SOCIAL COUNCIL (ECOSOC), *Resolution 2002/12: Basic Principles on the Use of Restorative Justice Programmes in Criminal Matters*, 24 July 2002. Disponível em: <https://www.refworld.org/docid/46c455820.html>. Acesso em: mar. 2019.

UN OFFICE ON DRUGS AND CRIME (UNODC), *Handbook on Restorative Justice Programmes*, Criminal Justice Handbook Series. New York, 2006. Disponível em: https://www.unodc.org/pdf/criminal_justice/Handbook_on_Restorative_Justice_Programmes.pdf. Acesso em: mar. 2019.

ZEHR, H. *Justiça Restaurativa*. Trad. de Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athenas, 2015.

ZEHR, H. *Trocando as Lentes: um novo foco sobre o crime e a Justiça Restaurativa*. São Paulo: Palas Athena, 2008.

PARTE II
SERVIÇO SOCIAL:
TERRITÓRIO, POLÍTICAS PÚBLICAS
E SUJEITOS SOCIAIS

GENOCÍDIO ANUNCIADO: PERIFERIA URBANA, RACISMO E PANDEMIA

ELIZETE MENEGAT
ANA CLAUDIA DE JESUS BARRETO

INTRODUÇÃO

A Covid-19 não é a primeira e nem será a última pandemia que a humanidade terá que enfrentar. É bom lembrar, contudo, que cada pandemia eclode num tempo-espaço particular. E todas têm em comum o fato de encontrarem, nas aglomerações urbanas, as condições para sua mais rápida disseminação e maior letalidade. Nesse momento, em que o novo coronavírus alastra-se pelo globo, a quantidade e a densidade dos indivíduos que vivem nas cidades são incomparavelmente mais elevadas do que aquelas que existiram no tempo da peste bubônica - na segunda metade do século XIV - ou no tempo da gripe espanhola - em 1918-1920. Não apenas em números absolutos, mas, também, em números relativos, a população que, hoje, vive em cidades é muito superior ao número de pessoas que vivem nas zonas rurais.

Podemos dizer que, ao longo do século XX, os contingentes que habitavam o mundo rural foram sendo gradativamente transferidos para o mundo urbano. Em 1920, por exemplo, já no contexto do fim da disseminação da gripe espanhola, a Europa tinha uma taxa média de urbanização em torno de 25% da população. Isso é, 75% da população europeia, em média, ainda viviam em áreas rurais. No mesmo ano, em 1920, a taxa média de urbanização brasileira era de 17%. Hoje, em 2020, um século depois, o IBGE estima que 90% da população brasileira - quase a totalidade - vivem em cidades. Acrescente-se a esse fato, que, em torno de 50% deste percentual urbanizado encontra-se, atualmente, concentrado em 28 regiões metropolitanas. E, 23,86% do total da população brasileira encontram-se concentrado em, apenas 27 cidades (IBGE AGÊNCIA NOTÍCIAS, 2019).

Na Europa, a taxa atual de urbanização é de, aproximadamente, 87% da população. Na África e na Ásia, as taxas de urbanização são, atualmente, as mais aceleradas do mundo e já ultrapassam 50%. Segundo a ONU, a taxa média de urbanização mundial é, atualmente, da ordem de 56%. Isso quer dizer que, em números absolutos, cerca de 4 bilhões de habitantes do planeta vivem em cidades. A ONU estima que, até 2050, as cidades irão abrigar 68% da população mundial (ONU, 2020).

Além do fato de que a população mundial está caminhando, a passos largos, para a urbanização total, é preciso considerar que parcelas crescentes dos habitantes do planeta vêm sendo comprimidos nas favelas e periferias das metrópoles e megalópoles. O relatório Perspectivas Mundiais da Urbanização, da ONU, de 2018, destaca que existem, atualmente, 33 megacidades - que são as aglomerações urbanas que ultrapassam 10 milhões de pessoas - enquanto em 1990 eram apenas dez. Até 2030, esse número deverá chegar a 43 e abrigar 9% da população mundial (ONU, 2018).

Foi na megacidade chinesa de Wuhan, com 11 milhões de habitantes, que a Covid-19 teve seu epicentro e se disseminou pelo planeta com uma velocidade impressionante. No início de janeiro de 2020, o coronavírus estava concentrado na China. No início de fevereiro, já havia se disseminado por 129 países. Em poucos dias, confirmava-se que as taxas de óbito se mostravam mais elevadas nas periferias das metrópoles e megacidades, onde se concentram, com grandes densidades, os numerosos contingentes mundiais que sobrevivem com baixa renda. A partir desses gigantescos centros urbanos, com *mega* concentrações humanas, a covid-19 irradiou-se para todas as principais redes de vilas e cidades de todos os continentes.

Não restam dúvidas de que a emergência da Covid-19 está fortemente vinculada ao atual estágio de destruição acelerada dos biomas do planeta. Dada a escalada exponencial de desequilíbrio ambiental desencadeado pela voracidade do consumo de matérias-primas para a produção indiscriminada de mercadorias, a ocorrência de pandemias deverá ser cada vez mais frequente e a sua disseminação deverá ser cada vez mais veloz. Soma-se a isso, a aceleração dos processos de expropriação e de urbanização forçada das últimas comunidades rurais do planeta com o propósito único de atender demandas de valorização dos capitais de megacorporações transnacionais ligadas ao agronegócio, à mineração e ao sistema financeiro.

Tudo leva a crer que o H1N1, em 2009, e o coronavírus, em 2020, abriram um novo tempo de disseminação e devastação humana por pandemias. O tempo da globalização total do modo de produção e de consumo capitalistas e da aceleração veloz do processo de urbanização total dos habitantes do planeta. E, também, o tempo trágico da criação massiva e incontrolável de enormes contingentes de desempregados e desocupados que já não podem encontrar meios de viver nas periferias das cidades. A quarta revolução industrial, com seu novo salto tecnológico e nova rodada de enxugamento da força de trabalho, tem sido apresentada como a nova saída desesperada para a crise deste sistema de produção de mercadorias. Consequentemente, legiões crescentes de “supérfluos” a este sistema de produção - os “refugados” -, majoritariamente constituídos pelas populações não brancas, tendem a se concentrar nas orlas e periferias urbanas com condições cada vez mais precárias de sobrevivência.

A totalidade da humanidade, portanto, está sendo comprimida em um número cada vez menor de pontos geográficos do planeta: nas favelas e periferias das megacidades, metrópoles e megalópoles. Paralelamente, constituiu-se um mito de que a urbanização representa melhorias na

qualidade de vida da sociedade. Podemos afirmar, pelo contrário, com base em extensas bases de dados, que a urbanização em massa produziu, até o presente, um padrão de cidades caracterizado pelo crescente abismo espacial, social e étnico-racial. Especialmente, essa configuração étnica e racial da desigualdade ganha maior visibilidade nas cidades dos países periféricos do capitalismo. Cerca de 60% dos habitantes das metrópoles e megacidades dos países da África, da Ásia e da América Latina, vivem segregados em favelas e periferias, consideradas, em geral, áreas de ocupação irregular e ilegal (DAVIS, 2006).

Junto com o crescimento do fenômeno das megacidades, a partir da década de 1980, constituíram-se as megafavelas, que são densas concentrações com mais de 500.000 moradores, predominantemente formadas por indivíduos estigmatizados por apresentarem traços fenotípicos comuns aos não brancos e o fato de sobreviverem em condições muito difíceis. Em geral, moram em casas precárias, compartilhadas por um grande número de indivíduos e localizadas em ocupações irregulares ou ilegais da terra urbana. Em média, o conjunto dos moradores apresenta baixos rendimentos, elevadas taxas de desemprego, desocupação e precarização do trabalho. (I ENCONTRO INTERNACIONAL DAS PERIFERIAS, 2017).

Nesses tempos atuais, a substituição generalizada do trabalho vivo pela automação -desencadeada pela 4ª revolução tecnológica em curso - tem sido a principal saída encontrada, pelo capital, para compensar a sua crise de produção de valor. Combinado com a crise da sociedade produtora de mercadorias, o racismo é o principal responsável pelas - cada vez mais densas - concentrações da população não branca nas favelas e periferias, tratada como supérflua ao mundo do trabalho e submetida a situações limites de sobrevivência nas cidades. Em outras palavras, dado o padrão eurocentrista de poder que determina, a partir das características fenotípicas dos indivíduos, quem pode viver e quem deve morrer, são as populações não brancas que vêm sendo deixadas sem trabalho e sem meios de sobrevivência nas favelas e periferias superlotadas das grandes cidades mundiais, sob a mira de todo tipo de catástrofes, incluindo pandemias.

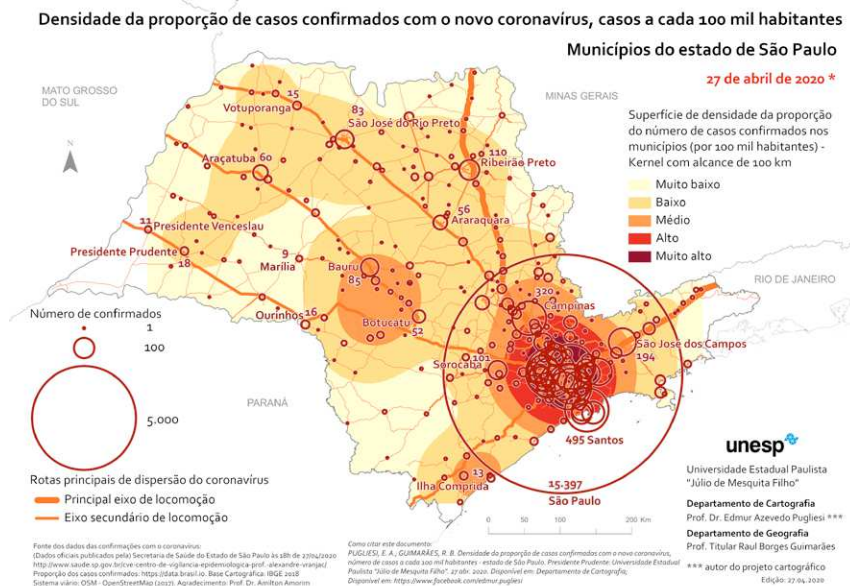
PADRÃO TENDENCIAL DE DISSEMINAÇÃO DA PANDEMIA EM MEGACIDADES

O mapa abaixo ilustra a trajetória de disseminação da Covid-19 no estado de São Paulo, cuja capital - a megacidade de São Paulo - foi o epicentro dessa pandemia no Brasil. A partir dos aeroportos da capital e da Região Metropolitana de São Paulo, o coronavírus parece ter se dispersado, durante os dois primeiros meses, através dos principais eixos rodoviários, em direção das cidades médias, consideradas polos regionais e, daí, para o interior (UNESP, 2020).

Para os fins deste trabalho, importa observar, neste mapa, que os círculos concêntricos representados com as cores vermelho-escuro, vermelho e laranja, correspondem, respectivamente às densidades “muito alta”, “alta” e “média” da proporção do número de contaminados por 100 mil

habitantes. Observa-se, ainda, que, no período analisado, a proporção de contaminados, por 100 mil, alcançou o padrão “muito alto” e “alto” justamente no município de São Paulo e região metropolitana.

Mapa 1 – Densidade da proporção de casos de contaminação pela covid-19, por 100 mil habitantes no Estado de São Paulo em 25 de abril de 2020.



Fonte: Elaboração de Edmur Azevedo Pugliesi. Departamento de Cartografia, UNESP, abr. 2020. UNESP (2020)

Lembramos que a Região Metropolitana de São Paulo, hoje com 22 milhões de habitantes, concentra 50% da população total do estado de São Paulo e 10% da população total brasileira. Segundo divulgação da Prefeitura Municipal de São Paulo, pelo menos 50% da população dessa cidade vive aglomerada em áreas de ocupação irregular e ilegal. Essa população, densamente aglomerada, ocupa apenas 17% do total da superfície do município (FOLHA DE SÃO PAULO, 2000).

O mapa acima, que foi elaborado por pesquisadores da UNESP, informa que a população que vive em áreas com elevadas densidades demográficas tem muito maior probabilidade de contaminação e morte por Covid-19. Resultados semelhantes quanto ao papel do tamanho da população e da densidade populacional na disseminação da Covid-19, foram, também, encontrados por Netto *et al* (2020). Esses autores realizaram um estudo em todos os municípios brasileiros com população igual ou superior a 100.000 habitantes. Conforme os resultados dessa pesquisa, o tamanho da população e a densidade da população são variáveis que apresentam impactos muito semelhantes sobre o número de casos da Covid-19: “as estimativas indicam que um aumento de 10% na densidade e 10% na população leva a um aumento médio de 19,2% no número de casos confirmados de covid-19” (NETTO *et al*, 2020:12). Os autores concluíram que o tamanho e a densidade demográfica têm papel ativo no processo de transmissão do coronavírus.¹

¹ Os autores consideraram os dados sobre contágio e letalidade da covid-19, nos meses de março a junho de 2020, em 291 municípios brasileiros com população acima de 100 mil. As densidades urbanas foram calculadas a partir de dados e imagens de satélite fornecidos pelo IBGE. Ver Netto *et al* (2020).

O padrão de disseminação da pandemia foi semelhante nas demais regiões metropolitanas brasileiras e, mesmo, das grandes e densas cidades latino-americanas, como demonstraram Galindo e Arroyo (2020). Nesse sentido, também a pesquisa realizada, em New York, pela ANHD (Association for Neighborhood and Housing Development), traz bons indicadores para discutir a forma desigual de contágio e morte por Covid-19 dentro das cidades.

Essa pesquisa relacionou densidades demográficas (relação entre o número de habitantes por metro quadrado) e densidades construtivas (relação entre a área construída e a área do terreno). Segundo os seus resultados, a disseminação da Covid-19, em New York, é menor nas regiões do território da cidade onde as densidades construtivas são mais elevadas, pois, nestas, onde têm predomínio de moradores brancos, de classe média e alta, a densidade populacional é menor. Além de apresentar menor número de indivíduos por domicílio, é preciso considerar que em torno de 20% dos imóveis localizados nas regiões valorizadas - não só em New York, mas em todas as grandes cidades do mundo - são construídos para fins apenas especulativos e, portanto, encontram-se vazios. Esse dado concorre para determinar que a densidade populacional, nesses bairros centrais, seja menor.

Ainda conforme essa pesquisa, a incidência da pandemia é justamente maior nas periferias de New York, onde se concentra a população negra e latina pobre. Nestas periferias, as densidades populacionais constituem os chamados *overcrowding*, isto é, uma superlotação de indivíduos no interior de uma mesma casa ou apartamento. Além desse fato, as periferias apresentam densidade construtiva menor porque têm uma menor verticalização das construções (EGAN *et al*, 2020).

As periferias pobres e negras de New York - bem como as de São Paulo e de outras megacidades - não apresentam densidade construtiva elevada, como é o caso das áreas valorizadas, as quais tendem a concentrar edifícios altos, inclusive habitacionais. Além da densidade populacional elevada, que compromete o isolamento social como medida fundamental para conter a disseminação da pandemia, é importante levar em consideração as condições físicas das moradias onde ocorrem os adensamentos domiciliares nas periferias. Em geral, apresentam ausência total ou parcial de condições de saneamento, que envolve o abastecimento de água potável, o esgotamento e o recolhimento de lixo. As condições precárias de saneamento concorrem para que os moradores das periferias tenham menores possibilidades de atender os quesitos de higienização demandados para conter a dispersão do coronavírus².

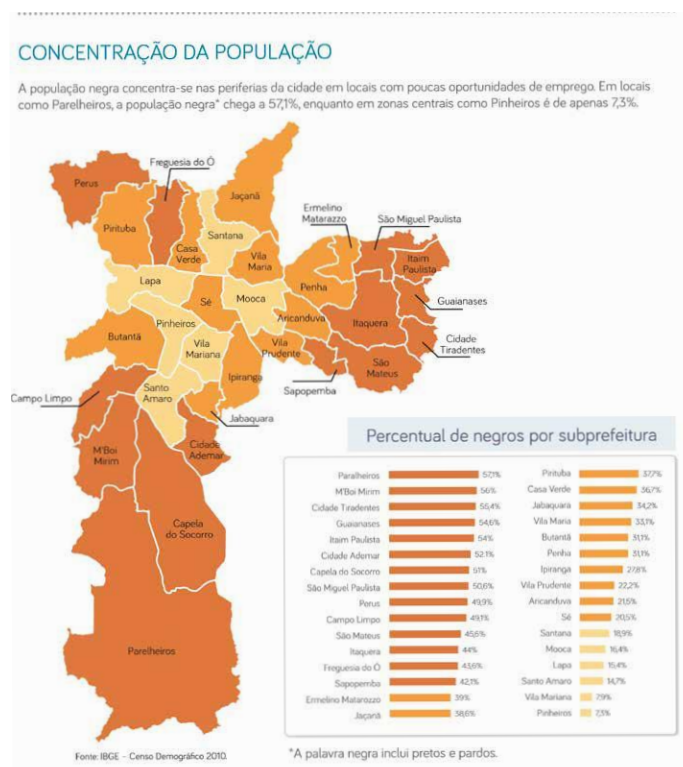
Como veremos a seguir, dentro da megacidade de São Paulo, os dados também informam que as taxas de contaminação e letalidade da Covid-19 tem sido maiores nas periferias do que nos bairros centrais, onde tendem a se concentrar as classes médias e altas brancas. Assim, como em New York, é na periferia que se concentra a população negra, com baixo rendimento monetário e elevado adensamento domiciliar em moradias precárias.

² No Brasil, de acordo com o Instituto Trata Brasil, há 35 milhões sem acesso à rede de água potável e 95 milhões sem coleta de esgoto. Ver <<http://www.tratabrasil.org.br/>>. Acesso em: 12/09/2020.

ABISMO SOCIAL, ESPACIAL E RACIAL

Segundo o levantamento da Rede Nossa SP, 32% da população de São Paulo autodeclara-se negra. No entanto, em comunidades periféricas como o Jardim Ângela, na Zona Sul, a concentração da população negra chega a 60%, quase o dobro da média do município. No mapa abaixo, vemos representada, com cores mais fortes, a tendência de concentração dos pretos e pardos nas periferias da cidade de São Paulo, enquanto a população branca encontra-se nas áreas centrais, representadas pelas cores mais claras:

Mapa 2 – Distribuição espacial da população negra no território da cidade de São Paulo

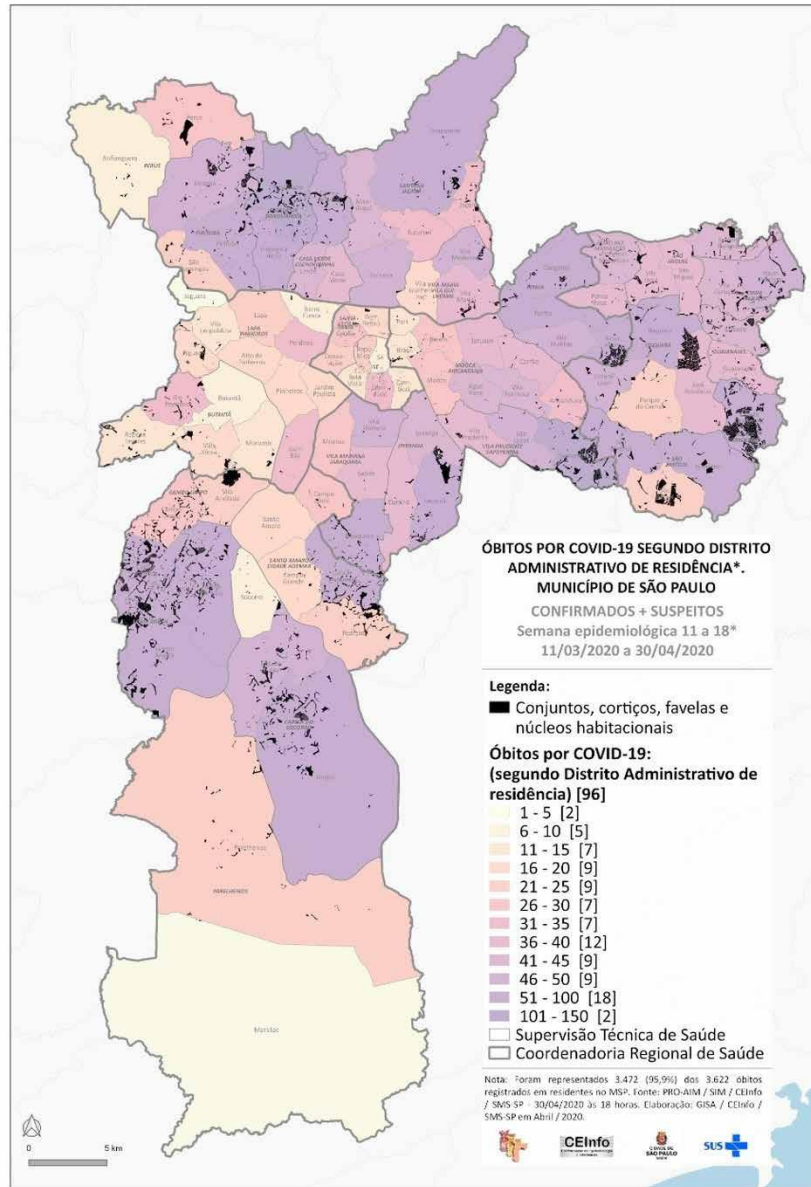


Fonte: IBGE, Censo 2010

Vamos, agora, observar o mapa 3, abaixo, elaborado com base nos dados da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo. Este mapa informa o número de óbitos, por covid-19, entre os dias 11/03/2020 e 30/04/2020, segundo o distrito administrativo de residência. Os pontos pretos, mais ou menos adensados, representam a intensidade da presença de favelas e moradias precárias. Em gradientes de lilás mais forte, encontram-se representados os distritos que apresentaram, no período indicado, maior número de mortos pela pandemia. Comparando-se o mapa 3 com o mapa 2, anterior, observa-se que os distritos que concentram favelas também concentram maiores percentuais de população negra e parda. O mapa 3 indica que é justamente nessas regiões do território da cidade - que concentram favelas e negros - que ocorre uma maior incidência de número de óbitos por Covid-19.

Como se pode observar, o número de óbitos chega a ser até 100 vezes maior nas periferias do que em distritos da área central.

Mapa 3 – Óbitos por Covid-19, segundo o distrito administrativo de residência no município de São Paulo, no período 11/03/2020 a 30/04/2020.



Fonte: Elaboração de GiSA/CEInfo/Secretaria Municipal de São Paulo, abr. 2020. Rede Nossa São Paulo (2020).

A discrepância entre o número de mortos por Covid-19 nas periferias de São Paulo, quando comparado com os bairros centrais, foi registrada, também, pelo levantamento realizado pela Rede Nossa SP, no dia 18/06/2020, a partir do cruzamento de dados da Secretaria Municipal de Saúde e do Mapa da Desigualdade-2019. Considerando apenas o quesito raça/cor, a pesquisa comparou o número de óbitos por Covid-19 das duas comunidades da cidade de São Paulo que apresentam maior

número de negros - Jardim Ângela e Grajaú -, com os dois bairros que apresentam menor número de moradores negros - Alto Pinheiros e Moema. No Jardim Ângela, 60% dos moradores são negros e, no Grajaú, 57%. Já em Alto Pinheiros e Moema, o percentual de moradores negros é, respectivamente, apenas 8% e 6% (REDE NOSSA SP, 2020).

Juntos, o Jardim Ângela, com 240, e o Grajaú, com 267, somaram 507 óbitos, enquanto Pinheiros e Moema, tiveram 110 mortes, no dia 18/06/2020. O número de óbitos foi 5 vezes menor nesses bairros centrais onde se concentra a população branca. Conforme pode ser observado, “os distritos que apresentam os maiores números de mortes também são os que concentram a maioria dos negros. Enquanto os distritos com menos óbitos são, também, os que têm números reduzidos de residentes pretos e pardos” (REDE NOSSA SP, 2020: 6).

Ao agregar o dado sobre favelas, o levantamento da Rede Nossa SP indicou que a pandemia faz mais vítimas nas regiões da cidade onde, além da grande concentração de negros, apresenta percentual elevado de domicílios em favelas, tais como Jardim Ângela, Grajaú, Tiradentes, Brasilândia, Sacomã e Vila Andrade. Na outra ponta, a pesquisa revelou que os bairros que têm em torno de 90% da população branca e não têm domicílios em favelas, apresentam o mais baixo número de óbitos por Covid-19: São eles: Alto de Pinheiros, Bela Vista, Brás, Cambuci, Consolação, Jardim Paulista, Moema, Perdizes, República, Santa Cecília e Sé (REDE NOSSA SP, 2020).

As condições mais difíceis enfrentadas pela população negra para preservar-se da contaminação pelo coronavírus também são reconhecidas pela médica Denize Ornelas, diretora de comunicação da Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade, “uma pessoa negra não consegue fazer o isolamento social quando está doente porque tem uma casa menor, com menos cômodos, um banheiro só e até falta de água. Com isso, uma pessoa infectada traz maior risco de contaminação das pessoas ao redor” (R7.COM:5).

Emanuelle Goes, pesquisadora do Centro de Integração de Dados e Conhecimentos para a Saúde da Fiocruz, acrescenta que a população negra apresenta maior exposição às comorbidades listadas para o grupo de risco, tais como hipertensão, diabetes, obesidade e câncer. E, acima de tudo, continua ela, “o racismo institucional, neste contexto de pandemia, vai agravar a situação das pessoas negras no momento da procura pelos serviços de saúde. A consequência disso é uma maior taxa de mortalidade para esse grupo racial” (GOES, E.).

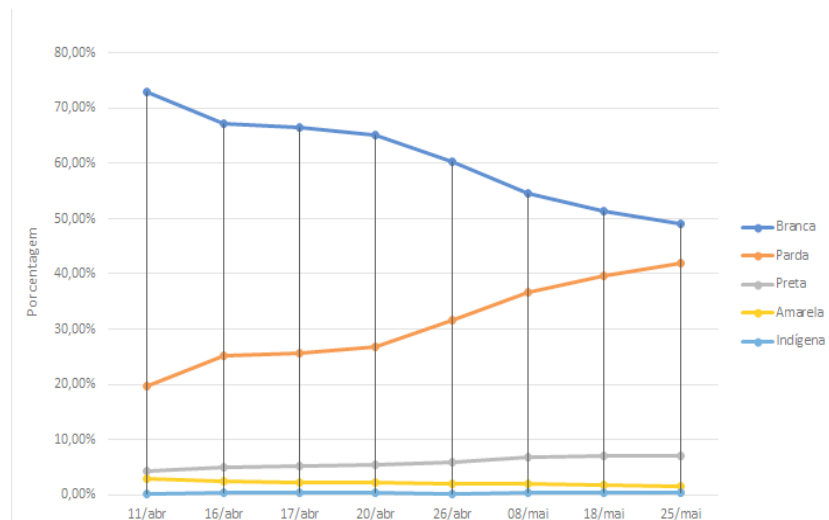
RACISMO ESTRUTURAL E PANDEMIA

No dia 28 de abril de 2020, o Brasil superou a China com 85.380 pessoas contaminadas e 5.901 óbitos, alcançando assim o 10º ranking mundial. Ao ser questionado por esses números, o presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, respondeu: “E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagres” (GARCIA *et al*, 2020). Demonstrou, dessa forma, todo o seu descaso, ausência de empatia e de humanidade. No mesmo dia, o Ministério da Saúde havia publicado

o número de casos confirmados e de óbitos pela covid-19, com o recorte raça/cor. É importante ressaltar que a fala do presidente da República ocorreu em horário posterior à matéria publicada.

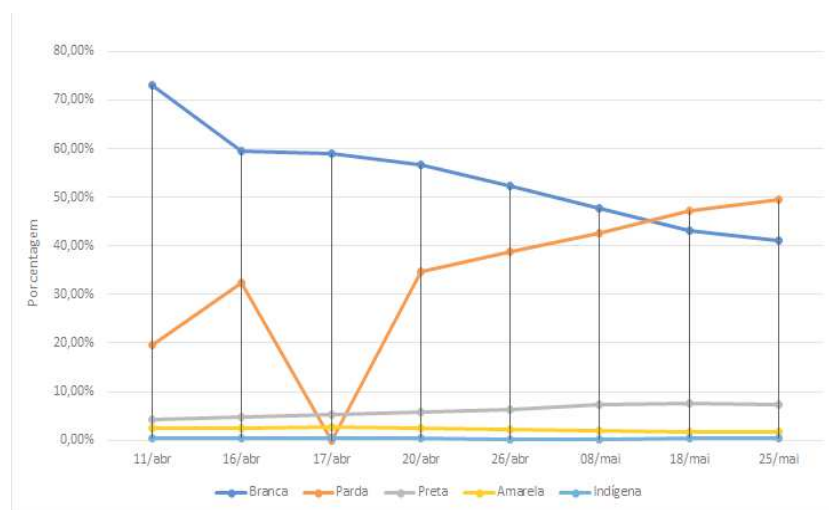
Os dados, coletados entre 11 de abril e 25 de maio de 2020, estão representados nos Gráficos 1 e 2 abaixo. Observamos que o percentual de hospitalização e óbitos de pretos e pardos cresciam, enquanto diminuía para os brancos, no período indicado.

Gráfico 1 - Hospitalização por Covid-19, segundo raça/cor



Fonte: Ministério da Saúde, 2020. Infográfico elaborado pelo G1 em 27/04/2020

Gráfico 2 - Óbitos por Covid-19, segundo raça/cor



Fonte: Ministério da Saúde, 2020. Infográfico elaborado pelo G1 em 27/04/2020

Os dados do gráfico acima alertavam, naquele estágio da pandemia no Brasil, qual seria o grupo racial que seria mais afetado. Neste sentido, reativou-se a discussão sobre as causas econômicas,

sociais, políticas, culturais e ambientais que expõem a população negra aos riscos de maior contaminação e óbito pela Covid-19.

E por que a população negra? Porque essa população é vitimada pelo racismo que lhe impõe uma condição de subalternidade iniciada com a escravidão, prolongada com a abolição e que perdura na atualidade. Mas, para melhor compreender a sua condição atual, é preciso pontuar alguns fatos sobre o desprezo pela saúde dos escravos no período colonial que, certamente, contribuíram para fundar a estrutura do racismo vigente.

Como sabemos, a escravidão e o colonialismo constituíram uma base importante para a gênese e a estruturação do capitalismo. O sistema escravista utilizado nas colônias foi um grande negócio no capítulo da acumulação primitiva do capital. Além da violência utilizada para expropriar indígenas e ocupar os seus territórios, o movimento da acumulação originária escravizou africanos com o objetivo exclusivo de produzir mercadorias (açúcar, ouro, café) voltadas para a criação de valor. Com a escravidão do africano, um grande e lucrativo comércio humano se estabeleceu, no Atlântico, entre o final do século XVI até meados do século XIX.

Dadas às péssimas condições de transporte nos navios “negreiros”, muitos escravizados morriam e outros chegavam doentes. Mas, rapidamente, os traficantes tratavam de promover alguma melhora na saúde destes, pelo menos aparentemente, pois um dos critérios para a boa venda era o bom estado do escravo. Contudo, mesmo querendo um escravo saudável para si, o novo proprietário não se preocupava com a manutenção da sua saúde após a compra. O escravo não passava de mercadoria, de objeto e, por essa razão, era tratado de forma totalmente desumana. Mas, sendo o escravo uma mercadoria e, portanto, portador de valor, a sua saúde não era totalmente desprezada pelo senhor que, contudo, lhe dispensava meramente os cuidados de “uma coisa que não é sujeito” (PORTO, 2006: 1022).

Essa contradição perpassou todo o período escravocrata no Brasil. Os senhores de escravos só passaram a se preocupar mais com a saúde dos escravizados após a restrição do tráfico de escravos a partir da metade do século XIX, uma vez que a oferta de braços escravos diminuía, mas, a demanda permanecia, elevando assim o valor da “mercadoria”. Até então, os escravizados viviam em péssimas condições higiênicas, aglomerados durante o descanso em um mesmo ambiente insalubre, que era a senzala. Durante o dia, trabalhavam até 16 horas, sofriam acidentes e eram submetidos ao terror dos castigos corporais. Portanto, é importante fazer a relação entre trabalho e as condições de vida que são fatores que produzem doença e, as mais comuns entre os escravizados, eram as pulmonares (PORTO, 2006).

Em um levantamento realizado por Sousa (2019) sobre as causas *mortis* dos escravizados, o autor elaborou um diagnóstico provável com base nos registros do cemitério São Francisco de Assis, da cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1891. As doenças mais encontradas foram: diarreia, hepatite, tuberculose, malária, pneumonia, tétano, varíola e Acidente Vascular Cerebral (AVC).

Dos 587 registros de óbitos, há 148 casos prováveis de falecimento causado por diarreia, seguidos por 92 registros de óbitos por tuberculose. Essas duas causas *mortis* estão diretamente relacionadas às condições de vida dos doentes: condições de moradia, a falta d’água tratada,

aglomeração de gente, descarte errado de águas servidas; enfim, condicionantes que potencializam a proliferação dos vírus, bactérias e parasitas. (SOUSA, 2019, p. 162).

Ao analisar as condições higiênicas dos escravizados no século XIX, Porto (2006: 1020) afirma que a questão de saúde do escravizado só surge “pelos frestas da história”. Não havia nenhuma preocupação com a criação de um serviço de saúde para atender o escravizado. Contudo, havia todo um protocolo que auxiliava o comprador de escravos “como escolher no mercado uma peça saudável, como deve ser a constituição física do escravizado, suas condições de habitação, vestuário, alimentação, jornada de trabalho, repouso, castigos etc”. (PORTO, 2006: 1021).

Como forma de resistência, os escravizados utilizavam o seu elevado conhecimento sobre o uso de ervas para o tratamento de suas doenças. Era muito comum os senhores recorrerem a curandeiros e quimbandeiros para tratar seus escravos:

Podemos também apreciar nos relatos dos viajantes observações espantadas quanto ao uso e o efeito de ervas e feitiços, pelos negros, no tratamento de enfermidades. ‘Os negros servem-se, em geral, de remédios baseados nas crendices que trouxeram da pátria, atravessando o mar, e que conservam zelosamente’, escreve o médico Johann Emmanuel Pohl, em 1818. As relações dos escravos com a saúde estão associadas a outra lógica de explicação da doença. Um estudo mais amplo do legado do negro à prática médica ainda está por fazer. (PORTO, 2006: 1024).

Desde o período da escravidão, a preocupação dos senhores com a saúde dos negros estava unicamente relacionada à sua função de produtores de riquezas. Mesmo assim, essa preocupação era limitada, tanto que um escravizado vivia em média 10 anos, em razão das condições de vida que eram reduzidas às extensas horas de trabalho penoso e aos recorrentes castigos corporais.

A abolição dos escravizados, em 1888, não significou uma ruptura total com as relações sociais estabelecidas durante o sistema escravocrata. Na verdade, foi uma liberdade sem libertação, devido à ausência de um preparo para a vida “livre”, que envolvesse algumas estratégias de atendimento e suporte assistencial e bem como a ausência de condições, seja intelectual e de ofício, para a sua inserção no novo regime de trabalho que estava sendo instituído no país. “Sendo assim, o desenvolvimento econômico e social dos recém-libertos foram negados desde a abolição. A elite em momento algum se preocupou com a condição posterior dos negros libertados”. (BARRETO, 2019: 57).

Esse breve histórico foi realizado para fundamentar a condição atual da população negra na área social, econômica e de saúde. A colonialidade do poder determinou quais seriam os corpos objetificados, comercializados e úteis à acumulação do capitalismo. Ainda assim, historicamente, o cuidado com a saúde desses corpos funcionais ao sistema jamais ultrapassou os limites do interesse do lucro. No momento atual, os corpos negros tendem a não ser mais considerados funcionais ao sistema de produção de mercadorias. E, nessa qualidade de “refugados”, são depositados nas densas periferias das cidades e expostos ao extermínio físico (BAUMAN, 2005). Os dados epidemiológicos da covid-19 vêm confirmando que as vidas negras no interior dessa estrutura social e espacial definitivamente não importam.

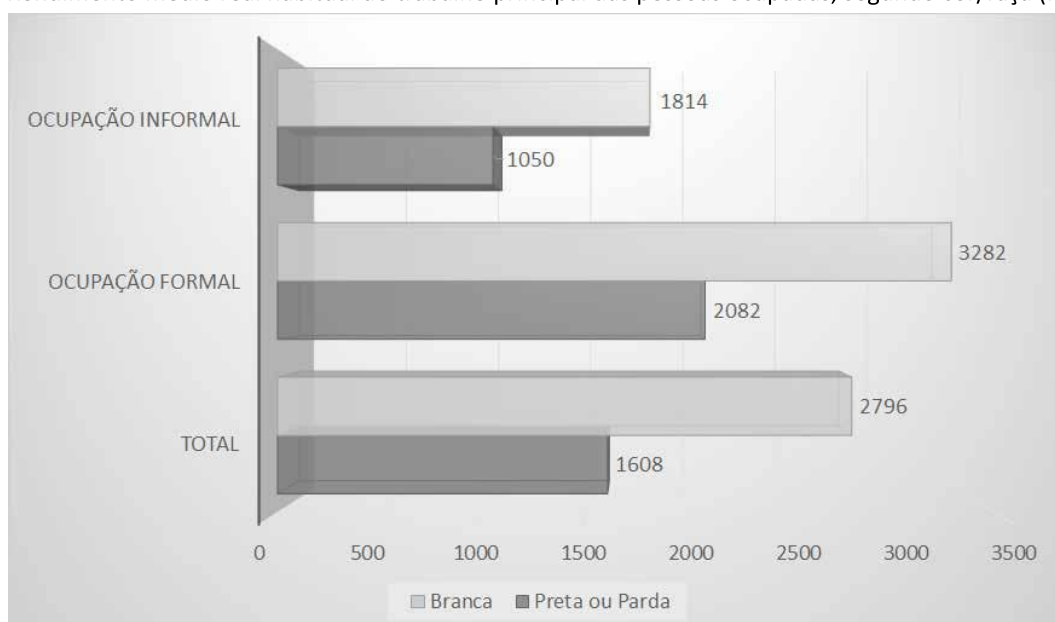
Hoje, em pleno século XXI, o Brasil encontra-se entre os 20 países mais desiguais do mundo, ficando em 7º lugar no ranking mundial (PNUD, 2019). Sua população é de 207,6 milhões, a maioria dos brasileiros é negra (50,74%) e os brancos correspondem a 47,73% dos habitantes (IBGE, 2010). A concentração de renda no Brasil é muito alta. Segundo o IBGE, em 2018, a renda dos 10% mais ricos cresceu 13 vezes mais do que a renda dos 40% mais pobres. Resumindo: temos um país onde a maioria da população é negra e cada vez mais a riqueza aumenta e se concentra nas mãos de poucos.

Ao discutir a desigualdade social no Brasil é imprescindível acrescentar o componente racial a fim de correlacionar os determinantes das injustiças sociais e a questão racial. Haja vista que o mito da democracia racial homogeniza a população com o discurso que não há distinção entre negros e brancos “e o problema racial brasileiro está diluído no oceano das desigualdades sociais em geral”. (PAIXÃO, 2003, p.75).

Contudo, os organismos de pesquisas revelam uma diferenciação nos indicadores sociais entre negros e brancos, demonstrando, dessa forma, que o componente racial é um dos fatores de desigualdade social (PAIXÃO, 2003).

Podemos tomar como exemplo, os indicadores de renda das pessoas ocupadas e os indicadores de desocupação. Conforme o Gráfico 3, o rendimento médio mensal das pessoas brancas ocupadas (R\$ 2.796,00) foi 73,9% superior ao das pretas e pardas (R\$ 1.688,00). Para os objetivos deste trabalho, chamamos a atenção, também, para distribuição racial nos postos de trabalho formal e informal. Enquanto os brancos são majoritários no mercado formal, os negros são majoritários no informal. Nota-se que, até mesmo na ocupação informal, sem carteira assinada e sem direitos trabalhistas, a população branca possui um rendimento acima ao das pessoas pretas e pardas.

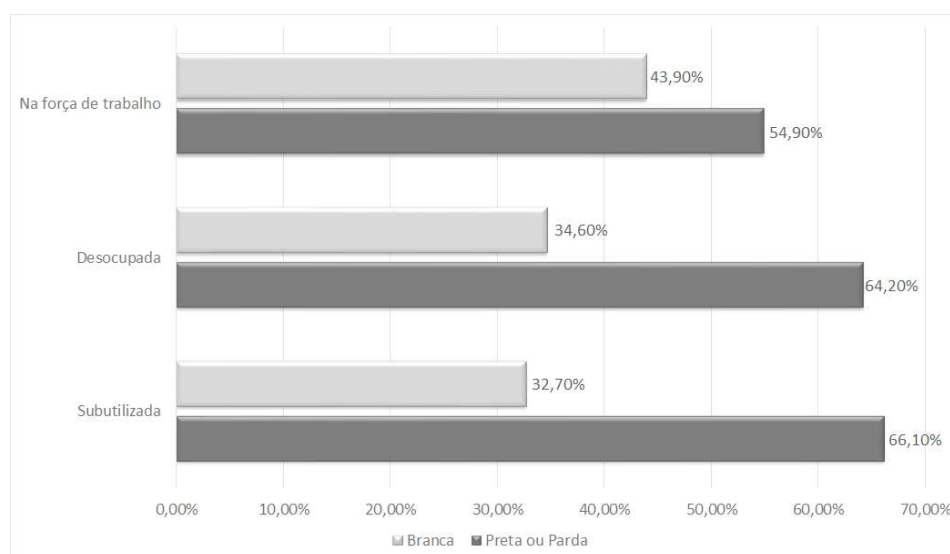
Gráfico 3 - Rendimento médio real habitual do trabalho principal das pessoas ocupadas, segundo cor/raça (R\$)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional Por Amostra Domicílios Contínua, 2018.

O Gráfico 4, abaixo, informa que as pessoas pretas e pardas constituem a maior parte da força de trabalho no país. Em 2018, correspondeu a 57,7 milhões de pessoas, 25,2% a mais do que a população branca, que totalizava 46,1 milhões. Contudo, na categoria desocupada e subutilizada, a população preta ou parda está substancialmente mais representada. Apesar de ser mais da metade da força de trabalho (54,9%), 2/3 da população negra encontra-se desocupada (64,2%) e, do percentual que está ativo na força de trabalho, 66,1% foi considerada subutilizada, em 2018.

Gráfico 4 - População na força de trabalho, desocupada e subutilizada, pessoas de 14 anos ou mais de idade, segundo cor/raça (%)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional Por Amostra Domicílios Contínua, 2018.

No Brasil, como vimos, a maior parte da força de trabalho é negra, mas é relativamente menos absorvida pelo mercado de trabalho quando comparada, em números, com a população branca. Resta-lhe, então, a “viração” de todo dia como catador de papel e latinhas, flanelinha, vendedor ambulante de água, pipoca, salgados, etc., para sobreviver em meio ao caos da vida urbana. A imagem abaixo fala mais do que mil palavras e é o atestado da condição real e concreta da população negra no Brasil.

O racismo estrutural reitera-se cotidianamente no mercado de trabalho, nas ruas das cidades, nas penitenciárias, nas instituições públicas e privadas, nas periferias, onde os negros sofrem toda forma de violência e exclusão.

A existência do racismo estrutural implica que existem dimensões como o Estado, o Direito, a Política, a Economia e a subjetividade que funcionam para naturalizar o racismo enquanto forma de racionalidade e de racionalização das relações sociais no capitalismo:

O racismo é relação social, ele é reproduzido dentro de uma lógica social. Essa lógica talvez seja a lógica da reprodução do capitalismo [...]. O racismo no interior das relações que são determinadas pelo capitalismo toma outra forma. O ser homem, o ser mulher, o ser negro ganha uma forma específica dentro das relações sociais que também tem as suas especificidades históricas. (ALMEIDA, 2016).³

Foto 1 – Trabalhadores ambulantes na Linha Vermelha, Rio de Janeiro



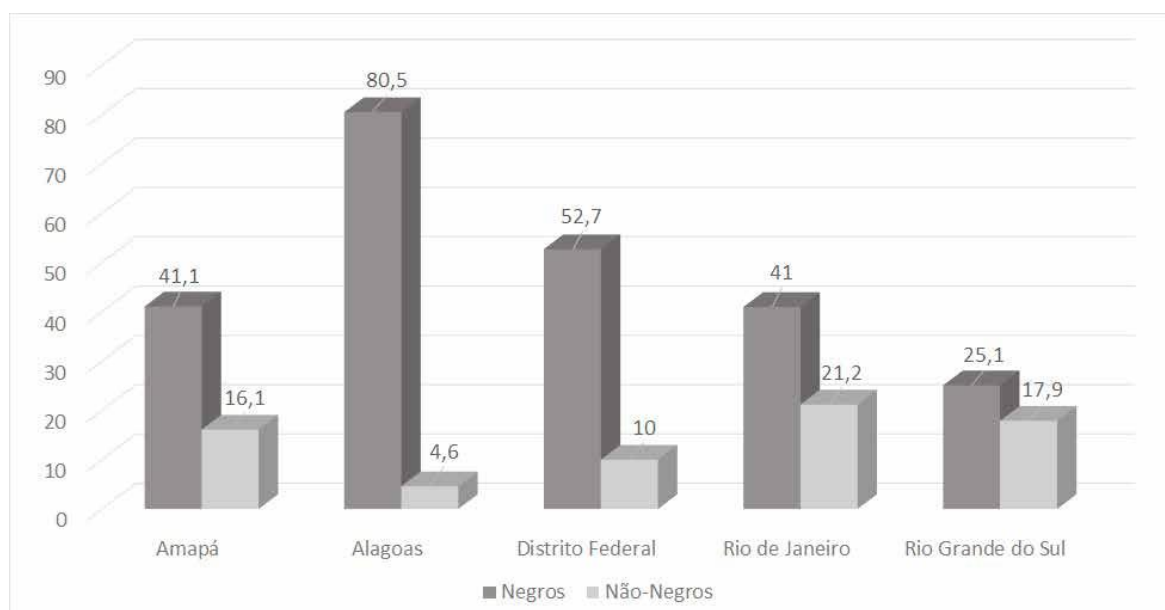
Fonte: <https://exame.abril.com.br/brasil/racismo-e-mercado-de-trabalho-os-desafios-da-populacao-negra-no-brasil/>. Acesso em: 12 abr. 2020.

Poderemos acrescentar outras situações do cotidiano em que se observa os efeitos perversos do racismo como a questão da letalidade violenta. Um estudo desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), intitulado “Vidas perdidas e racismo no Brasil”, procura explicar as causas da maior incidência de letalidade na população negra em relação a não negra. O Gráfico 5, abaixo, é uma pequena amostra extraída do documento citado a título de exemplificar a proporção da taxa de homicídios por Unidade da Federação entre negros e não negros.

O IPEA atribui as causas da diferença entre as mortes violentas por homicídio entre brancos e negros a dois fatores: a questão socioeconômica, haja vista que os negros estão sobrerrepresentados nos estratos sociais de mais baixa renda e, por isso, mais vulneráveis à vitimização violenta produzida pela ideologia racista e à perpetuação dos estereótipos que associam o negro a indivíduos perigosos ou criminosos, aumentando, dessa maneira, a possibilidade de sofrerem violência.

³ Conferência do professor Sílvio Luiz de Almeida, promovida pelo Instituto de Estudos Latino-Americanos, em 30 de junho de 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Pyn40G76kBI>>. Acesso em: 25 mai de 2020.

Gráfico 5 - Homicídio de Negros e Não Negros no Brasil – 2010*



Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM e Censo Demográfico do IBGE, 2010. * Taxas por cem mil indivíduos

A forma de abordagem policial e o uso excessivo de força incidem de modo distinto sobre negros e brancos. As operações policiais nas periferias, por exemplo, matam mais jovens negros do que brancos. Mata-se antes, para saber depois quem são. Uma pesquisa da Fundação Abrinq⁴ demonstra que em 20 anos, o número de jovens negros assassinados aumentou 429%, enquanto o percentual de jovens brancos assassinados subiu 102%. Ou seja, estamos diante de uma guerra civil não declarada.

O racismo institucional provoca o receio e o descrédito dos negros e negras para procurar a polícia em caso de violência sofrida. É possível constatar essa diferenciação e comportamento através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), 2009 do IBGE.

Enquanto o percentual da população negra e não negra que sofreu agressões físicas em 2009 era de 1,8% e 1,3%, respectivamente, entre as vítimas que não procuraram a polícia 61,8% eram negros e 38,2% eram não negros. Da mesma forma, dentre aqueles que não procuraram a polícia porque não acreditavam ou porque tinham medo da polícia, cerca de 60% eram negros e 40% não negros. (IPEA, 2013: 5)

Ser negro, sob as relações sociais com base no capitalismo, é enfrentar cotidianamente as estruturas sociais racionalizadas que criam vantagens e desvantagens para grupos racializados. Dessa forma, dificultam ou impedem um tratamento igualitário entre indivíduos de diferentes raças e etnias. Nesse sentido, as instituições reproduzem comportamentos que naturalizam a desigualdade racial e, até mesmo, contraditórios com certos limites jurídicos e estatais. (ALMEIDA, 2019).

⁴ Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/assassinatos-de-jovens-negros-no-brasil-aumentam-429-em-20-anos/>>. Acesso em: 02 de jun. 2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tudo leva a crer que o H1N1, em 2009, e o coronavírus, em 2020, abriram um novo tempo de disseminação e devastação humana por pandemias. O tempo da globalização total do modo de produção e de consumo capitalistas e da aceleração veloz do processo de urbanização total dos habitantes do planeta. E, também, o tempo trágico da criação massiva e incontrolável de enormes contingentes de desempregados e desocupados que já não podem encontrar meios de viver nas periferias das cidades. A quarta revolução industrial, com seu novo salto tecnológico e nova rodada de enxugamento da força de trabalho, tem sido apresentada como a nova saída desesperada para a crise desse sistema de produção de mercadorias.

Consequentemente, legiões crescentes de “supérfluos” a esse sistema de produção – os “refugados” –, majoritariamente constituídos pelas populações não brancas, tendem a se concentrar nas orlas e periferias urbanas com condições cada vez mais precárias de sobrevivência.

Combinado com a crise da sociedade produtora de mercadorias, o racismo estrutural é o principal responsável pelas - cada vez mais densas - concentrações da população não branca nas favelas e periferias, tratada como supérflua ao mundo do trabalho e submetida a situações-limites de sobrevivência nas cidades.

Em outras palavras, dado o padrão eurocentrista de poder que determina, a partir das características fenotípicas dos indivíduos, quem pode viver e quem deve morrer, são as populações não brancas que vêm sendo deixadas sem trabalho e sem meios de sobrevivência nas favelas e periferias superlotadas das grandes cidades mundiais, sob a mira de todo tipo de catástrofes incluindo pandemias.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro: Polén, 2019

BARRETO, A. C. de J. (2010) *A desordem negra na ordem branca: Kalabari, Calabar e a releitura contemporânea dos quilombos*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

BAUMAN, Z. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

DAVIS, M. *Planeta favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.

EGAN, Z. et al. *Covid-19 and housing precarity*. ANHD - Association for neighborhood and housing development. Maio, 2020. Disponível em: <<https://medium.com/resilience/covid-19-and-housing-precarity-from-systemic-failure-towards-a-just-recovery-4083b48535a5>>. Acesso em: 31 maio 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Metade de São Paulo mora em habitação irregular*. 4 jun, 2000. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0406200001.htm>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

GALINDO, J. e ARROYO, L. *Os mapas da pandemia revelam as desigualdades na América Latina*. Jornal El País-Brasil, 4 ago., 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/internacional/2020-08-04/os-mapas-da-pandemia-revelam-as-desigualdades-na-america-latina.html>>. Acesso em: 04 ago. 2020.

GARCIA et al. *“E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê?” diz Bolsonaro sobre mortes por coronavírus no Brasil*. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 28 abr. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/28/e-dai-lamento-quer-que-eu-faca-o-que-diz-bolsonaro-sobre-mortes-por-coronavirus-no-brasil.ghtml>>. Acesso em: 28 abr. 2020.

GOMES, L. *Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares*, volume 1. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

IBGE. *Desigualdades por cor e raça no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, pg. 1-12, 2019. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101681>> Acesso em: 04 jun. 2020.

IBGE AGÊNCIA NOTÍCIAS. *IBGE divulga as estimativas da população para 2019*. 28 ago., 2019. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25278-ibge-divulga-as-estimativas-da-populacao-dos-municipios-para-2019#:~:text=As>>. Acesso em: 24 jun. 2020.

I ENCONTRO INTERNACIONAL DAS PERIFERIAS. Carta da Maré - *Manifesto das periferias: o lugar das periferias na cidade*, 2017. Disponível em: <<http://imja.org.br/pt-br/wp-content/uploads/2018/05/CARTA-MANIFESTO-PORTUGUES.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

IPEA. *Vidas perdidas e racismo no Brasil*. Notas Técnicas. Brasília, no 10, p.1-25, nov, 2010. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5977/1/NT_n10_vidas.pdf>. Acesso em 04 jun. 2020.

NETTO, V. M. et al. As cidades na pandemia: o papel do tamanho e da densidade urbana. *Caos Planejado*, 16 jun., 2020. Disponível em: <https://caosplanejado.com/as-cidades-na-pandemia-o-papel-do-tamanho-e-da-densidade-urbana/>.

ONU NEWS. ONU celebra dia mundial das cidades realçando o papel das comunidades contra a covid-19. 31, out., 2020. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2020/10/1731252#:~:text=Segundo%20Guterres%2C%20as%20%C3%A1reas%20urbanas,futuros%20surtos%20de%20doen%C3%A7as%20infecciosas.%E2%80%9D>>. Acesso em: 31 out. 2020.

PAIXÃO, M. J.P. *Desenvolvimento Humano e relações raciais*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PÔRTO, A. O sistema de saúde do escravo no Brasil do século XIX: doenças, instituições e práticas terapêuticas. *SciELO*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p. 1019-27, out-dez. 2006.

R7.COM. *Risco de morte de negros por covid 19 é 62% maior do que em brancos*. 05 maio, 2020. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/sao-paulo/risco-de-morte-de-negros-por-covid-19-e-62-maior-do-que-em-brancos-05052020>>. Acesso em: 05 maio 2020.

REDE NOSSA SÃO PAULO. Especial Pandemia, 24 jun., 2020. Disponível em: <<https://www.nossasaopaulo.org.br/2020/06/24/edicao-extraordinaria-do-mapa-da-desigualdade-indica-o-endereco-como-fator-de-risco-na-pan/>>. Acesso em 24 jun. 2020.

SOUSA, J. L. P. de. Tráfico e escravidão: cuidar da saúde e da doença dos africanos escravizados. *Revista Almanack*, Guarulhos, n. 22, p. 153-206, ago. 2019.

UN. World urbanization prospects, 2018. Disponível em: <<https://population.un.org/wup/>>. Acesso em: 22 ago. 2019.

UNESP. Estudo da UNESP detalha rota de dispersão da covid-19 em SP, 8 abr., 2020. Disponível em: <<https://www2.unesp.br/portal#!/noticia/35670/estudo-da-unesp-detalha-rotas-de-dispersao-da-covid-19-em-sp>>. Acesso em: 12 jul. 2020.

DETERMINAÇÃO SOCIAL DA SAÚDE E A PANDEMIA DE CORONAVÍRUS NO BRASIL

MARINA MONTEIRO DE CASTRO E CASTRO
DÉBORA CRISTINA LOPES SANTOS
LAURA MARCELINO LEAL
ISA DE MIRANDA RIBEIRO MAIA

INTRODUÇÃO

O debate da determinação social do processo saúde-doença ganha densidade no Brasil nos anos de 1970, a partir do movimento de reforma sanitária e da construção de um campo teórico ancorado na tradição marxista. Nesse campo, afirma-se que a condição de saúde não se restringe a um processo de adoecimento e que está vinculada a estrutura econômica e político-ideológica das sociedades. Dessa forma, a saúde necessita ser entendida como direito humano universal, uma vez que propicia as condições para homens e mulheres se desenvolverem como ser social (DONNANGELO, 1979). É a partir desse processo que é possível analisar o caráter ontológico da determinação social do processo saúde/doença.

Outro elemento que demarca essa análise é o entendimento de que a produção de saúde e doença tem caráter histórico e social, e expressam o grau de desenvolvimento e organização das sociedades, e a capacidade do Estado de produzir respostas de política de saúde coletiva. Ou seja, quanto mais justa e igualitária uma sociedade, do ponto de vista econômico e social, maior a probabilidade de se obter níveis de saúde mais elevados (LAURELL, 1982).

Quando analisamos uma crise sanitária mundial, como a desencadeada pela pandemia do coronavírus, vemos que esta tem efeitos econômicos e sociais, atinge a coletividade e, deixa claro, as desigualdades sociais no que tange às possibilidades de efetivação das estratégias básicas de contenção do vírus: distanciamento social e etiqueta de higiene, o que incide na possibilidade da população de se prevenir, tratar e se curar.

O coronavírus chega ao Brasil em um momento de avanço do ataque direto ao Sistema Único de Saúde (SUS) com ênfase no processo de privatização da política pública; adensamento do seu crônico subfinanciamento, associado a um processo mais recente de desfinanciamento por meio da Emenda Constitucional nº 95, de 2016, que estabelece o congelamento do orçamento público por vinte anos; ausência ou extinção de programas efetivos para combate aos problemas de saúde nacional; a incorporação da pauta moral e religiosa na saúde e, até mesmo a retomada de uma perspectiva higienista para a área. Assim, acompanhamos, no primeiro do ano do Governo Bolsonaro, o enxugamento de vários programas (HIV/AIDS, Saúde Mental), e um discurso dos gestores que o SUS não mais se sustentava e estava falido (MANDETTA, 2019).

Bravo e Andreazzi (2019, p. 431) assinalam que as propostas do Governo Bolsonaro “caminham no sentido contrário do fortalecimento e consolidação do SUS e reforça o projeto do SUS totalmente submetido ao mercado, especialmente por desconsiderar a universalidade e, portanto, a saúde como direito de todos e dever do Estado”. Nesse cenário pandêmico, ressaltamos estar mais explícito o compromisso do Estado com as classes dominantes, na medida em que há um privilegiamento da esfera econômica em detrimento da vida, isto é, de vidas que serão ou não salvas.

O atual governo é reforçado ainda pelo avanço da extrema-direita, no chamamento pela intervenção militar, nas intolerâncias de classe, raça, orientação sexual e no culto da violência policial (LOWY, 2015) e que, agora, mostra a sua cara mais perversa e fascista em um país historicamente marcado por desigualdades de classe, raça, etnia e gênero.

Esse cenário adensado pela pandemia do coronavírus trouxe efeitos catastróficos. O IBGE (2020) demonstra que quase 5 milhões de pessoas testaram positivo para o COVID-19 no Brasil e tivemos até novembro de 2020, quase 160.000 mil mortos (BRASIL, 2020). Além disso, Souza (2020) sustentado nas análises da Organização Mundial da Saúde (OMS) indica que esses números podem estar subestimados a nível mundial, na medida em que não se realiza a testagem de todos os sintomáticos, situação ainda mais agravada no Brasil, se considerarmos a sua inserção dependente no modo de produção capitalista (que incide na sua capacidade produtiva, insumos, tecnologias e etc).

Os dados que já temos acesso demonstram o avanço do vírus nas populações mais empobrecidas, negros, imigrantes, nas chamadas populações vulneráveis, como a população de rua e aqueles que vivem em más condições de moradia e saneamento básico, ou seja, não possuem água encanada, tratamento de água e esgoto (FIOCRUZ, 2020b).

Outra faceta que é reforçada pelo governo é obscurantismo e o ataque à ciência, o que culminou na organização de um consórcio da imprensa para divulgação dos dados e informações referentes ao coronavírus no país. Portanto, é identificada uma não transparência dos dados acerca da pandemia. Além disso, temos “a intensa disseminação de informações falsas na mídia, em especial via internet, o que costumeiramente se chama de *fake news*” (SOUZA, 2020, p. 2475).

Tendo por base essas premissas, este ensaio tem por objetivo identificar algumas particularidades da pandemia de coronavírus no Brasil e as respostas do Estado brasileiro às necessidades da população.

CRISE SANITÁRIA E A DETERMINAÇÃO SOCIAL DA SAÚDE

Como apontado na Introdução, um elemento essencial é realizarmos a análise da crise sanitária mundial desencadeada pelo coronavírus tendo por fundamento a determinação social do processo saúde-doença. É fundamental porque temos visto que as ações do governo estão voltadas para a ênfase na doença, com uma perspectiva de centralidade médica, individualista e hospitalocêntrica. Ou seja, tem-se a adoção de um conjunto de estratégias que reforçam ações técnicas no campo da doença e a ênfase na clínica. E convivendo com essa perspectiva, uma outra anticientífica, negacionista e de manipulação do medo (LOWY, 2020).

As análises em torno das condições de vida dos sujeitos são indispensáveis para que não haja um processo de culpabilização, de atribuir à esfera individual as mazelas sociais, associado a falsa crença de que doenças infecciosas atingem a todos igualmente, isto é, sem reconhecer as classes sociais e os demais elementos pertinentes a esse processo (HARVEY, 2020). Com relação a expansão do coronavírus, Harvey (2020, p.22) sinaliza que esse processo se agrava na medida em que as próprias “forças de trabalho na maioria das partes do mundo há muito que foram socializadas para se comportarem como bons sujeitos neoliberais (o que significa culpar a si mesmos ou a Deus se algo de ruim acontecer, mas nunca ousar sugerir que o capitalismo pode ser o problema)”. Esse aspecto, apontado pelo autor, indica impactos diretos nas condições objetivas e subjetivas de vida, na medida em que se tem a compreensão da totalidade, de assimilar a articulação entre a produção e a reprodução social.

Nesse entendimento, Souza (2020, p. 2476) assinala o quanto a pandemia agudiza as expressões da “questão social” e, em concomitância, obscurece as raízes que dão sustentação a esse processo. Assim, tem-se na verdade um deslocamento desses aspectos mais gerais da sociedade para a esfera individual, sem realizar as mediações, reforça o discurso entre “morrer de Covid ou de fome”. O autor (2020) ressalta que “não é a pandemia de COVID-19 a responsável pela fome e pela miséria, por levar à morte os indivíduos pauperizados da classe trabalhadora, mas o próprio *modus operandis* do capitalismo, na efetivação diária de seu caráter destrutivo”.

Destacamos que a esfera biológica é importante e necessária para as análises da produção social da doença. Porém, como nos aponta Souza (2020), é o entrelaçamento entre social e biológico, a COVID-19 nos mostra que:

Ainda que as bases sociais estejam dadas com a mundialização do capital, determinações biológicas específicas precisam se articular a essas possibilidades objetivas para resultar na pandemia experimentada em 2020. Não é qualquer doença infecciosa que se tornará pandêmica ou que será transmitida tão rapidamente entre os indivíduos. A combinação de fatores como a novidade do agente etiológico, seu potencial de transmissibilidade, o grau de imunização da população, as medidas de profilaxia e tratamento mais ou menos conhecidas, entre outros aspectos que compõem esse processo (SOUZA, 2020, p. 2473).

O que a disseminação do coronavírus, em termos mundiais, tem nos mostrado é a afirmação da determinação social desse processo: ou seja, o modo de adoecer, e sua possibilidade de prevenção, cura, tratamento e reabilitação tem vinculação direta com as desigualdades postas na sociedade e projetadas no conjunto denominado de expressões da “questão social”.

A elaboração de Berlinguer (1988, p.21) é crucial no sentido de salientar que “a sociedade, a mesma que cria as doenças e as distribui desigualmente entre os homens, permite que eles tratem na proporção direta de suas próprias riquezas materiais, mas na medida inversa às próprias necessidades de saúde”. Essa configuração indica a saúde nesta sociabilidade enquanto uma mercadoria, logo, essencialmente benéfica em termos de mais-valia para o capital - o que compromete direta e indiretamente o atendimento das necessidades da maioria da população.

Assim sendo, entendemos que a determinação social do processo saúde-doença é fundamental nas análises da pandemia do coronavírus, uma vez que está baseada em processos que fornecem:

(...) chaves heurísticas ao trabalhar com as categorias do materialismo histórico e dialético, da totalidade, da contradição, ao explicitar a luta de classes, explicar dinâmica de produção e reprodução material e social. Torna visível a relação saúde e sociedade ao explicitar o fenômeno saúde-doença não restrito à dimensão biológica, ampliando o horizonte de possibilidades de estudos e intervenções, bem como permitindo a associação do tema à transformação da realidade como um todo e não meramente setorial (MOREIRA, 2013, p. 124).

De acordo com Souza (2020, p. 2472) a dinâmica introjetada pelo capitalismo mundial e sua relação espaço-temporal permitiu uma disseminação rápida do coronavírus em termos mundiais, o que indica que: “1) essa dinâmica não representa um mero fenômeno natural, revestido de neutralidade para unificar o mundo e permitir o progresso; 2) para além do trânsito de pessoas e objetos de amplo e rápido alcance, há uma unificação do processo de determinação social no mundo”.

Nesse quadro, os países latino-americanos se norteiam fortemente pela política neoliberal e pela política econômica de ajuste fiscal ditada pelo Banco Mundial, vemos, nessa conjuntura, um acirramento das expressões da questão social. Esse processo associado ao legado da austeridade, nos termos de Davis (2020), tem contornos mais dramáticos nos países de capitalismo dependente.

Percebemos assim a exacerbação, por exemplo, do desemprego estrutural e a banalização da vida humana como elementos naturalizados. Diante disso, a classe trabalhadora é duramente afetada:

como não são integrados ao mercado, seja como consumidores ou como trabalhadores, jovens negros, pobres, moradores de periferia e minorias sexuais serão vitimados por fome, epidemias, ou pela eliminação física promovida direta ou indiretamente - por exemplo, corte nos direitos sociais - pelo Estado. Enfim, no contexto da crise, o racismo é um elemento de racionalidade, de normalidade e que se apresenta como modo de integração possível de uma sociedade em que os conflitos se tornam cada vez mais agudos (ALMEIDA, 2018, p. 162).

Se tomarmos a pandemia do coronavírus, a partir dessa fundamentação, reforçamos o que Laurell (1982, p.2) já sinalizava em sua produção dos anos 1980: a discussão da determinação social

do processo saúde-doença “encontra explicação, fora da Medicina, na crescente crise política e social que acompanha a crise econômica e com ela se entrelaça”. Portanto, o debate da saúde não está isolado das condições políticas, econômicas e sociais a qual os países estão submetidos.

Nessa acepção, “doença e estrutura social não devem ser vistas como dois elementos ou dois fenômenos distintos, mas como partes de uma mesma totalidade que é histórica e socialmente condicionada” (MARSIGLIA; BARATA e SPINELLI, 2018, p. 1007). E como nos aponta Harvey (2020, p. 21), “o progresso da COVID-19 exhibe todas as características de uma pandemia de classe, de gênero e de raça. Embora os esforços de mitigação estejam convenientemente camuflados na retórica de que “estamos todos juntos nisto””.

IMPACTOS DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS NA REALIDADE BRASILEIRA

A saúde e suas múltiplas determinações se inserem na dinâmica da reprodução social e são permeadas pelos interesses globais do modo de produção. Dessa forma, torna-se impossível analisar qualquer evento de caráter coletivo sem compreender suas determinações sociais, a inserção dos sujeitos em classes sociais e seu acesso aos direitos e garantias até, em última instância, o modo de viver e adoecer das populações. “A reprodução da dinâmica universal do capital se particulariza, entre outras mediações, na (e pela) saúde, evidenciando seu caráter social” (SOUZA, 2020, p. 2472).

Nessa compreensão acerca da determinação social da saúde, Albuquerque e Silva (2014) ressaltam que esta:

Não consiste em compreender apenas que a saúde depende do acesso aos objetos humanos, mas que as possibilidades de realização do humano, e o acesso aos produtos necessários para tal, dependem do grau de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção estabelecidas em cada formação social” (ALBUQUERQUE; SILVA, 2014, p. 962).

O Brasil, país que se forma a partir de uma colonização repleta de violência e racismo -entendido por Almeida (2018) como manifestação das estruturas do capitalismo que foram forjadas pela escravidão - explorou e escravizou povos originários e negros (forçadamente trazidos do continente africano) durante mais de três séculos, como demonstram diversos autores, como Ribeiro (1995), Moura (1994) e outros. Almeida (2018) caracteriza o colonialismo como um processo de destruição, de morte, de espoliação e aviltamento, feito em nome da razão, onde a classificação de seres humanos serviu como tecnologia do colonialismo europeu para destruir povos da África, Ásia etc.

Fernandes (2008) apresenta a particularidade do capitalismo brasileiro, cuja característica é ser dependente e subordinado aos países europeus. Portanto, a forma como se desenvolve a sociabilidade capitalista no Brasil gera profundas marcas na formação do povo brasileiro e na estrutura de classes da sociedade, e reflete na vida dos sujeitos, negros e indígenas, até os dias atuais. Assim, “o racismo como processo histórico e político, cria as condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática” (ALMEIDA, 2018, p. 39).

Somado a isso, encontra-se o princípio patriarcal que rege também essa formação. Saffioti (2004, p. 57-58), ao buscar conceituar o termo patriarcado, analisando-o historicamente, pontua elementos importantes para sua compreensão: é uma relação civil, e não privada; “dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrição”; é um tipo de relação que possui uma hierarquização clara e que se expressa em toda sociedade; “tem uma base material; corporifica-se; representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência”.

Outra característica dessa formação capitalista dependente é a permanência de elementos de seu passado. Assim, é possível observar no interior da sociabilidade burguesa brasileira, esses mesmos sujeitos - negros, indígenas, mulheres - enquanto sujeitos que historicamente tiveram seus direitos negados e, na atualidade, seguem tendo o acesso a essas dificuldades. Isso se reflete em diversas esferas da sociedade, e aqui será discutida especificamente, o acesso à saúde.

Como destacado, vivemos em um país marcado por profundas desigualdades e essa estrutura desigual promove também condições particulares para a produção de doenças em sujeitos com diferentes inserções de classe, raça/etnia, gênero e sexualidade. Esse processo rebate diretamente nas possibilidades de se prevenir, curar e tratar da COVID-19, uma vez que o vírus tem como forma de prevenção básica, a chamada etiqueta de higiene e o distanciamento social- o que não é possível de se efetivado para grandes contingentes da população brasileira.

Como nos aponta Segata (2020):

Até a aparentemente trivial fórmula “água e sabão salva vidas” precisa ser situada. Sabidamente, muitas comunidades economicamente vulneráveis e vítimas de um racismo ambiental estruturado não têm água nas torneiras de forma regular e segura. Sabão é item de luxo. Praticar isolamento em casa implica em ter casa, e ter cômodos separados em quantidade suficiente para os seus moradores. E, como já alertou a antropóloga Débora Diniz, “o lar” nem sempre é um lugar seguro para quarentena, especialmente para as mulheres, em tempos de tamanha taxa de violência doméstica e feminicídio (SEGATA, 2020, p.1).

Santos *et al* (2020) apontam que as desigualdades sociais colocam populações em situações mais precárias de adoecimento e morte, tendo impacto distinto de acordo com o lugar ocupado pelos grupos populacionais na estrutura social. Nesse sentido, Araújo e Caldwell (2020) demonstram como no Brasil o surto de coronavírus se originou nos bairros mais ricos - porque essa parcela da população conta com meios para realizar viagens à Europa; e se espalhou rapidamente para as áreas mais pobres e periféricas do país, ao passo que seus empregados(as) foram obrigados a prestar seus serviços, mesmo em um cenário pandêmico.

As autoras atribuem essa perversidade ao elemento do racismo ao dizer que “o racismo que permeia quase todas as facetas da sociedade brasileira aumenta a exposição das pessoas negras ao vírus - depois reduz a capacidade de obter atendimento de qualidade para mitigar os efeitos das formas graves da doença e até mesmo evitar a morte” (ARAÚJO e CALDWELL, 2020, p. 3).

Durante uma pandemia, essa insegurança econômica diminui drasticamente a capacidade dos negros se distanciar socialmente e os torna altamente dependentes de permanecer em seus empregos, apesar da ameaça à saúde. Empregadas domésticas, por exemplo - a maioria delas são mulheres negras - estão se mostrando um grupo de alto risco. Aliás, uma trabalhadora doméstica estava entre as primeiras mortes de COVID-19 no Brasil (ARAÚJO e CALDWELL, 2020, p. 3).

No Brasil, como já pontuado, o governo federal, com apoio de empresários, têm demonstrado a cada dia um desprezo completo pela vida da classe trabalhadora. Diante de diversas ações de caráter privatista e, para além disso, neofascistas, o Brasil segue experienciando a pandemia de maneira desastrosa, tendo um presidente que desestimula as medidas de prevenção, dentre elas, o distanciamento social, e que governa para poucos, apostando de fato na segregação e discriminação e, por outro lado, na manutenção dos lucros e privilégios já tão exacerbados nessa sociedade.

Para piorar a situação tem havido sistematicamente falas do presidente da república, Jair Bolsonaro, de desqualificação do potencial do vírus, o tratando como uma “gripezinha”, bem como se posicionando contrário ao isolamento social. Tal postura, não por acaso, também tem sido de empresários que o apoiam. Sob o discurso de que a economia não pode parar, as falas do presidente expressam, mais uma vez seu caráter neofascista, ao tratar como mais importante a possibilidade de mortes de contingente da classe trabalhadora, em detrimento da manutenção dos lucros do capital (MATOS, 2020, p. 2).

O país tem parcela significativa da população vivendo em precárias condições de moradia, com falta de saneamento básico: quase 35 milhões de pessoas vivem sem acesso a água tratada, enquanto 100 milhões não têm esgoto tratado. Quando observamos os dados das regiões Nordeste e Norte vemos que: na primeira, 14 milhões não têm acesso à água e 39 milhões não possui coleta de esgoto; e na região Norte, 6 milhões de pessoas vivem sem acesso água e 13 milhões sem coleta de esgoto (IBGE, 2017). Temos ainda o adensamento populacional, onde famílias numerosas vivem em casas de um cômodo ou em territórios com divisões espaciais densas. De acordo com o IBGE, 17,5 % da população reside em “aglomerados subnormais”, sendo parte desses territórios constituídos por favelas (FIOCRUZ, 2020a).

Werneck e Carvalho (2020, p. 1-2) sinalizam que uma das etapas de contenção do vírus é a mitigação, ou seja, quando a transmissão sustentada já se encontra instalada no país, são necessárias ações para diminuição dos níveis de transmissão da doença. A principal estratégia adotada no país foi o “isolamento vertical” e redução do contato social, através de “cancelamento de grandes eventos, seguido paulatinamente por ações como a suspensão das atividades escolares, proibição de eventos menores, fechamento de teatros, cinemas e shoppings, recomendações para a redução da circulação de pessoas”.

Essa estratégia de “achatamento da curva”, afetou outro elemento estrutural nesse processo que é o trabalho. A população brasileira convive com o desemprego ou empregos informais. Podemos verificar claramente esse processo, a partir dos dados dos auxílios ofertados durante a pandemia, em que podemos verificar que 29,4 milhões de domicílios receberam algum auxílio (IBGE, 2020b).

Com relação aos afastamentos do trabalho gerado pela pandemia, temos os seguintes dados: 1,1 milhões de pessoas deixaram de receber remuneração e 2,7 milhões estão afastadas do trabalho devido ao distanciamento social, e “o Nordeste apresentou o maior percentual de pessoas afastadas do trabalho devido ao distanciamento social (20,2%), seguido pela região Norte, (17,1%), enquanto o Sul foi a região menos afetada (7,8%)” (IBGE, 2020b, s/p); demonstrando a fissura histórica entre as regiões do país.

Dessa forma,

A epidemia de COVID-19 encontra a população brasileira em situação de extrema vulnerabilidade, com altas taxas de desemprego e cortes profundos nas políticas sociais. Ao longo dos últimos anos, especialmente após a aprovação da Emenda Constitucional nº 95, que impõe radical teto de gastos públicos e com as políticas econômicas implantadas pelo atual governo, há um crescente e intenso estrangulamento dos investimentos em saúde e pesquisa no Brasil. É justamente nesses momentos de crise que a sociedade percebe a importância para um país de um sistema de ciência e tecnologia forte e de um sistema único de saúde que garanta o direito universal à saúde (WERNECK e CARVALHO, 2020, p.3).

Ao analisar a especificidade das comunidades quilombolas, vemos não só o acesso precário à saúde de maneira geral, como as possibilidades reduzidas de quantificar o número de casos e óbito relacionados à COVID-19. Santos *et al* (2020, p. 2), portanto apresentam “a magnitude do adoecimento e a sobremortalidade da população negra por COVID-19”. Observamos, por exemplo, que a população negra tem maior prevalência de comorbidades como hipertensão e diabetes que são relacionadas aos óbitos causados pelo novo coronavírus (BRASIL, 2018).

No Brasil, as pessoas negras internadas com COVID-19 têm quase o dobro de chances de morrer quando comparadas com as brancas. Porém, muitos quilombolas têm morrido sem sequer ter a oportunidade de chegar aos hospitais e não há qualquer sistema de registro oficial para esse grupo nos formulários de notificação, o que torna qualquer análise numérica especulativa (SILVA, 2020, p.1).

Com relação à população que vive nas favelas, Fiocruz (2020a, p.24) analisando a realidade do Rio de Janeiro demonstra que a alta letalidade por COVID-19 nos bairros com alta e altíssima concentração de favelas, o que indica o comportamento desigual da doença no município. Isso significa que nesses bairros “a cada 100 pessoas que adoecem por COVID-10, quase 20 morrem”.

Almeida (2018) destaca que “em um mundo em que a raça define a vida e a morte, não a tomar como elemento de análise das grandes questões contemporâneas demonstra a falta de compromisso com a ciência e com a resolução das grandes mazelas do mundo” (ALMEIDA, 2018, p. 44). Portanto, o racismo é um elemento transversal na crise política, econômica e sanitária em que vivemos.

A pandemia da Covid-19 está revelando que os grupos populacionais que historicamente foram negligenciados, aqueles com baixa proteção ao emprego e as populações sem acesso adequado a cuidados de saúde acessíveis estão entre os mais atingidos, especialmente ao maior risco de óbito (SANTOS *et al* 2020, p. 8).

Fiocruz (2020a) destaca também que o país possui um desafio histórico no que concerne às populações mais empobrecidas, especialmente as que vivem nas favelas, com relação a estrutura das casas sem ventilação, luminosidade e espaço adequados, assim como a deficiência no acesso aos serviços públicos. Para além disso, tem ainda como traço marcante a violência estrutural. No país convivemos com violências diversas e aqui, destacamos o registro de aumento da violência doméstica e as dificuldades das mulheres de denunciarem os agressores, porque estão vivendo com eles, já que o distanciamento social é necessário nesse contexto, além da perda de empregos e restrição do trabalho informal que levou milhares de pessoas a ficarem restritas em suas casas.

Marques *et al* (2020) apontam que:

Dados do plantão do Ministério Público Estadual revelam um aumento de 50% nos casos de violência doméstica já no primeiro final de semana após os decretos estaduais que propuseram o distanciamento social, sendo a maior parte das denúncias envolvendo violência contra a mulher. Do mesmo modo, no Paraná, houve um aumento de 15% nos registros de violência doméstica atendidos pela Polícia Militar no primeiro fim de semana de distanciamento social. Situação semelhantes são reportadas no Ceará, Pernambuco e São Paulo (MARQUES *et al*, 2020, p.2).

Diante do quadro apresentado, afirmamos e reforçamos que não é possível analisar a pandemia de coronavírus no Brasil sem analisar as determinações de classe, raça/etnia, gênero, sexualidade. Em meio à pandemia do coronavírus, esses elementos se complexificam para as camadas da classe trabalhadora, sobretudo, mulheres e negros, seguem sendo os mais afetados.

CONCLUSÃO

O debate feito até aqui busca demonstrar, ao contrário dos esforços do governo federal, que as determinações sociais que envolvem a saúde, durante a pandemia, aparecem de forma mais clara e, como em toda crise da sociedade capitalista, tornam-se as desigualdades ainda mais latentes. A crise sanitária que, dessa vez, assola todo o mundo, demonstra de forma bem nítida que a sociedade dividida em classes não preza por todas as vidas.

Apesar das mudanças com relação ao trato do social do decorrer do processo histórico, é importante ressaltarmos a contribuição das ciências humanas e sociais nesse momento de crise sanitária mundial. Já que “fora dos momentos de crise, a tendência é reduzir a importância e principalmente a totalidade do “social” a simples fatores coadjuvantes no processo” (MARSIGLIA; BARATA; SPINELLI, 2018, p.1006).

Buscamos ainda, particularizar o impacto da pandemia na vida de determinados grupos como - negros, indígenas, mulheres, quilombolas - dada a vulnerabilidade a que estas populações são expostas, seja porque não contam com a possibilidade de deixar seus empregos e, portanto, estão mais expostos à aglomeração, seja porque não contam com infraestrutura adequada de moradia e renda, por isso, não conseguem manter o distanciamento social recomendado, e encontram diversas dificuldades para prover itens alimentícios e de higiene.

Nesse sentido, o objetivo dessa reflexão é afirmar o necessário compromisso com a ciência e com a defesa do SUS e da saúde pública, que são instrumentos de garantia de direitos de uma parcela muito grande da população – atualmente, mais de 70% da população brasileira utiliza unicamente o SUS, de forma concomitante, portanto, busca-se reforçar a defesa dos direitos dos trabalhadores em geral e mulheres, negros, povos originários que veem seus direitos sendo retirados gradualmente e, na atual conjuntura, ainda mais.

Nesta perspectiva, referendamos o compromisso coletivo com a ciência, com a saúde pública e com o SUS, em consonância com os valores da Reforma Sanitária Brasileira e de sua relação com o debate da determinação social do processo saúde/doença, na medida em que ambas sinalizam para os fundamentos das desigualdades sociais e da necessidade de superação desta sociabilidade. Cabe destacar nesta reflexão que, nesta sociedade sob égide do capital, é cada vez mais necessário afirmar os valores do projeto de reforma sanitária, especialmente, a defesa da vida e a legitimidade do SUS.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, G. S. C.; SILVA, M. J. de S. Sobre a saúde, os determinantes da saúde e a determinação social da saúde. *Saúde e Debate*. Rio de Janeiro, v. 38, n. 103, p. 953-965, out-dez 2014.

ALMEIDA, S. L. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ARAÚJO, E; CALDWELL, Kia. *Porque a COVID-19 é mais mortal para a população negra?* ABRASCO. GT Racismo e Saúde. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/gtracismoesaude/2020/07/20/por-que-a-covid-19-e-mais-mortal-para-a-populacao-negra-artigo-de-edna-araujo-e-kia-caldwell/>. Acesso em: 03 nov. 2020.

BERLINGUER, G. Uma reforma para a saúde - Por um serviço sanitário nacional: análise e proposta. BERLINGUER, G; T., S. F.; CAMPOS, G. W. de S. *Reforma sanitária - Itália e Brasil*. São Paulo: Hucitec; CEBES, 1988, p. 1-77.

BRASIL. *Coronavírus/Brasil*. Brasília: Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 10 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Vigitel Brasil* - 2018 - Estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica de fatores de risco e proteção para doenças crônicas para a população negra nas capitais dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal em 2018. Brasília: 2018.

BRAVO, M. I. S.; ANDREAZZI, F. S. Política de saúde e a formação dos trabalhadores no sistema único de saúde. *Revista Libertas*, Juiz de Fora, v.19, n. 2, p. 421-436, ago. -dez. 2019.

DAVIS, M. A crise do coronavírus é um monstro alimentado pelo capitalismo. DAVIS, M. *et al: Coronavírus e a luta de classes*. Terra sem Amos: Brasil, 2020. Disponível em: <https://terrasemamos.files.wordpress.com/2020/03/coronavc3adrus-e-a-luta-de-classes-tsa.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2020.

DONNANGELO, M. C. *Saúde e Sociedade*. 2 ed. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

FERNANDES, F. *A integração do negro na sociedade de classes*. Editora Globo. 5ª ed. São Paulo, 2008.

FIOCRUZ. *Boletim socioepidemiológico da COVID-19 nas favelas*. Análise da frequência, incidência e letalidade por COVID-19 nas favelas cariocas. Número 01/2020. Observatório COVID-19. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2020a. Disponível em: https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/boletim_socioepidemiologicos_covid_nas_favelas_1.pdf. Acesso em: 10 nov. 2020.

FIOCRUZ. *Infecção por coronavírus - COVID-19*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2020b. https://bvsalud.org/vitrinas/post_vitrines/novo_coronavirus/. Acesso em: 10 nov. de 2020.

HARVEY, D. Política anticapitalista em tempos de COVID-19. DAVIS, Mike, *et al: Coronavírus e a luta de classes*. Terra sem Amos: Brasil, 2020, p.13-32. Disponível em: <https://terrasemamos.files.wordpress.com/2020/03/coronavc3adrus-e-a-luta-de-classes-tsa.pdf>. Acesso em: 10 nov.2020.

IBGE. *Pesquisa Nacional de Saneamento Básico*. Brasília: IBGE, 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/meio-ambiente/9073-pesquisa-nacional-de-saneamento-basico.html?=&t=destaques>. Acesso em: 10 nov. 2017.

IBGE.PNAD COVID-19. Brasília: IBGE, 2020. Disponível em: <https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/>. Acesso em: 10 nov. 2020.

IBGE. PNAD COVID-19: 29,4 milhões de domicílios receberam auxílio emergencial em junho. Brasília: Agência IBGE notícias, 2020b. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28355-pnad-covid19-29-4-milhoes-de-domicilios-receberam-auxilio-emergencial-em-junho>. Acesso em: 10 nov. 2020.

LAURELL, A. C. A saúde-doença como processo social. Tradução de NUNES, Everardo – “La salud-enfermedad como proceso social”. *Revista Latinoamericana de Salud*. México, n.2, p. 7-25, 1982.

LOWY, M. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 124, p. 652-664, out.- dez. 2015.

LOWY, M. “Gripezinha” - O neofascista Bolsonaro diante da epidemia. TOSTES, A.; M. F., H. (Orgs.) *Quarentena: reflexões sobre a pandemia e depois*. Ilustração de Carlo Giambarresi. 1ªed. Bauru: Canal 6, 2020. Disponível em: http://editorapraxis.com.br/quarentena/ebook_quarentena_1ed_2020.pdf. Acesso em: 12 jun. 2020.

MANDETTA, L. H. Entrevista. *Roda Viva*. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=O02qhzamw84>. Acesso em: 13 nov. 2020.

MARSIGLIA, R. G.; BARATA, R. B.; SPINELLI, S. P. Determinação social do processo epidêmico. *Saúde e Sociedade*. São Paulo, v.27, n.4, p.1004-1012, 2018.

MARQUES, E. S *et al*. A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. *Cadernos de Saúde Pública*. n.36, v.4, p.1-6, 2020.

MATOS, M. Castro. *A pandemia do coronavírus (COVID-19) e o trabalho de assistentes sociais na saúde*. 2020. Online. <http://www.cress-es.org.br/wp-content/uploads/2020/04/Artigo-A-pandemia-do-coronav%C3%ADrus-COVID-19-e-o-trabalho-de-assistentes-sociais-na-sa%C3%BAde-2.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2020.

MOREIRA, M. C. *Determinação social na saúde: fundamento teórico - conceitual da reforma sanitária brasileira*. Dissertação [Mestrado em Serviço Social]. Porto Alegre: PUCRS, 2013.

MOURA, . *Dialética radical do Brasil negro*. São Paulo: Editora Anita. 1994.

RIBEIRO, D. O povo brasileiro. *A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras. 2ª ed. 1995

SAFFIOTI, H. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, M. P. A. *et al*. População negra e COVID-19: reflexões sobre racismo e saúde. *Estudos Avançados*. *Estudos Avançados*. n.34, v.99, 225-243, 2020.

SEGATA, J. *A importância das Ciências Humanas na pesquisa e combate às pandemias*. Notícias. UFRGS, 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/ifch/index.php/br/a-importancia-das-ciencias-humanas-na-pesquisa-e-combate-as-pandemias>. Acesso em: 5 nov. 2020.

SILVA, H. *Covid-19 e as populações quilombolas na Amazônia: impactos do racismo estatal*. Boletim n. 01 – a questão étnico-racial em tempos de crise. ANPOCS. 2020. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/ciencias-sociais/destaques/2753-publicacoes/boletim-cientistas-sociais>. Acesso em: 06 nov. 2020.

SOUZA, D. de O. A pandemia de COVID-19 para além das Ciências da Saúde: reflexões sobre sua determinação social. *Ciência e Saúde Coletiva*, n.25. (suplemento 1), p. 2469-2477. 2020.

WERNECK G. L.; CARVALHO, M. S. A pandemia de COVID-19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada. Editorial. *Cadernos de Saúde Pública*. n. 36, v.5, p. 1-4, 2020.

PRECARIEDADE DA VIDA E DESIGUALDADES SOCIORRACIAIS BRASILEIRAS EM TEMPOS DE DESDEMOCRACIA NEOLIBERAL

MARCO JOSÉ DE OLIVEIRA DUARTE
DANDARA FELÍCIA SILVA OLIVEIRA
KÉSIA MAYRA RODRIGUES IGNÁCIO

*“Nunca foi fácil e nunca será
Para o povo preto do preconceito se libertar
Sempre foi luta, sempre foi porrada
Contra o racismo estrutural, barra pesada”*

(Elza Soares; Flávio Renegado. *Negão Negra*, 2020).

INTRODUÇÃO

A proposta desse capítulo é problematizar os obscenos cenários históricos das desigualdades sociorraciais tomando como referência o conceito de vidas precárias (BUTLER) em contexto de desdemocracia neoliberal (BROWN, 2015). Trata-se de analisar, a partir da epistêmica da razão negra, vinculada ao pensamento social crítico contemporâneo, a questão do racismo como elemento central da necropolítica (MBEMBE, 2018) que tem como alvo os sujeitos da classe trabalhadora em suas interseccionalidades com os marcadores sociais da diferença de raça, gênero e sexualidade.

A afirmação de uma narrativa interseccional, em tempos de pandemia do coronavírus (SARS-CoV-2), que causa a COVID-19, é necessária por apostar e se implicar em produções epistêmicas que se confrontam aos sistemas de opressão social em que múltiplos sujeitos são hierarquicamente subalternizados, precarizados, silenciados e aniquilados. Um Estado pós-democrático (CASARA, 2018), em contexto de crise do capital, que radicaliza os efeitos dessa crise em vários âmbitos, como o político, econômico, moral e sanitário, revelam que o dito vírus não afeta, contamina e mata a

todos da mesma forma. Eis aí um elemento primordial para se pensar no simulacro do seu efeito democrático (CALMON, 2020) com radical desigualdades sociais, pois “estamos no meio de uma situação biopolítica na qual diversas populações estão cada vez mais sujeitas ao que chamamos de precarização” (BUTLER, 2018, p. 21).

Os impactos da pandemia do coronavírus nesse contexto sócio-histórico vem acentuar e radicalizar as desigualdades sociais, raciais e de gênero, registram-se mais vulnerabilidades e precariedades das condições de vida, de saúde, de moradia e de trabalho dos sujeitos da classe trabalhadora nesse país, em particular as mulheres negras em geral. Portanto, “a disseminação do vírus depende de fissuras e vulnerabilidades preexistentes no modelo econômico hegemônico” (HARVEY, 2020a, p. 16) e também nas formas de opressão aos sujeitos dissidentes e diferentes do modelo moral de vida burguesa, expressos pelo racismo, sexismo e LGBTQIfobia, pois como afirma Harvey (2020b), “o progresso do COVID-19 exhibe todas as características de uma pandemia de classe, de gênero e de raça”.

Assim, para melhor compreensão do capítulo e a revisão da literatura aqui exposta, tomaremos os conceitos de vidas precárias para em seguida, ao tratar dos elementos estruturantes e estruturais do racismo na formação sócio-histórica brasileira, apontar para a realidade das atuais desigualdades socio-raciais e territoriais que vem cada vez mais sendo naturalizadas pelo Estado capitalista e reatualizada, radicalmente, por sua política de morte em tempos neoliberais.

Dessa forma, toda a análise empreendida toma os sujeitos concretos, com raça, gênero, sexualidade e classe social, que se encontram na base da pirâmide social em tempos de “regimes autocráticos, nacionalistas, ultraconservadores, neofascistas, abastecidos pela disseminação de mitos e pela demagogia” (BROWN, 2019, p.18). O neoliberalismo, portanto, “em nome do livre mercado, dos países e homens livres – mas destrói a base de liberdade para exercício da soberania dos estados e sujeitos” (BROWN, 2015, p. 108) é, por sua lógica e razão, contrário a democracia, e nisso reside a desdemocratização, que recai, sobremaneira, aos sujeitos “dispensáveis e desprotegidos” (BROWN, 2015, p. 134), objeto e análise desse ensaio.

1 DAS VIDAS PRECÁRIAS OU DA PRECARIEDADE DA VIDA

Vidas precárias é o conceito trabalhado por Judith Butler para caracterizar a vida em si, mas, também, para desenvolver o conceito de enquadramento que define quais vidas são enlutáveis ou vidas que merecem ser choradas e, conseqüentemente, aquelas que não merecem. Segundo Butler (2019b, p. 59) “a precariedade como condição generalizada é baseada na concepção do corpo como alguma coisa fundamentalmente dependente, que precisa ser sustentado para que consiga se tornar uma vida vivível”.

Nesse sentido e partindo desse pressuposto de que todas as vidas são generalizadamente precárias, podemos discorrer sobre quais vidas são mais precárias, que merecem ser vividas,

que merecem ser enlutadas e quais são matáveis, partindo e pensando também sobre como o olhar sobre essas vidas coloca cada uma delas em uma categoria. Em outras palavras, “de como o enquadramento pode dizer qual vida merece ser vivida e qual vida pode morrer sem ser chorada” (BUTLER, 2019b, p. 64).

É a partir da precariedade generalizada que se começa a construir quem são esses rostos. Na generalização, sabemos que o “corpo está articulado social e politicamente e tem exigências de sociabilidade como o trabalho e a linguagem que tornam sua subsistência possível” (BUTLER, 2019b, p. 16). Nesse sentido, tornamo-nos todos precários desde o nascimento, na medida em que este é por definição precário, ou seja, o fato de uma criança sobreviver ou não é importante, mas a sobrevivência depende da “rede social de ajuda” (BUTLER, 2019b, p. 32).

Essa precariedade se dá, portanto, a partir da afirmação de que existem vidas que podem ser negligenciadas e, a partir dessa afirmação, podemos perceber não só a finitude da vida, mas também a sua precariedade. Segundo Butler (2019b, p. 31), “é a partir da construção de que algumas vidas podem ser negligenciadas que se percebe que a vida requer várias condições sociais e econômicas que precisam ser mantidas para que a vida seja mantida”.

Nesse sentido, podemos nos questionar e nos preocupar sobre “quais vidas serão passíveis de serem mantidas e quais esforços serão feitos para que essas vidas sejam mantidas e quais outras não serão consideradas como humanas para que possam ser passíveis de luto (BUTLER, 2019, p. 28). Sem essa condição de ser enlutada não existe vida, ou melhor, “existe algo vivo, mas que não é uma vida, uma vida que não é preservada por nenhuma consideração, por nenhum testemunho e não terá a possibilidade de ser enlutada quando acabar (BUTLER, 2019b, p. 33).

Para Butler (2019)

A distribuição diferencial da condição de precariedade é ao mesmo tempo uma questão material e perceptual, porque apenas as vidas que não são consideradas lamentáveis e valiosas são obrigadas a suportar a carga de fome, subemprego, da privação de direitos e da exposição à violência e à morte (BUTLER, 2019b, p. 46-47).

Esse esquema interpretativo que é realizado através do enquadramento social faz a distinção entre as vidas que são dignas de consideração através dos sentidos. É através do enquadramento da vítima que o sentido pode ser aguçado para que aquela seja uma “vida enlutável ou não” (BUTLER, 2019b, p. 83). Assim, os enquadramentos normativos estabelecem “quais as vidas podem ser vividas e quais não” (BUTLER, 2019b, p. 85).

Desta maneira não é só uma dicotomia entre humanos e desumanizados, é antes a desumanização que produz a humanização do outro, é a civilização ocidental com todas as suas “regras”, contra o resto que por definição é ilegítimo (BUTLER, 2019a, p. 80). Esses enquadramentos não só definem quem pode viver, ou, segundo Butler (2019b, p. 17), “produzem a vida num continuum, mas também constroem ontologias de sujeitos específicos (BUTLER, 2019b, p. 17). Assim, podemos

apreender que, em um nível mais geral, a mídia se torna responsável em atribuir valor a uma vida para que ela seja perceptível como vida. Nesse sentido, a comoção depende de apoios sociais para o sentir. Contudo, “nós só conseguimos sentir e reivindicar a comoção social depois que já estamos inscritos nela (BUTLER, 20159b, p. 82).

Nesse momento de pandemia da COVID-19, não seria diferente a maneira como organizaríamos as mortes enlutáveis daquelas que não o são. Segundo Butler (2019a, p. 37-38), na dicotomia “precário/ menos precário”, certas vidas serão “altamente protegidas e outras não encontrarão um suporte tão rápido de proteção”. Nesse sentido, se a violência da não proteção é cometida contra aqueles que são irreais, então, nessa perspectiva, não ocorre violência. E enquanto essas “vidas resistirem em estar animadas, serão negadas novamente e novamente”.

O aumento da violência contra as vidas *queer* e o alto índice de mortes negras, na pandemia da COVID-19, parece estar associada a esse fenômeno. Assim como essas vidas não foram pública e democraticamente acolhidas na identidade nacional e na garantia de cidadania plena, parece acontecer a mesma coisa com essas vidas que se mantêm, subalternas, hierarquizadas, silenciadas e aniquiladas nesse momento em nosso país.

Portanto, parece ser necessário que de alguma maneira precisemos desafiar a mídia dominante, mas não exclusivamente, mas outros meios de comunicação, inclusive os ditos alternativos e existem, com o intuito de que essas vidas possam se tornar visíveis ou reconhecíveis em sua precariedade. Assim, é Lélia Gonzalez (1984) que nos convoca a assumir o lugar de fala com as suas implicações, o ato de falar que desafia a mídia e o poder dominantes, que assume a própria fala, ou seja, a precariedade vai falar, “o lixo vai falar, e numa boa” (GONZALEZ, 1984, p. 225).

A concordância entre as filósofas, apesar de conceitos diferentes, vidas precárias e vidas lixadas, ambas estão tratando de sujeitos concretos da pirâmide social capitalista, na perspectiva de suas singularidades, particularidades e generalidades. Assim, é necessário compreender que a política precisa perceber a precariedade como condição compartilhada e que a condição precária, politicamente induzida, fato que parece ocorrer com mais radicalidade nesse momento, expõe, de maneira diferente, os sujeitos não enlutáveis, marcados por gênero, raça, classe e sexualidade.

2 DAS DESIGUALDADES SOCIORACIAIS BRASILEIRAS EM CONTEXTO DE DESDEMOCRACIA

“A cidade do colonizado, ou pelo menos a cidade indígena, a cidade negra, medina, a reserva, é um lugar mal afamado, povoados por homens afamados. Aí se nasce não importa onde, não importa como. Morre-se não importa onde, não importa de quê. É um mundo sem intervalos, onde homens estão uns sobre os outros, as casas umas sobre as outras. A cidade do colonizado é uma cidade faminta, faminta de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz.

A cidade do colonizado é uma cidade acorçada, uma cidade ajoelhada, uma cidade acuada. É uma cidade de negros, uma cidade de árabes. O olhar que o colonizado lança para cidade do colono é um olhar de luxúria, um olhar de inveja” (FANON, 1968, p. 29).

Iniciar esse subtítulo com uma citação de Frantz Fanon, extraído de sua obra, *Os condenados da terra*, que por sinal, imprescindível para se discutir os impactos dos traumas coloniais, no qual o autor consegue tratar a cidade do colonizado, é marcar que no processo histórico da formação social brasileira, com o advento da colonização, até os dias atuais, o racismo se coloca como estruturante e estruturado das relações sociais. Portanto, ao se analisar a questão das desigualdades sociais brasileiras, é necessário nomear qual marcador incide sobre a população empobrecida, no qual é invisibilizada e silenciada em muitas análises e epistemologias: a raça.

Segundo o último Relatório de Desenvolvimento Humano 2019, publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (ONU, 2019), o Brasil é o 7º país mais desigual do mundo, ficando apenas atrás de países africanos. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2019a) aponta que o combate às desigualdades sociais no Brasil tem sido objeto de estudos e de formulação de políticas públicas. Entre as formas de manifestação dessas desigualdades, o marcador racial ocupa espaço central nesse debate, pois envolve aspectos relacionados às características do processo de desenvolvimento brasileiro.

Cabe ressaltar, portanto, o fato histórico de que o Brasil ter sido o último país da América Latina a abolir a escravidão e após seu fim, não formular nenhuma política pública voltada à população negra, deixando os mesmo enclausurados entre a morte e a prisão, uma das formas de precarização da vida como dizemos acima. Sendo assim, o resultante desse processo são as clivagens ao longo da história do país, na qual há maiores níveis de vulnerabilidade econômica e social que impõe a todas as formas de precariedades das vidas das populações negras e indígenas.

Partindo do entendimento de que a desigualdade é inerente ao sistema capitalista de produção, fundada na alta lucratividade e na acumulação do capital, é necessário, portanto, a existência contínua de uma massa excluída, que se dispõe a vender sua força de trabalho a qualquer preço. Nesse sentido, a produção de acumulação capitalista, baseada na exploração, é estruturalmente excludente (MARX, 1980). A discussão é pautada referente as semelhanças existentes nessa massa excluída brasileira.

A fim de compreender a construção e consolidação da desigualdade social brasileira, que está visivelmente imbricada com a questão racial do país. É necessário marcar que o Brasil constitui a segunda maior população negra mundial, ficando atrás apenas da Nigéria. Contudo, há uma ausência de representação da mesma população em quase todos os espaços da sociedade brasileira. Mas há uma superlotação da população negra em presídios e em aglomerados urbanos. A fim de explicar essa organização, onde o racismo é negado a todo tempo, voltamos às marcas coloniais e ao conceito de necropolítica (MBEMBE, 2018), almejando identificar o que mantém e intensifica essa desigualdade sociorracial no país e o engendramento das precarizações da vida à essa classe de trabalhadores.

Devemos assimilar negritude e pobreza dentro do lócus brasileiro, com uma história e desenvolvimento singulares, pautados em processos de exploração-opressão-dominação, advindos desde o período de colonização do Brasil e suas repercussões com a colonialidade que reverberam até hoje. (PITOMBEIRA; OLIVEIRA 2020).

Quijano (2005) aponta que a ideia de raça, na modernidade, foi outorgada através da invasão da América. O autor defende que a classificação racial tenha se originado como referência às diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados. Primordialmente, foi construída como referência as supostas estruturas biológicas diferenciais entre esses grupos. Portanto, a formação das relações sociais inauguradas na América produziu identidades sociais historicamente novas, como os indígenas e negros, e redefiniu outras, como o espanhol e o português, que até então indicavam apenas a nacionalidade. Decorrente a isso, que os últimos adquiriram também uma posição de poder em relação às novas identidades, uma conotação de superioridade racial e de colonizador.

Gonzalez (1988) aponta que durante a formação das sociedades ibéricas, no século VIII, quando ocorreram as invasões mouras, os conquistadores além da religião, tinham a raça como marcador social de diferença. A presença moura, portanto, trouxe profundas marcas para as sociedades ibéricas, evidenciado, através da forte presença de estratificações raciais, onde grupos dominados, a partir da Guerra da Reconquista, como mouros e judeus foram alvo de violento controle social e político. As sociedades que vieram a construir a América Latina se tornaram herdeiras históricas desse processo de hierarquia social, tanto na questão racial, quanto na questão de gênero e sexualidade. Em consonância, Quijano (2005) afirma que na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pelos conquistadores. Segundo o autor,

As novas identidades históricas produzidas sobre a ideia de raça foram associadas à natureza dos papéis e lugares na nova estrutura global de controle do trabalho. Assim, ambos os elementos, raça e divisão do trabalho, foram estruturalmente associados e reforçando-se mutuamente, apesar de que nenhum dos dois era necessariamente dependente do outro para existir ou para transformar-se. Assim, cada forma de controle do trabalho esteve articulada com uma raça particular (QUIJANO, 2005, p. 118).

A partir dessa encruzilhada criada entre raça e classe, é essencial que os dois marcadores sociais sejam trabalhados de maneira interseccional, visto que estão imbricadas, coproduzidos, tendo em vista que uma posição reforça a outra. O conceito de interseccionalidade cunhado por Crenshaw (2002), mas já evidenciado por seu conteúdo, nas obras de Lélia Gonzalez (1988) e Angela Davis (2016), é uma conceituação que almeja retratar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre os eixos de subordinação/opressão. Dessa forma, para combater às desigualdades sociais crescentes em nosso país, é necessário políticas que abarquem as particularidades das relações raciais e de gênero e sexualidade para se entender a questão social que envolve a sociabilidade brasileira.

Podemos compreender o processo de construção do negro como inferiorizado no Brasil como uma questão estrutural, fruto de um processo de dominação colonizadora violenta e de um processo

concreto de empobrecimento desse segmento populacional, que não tiveram com o fim do sistema escravagistas políticas específicas de suporte e apoio para sua sobrevivência, sem a intenção do Estado em incluir a população negra no processo de desenvolvimento social em curso. Ao contrário, foi relegando a essa massa excluída à precariedade da vida, degradante, sem incentivos ou políticas sociais que os permitissem viver dignamente (PITOMBEIRA; OLIVEIRA, 2020).

É nesse sentido que foram criados mecanismos jurídicos para dificultar qualquer inclusão social da população negra após o fim do trabalho escravizado. O Código Penal brasileiro, por exemplo, foi criado dois anos após a abolição da escravatura, criminalizando as expressões culturais dos negros, a exemplo da capoeira, consideradas como vagabundagem. Em 1899, é criado outro decreto que negava fiança para “vagabundos e sem domicílios” (BORGES, 2019, p. 83). É necessário demarcar que ao contrário do que aconteceu com imigrantes europeus, não houve incentivo financeiro, abertura de créditos ou concessão de terras para os recém-libertos. Para esses sobraram ocupações irregulares nos grandes centros urbanos e a migração para regiões periféricas do país (BORGES, 2019).

Quijano (2005) salienta que o controle específico do trabalho se tornou uma forma de controle sob os grupos dominados, os negros, através da escravidão, e os indígenas, através da servidão. Uma nova tecnologia de dominação, neste caso, raça atrelada ao trabalho, articulou-se de maneira que aparecesse como naturalmente associada, baseada nas diferenças biológicas dos conquistados, essa ideologia, até o momento, tem sido excepcionalmente bem-sucedida. A inferioridade racial que foi imposta aos colonizados implicava que não eram dignos do pagamento de salário. Assim, em consonância, Gonzalez e Hasenbalg (1982) definem o racismo como negação total ou parcial da humanidade de negros e de pessoas não brancas, dessa forma, constitui-se como uma justificativa para se exercitar o domínio de brancos sobre os povos não brancos.

Portanto, as marcas da colonialidade, que entrelaçou e estruturou raça ao trabalho não remunerado, mantêm-se até os dias atuais, como revelam os dados do IBGE (2019a). O percentual de pessoas que se declaram negras no Brasil é de 56,3%, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua do IBGE (2020) e é a maioria da população brasileira que também constitui a maior parte da força de trabalho no país. Em 2018, tal contingente correspondeu, segundo Síntese dos Indicadores Sociais do IBGE (2019b), a 57,7 milhões de pessoas, ou seja 54,9% da força de trabalho, enquanto a população branca correspondia 46,1 milhões. Entretanto, com relação à população desocupada e à população subutilizada, os negros são substancialmente mais representados, eles formam 64,2% dos desocupados e 66,1% dos subutilizados na força de trabalho.

A perpetuação do racismo na economia tem como explicação sua herança estrutural do regime escravocrata, que estrutura a divisão racial do trabalho, que “segundo Moura (1994, p. 125), irá expressar uma divisão do trabalho rigidamente hierarquizada [e] colocava as populações autóctones ou africanas importadas nos últimos patamares da escala social, impondo como critério extremo de controle o estabelecimento da escravidão e da servidão” (MOURA, 1994 apud ALMEIDA, 2014, p. 141).

É nesse contexto, contudo, que é preciso colocar a questão da escravidão e do racismo sob o prisma da economia política. Carneiro (2011) nos traz a compreensão de que a escravidão continua marcando a sociedade brasileira, devido à ausência de medidas sociais após o seu término, que beneficiassem política, econômica e socialmente os negros recém-libertados. Na base dessa contradição perdura uma questão essencial acerca dos direitos humanos: a naturalização das violações e desigualdade no acesso aos direitos, embasada na concepção de que certas vidas valem mais que outras (BUTLER, 2019b). Se a população negra está engendrada no imaginário social - forjado pelo processo de naturalização da branquidade, como portadora de uma humanidade incompleta, ou mesmo não humana, como no colonialismo, torna-se naturalizado, portanto, que não participe igualmente do gozo pleno de cidadania dos seus direitos humanos.

A partir de 1930, a necessidade de unificação nacional e formação de um mercado interno trouxe a imposição da construção da nacionalidade brasileira, dando origem ao mito da democracia racial, em que a desigualdade racial é transformada em diversidade cultural, e, portanto, torna-se parte da paisagem nacional (FREIRE, 2006). O discurso sobre a desigualdade racial é transformado em uma visão romântica da mistura de todas as raças, de forma que foi superada tensões geradas pelas diferentes raças e etnias que constroem o Brasil, visto que somos todos misturados (CARNEIRO, 2011).

Diante disso, que se é omitido o permanente processos de exclusão que sofrem dos cidadãos afro-americanos (GONZALEZ, 1988). Assim, é através do mito da democracia racial que se é justificada a precariedade da condição de vida da população negra, mediante o discurso meritocrático e individualista da branquidade, como nos explica Abdias do Nascimento:

Se os negros vivem nas favelas porque não possuem meios para alugar ou comprar residência nas áreas habitáveis, por sua vez a falta de dinheiro resulta da discriminação no emprego. Se a falta de emprego é por causa de carência de preparo técnico e de instrução adequada, a falta desta aptidão se deve à ausência de recurso financeiro. Nesta teia, o afro-brasileiro se vê tolhido de todos os lados, prisioneiro de um círculo vicioso de discriminação - no emprego, na escola - e trancadas as oportunidades que permitiriam a ele melhorar suas condições de vida, sua moradia inclusive. Alegações de que esta estratificação é “não racial” ou “puramente social econômica” são slogans que se repetem e racionalizações basicamente racistas: pois a raça determina a posição social e econômica na sociedade brasileira (NASCIMENTO, 2020, p. 101).

No Brasil, a negação do racismo alinhado à ideologia da democracia racial sustenta-se pelo discurso da meritocracia. Se não há racismo, a culpa é individualizada ao sujeito, que eventualmente, não fez tudo que estava ao seu alcance. Àqueles que conseguiram ascensão social se tornam regras, ou seja, a exceção se torna regra, se os demais não conseguiram é porque eles não se esforçaram o suficiente. Em um país desigual como o Brasil, a meritocracia endossa soluções simplistas para solucionar a desigualdade, a pobreza, a miséria e a violência, pois dificulta a tomada de posições políticas efetivas contra a discriminação racial, especialmente, por parte do Estado (ALMEIDA, 2018).

Além disso, Gonzalez e Hasenbalg (1982) já denunciavam a concentração de imigrantes em certas regiões do país, que no ponto de vista político e econômico detêm a hegemonia. Tornando-se evidente a existência de uma divisão racial do espaço. Dessa forma, ocorre de maneira implícita uma espécie de segregação, com acentuada polarização, extremamente desvantajosa para a população negra, que se concentra, sobretudo, em regiões mais empobrecidas, como é o caso do Nordeste.

As regiões Norte e Nordeste encontram a maior vulnerabilidade no mercado de trabalho. Em 2018, os rendimentos médios do trabalho principal das pessoas ocupadas nas regiões Norte e Nordeste eram equivalentes a, respectivamente, 77,1% e 66,6%, da média nacional, ou seja, valores abaixo da média nacional. A informalidade do mercado de trabalho é mais proeminente nas Regiões Norte e Nordeste (IBGE, 2019b). As maiores proporções de pardos estavam nas regiões Norte e Nordeste, enquanto os pretos estavam mais presentes proporcionalmente na região Nordeste (IBGE, 2019b). Esses dados revelam com precisão que território, raça e classe estão altamente imbricados e apontam para se pensar a estruturação das desigualdades sociorraciais e regionais do Estado brasileiro

Dessa forma, é necessário entender, portanto, o racismo como uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, em seu poder soberano de “fazer viver, deixar morrer” (FOUCAULT, 1999), em síntese, quem o Estado pode matar e quem pode viver. Achille Mbembe (2018) vai além, e pontua que através da economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição de morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado. Dessa forma, a raça é um elemento essencial para as ações da política de morte do Estado. Evidenciado na concentração de grupos minoritários em certas regiões do país, ou mesmo em determinados territórios das cidades, onde há falta de investimentos do Estado, através da sua inoperância ou (im)potência, o exercício da morte se torna mais palatável.

Mbembe (2018) afirma que muito além do pensamento de classe, a raça sempre foi a sombra presente no pensamento e na prática das políticas do Ocidente, principalmente, quando se trata de imaginar a desumanidade de povos estrangeiros, denominados como Outro, a fim de embasar a dominação a ser exercida sobre eles.

Para o autor, a necropolítica, que teve a escravidão como seu lugar de origem, é manifestada pela inoperância do Estado em resolver o grande problema que é a desigualdade social. É o conceito da morte em vida, onde é intencional que parte da população se mantenha na precariedade da vida, que não tenha acesso às condições mínimas de sobrevivência e que seja alvo das balas achadas do Estado. São as mortes, as torturas e “até a catequese refinada chamada de evangelização para dominar os povos escravizados” (MOURA apud ALMEIDA, 2014, p. 141) que se veem reatualizar, posto que essa vida e esse corpo se torna objetificação, sustentado como inimigo no discurso da guerra às drogas pelo Estado penal, ou pelos discursos de ódio que se agenciam pelo viés conservador, que a qualquer momento esse corpo negro ameaça e pode atacar a segurança da família tradicional brasileira.

O Estado no Brasil é quem formula, corrobora e aplica um discurso e políticas onde negros são colocados como indivíduos pelos quais devem nutrir medo, e portanto, sujeitos a repressão. A sociedade imbuída de medo através desse discurso e pano de fundo ideológico, corrobora e incentiva a violência, a tortura, as prisões e o genocídio (BORGES, 2019, p. 57).

Esse opositor, esse Outro, tem cor, raça, classe, corpo, sexualidade e território, sabemos todos, contudo é mister frisar que “as novas tecnologias de controle social fabricadas pelo racismo brasileiro exacerbado pelo neoconservadorismo de fundo moral, higienista, medicalizante, punitivista e fascista, vêm se mostrando em sua forma mais radical de exclusão e morte” (DUARTE; MENEGAT; FERREIRA, 2020, p. 113).

Assim, não se pode pensar as desigualdades sociais que estrutura a sociabilidade brasileira sem levar em conta o racismo estrutural (ALMEIDA, 2018) que revela que essas são desigualdades sociorraciais. Lélia Gonzalez, em sua análise, desenha do porquê dessa crescente desigualdade e clivagem racial, que têm sido constituídas

O lugar natural do grupo branco dominante são moradias saudáveis, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes formas de policiamento que vão desde os feitores, capitães de mato, capangas etc., até à polícia formalmente constituída. Desde a casa grande e do sobrado até aos belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” (...) dos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço (...) No caso do grupo dominado o que se constata são famílias inteiras amontoadas em cubículos cujas condições de higiene e saúde são as mais precárias. Além disso, aqui também se tem a presença policial; só que não é para proteger, mas para reprimir, violentar e amedrontar. É por aí que se entende por que o outro lugar natural do negro sejam as prisões. A sistemática repressão policial, dado o seu caráter racista, tem por objetivo próximo a instauração da submissão psicológica através do medo. A longo prazo, o que se visa é o impedimento de qualquer forma de unidade do grupo dominado, mediante à utilização de todos os meios que perpetuem a sua divisão interna. Enquanto isso, o discurso dominante justifica a atuação desse aparelho repressivo, falando de ordem e segurança social (GONZALEZ, 1979 apud GONZALEZ, 1984, p. 232-233).

É o corpo negro que mais morre, pela vida precária, pela necropolítica e pelo coronavírus. Portanto, os indicadores de violência letal para essa população, historicamente, ainda é a referência de análise reveladora da desigualdade racial. Assim, segundo o Atlas da Violência 2020 (IPEA, 2020, p. 47), “os jovens negros figuram como as principais vítimas de homicídios do país e as taxas de mortes de negros apresentam forte crescimento ao longo dos anos”, entre os brancos os índices de mortalidade são muito menores quando comparados aos primeiros e, em muitos casos, apresentam redução”

Se compararmos os gráficos para pensarmos os indicadores quanto vítimas de homicídios e assassinatos, os dados revelam que “os negros representam 75,5% das vítimas de homicídios (...). Da mesma forma, as mulheres negras representaram 68% do total das mulheres assassinadas no Brasil, com uma taxa de mortalidade por 100 mil habitantes de 5,2, quase o dobro quando comparada à das mulheres não negras (IPEA, 2020, p. 47).

Assim, a convocatória da defesa da vida e da democracia radical, só será possível e viável se coletivamente interpelarmos e enfrentarmos as violências estruturais do racismo, do sexismo e da LGBTQIfobia que são expressões interseccionais da questão social brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se afirmar que se a desdemocratização não é o fim da democracia, assim também a precarização da vida, a exploração de classe, as opressões e as desigualdades sociais de onde falam os subalternos ou o lixo (GONZALEZ, 1984), não se resolverão pelo prisma do Estado capitalista e sua conformidade reformista de cidadania de consolação. Tendo em vista que esses sujeitos e seus marcadores sociais de diferença e opressão de forma interseccional, como de negras e negros, LGBTQI+, tem “uma história de vozes torturadas, línguas rompidas, idiomas impostos, discursos impedidos e dos muitos lugares que não podemos entrar, tampouco podemos falar com nossas vozes” (KILOMBA, 2019, p. 27).

É nesse sentido, portanto, como afirma Miguel (2017), ao tomar um outro projeto possível de democracia, no campo dos revolucionários e libertários, nos convoca a radicalidade da própria vida, em uma perspectiva de emancipação humana e social.

É buscar resgatar os valores centrais do ideal de democracia e afirmá-los de maneira intransigente - a paridade de influência política de todas as cidadãs e todos os cidadãos, a autonomia coletiva, o combate sem tréguas às diversas formas de opressão. E, mesmo sem a esperança de uma vitória no futuro próximo, é manter o horizonte de uma sociedade democrática e igualitária, sabendo que esses dois adjetivos são mutuamente dependentes. A democracia que pode se opor à desdemocratização não é uma democracia amedrontada, disposta a se contentar o mínimo, passiva diante das desigualdades e das opressões. É uma democracia que afirme de maneira plena a si mesma. A luta contra a desdemocratização não pode levar a uma nova acomodação em condições precárias, mas à radicalização da própria democracia.

Assim, romper com a lógica da exploração de classe pelo trabalho, mesmo na crescente informalidade dessa, também implica a micropolítica, ou seu cotidiano, em que o racismo, o sexismo, a LGBTQIfobia são presentes nos corpos e subjetividades desses sujeitos. Assim, direta e indiretamente, na esfera da produção e da reprodução social, são capturados pela engrenagem que sustenta a lógica do capital e suas estruturas econômica, social e política.

O IBGE publicou recente pesquisa, divulgada pela Revista Forum (2020), que revela o crescimento da extrema pobreza nos últimos anos, dos “13,6 milhões no Brasil [que] viviam nessa condição em 2019, cerca de 100 mil a mais que no ano anterior [2018]. A reportagem ressalta a questão racial, afirmando que “entre as pessoas abaixo das linhas de pobreza, 70% se declaram de cor preta ou parda. A pobreza afetou ainda mais as mulheres pretas ou pardas, grupo que compõe 39,8% dos extremamente pobres e 38,1% dos pobres” (DESIGUALDADE SOCIAL, 2020).

Nossa argumentação é que em contexto de desdemocracia neoliberal, a política de morte (MBEMBE, 2018) do Estado genocida brasileiro, nos últimos anos, vem aprofundando as precariedades da vida, em seu sentido mais desumanizado, cruel e perverso, antinegro e seus marcadores de gênero e sexualidade. Revelando, portanto, que a classe trabalhadora, pela ótica do racismo estrutural (ALMEIDA, 2018), deve se manter invisível e silenciada, embora apareçam, na distribuição geral da população brasileira, de acordo com o IBGE (2020), como maioria, tendo em vista que se tem “42,7% de brancos e 56,3% de pretos e pardos”.

O terreno mesmo da mobilização social e política é um campo em construção e em disputa, tem-se visto a vitória de projetos anti-extrema-direita, independente do seu conteúdo ser ou não revolucionário, em várias partes do mundo. Contudo, apesar da pandemia do coronavírus impor regras sanitárias de prevenção, como o distanciamento físico entre as pessoas dentre outras medidas, tem-se apostado em outras estratégias e possibilidades de articular as lutas da periferia para o centro, com afeto, representatividade, criatividade e ousadia. Tem-se mobilizado formas de resistência coletiva, democrática, participativa e popular que vem interseccionando sujeitos diversos e suas marcas sociais de diferença, opressão e precariedades em defesa da vida. Isso é um outro projeto de sociedade que responde as exigências atuais e que questiona os lugares de privilégio e de fala, inclusive nos ditos setores progressistas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. da S. Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, n. 34, v. 12, p. 131-154, jul. - dez., 2014. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/15086/11437>>. Acesso em: 07 nov. 2020.

ALMEIDA, S. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2018.

BORGES, J. *Encarceramento em massa*. Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2019.

BROWN, W. *Nas ruínas do neoliberalismo: A ascensão da política antidemocrática no ocidente*. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

BROWN, W. *Undoing the demos: neoliberalism's stealth revolution*. New York: Zone books, 2015.

BUTLER, J. *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019a.

BUTLER, J. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* 6ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019b.

CARNEIRO, S. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil: consciência em debate*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CASARA, R. R. R. (Org.). *Em tempos de pós-democracia*. Florianópolis: Tirant Brasil, 2018.

CRENSHAW, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos de discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, Florianópolis, 2002.

DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DESIGUALDADE SOCIAL: Extrema pobreza cresce e negros são os mais atingidos, diz IBGE. *Forum*, 12 nov 2020. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/brasil/desigualdade-social-extrema-pobreza-cresce-e-negros-sao-os-mais-atingidos-diz-ibge/>>. Acesso em: 12 nov. 2020.

DUARTE, M. J. de O.; MENEGAT, E. M. FERREIRA, V. F. Os novos manicômios a céu aberto: cidade, racismo e loucura. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, n. 45, v. 18, p. 100- 115, jan./jun., 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/47217/31982>. Acesso em: 09 nov. 2020.

FANON, F. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51ª ed. rev. São Paulo: Global, 2006.

GONZALEZ, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 92, 93, p. 69-82, 1988.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na sociedade brasileira. In: SILVA, L. A. et al. *Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos. Ciências Sociais Hoje*, Brasília, ANPOCS, n. 2, p. 223-244, 1984.

GONZALEZ, L., HASENBALG, C. A. *Lugar de negro*, Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

HARVEY, David. Política anticapitalista em tempos de COVID-19. In: DAVIS, M. et al. *Coronavírus e a luta de classes*. Parnaíba: Terra sem Amos: Brasil, 2020a.

HARVEY, David. David Harvey: Política anticapitalista em tempos de coronavírus. *Blog da Boitempo*, São Paulo, 24 mar. 2020b. Disponível em <https://blogdaboitempo.com.br/2020/03/24/david-harvey-politica-anticapitalista-em-tempos-de-coronavirus/>. Acesso em: 09 nov. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. *Revista Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica*, Rio de Janeiro, n. 41, 2019a. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 02 nov. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Coordenação de População e Indicadores Sociais. *Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*: 2019b. Rio de Janeiro: IBGE, 2019b. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6403>. Acesso em: 12 nov. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Atlas da violência: 2020*. Brasília: IPEA, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>. Acesso em: 10 nov. 2020.

KILOMBA, G. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
MARX, K. *O capital*. (Crítica da economia política) Livros I e III, v. 1, 2, 4 e 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MBEMBE, A. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MIGUEL, L. F. A desdemocratização como projeto. *Justificando*, 01 nov. 2017. Disponível em: <http://www.justificando.com/2017/11/01/desdemocratizacao-como-projeto/>. Acesso em: 09 nov. 2020

NASCIMENTO, A. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. 4ª ed. 2ª reimp. São Paulo: Perspectiva, 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Relatório do Desenvolvimento Humano 2019*. Além do rendimento, além das médias, além do presente: Desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI. New York; Lisboa: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, 2019.

PITOMBEIRA, D. F.; OLIVEIRA, L. C. de. Pobreza e desigualdades sociais: tensões entre direitos, austeridade e suas implicações na atenção primária. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, p. 1699-1708, 2020.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

A TRAJETÓRIA DA POLÍTICA DE COTAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

CRISTINA SIMÕES BEZERRA
JÚLIA APARECIDA DO NASCIMENTO

INTRODUÇÃO

Passados mais de dez anos da adoção das políticas de cotas na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), e oito anos da promulgação da Lei Federal de Cotas, nos propomos, neste artigo, a realizar uma breve análise da sua trajetória na UFJF. Entendemos que essa é uma tarefa importante para o conhecimento da política na instituição, a sua importância bem como os resultados alcançados por ela até o momento.

Para atingirmos nosso objetivo, iniciaremos nossas discussões abordando o papel e a importância que a educação, de um modo geral, e especialmente as universidades, têm para o processo de produção e reprodução do capital enquanto relação social hegemônica em nossa sociedade. Posteriormente, teceremos algumas observações sobre o processo de desenvolvimento do Ensino Superior no Brasil, destacando que os movimentos de expansão das universidades brasileiras historicamente estiveram atrelados às ideias de mercantilização e privatização, o que ganhou mais ênfase a partir do regime civil-militar, implementado em 1964. Apontaremos, ainda, o quanto o projeto neoliberal adotado pelos governos brasileiros a partir da década de 1990 intensificou o processo de privatização do Ensino Superior.

O resultado desse projeto político foi a exclusão de milhares de brasileiros, filhos da classe trabalhadora, dos espaços universitários públicos que ficaram marcados pela sua elitização. Buscamos ressaltar ainda o quanto um país de natureza capitalista dependente, como o nosso, apresenta certas particularidades que atravessam o tempo e trazem rebatimentos para a atualidade, como o caso da escravidão que, ainda hoje, repercute na exclusão da população negra de um conjunto de direitos sociais, como a educação. E, por isso, o quanto as políticas afirmativas, como as cotas no Ensino Superior, são importantes instrumentos de democratização de espaços públicos que podem proporcionar mudanças significativas na qualidade de vida desses sujeitos.

Dando continuidade, apresentaremos um breve histórico acerca da trajetória das cotas na UFJF que, mesmo antes da Lei de Cotas, já incluía a reserva de vagas para alunos oriundos das escolas públicas e negros em seus processos seletivos. Por fim, realizamos uma avaliação da relevância dessa política e dos desafios que se colocam a ela em tempos tão sombrios como os atuais, marcados pelo conservadorismo e pelo ultraliberalismo que combinados levam a perda de direitos fundamentais para a reprodução e para a emancipação política das classes trabalhadoras.

O DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Podemos dizer que, no interior do modo de produção capitalista, a educação é desenvolvida para estar a serviço do capital, pois para a reprodução desse sistema, são vitais políticas que o legitimem perante a sociedade e, sobretudo, as classes dominadas, para a construção de uma sociabilidade que corresponda ao modo como a classe dominante se organiza para produzir os bens materiais. Portanto, a burguesia, enquanto classe, necessita que seu projeto de dominação seja bem-sucedido e que seus valores sejam compartilhados por toda a sociedade. Para Mészáros (2008), a educação formal e institucionalizada tem como algumas de suas funções a produção do consenso nos indivíduos a fim de que esses se adequem a dinâmica do capital. Assim, de acordo com o autor, a educação em nossa sociedade não é construída para o desenvolvimento de sujeitos críticos, mas sim para reproduzir uma forma de pensar padronizada e instrumental que perpetue a ordem burguesa centrada na exploração de classe.

Dentro de um “sistema global de internalização” (MÉSZÁROS, 2008), fazem parte as universidades, que conforme Marini e Speller (1977), criadas na Idade Média, se integraram ao Estado no período da dominação burguesa. Nessa ordem socioeconômica, as universidades passam a compor os “sistemas de dominação” (MARINI; SPELLER, 1977), tendo como principais funções: reprodução das condições ideológicas da classe dominante; econômicas e políticas (MARINI; SPELLER, 1977).

No que diz respeito a primeira função, os autores destacam que ela ocorre em dois níveis: em um primeiro, estão os elementos que constituem a dominação burguesa, como a divisão do trabalho e a estrutura de autoridade que permitem, por exemplo, a perpetuação da separação entre trabalho manual e intelectual e a formação de quadros diretivos para a vida econômica, política, social e etc. Em um segundo nível, a reprodução da ordem burguesa ocorre pela própria reprodução dos valores ideológicos, como individualismo, competitividade, meritocracia, pelos quais a burguesia exerce e legitima sua dominação. Em seu papel econômico, as universidades contribuem, através do desenvolvimento da ciência e tecnologia, para aprimorar as formas de extração de mais-valia e elevar a exploração da força de trabalho. Além disso, têm a importante função de qualificar essa mão de obra que estará à disposição do mercado de trabalho. Com relação à sua função política, destaca-se as possibilidades de manutenção e ampliação dos seus privilégios de classe no acesso as instituições universitárias, em especial àqueles cursos considerados de elite, como Medicina e Direito, por exemplo, que elevam as distâncias e as desigualdades de classe, uma vez que o acesso a maiores

níveis de ensino pode representar mudanças concretas na vida dos sujeitos viabilizando, em alguma medida, a mobilidade social.

No Brasil, os cursos superiores, desde a colonização, sempre tiveram um caráter excludente, sendo criados de forma isolada para preparar os filhos dos nobres para assumirem funções políticas, administrativas e burocráticas no governo. É com o desenvolvimento do sistema capitalista no país, e especialmente com os processos de industrialização e urbanização na década de 1930, que se inicia a estruturação do Ensino Superior brasileiro. Obviamente, isso se deve à natureza da inserção brasileira no capitalismo mundial de forma dependente, atendendo aos interesses do capital inicialmente com a exportação de matérias-primas, alimentos e metais preciosos. Nesse cenário, até o período da industrialização as universidades não encontravam muito significado na sociedade brasileira, haja vista que até a mão de obra era escravizada ou importada da Europa. Com a “Revolução” de 1930 e a ascensão das camadas médias burguesas, comerciais, ligadas ao mercado interno e com a industrialização, aquelas funções das universidades destacadas por Marini e Speller (1977) começam a fazer mais sentido para a realidade nacional. A necessidade de investir de maneira mais sistemática na educação institucionalizada era indispensável para a “modernização” da economia, a qualificação da força de trabalho e, também, para a formação de intelectuais orgânicos a favor desse projeto.

Pereira (2008) sinaliza alguns dos movimentos importantes que ocorreram na década de 1930 para a constituição do campo educacional, como a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública e do Conselho Nacional de Educação e as reformas nos ensinos secundário e universitário. A reforma universitária foi liderada pelo ministro Francisco Campos e materializada no Estatuto das Universidades (1931), que previa um sistema universitário nacional formado a partir das universidades e institutos isolados de ensino. Nessa legislação, estava previsto o pagamento por cursos e taxas de matrícula, e, em caso de impossibilidade do pagamento da matrícula, seria cobrada uma indenização posteriormente.

Os anos seguintes foram marcados pela expansão do Ensino Superior brasileiro, em virtude dos crescentes processos de industrialização e, também, pelo aumento da pressão das classes médias que projetavam, no acesso às universidades, alcançar mobilidade social. A ampliação das matrículas pode ser percebida em números: em 1960, o número total correspondia à 93.202; já, em 1964, esse quantitativo passou para 142.386 (SAMPAIO, 1991; INEPE, 2000). O atendimento dessa demanda pelo Estado foi feito privilegiando a participação da iniciativa privada, uma vez que a oferta gratuita do ensino era constitucionalmente garantida apenas para o sistema primário, sendo que os níveis subsequentes, seriam oferecidos somente em condição comprovada de carência de recursos dos indivíduos. A maioria das matrículas estavam concentradas nas instituições públicas, 61,6% enquanto 38,4% nas privadas (SIQUEIRA, 2006 apud CHAVES; AMARAL, 2015). Entretanto, contraditoriamente, das 372 Instituições de Ensino Superior (IES) existentes, apenas 129 correspondiam à rede pública, o que apontava para o inchaço de alunos com a existência de altos números de excedentes na rede pública de ensino. A solução adotada pelo Estado foi o direcionamento desses excedentes para a rede privada, o que já demarcava a tendência, que foi se confirmando com o passar dos anos, do privilegiamento da expansão do Ensino Superior via setor privado.

A resolução do caos que se instaurava no Ensino Superior brasileiro naquele momento passava, para Fernandes (1978), por mudanças qualitativas na organização do segmento. Para o autor, era necessário romper com a lógica educacional vigente e criar uma política adequada à realidade nacional, voltada para um projeto autônomo de desenvolvimento cultural, econômico e político. Assim, o caminho a ser seguido iniciava-se pela reorganização das universidades, de maneira que se rompesse com o modelo arcaico e obsoleto e com a inércia cultural existente no país. Essa reorganização passou a ser uma das bandeiras das “Reformas de base”, dos anos 1960, que pretendia, com a Reforma Universitária, construir uma universidade integrada e multifuncional que, além da função de ensinar, deveria ter como atribuições: a pesquisa, a criação intelectual com a produção de saberes originais adequados à realidade nacional; e a formação de um pensamento crítico (FERNANDES, 1978).

Os projetos de uma Reforma Universitária com esse perfil logo foram abortados pelo golpe civil-militar de 1964. Para Marini e Speller (1977), com relação à Educação Superior, a preocupação inicial do governo foi dominar o movimento estudantil, de caráter contestador, e traçar novas linhas pedagógicas mais compatíveis com os objetivos econômicos e políticos do grande capital. Com relação à Reforma Universitária, ela foi realizada de forma totalmente conservadora através de medidas tecnicistas, que buscavam a racionalização, a burocratização da política educacional. De acordo com Pereira (2008), a Reforma Universitária (1968) significou a expansão do Ensino Superior com a manutenção de um sistema dual da política educacional centrada na educação profissionalizante, para os filhos dos trabalhadores como forma de qualificar a força de trabalho em um tempo reduzido, e no Ensino Superior para formar as elites, que conduziriam o processo de crescimento do país.

Durante o regime autocrático burguês, houve ainda uma intensificação da mercantilização da política de Educação Superior, a fim de garantir os “superlucros” do capital na área e atender aos ditames do liberalismo econômico. Assim, passados dez anos do governo, tínhamos, em 1974, os seguintes números: 860 instituições de Ensino Superior, sendo que 215 eram consideradas públicas (25%) e 645, privadas (75%); no tocante às matrículas, a disparidade era grande, uma vez que apenas 36,4% estavam concentradas nas instituições públicas.

Toda essa política expansionista do regime civil-militar para o Ensino Superior, com as características mencionadas, levou a um processo altamente discriminatório no acesso às universidades. Dados levantados por Marini e Speller (1977) mostram que 80% dos estudantes que, no período, alcançavam esse nível de ensino, pertenciam às classes médias e altas, enquanto os outros 20%, supunham os autores, eram da pequena burguesia pobre. Para eles, além do fator privatização outra possível causa dessa disparidade é o próprio exame vestibular que, já naquele momento, operava como uma barreira para o acesso às instituições.

Com a crise econômica do regime militar, a luta pela redemocratização do país se fortaleceu com a intensa mobilização social de diversos setores e parcelas da sociedade, como o movimento estudantil, negro e dos trabalhadores da área da educação. Uma das pautas levantadas era, diante do cenário apresentado, a democratização do Ensino Superior brasileiro através da maior diversidade e

pluralidades dos espaços acadêmicos, marcados pela elitização. A Constituição Federal de 1988 (CF/88) é expressão dessa mobilização e, no que diz respeito ao Ensino Superior, garante as autonomias didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das universidades; a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; e a fixação de recursos mínimos a serem investidos pela União, pelos estados e pelos municípios na área. Contudo, por outro lado, mantém alguns atributos presentes na trajetória do Ensino Superior, como o acesso aos níveis mais elevados do ensino através da meritocracia; a formação voltada para o trabalho e a livre participação do setor privado na educação.

Como bem sabemos, os anos seguintes à CF/88 foram marcados por governos neoliberais que tinham como projeto econômico e social o desmonte dos direitos conquistados constitucionalmente, promovendo uma série de ajustes fiscais que levavam a políticas de austeridade para a área social, a fim de garantir os lucros do capital. Para o âmbito do Ensino Superior, a privatização, que já era uma marca registrada da política, se acentua com a contrarreforma do Estado. De acordo com Lima (2012), os governos Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Luiz Inácio “Lula” da Silva representaram a expansão do Ensino Superior via empresariamento do setor. Houve a ampliação da esfera privada e da transferência de recursos públicos para essa área, tanto de forma indireta por meio de programas como o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade Para Todos (PROUNI) como pela privatização interna das Instituições de Ensino Superior públicas. Além desses recursos, podemos citar a certificação em larga escala como outra estratégia adotada para a expansão do Ensino Superior no país. Tal processo ocorreu por meio de programas como o de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e da ampliação de vagas pelo Ensino a Distância (EAD).

Para ilustrarmos o avanço do capital na política de Educação Superior, de acordo com o Censo da Educação Superior de 2018, do total de 2.537 instituições de ensino, 299 eram públicas e 2.238 eram privadas. No tocante às matrículas, dos 3,4 milhões de alunos que ingressaram em cursos de graduação, 83,1% foram em instituições privadas. Esses dados nos revelam a supremacia da rede privada em comparação com a pública, demonstrando que a privatização do Ensino Superior foi a estratégia utilizada pelos governos desde a década de 1960 para a sua expansão. Tal opção dos governos somente se intensificou a partir da adoção das ideias neoliberais, que têm como premissa a mercantilização dos direitos sociais.

Tentamos demonstrar até aqui o quanto as universidades são importantes para o “sistema de dominação” burguês, seja pela possibilidade de compartilhar seus valores e, assim ser hegemônico também no campo ideológico, seja pelos aspectos econômicos que propiciam tanto avanços tecnológicos para a produção material e fornece a mão de obra qualificada para a exploração do capital e ainda pela capacidade de auferir lucros através do investimento no setor. Entretanto, como todas as outras políticas sociais, a educação possui multifuncionalidades, não podendo ser analisadas somente sob o ponto de vista de sua incorporação à lógica do capital.

Pelo desenvolvimento da educação, por exemplo, são criadas condições de mudanças na vida das populações, já que ciência e tecnologia, quando submetidas a uma ética, podem oferecer respostas

a questionamentos e formas de intervenção que objetivam não somente fins particularistas, mas também o “bem viver dos povos” (LEHER, 2019). Assim, se por um lado a educação atende aos interesses capitalistas, também é expressão de conquistas sociais dos trabalhadores, pois pode materializar-se como uma oportunidade de mobilidade social (dentro da própria classe); assim como pode veicular uma ideologia diferente da dominante, uma vez que é produto de relações sociais, ocupadas por diferentes sujeitos, sendo um espaço de disputa de projetos societários das classes fundamentais (FRIGOTTO, 1993 apud PEREIRA, 2008). Nesse sentido, como possibilidade de tensionamento do Ensino Superior e de inserção de sujeitos e grupos sociais que historicamente estiveram alijados do acesso às universidades, surgem as políticas de ações afirmativas que abordaremos no próximo item.

AS POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS E AS COTAS NO ENSINO SUPERIOR

Como destacamos anteriormente, os processos de expansão do Ensino Superior foram realizados de forma excludente, inviabilizando o acesso de diferentes grupos sociais, privilegiando as elites nacionais. Sem dúvida nenhuma, a escravidão e sua longa trajetória no país constituem um dos traços mais particulares da história brasileira. Quando o processo de desenvolvimento e expansão do modo de produção capitalista no Brasil, aos poucos e lentamente, foi se mostrando incompatível com a existência da mão de obra escrava, a opção adotada pelas elites foi a importação da força de trabalho europeia. Sendo assim, os negros, submetidos por mais de trezentos anos as piores condições de vida, tratados como mercadoria, expropriados não somente da sua força de trabalho, mas da sua liberdade foram completamente excluídos da transição capitalista no Brasil.

Após a abolição e a conseqüente marginalização a que foram submetidos os negros, protagonistas do sistema produtivo anterior, foram obrigados, na nova sociedade competitiva a ocuparem os lugares excedentes, subalternizados e os subempregos. Assim, como levantado por Moura (1977), estavam postas no Brasil as condições para a constituição do que Marx denominou de “exército industrial de reserva”. Não é difícil encontrarmos dados que confirmem essa constatação. Ainda hoje, passados mais de um século da lei que oficializou a “abolição” da escravidão no país, os indicadores sociais nos mostram que a população negra (pretos e pardos) está na base da questão social no Brasil. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o desemprego, a informalidade e a precariedade nas relações de trabalho atingem mais os trabalhadores negros que os brancos. A pesquisa de 2018 do órgão revelou, por exemplo, que trabalhadores em condição de informalidade são em maior percentual pretos e pardos (46,9%) quando comparados aos trabalhadores brancos (33,7%). Também, com relação aos rendimentos médios obtidos, a pesquisa revelou que os negros são maioria nos setores da economia onde se tem os menores proventos, como a agropecuária, a construção civil e os serviços domésticos, que empregavam 60,8%, 63% e 65,9%, respectivamente, de força de trabalho negra, assim como brancos ganhavam em média 72,5% a mais do que pretos ou pardos.

Obviamente, na área de educação, os indicadores não são diferentes, pois também apontam o tamanho da desigualdade racial existente no país. No que diz respeito ao Ensino Superior, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios Contínua (PNAD) de 2017, se realizarmos um recorte da taxa de ingresso por raça ou cor, observamos que 51,5% dos brancos com Ensino Médio completo ingressaram nas universidades, enquanto essa porcentagem cai para 33,4% para a população negra. Diante desse quadro, os movimentos sociais negros se mobilizaram fortemente para que o Estado reconhecesse a existência da questão racial no Brasil, que leva a discriminação racial, e não somente atuasse de forma punitiva, mas também criasse medidas que promovessem a reparação histórica e social necessária para a integração de homens e mulheres negros na sociedade. Um grande exemplo dessas mobilizações foi a primeira Marcha dos Zumbis contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida, que ocorreu em 1995, em Brasília, e levou as ruas aproximadamente 30 mil pessoas. Dentre essas reivindicações, estava a adoção das políticas de ações afirmativas.

As ações afirmativas podem ser definidas como um conjunto de medidas de caráter público ou privado com o objetivo de alterar determinadas realidades marcadas por desigualdades. São políticas públicas compensatórias, focalizadas e redistributivas, destinadas à integração de vários grupos social e historicamente excluídos. As ações afirmativas surgem a partir do momento em que há o reconhecimento da necessidade de não só combater a discriminação de forma repressiva, mas atuar de maneira positiva no sentido de reconhecer e diminuir as desigualdades sociais, étnico-raciais, de gênero, dentre outras, afirmando o direito de igualdade em oportunidades a grupos sociais que sempre foram excluídos pela sociedade capitalista. Apesar da expressão “ações afirmativas”, como a utilizamos atualmente, ter sido empregada pela primeira vez nos Estados Unidos, em 1965, a Índia é o país com a mais longa experiência de adoção de tais políticas. As primeiras ações foram praticadas com o nome de “políticas de reserva”, em 1950, e foram aplicadas a grupos sociais que, pelo sistema de organização social, político e cultural eram marginalizados no país, como os “dalits”.

No Brasil, Moehlecke (2002) registra que a primeira tentativa de implementar políticas de ações afirmativas ocorreu em 1968, quando o Ministério do Trabalho e o Tribunal Superior do Trabalho colocaram-se como favoráveis à criação de uma lei que reservasse nas empresas privadas uma porcentagem mínima de trabalhadores pretos ou pardos. A lei não foi aprovada, mas já sinalizava o início dessa discussão na sociedade brasileira, que retornou com mais intensidade a partir da redemocratização na década de 1980. O deputado federal Abdias do Nascimento formulou o primeiro projeto de lei que visava: à reserva de vagas no serviço público para negros; à existência de bolsas de estudos; os incentivos às empresas do setor privado para a eliminação da prática da discriminação racial; à incorporação da imagem positiva da família afro-brasileira ao sistema de ensino e à literatura didática e paradidática, bem como à introdução da história das civilizações africanas e do africano no Brasil. Essa lei também não foi aprovada, mas novamente demonstrava a crescente reivindicação dos movimentos negros para as ações que buscassem uma reparação histórica. Somente com a CF/88, as ações afirmativas foram reconhecidas legalmente como uma medida positiva no campo

do trabalho onde era prevista a proteção do mercado de trabalho para as mulheres e a reserva de vagas para as pessoas com deficiência. Como vemos, novamente a questão racial, apesar de toda a luta, foi negligenciada, o que mais uma vez demonstra o caráter conservador da sociedade brasileira.

A temática racial e a necessidade de incorporação de ações voltadas para a inserção da população negra nas políticas públicas se fortalecem nos anos 2000, com a “III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata”, ocorrida em 2001 em Durban, na África do Sul. Ao final desse encontro, as nações que dele participaram, inclusive o Brasil, assumiram o compromisso de incluírem em suas agendas políticas ações afirmativas que visassem o combate à discriminação e a promoção da igualdade racial. Mais um passo importante nessa direção foi a promulgação do Estatuto da Igualdade Racial, em 2010, que também reforçava as políticas afirmativas como um dos objetivos a serem alcançados para o enfrentamento das desigualdades étnicas nos campos da educação, da cultura, do esporte e lazer, da saúde, da segurança, do trabalho, da moradia, dos meios de comunicação de massa, dos financiamentos públicos, do acesso à terra e à Justiça, entre outros (BRASIL, 2010).

No Brasil, as políticas de ações afirmativas foram mais implementadas na modalidade de cotas, que correspondem a uma política de reserva de percentuais de vagas ou oportunidades em determinadas áreas para alguns grupos sociais excluídos devido a cor, gênero, deficiência e condição social. No Ensino Superior, as políticas de cotas foram adotadas em diferentes universidades a partir de legislações estaduais e de resoluções internas. A primeira universidade a implementá-las foi a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) nos anos 2000. No âmbito das instituições federais de ensino, a Universidade de Brasília (UnB) foi a primeira a introduzir o sistema de cotas no ingresso à instituição a partir do vestibular de 2005.

Em um país de natureza conservadora, racista e preconceituosa as cotas, sobretudo, nos seus critérios raciais não foram bem recebidas. Vários argumentos foram utilizados para sua contestação, dentre eles podemos destacar os seguintes: que as desigualdades educacionais têm a ver com a qualidade do ensino público brasileiro e que, portanto, as políticas de cotas não resolveriam o problema; que as políticas de reserva de vagas ferem a meritocracia e a possibilidade dos indivíduos de ocuparem os lugares mais altos de acordo com as suas capacidades, alegando que tais medidas acabam por funcionar como uma prática discriminatória, privilegiando determinados grupos sociais por causa da cor da sua pele ou de traços étnico-raciais que não definem a capacidade dos sujeitos; os opositores defendem que as ações afirmativas podem vir a criar segregação na sociedade em virtude da separação racial que estigmatiza seus beneficiários; sustentam ainda que tais medidas são inconstitucionais à medida que ferem o princípio da igualdade.

Com relação a todas essas críticas, acreditamos que as mudanças que precisam ocorrer no Ensino Superior para torná-lo democrático são urgentes, não podendo esperar a melhoria na qualidade dos ensinos básico e médio, que também devem ocorrer, mas que demandam certo prazo. No que diz respeito à meritocracia, é válido ressaltar que as cotas não determinam o fim da seleção pelo esforço

individual. O sistema de seleção via notas permanece como forma de acesso às universidades. O que as cotas possibilitam é que grupos sociais que partem de uma mesma situação possam concorrer entre si. Outro ponto que precisamos desmistificar é que a reserva de vagas cria uma discriminação “às avessas” com aqueles que não podem concorrer às vagas reservadas. O intuito da política é justamente combater práticas discriminatórias e a exclusão educacional, que amplia a social, pela qual determinados grupos sociais sempre passaram no Brasil. Quanto à sua pretensa inconstitucionalidade, cabe ressaltar que a própria CF/88 prevê ações de caráter positivo ou afirmativo em alguns grupos e em algumas políticas como já mencionamos. Nesse ponto, é importante apontar o posicionamento do Supremo Tribunal Federal (STF) que, quando questionado sobre a suposta inconstitucionalidade das cotas, posicionou-se favorável a essas políticas.

Após esse amplo debate, em 2012, todas as Instituições Federais de Ensino Técnico de Nível Médio e Superior foram obrigadas pela Lei Federal nº 12.711/2012 a instituir a reserva de vagas para estudantes de escolas públicas nas modalidades de cotas sociais e raciais. Assim, essas instituições têm de destinar 50% das suas vagas para estudantes de escolas públicas, sendo que, dessas, 25% são para estudantes com renda familiar mensal bruta igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo *per capita*, e a porcentagem das cotas raciais (pretos, pardos e indígenas) se altera conforme a proporção desse grupo na população de abrangência da instituição federal de acordo com o Censo do IBGE. Em 2016, a legislação foi alterada para incluir também as pessoas com deficiência. A Lei de Cotas, como ficou conhecida, constitui-se em um marco importante nas políticas que visam a uma melhor distribuição de um bem tão escasso como a educação superior. Apesar de o senso comum associar as ações afirmativas somente à questão racial, elas são destinadas a outros grupos que também se encontram em situações de desigualdade, devido a trajetórias educacionais, situações socioeconômicas e questões de gênero.

No próximo tópico abordaremos mais especificamente a trajetória das cotas na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e a partir da experiência da instituição a relevância da política para a ampliação do acesso ao Ensino Superior.

A EXPERIÊNCIA DAS COTAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

A Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), a exemplo de outras Instituições de Ensino Superior no Brasil, já adotava políticas de cotas antes mesmo da promulgação da Lei nº 12.711/2012. A política foi aprovada no Conselho Superior (CONSU) em novembro de 2004, conforme Beraldo (2015), após um longo debate conduzido por uma comissão responsável por discutir e formular a política internamente. Ainda de acordo com o autor, o grupo era composto por membros da própria UFJF, como professores e discentes, como também representantes dos movimentos dos trabalhadores da educação do estado de Minas Gerais e do município de Juiz de Fora, alunos secundaristas e representantes dos movimentos negros.

Beraldo (2015), aponta que o debate interno acerca da adoção das cotas na instituição girava em torno dos argumentos comuns à discussão que ocorria no cenário nacional, com destaque para a sua constitucionalidade; os critérios de acesso (sociais ou raciais); o impacto na qualidade do ensino e a permanência dos estudantes cotistas na Universidade. Em referência a esses pontos, a comissão posicionou-se favoravelmente pela legalidade das cotas, reafirmando a necessidade de se alcançar uma igualdade substantiva, assim como em relação aos critérios de acesso defendeu a reserva de vagas, tendo como princípios a escola pública e a questão racial. É importante destacar que, desde o início do debate, havia a preocupação com a permanência dos alunos cotistas na Universidade, o documento final elaborado pela Comissão ressaltava a necessidade da adoção de uma série de medidas pela instituição que funcionasse como uma política de permanência, envolvendo não somente a concessão de bolsas para os jovens cotistas, mas também o acompanhamento desses alunos. Nascia aí, na instituição, a perspectiva da assistência estudantil como um direito a ser garantido.

As cotas foram aprovadas na instância superior da UFJF, por maioria, e instituídas através da Resolução nº 16/2004, ficando estabelecido que metade das vagas de todos os cursos deveriam ser destinadas a estudantes egressos de escolas públicas¹ e, que, desse montante, 25% era direcionada para alunos que se autodeclarassem negros. Foi definido ainda que as cotas entrariam em vigor a partir do vestibular de 2006 e que teria vigência de dez anos, passando por uma revisão após três anos de sua aplicação. Em fevereiro de 2005, novamente o CONSU reuniu-se para tratar do assunto e disciplinar o sistema de reserva de vagas na UFJF. Em uma nova resolução, nº 05/2005, foi definido a progressão da aplicação dos percentuais nos vestibulares de 2006, 2007 e 2008 e uma alteração no critério de escola pública².

Como o primeiro ingresso pelo sistema de cotas foi em 2006, a sua revisão ocorreria em 2016, contudo como bem sabemos em 2012 foi aprovada a Lei Federal nº 12.711/2012, alterada pela Lei nº 13.409/2016, que normatizou a reserva de vagas para todas as universidades e instituições federais de Ensino Técnico de Nível Médio, prevendo também a avaliação da política após dez anos de sua promulgação. As grandes diferenças da Lei de Cotas para a regulamentação interna das cotas na UFJF foi a inclusão do recorte de renda como um dos critérios de acesso a serem levados em conta no acesso à instituição assim como, posteriormente a inclusão de um percentual das vagas para as pessoas com deficiência. Assim, o montante das vagas destinadas para as cotas raciais (pretos, pardos e indígenas) ficam condicionadas à proporção dessa população na abrangência da instituição federal de acordo com o Censo do IBGE.

Acreditamos que alguns dados merecem ser destacados nessa breve análise sobre as cotas na UFJF. O primeiro deles é que, antes da Resolução 16/2004, que aprova as cotas na instituição,

¹ De acordo com a Resolução, eram considerados alunos egressos de escolas públicas àqueles que cursassem, no mínimo, sete séries no sistema público de ensino.

² Após três anos de operação poderia se candidatar como egressos de escolas públicas os estudantes que tivessem cursado pelo menos quatro, séries do ensino fundamental e a totalidade do ensino médio em escolas públicas

a pesquisa realizada por Beraldo (2015) nos mostra que a população negra em Juiz de Fora, de acordo com o Censo 2000, era de 34%. Entretanto, apenas 18% estavam matriculados no primeiro semestre de 2004, sendo que somente 3,6% eram pretos. Sendo necessária a ressalva de que não obrigatoriamente todos os matriculados são da cidade, o que pode aumentar ainda mais a subrepresentatividade dos estudantes negros juiz-foranos na UFJF. Outro ponto é que, dentre os cursos oferecidos pela instituição, os que mais tinham estudantes negros, no mesmo ano, eram Filosofia, Psicologia e Serviço Social, com aproximadamente 35% a 40% das vagas. Já os cursos considerados de alta demanda, como Medicina, Farmácia e Odontologia tinham de 80% a 90% de suas vagas ocupadas por estudantes brancos.

Após a instituição das cotas, o mesmo estudo realizado pelo autor nos mostra ainda que, do ano de 2006 a 2012, que compreendem a adoção das cotas pela instituição até o último ano antes da Lei de Cotas, o número de ingressantes negros era de 1495 estudantes, o que equivale a quase 9% dos ingressantes no período. Mais que isso, 40% dos ingressantes no período pertenciam a algum grupo de cota. Com relação a demanda pelos cursos, a pesquisa nos mostra que, em um período mais reduzido, isto é de 2008 a 2011, do total de 1140 ingressantes no curso de Medicina, 463 eram cotistas, sendo que desses 10,1% eram negros; em Farmácia dos 580 ingressantes, 40% também eram cotistas.

No primeiro ano, após a implementação da Lei de Cotas na instituição, isso é, em 2013, vimos que, do total de 4.100 ingressantes pelos processos seletivos adotados pela UFJF (PISM, SISU e Vestibular), 2.109 eram alunos cotistas, obedecendo a porcentagem mínima estabelecida pela legislação. Desses, 1.234 se autodeclararam pretos, pardos ou indígenas, o que é um número próximo dos ingressantes entre os anos de 2006 a 2012 (1495). Em 2019, esses números são ainda maiores, pois do total de 5.301 ingressantes na universidade, 2.665 são cotistas, sendo que 1.543 são de estudantes pretos, pardos e indígenas (SIGA, 2020³).

É notório, portanto, que a aplicação da Lei de Cotas proporcionou um aumento exponencial de alunos cotistas na UFJF. No que diz respeito às cotas raciais, a legislação vem se mostrando de grande importância, já que, em apenas um ano, como em 2019, o número de alunos pretos, pardos e indígenas foi superior ao mesmo grupo quando somados os ingressantes de 2006 a 2012. Apesar de toda a sua relevância, é preciso que as universidades, a partir das cotas, repensem suas estruturas a fim de que possa, de fato, tornar-se uma instituição democrática. Parte disso, depende de ampliar não somente o acesso de diferentes grupos, como também oferecer condições de permanência e conclusão desses estudantes. Políticas de permanência envolvem não somente assistência financeira, mas também apoio pedagógico e psicológico para que as barreiras de ensino, aprendizagem e culturais possam ser reduzidas a ponto de que os discentes verdadeiramente possam pertencer ao espaço acadêmico e, a partir dele, (re)construir suas histórias de vida.

³ Esses dados foram extraídos do Sistema Integrado e Gestão Acadêmica da UFJF.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados apresentados da UFJF nos mostram que as cotas cumprem um importante papel de ampliar o acesso ao Ensino Superior para os sujeitos que historicamente não se inseriam nas universidades, possibilitando que esses possam alcançar um direito constitucional, através de uma política social e, assim vislumbrar mudanças em seus projetos e suas trajetórias de vida. Em um país com as determinações históricas, sociais, econômicas e políticas como as brasileiras, instituir políticas que tem por objetivo reduzir as desigualdades educacionais e sociais é de extrema relevância. Com as cotas, a universidade pública ganha em obter uma maior diversidade entre seus alunos, cumprindo seu papel social. À medida que grupos sociais menos privilegiados economicamente adentram os muros da universidade, as cotas podem ainda se constituir como um mecanismo que pode levar ao tensionamento do projeto hegemônico burguês para o Ensino Superior, que, como vimos, o tem como um setor privilegiado para a monopolização do conhecimento, a seu favor, e para a reprodução da mais-valia, seja pelo avanço tecnológico que a educação pode possibilitar para elevar a exploração dos trabalhadores ou para a garantia de seus superlucros.

Obviamente que somente as cotas não podem assumir um papel revolucionário dentro das universidades, haja vista que isso depende de um movimento mais amplo, inclusive societário e, que preveja a construção de um outro modelo de universidade que esteja para além do capital, e que estimule a formação de uma “massa” crítica, contestadora. Contudo lutar pela sua continuidade deve ser uma bandeira de todos aqueles que defendem uma universidade pública, gratuita, de qualidade e aberta para os filhos e filhas da classe trabalhadora brasileira. Essa defesa não tem sido uma tarefa simples mediante a conjuntura política que vivenciamos desde o ano de 2016, quando um golpe parlamentar levou ao impeachment da presidenta eleita democraticamente em 2014. Os governos que a sucederam têm uma clara diretriz, como se esperava, antidemocrática, que a todo instante retira direitos duramente conquistados pelos trabalhadores. Desde então, podemos citar uma série de medidas que elevam à superexploração da força de trabalho e a colocam em uma condição de extrema vulnerabilidade social, agravando as expressões da questão social como a pobreza, miséria, desemprego, fome, precarização nas relações de trabalho, adoecimento, ampliando as desigualdades sociais no país. Dentre essas ações, cabe destacar a Emenda Constitucional nº 95/2016, que limita os investimentos públicos, sobretudo nas áreas de saúde e educação, as contrarreformas trabalhistas e previdenciária.

Com a eleição do presidente Jair Bolsonaro, um governo de natureza de extrema-direita, ultraliberal e conservador, o cenário de cortes e ataques aos direitos sociais e trabalhistas se agravam. As universidades públicas também vêm sofrendo duros ataques seja do ponto de vista ideológico, com a disseminação de falsas notícias, ministros totalmente desqualificados para o cargo, como econômico através do corte de investimentos públicos. Particularmente em relação às cotas, o presidente já verbalizou algumas vezes que essas não são bem-vindas em seu governo, sobretudo as raciais. Inclusive

já existe uma proposta de lei federal, de autoria de uma deputada do Partido Social Liberal (PSL), que busca retirar as cotas raciais dos critérios de acesso às instituições Federais de Ensino Técnico Médio e Superior.

É bom que se diga que a política de cotas não foi criada com prazo indeterminado, a Lei prevê que ela passará por uma avaliação após dez anos de sua instituição, o que, tudo indica, ocorrerá no próprio governo Bolsonaro. Esse é um motivo de grande preocupação por tudo que apresentamos até aqui. Embora as universidades tenham autonomia para decidir pela continuidade ou não das cotas, tendo em vista que algumas já as adotavam antes da legislação federal, retirar ou suprimir parcelas da população historicamente alijadas do Ensino Superior é um grande retrocesso. Essas atitudes demonstram mais uma vez o quanto o Brasil é, em sua maioria, um país ainda preconceituoso e racista que não vê com bons olhos a diminuição nas disparidades sociais. Para lutar contra esse projeto político antidemocrático, é fundamental aprofundarmos o debate sobre o assunto, demonstrar o quanto as cotas cumprem seu papel afirmativo, sua importância no plano histórico e para a vida de muitos brasileiros que por meio dela podem vislumbrar melhorias concretas em suas perspectivas de vida.

REFERÊNCIAS

BERALDO, A. F. de C. A. *Política de cotas na Universidade Federal de Juiz de Fora (2006-2012): eficácia e eficiência*. 2015. 385 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais e Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.

BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Censo da Educação Superior: Boletim estatístico nº 09. – 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/boletins-do-censo-superior>. Acesso em: 10 fev 2020.

BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui O *Estatuto da Igualdade Racial*; Altera As Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de Abril de 1995, 7.347, de 24 de Julho de 1985, e 10.778, de 24 de Novembro de 2003. Brasília, DF, 20 jul. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm. Acesso em: 01 mar. 2020.

BRASIL. Resolução nº 16, de 2004. Aprova relatório da Comissão sobre a adoção do sistema de cotas na UFJF. *Resolução N.º 16, de 04 de novembro de 2004*. Juiz de Fora, MG, 04 nov. 2004.

BRASIL. Resolução nº 05, de 2005. Disciplina o disposto na Resolução nº 16/2004 do Conselho Superior e dá outras providências. *Resolução N.º 05, de 24 de fevereiro de 2005*. Juiz de Fora, MG, 05 fev. 2005.

CHAVES, V. L. J.; AMARAL, N. C. A educação superior no Brasil: os desafios da expansão e do financiamento e comparações com outros países. *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 51, n. 37, p. 95-120, abr. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/viewFile/7173/5299> >. Acesso em: 20 abr. 2018.

FERNANDES, F. *Universidade brasileira: reforma ou revolução*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978. 269 p.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira* 2018. Rio de Janeiro, 2018.

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2017*. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=2101576>. Acesso em: 28 jan.2020

INEPE. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. *Evolução do ensino superior: 1980-1998/*. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Brasília: O Instituto, 2000. 71 p.: il., tab.

LEHER, R. *Autoritarismo contra a universidade: o desafio de popularizar a defesa da educação pública*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2019. 232 p. Coleção (Emergências).

LIMA, K. Expansão da educação superior brasileira na primeira década do novo século. In: PEREIRA, L. D.; ALMEIDA, N. L. T. de (Org.). *Serviço Social e Educação*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012. p. 01-26

MARINI, R. M.; SPELLER, P. La universidad brasileña. *Revista de Educación Superior*, México, v. 22, n. 2, abr./jun. 1977. Disponível em: http://www.marini-escritos.unam.mx/053_universidad_brasil.html. Acesso em: 20 nov. 2020.

MÉSZÁROS, I. *A educação para além do capital*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008. 125 p. Trad. Isa Tavares.

MOEHLECKE, S. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. *Cadernos de pesquisa*, Fundação Carlos Chagas, n. 117, nov. 2002. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/550/551>. Acesso em: mar. 2020.

MOURA, C. *O negro: de bom escravo a mau cidadão?* Rio de Janeiro: Conquista, 1977. 215 p.

PEREIRA, L. D. *Educação e Serviço Social: Do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional*. São Paulo: Xamã, 2008. 207 p.

SAMPAIO, H. *Evolução do ensino superior brasileiro, 1808-1990*. São Paulo: Núcleo de Pesquisas Sobre Ensino Superior Universidade de São Paulo, 1991. Disponível em: <http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt9108.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2020.

VIÑAS, D.; DURAN, P.; CARVALHO, J. *Morrem 40% mais negros que brancos por coronavírus no Brasil*. 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2020/06/05/negros-morrem-40-mais-que-brancos-por-coronavirus-no-brasil>. Acesso em: 22 nov. 2020.

A CSP-CONLUTAS: ESPONTANEÍSMO E POLITICISMO DA VELHA ORDEM SINDICAL?

EDNÉIA ALVES DE OLIVEIRA
GUSTAVO G. DOS REIS APÓSTOLOS

INTRODUÇÃO

O presente artigo traz uma reflexão sobre o movimento sindical brasileiro, em especial o papel da CSP-Conlutas e as bandeiras propostas nas teses e resoluções dos últimos anos. O surgimento da CSP-Conlutas está relacionado a insatisfação com as proposições do movimento sindical brasileiro após o processo de redemocratização iniciado no Brasil nos anos de 1985. O surgimento de organizações vinculadas às lutas dos trabalhadores, bem como o recrudescimento dos movimentos sociais, urbanos e rurais, colocou uma possibilidade de ruptura com a estrutura sindical herdada do período que se estende da era Vargas até a ditadura civil-militar e culmina na redemocratização política no Brasil e, posteriormente na criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Contudo o cenário internacional com suas mudanças no campo econômico e político sinalizavam para um contexto de enfraquecimento das lutas populares, apesar da defesa da liberdade e da democracia como princípios norteadores dos novos tempos.

O fim do socialismo existente na antiga república socialista soviética, a cisão do partido comunista russo e o chinês trouxeram à tona o questionamento de alguns pressupostos que levaram a uma crítica do marxismo. A guinada de alguns teóricos para explicações vinculadas a aspectos subjetivos, permitiu a construção de teses assentadas em paradigmas que revisaram análises consideradas por eles como economicistas, dando lugar a uma crise de paradigmas respaldadas pelo surgimento de novas pautas de lutas conformadas pelos chamados novos movimentos sociais e suas lutas identitárias.

Essa realidade não adentra sem problemas no Brasil. Reflete-se, sobretudo, na construção da luta política pós regime militar e se vê refém de preceitos que desconsideram a dinâmica do modo de produção capitalista. Ademais, a mudança na organização do trabalho, na reconfiguração do Estado e nas leis trabalhistas atingiram o movimento sindical provocando fissuras difíceis de serem recompostas. O resultado é a adoção de uma luta sindical atrelada aos pressupostos de conciliação entre as classes.

Nesse sentido, a CSP-Conlutas se apresenta como uma central sindical diferenciada das demais, em especial da CUT, numa tentativa de resgatar o movimento sindical combativo, colocando-se como uma base anticapitalista. Contudo, as condições históricas do movimento sindical no país, as baixas taxas de sindicalização e a crise da esquerda e do marxismo e seus impactos na organização e luta de classe demarcaram tendências vinculadas a uma perspectiva ideológica reformista e constitucionalista. Tal fato pode ser constatado pela análise das teses e resoluções publicadas e defendidas nos últimos anos, objeto de nossa análise metodológica e que corrobora nossa hipótese de que, diante do avanço da ofensiva do capital, a CSP-Conlutas tem direcionado suas bandeiras de luta na adequação do movimento da esquerda nacional e internacional, colocando-se como um projeto reformista e imediatista ao contrário da defesa de ruptura com a ordem vigente, em primeira instância. Ou ainda como um movimento politicista e espontaneísta, seguindo a velha tradição do sindicato no país.

1 BREVES NOTAS SOBRE CRISE DO MARXISMO, TRABALHO E MOVIMENTO SINDICAL NO BRASIL

Os anos de 1960 foram determinantes para a instauração da crise do marxismo. As expressões mais significativas desse processo podem ser evidenciadas pela cisão entre os Partidos Comunista da União da República Socialista Soviética e da China, concomitante ao processo das denúncias de Krushev ao *stalinismo*, a entrada vertiginosa do pensamento (neo)estruturalista e pós moderno dos *sixties* no âmbito acadêmico e da militância, e, dentre outros aspectos conjunturais, a ideia de que a partir dos anos de 1990 havia-se chegado ao “fim da história” como equivocadamente proferiu Francis Fukuyama. Algumas análises levaram Blackburn (1992, p 107), a dizer que, se no final do século XIX o espectro do comunismo rondava o mundo, agora não passa de um pobre espírito que implora para ser deixado em paz, assim como as múmias de grandes personalidades como Lênin e Mao Tse-Tung, que permanecem como símbolos de uma velha ordem, em Moscou e Pequim, à espera de seus funerais condignos. Corolário desse momento temos o questionamento das organizações clássicas do movimento operário como os partidos políticos e os sindicatos, que irá se refletir na ascensão de movimentos referentes a pautas mais identitárias cuja expressão pode ser evidenciada pelas manifestações do Maio de 68, na França, e do Outono Quente, na Itália (OLIVEIRA, 2020).

De acordo com Hobsbawm (1999), as reivindicações postuladas nesse período concentraram-se nas liberdades individuais e incluíam pautas como direito ao divórcio, ao aborto, ao meio ambiente, a liberdade do corpo e do sexo. Podemos considerar também como um reflexo das melhorias obtidas pela construção do estado de bem-estar social em alguns países da Europa. A expansão do ensino universitário, do mercado de trabalho e dos avanços tecnológicos refletiu uma sociedade que tinha acesso a todos os bens de consumo e ao emprego formal sem dificuldades, impulsionando suas lutas para o campo dos direitos civis. Ou seja, para Hobsbawm (1999), a crise da família estourou nos anos

de 1960 e 1970 e acenou para a luta por pautas libertárias, incluindo as manifestações de orientação sexual/de gênero.

Nesse mesmo período, salientamos a luta pelos direitos civis dos negros norte-americanos capitaneada pela liderança de Martin Luther King, que culminou na promulgação da Carta dos Direitos Civis, em 1964, seguida de manifestações contra a Guerra do Vietnã. O movimento iniciado nos EUA serviu de forte influência para os jovens e trabalhadores europeus naquele período, pois trouxe uma perspectiva de luta assentada em aspectos mais subjetivistas, que evidenciaram o tédio e a necessidade de maior liberdade e igualdade entre jovens e mulheres. Outro exemplo emblemático desse período é o da África do Sul e o movimento liderado por Nelson Mandela, reivindicando o fim da segregação racial e a participação dos negros na vida civil e política. Em 1955, Mandela divulga a Carta da Liberdade em que pede o fim de toda e qualquer política segregacionista (OLIVEIRA, 2020).

A influência de Mao Tsé-Tung também corrobora para essa nova concepção de luta política, tendo em vista que o líder chinês preconizava uma perspectiva de criação de um novo homem. Ou seja, de um socialismo antiburguês, mas não necessariamente revolucionário, no sentido defendido por Marx. Segundo Santana (2009), a defesa de Mao era pela construção de um “homem novo”, através de um processo de reeducação ideológica permanente, cujos valores seriam a renúncia ao egoísmo, ao estilo de vida burguês, ao altruísmo nacional, descaracterizados das relações de produção capitalista, mas voltados para aspectos subjetivos. Essa influência será fundamental para inspirar os novos partidos comunistas que se reatualizam nesse período e que adotam a ideia da construção do socialismo com características de cada país, inviabilizando uma luta com diretrizes que pudessem unir o movimento internacional operário e político.

No campo econômico, há um questionamento dos capitalistas insatisfeitos com a queda das taxas de lucro e os altos impostos pagos para a manutenção do estado de bem-estar social, colocando como objetivo uma reconfiguração do papel do Estado e da organização do trabalho no interior das fábricas. Esse contexto permite a emergência de teses ancoradas na ideia de um novo capitalismo e suscita teorias que se alicerçam na defesa de novos paradigmas para interpretação da realidade, onde se evidenciam os neomarxistas e os pós marxistas, que sinalizam, inclusive para conceitos que afirmam o fim do trabalho como categoria fundante do modo de produção capitalista.¹

Na esteira desse “novo capitalismo”, a crítica ao marxismo se assenta no aspecto economicista da teoria de Marx, sob a alegação de que as questões referentes à produção e às relações de trabalho pouco se ocuparam de temas subjetivos. A base desse debate está assentada na chamada reestruturação produtiva e nas novas formas de organização e representação do trabalho. Com a tecnologia, a automação e a robótica, surge, na opinião dos estudiosos pós e neomarxistas, um novo tipo de trabalhador. Ou seja, hipostasia-se uma ruptura com o processo de produção fordista para ceder

¹ Sobre a temática do “fim do trabalho”, indicamos a entrevista feita por Cláudia Mazzei Nogueira e Maria Liduína de Oliveira e Silva, ao sociólogo do trabalho, Ricardo Antunes, que publicou o livro “*Adeus ao trabalho?*” como resposta à tese de André Gorz, de que o trabalho havia perdido a centralidade na (re)produção capitalista. A entrevista está disponível na *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 124, p. 773-799, out.- dez. 2015.

espaço a um trabalhador mais intelectualizado, participativo e capaz de exercer mais de uma atividade, superando o trabalhador atomizado e mero apêndice da esteira de trabalho, predominante nos anos do pós-segunda guerra.

Por ser um novo trabalhador, também será uma nova sociedade, considerada como uma sociedade pós-industrial e que não se assenta mais na lógica do trabalho industrial e do econômico, mas, sim, em um sistema educativo e científico, haja vista a evolução da ciência e da tecnologia, o saber prático moral da esfera do agir comunicativo, como bem salientou Habermas (2002). Na esteira desse debate, entram em discussão o conceito de modernidade e a crítica aos valores postos por esta. Na crítica à modernidade, autores estabeleceram uma separação entre o moderno e o pós-moderno, uma vez que o moderno apresentava-se como algo esgotado e incapaz de responder ao avanços da pós-modernidade. Lyotard (2009) descrevera que a condição pós-moderna inaugura uma era em que o saber passa a ser um valor de uso importante, responsável pela soberania dos países do centro sobre os países da periferia. Ainda segundo Lyotard (2009), enquanto a modernidade tinha seu foco na ciência como forma de poder e saber, na pós-modernidade, tudo se torna efêmero, relativo e passível de questionamento, pois a era das verdades instaurada pela modernidade se esgota na pós-modernidade.

Simionatto (2009, p. 92) considera que a pós-modernidade inaugura um novo paradigma de compreensão da realidade em que as “experiências humanas são constituídas apenas por signos de linguagem, e sua interpretação não se abre a outras possibilidades analíticas”. Nesse “novo” cenário, as pautas de luta serão centradas na ideia de liberdade e igualdade, além do forte apelo a humanização do capital, em que se defende a relação mais equilibrada entre estado e mercado, a chamada terceira via. Todo esse contexto se consolida com a queda do Muro de Berlim, em 1989, e estabelece a ideia do pensamento único e da predominância da defesa dos direitos sociais, civis e trabalhistas, até mesmo em países onde eles jamais se consolidaram, como é o caso dos países periféricos.

Para os movimentos sindicais, esse contexto implica numa reinterpretação das suas formas de luta e atuação. Se a sociedade, como atestam os pós-modernos, não é mais dividida em classes tradicionais, as possibilidades de ruptura com o modo de produção capitalista deverá ocorrer por meio de mudanças que envolvem um forte apelo ao reformismo ou ainda a movimentos fragmentados e identitários, caso, por exemplo, dos novos movimentos sociais que se pautam em agendas que conferem um viés mais subjetivista, relegando o debate econômico a um plano secundário.

As repercussões no âmbito da organização sindical não escapam desse contexto. Os baixos índices de crescimento econômico, associado às altas taxas de desemprego e precariedade do trabalho, provocam quedas acentuadas nas taxas de sindicalização, fazendo com que o movimento operário acate as mudanças em curso, optando pela defesa dos empregos e dos salários, numa adesão aos princípios do pensamento único vigente no mundo.

A crise do socialismo, a reestruturação produtiva, a guinada ao centro dos partidos de esquerda na Europa e a defesa intransigente da democracia e da liberdade como possibilidade de barrar o

projeto capitalista, tiveram uma inflexão direta na conformação do movimento sindical brasileiro. Já no final de 1970, o Brasil vivencia um movimento de recrudescimento das lutas populares com o ocaso da ditadura civil-militar e com o surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), além de movimentos urbanos e rurais na luta por acesso aos serviços sociais, ascendendo o que ficou conhecido como o período do *novo sindicalismo*². O surgimento dessas duas organizações e sua vinculação com a luta dos trabalhadores trouxeram à baila elementos para se pensar uma saída democrática para o país cujo ápice seria coroado com a aprovação da carta constitucional em 1988.

Contudo, o cenário econômico tendia a uma reorganização do Estado para atender as exigências impostas pelas agências internacionais, o que incluía a redução de investimentos sociais e maior flexibilização das relações trabalhistas. Nos anos que se seguiram, os governos brasileiros caminharam nesse sentido, o que não permitiu que a CF/88 conseguisse sair da formalidade abstrata do direito social. Um exemplo pode ser observado já em 1991, quando foi criada a Força Sindical (FS), por Luiz Antônio Medeiros, no governo de Collor, para se constituir como uma força de oposição do governo à CUT. Num cenário de aumento do desemprego e das baixas taxas de sindicalização, a CUT adotou um discurso mais moderado, contrariando a sua perspectiva mais combativa que lhe dera origem (APÓSTOLOS, 2018).

Maciel (2011) também concorda que o PT e a CUT, sobretudo após a derrota de 1989, mudaram a rota do discurso. “A centralidade da questão ética na luta e no discurso das forças oposicionistas indica a inflexão moderada sofrida (...), principalmente na CUT e no PT” (MACIEL, 2011, p. 104). A CUT, aos poucos, vai aderindo à perspectiva do sindicalismo propositivo, abandonando as lutas de mobilização e de greves por negociações sindicais, enquanto o PT adquire o discurso mais de centro, numa recusa ao caráter anticapitalista. Essa guinada mais ao centro foi a marca do partido e da central desde então. Para Chasin (2000) esse momento denota uma tendência ao espontaneísmo e voluntarismo político, evidenciando que, na incompreensão da natureza concreta e real do Estado, atribuímos os problemas a uma determinação abstrata carecedora de materialidade em face da ofensiva do capital. “É a autonomização e prevalência *politológica* do ‘político’ em detrimento da anatomia do social, isto é, o do alicerce econômico” (CHASIN, 2000, p. 8, grifos do autor).

Segundo Apóstolos (2018), tentando manter sua força junto aos trabalhadores e fazer frente ao discurso predominante, a CUT adere aos cursos de qualificação, de reciclagem para formação e capacitação da força de trabalho, aos programas de qualidade total nas empresas, adere ao discurso do colaborador e do parceiro para definir o trabalhador, convencida de que o problema do desemprego era a ausência de qualificação e não a ofensiva do capital.

² Apesar das lutas sindicais e populares terem se elevado, o *novo sindicalismo* não conseguiu arruinar a estrutura sindical da Era Vargas. Maior riqueza de detalhes pode ser encontrada em FRANÇA, Teones. *Novo sindicalismo no Brasil: histórico de uma desconstrução*. São Paulo: Cortez, 2013 e em BOITO JR., Armando. *O Sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*. Editora Unicamp. São Paulo: HUCITEC, 1991.

A adesão ao discurso supramencionado, da qualidade vida, dos programas de gestão, de responsabilidade, de qualificação, de mudanças nas leis trabalhistas adentram o mundo sindical brasileiro e se afinam com as propostas dos organismos internacionais, sendo logo encampados pela CUT. Exemplo foi o abandono de uma luta importante para o fortalecimento do movimento sindical que era o fim do imposto sindical. Outro ponto foi a adesão ao discurso das negociações individuais e não mais coletivas, privilegiando a interferência da justiça do trabalho nas resoluções trabalhistas, o que era uma estratégia clara para enfraquecer o poder dos sindicatos, estratégia que também fora utilizada amplamente por governos anteriores.

A situação se agrava quando o Partido dos Trabalhadores assume o controle do estado brasileiro, trazendo para sua base de governo os movimentos sociais e a Central Única dos Trabalhadores, numa clara tentativa (bem-sucedida) de despolitização e cooptação dos mesmos. A tentativa de ruptura com essa política de conciliação de classe protagonizada pela CUT, se fará notar quando da criação da Conlutas (e posteriormente a sua transformação na CSP-Conlutas), evidenciando a tentativa de retomar uma base sindical vinculada às pautas dos trabalhadores em consonância com os movimentos sociais, urbanos e rurais.

2 A CSP- CONLUTAS E SUAS PROPOSIÇÕES IDEO-POLÍTICAS: REFORMA OU REVOLUÇÃO

A Central Sindical e Popular (CSP-Conlutas), é formalizada no ano de 2010 como uma Central Sindical que fazia oposição à Central Única dos Trabalhadores (CUT), que, em sua concepção, não representava mais os interesses das massas trabalhadoras em decorrência da sua intrínseca ligação com o PT.³ A CSP-Conlutas, em suas proposições iniciais postula a autonomia frente ao Estado, governos e partidos políticos e, concomitantemente, conjuga em sua composição sindicatos das mais diferentes categorias profissionais e movimentos sociais. As pesquisas de Galvão e Trópia (2015) trazem também a informação de que, no centro da CSP-Conlutas, uma base supranumerária de delegados que estiveram no primeiro congresso cerca de 90% - é filiada ao PSTU e outros partidos menores que fazem oposição ao PT.

³ Não há espaço suficiente, nesta comunicação, para abordarmos com mais elementos as afirmações que fazemos. Indicamos, para estudos mais profundos e, ainda inquietantes, os trabalhos de: CARVALHO, P. Souza de. *O neoliberalismo confrontado: um estudo sobre as concepções e a experiência da Conlutas na organização da classe trabalhadora*. Uberlândia: UFU, 2012; GUIMARÃES J.; Mário C. D. P. *Resistência e adaptação do movimento sindical no Brasil à lógica do capital: reflexões sobre a trajetória da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Coordenação Nacional de Lutas Sociais (CONLUTAS)*. Uberlândia: UFU, 2012; GONÇALVES, T. *A reorganização sindical no governo Lula: um estudo sobre a Conlutas e a Intersindical*. Campinas: UNICAMP, 2014; FONSECA, F. F. *Um estudo do campo “popular” na CSP-Conlutas*. Juiz de Fora, Dissertação de Mestrado, PPGSS/UFJF, 2017. APOSTOLOS, G. G. D. R. *Uma reflexão sobre as resoluções da CSP-CONLUTAS: Uma via para o socialismo?* (2012-2015). Juiz de Fora, Dissertação de mestrado, PPGSS/UFJF: 2018.

Apesar da central sindical também ser composta por movimento sociais⁴, é possível se verificar que não se trata de uma “novidade” no âmbito das lutas sociais no Brasil. Gohn (1995), mostra que no processo de redemocratização brasileira, já foi percebido um elo entre os movimentos sociais e os movimentos sindicais com clara percepção de que a política ditatorial, subsumida ao receituário capitalista de aumento da taxa de lucro, foi a responsável pela pobreza e miséria do povo brasileiro, permitindo assim que determinadas bandeiras de luta fossem defendidas conjuntamente. O fato predispõe para a criação de diversos movimentos como os contra a carestia, o movimento de mulheres, movimentos a favor da moradia, dentre outros; culminando na criação da Associação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais (ANAMPOS).

No que compete à história recente da democratização brasileira, entendemos que a ANAMPOS foi pioneira na aglutinação de tais lutas, contribuindo também para a criação de vários partidos políticos como o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o Partido Democrático dos Trabalhadores (PDT), o que rompe com a bipolarização partidária que estava em vigência no período ditatorial e, na sua concepção geral, afirmava que tais lutas deveriam se convergir em práticas comuns, sem contudo retirar a autonomia que cada movimento sindical ou social resguardara em suas lutas específicas⁵ (MANCE, 2007).

Portanto, o surgimento da CSP-Conlutas está atrelado ao legado herdado da Anamos e almeja construir um sindicato de base popular com princípios respaldados na ação combativa, cujo programa está em construção permanente (CSP-CONLUTAS, 2011b). Assenta ainda seus pressupostos na defesa dos interesses imediatos dos trabalhadores e a superação do capitalismo através da construção do “socialismo”.⁶ Na intenção de contribuir com as “armas da crítica”, lembrando Marx (2005), ou pelo menos tentar; iniciaremos com uma breve análise do Estatuto da CSP-Conlutas. A sua primeira versão aprovada no 1º Congresso da Central, em 2012, delimita em linhas gerais como se dá o seu funcionamento. Um dado interessante observado em Apóstolos (2018) se refere à similaridade com o Estatuto da Central Única dos Trabalhadores: Ambos os estatutos, atualizados⁷ (CSP-CONLUTAS, 2017), perspectivam a construção de uma sociedade socialista, na qual é possível identificar passagens praticamente idênticas das quais, em suma, pouca ou nenhuma diferença entre as referidas centrais sindicais foi percebida a ponto de, realmente, fazerem oposição uma à outra.

⁴ Uma análise preliminar no *site* da CSP-Conlutas mostra que, atualmente, coexistem no interior da Central, dezesseis “setoriais de trabalho” divididas em categorias profissionais e de lutas identitárias, da qual os movimentos sociais também fazem parte. Disponível em: <http://cspconlutas.org.br/>. Acesso em: 22 out. 2020.

⁵ Estudos que remetem ao enfraquecimento da ANAMPOS, durante o período de 1981 à 1984, podem ser encontrados em Antunes (2011). Ainda, Mance (2007) argumenta que os anos subsequentes ao seu surgimento foram marcados pelo esvaziamento dos organismos sindicais no interior da associação e sua composição majoritária foi formada por movimentos sociais diversificados.

⁶ Esta afirmação não sofreu alterações significativas ao longo da trajetória da central em tela. Verificamos a informação em Apóstolos (2018) e, de maneira mais atualizada, no *sítio* da internet da central, disponível em: <http://cspconlutas.org.br/quem-somos/programa/>. Acesso em: 26 out. 2020.

⁷ Estatuto da CUT, disponível em: <http://encurtador.com.br/grGTU>. Acesso em 03 de novembro de 2020. Estatuto da CSP-Conlutas disponível em: <http://cspconlutas.org.br/quem-somos/estatuto/>. Acesso em: 03 nov. 2020.

A Central afirmou ainda, como Resolução do seu primeiro congresso, a ideia de construção de uma frente social na intenção de “conquistar o poder político e colocá-lo à serviço desta ampla maioria a qual ela será a expressão” (CSP-CONLUTAS, 2012, p. 09); entendendo que a “ampla maioria” vislumbra um futuro na qual a condição da revolução brasileira será feita por “milhões de sujeitos das mais variadas concepções filosóficas, ideológicas, religiosas e políticas” (CSP-CONLUTAS, 2012, p. 09). Sem muitos detalhes e problematizações, a CSP-Conlutas propugnou conciliar o inconciliável, com a ideia de “conquistar o poder político”; sobretudo porque podem existir choques e divergências entre as diferentes concepções de mundo a partir da percepção destes “milhões de sujeitos” com “variadas concepções filosóficas”. Ainda, afirma que pretende apresentar a construção dessa frente social aos “partidos de esquerda e movimentos que expressem esses fenômenos” (CSP-CONLUTAS, 2012, p. 09); revelando, entrelinhas, que a sua autonomia frente aos partidos e aos governos é aparentemente relativa ou, em outra análise, converge para a necessidade de ação dos partidos (eleitóreiros ou não) na tarefa revolucionária.

Em linhas gerais, a relação que a Central guarda com os partidos necessita de maiores esclarecimentos e definições. No Caderno de Resoluções do seu segundo congresso, existe a afirmativa de que durante o processo de construção de greve deve haver um comando de base, em razão de que a sua ausência pode “reproduzir o modelo sindical da direção que chega com tudo pronto e dá ordens aos ativistas” o que choca com o “sentimento antiburocrático” e “vai fechar as portas para a *nossa construção partidária também*” (CSP-CONLUTAS, 2015, p. 100 - itálicos nossos). A Central, e mais ainda os seus integrantes que votaram a resolução, podem sinalizar para uma relação mais íntima com o partido, indicando (ou não negando) a sua importância. Por outro lado, vê-se uma contradição sobre o assunto, sobretudo porque a Central que pretende apresentar uma frente social aos partidos de esquerda (CSP-CONLUTAS, 2012, p. 09), não esclareceu o que se pretende com a sua “construção partidária” ou se esta dilui ou incorpora a sua proposta de frente social.

Não obstante, observamos outras contradições nas Resoluções do 1º Congresso da CSP-Conlutas no que diz respeito à autonomia sindical. A reivindicação proposta pela central por uma “organização sindical livre”, com “direito a organização dos trabalhadores nos locais de trabalho, liberdade e autonomia sindical” e o “fim do imposto sindical” (APÓSTOLOS, 2018, p. 98-99; CSP-CONLUTAS, 2012, p. 12 -14) é totalmente divergente da sua vontade manifesta de ser reconhecida como uma Central Sindical brasileira no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, sobretudo porque ao fazer parte do reconhecimento legal e jurídico do MTE, corrobora com a tese da manutenção da estrutura sindical hierarquizada e da não autonomia sindical frente à Estados, governos e partidos. No segundo congresso da CSP-Conlutas, a tese com a intenção de ser oficialmente reconhecida pelo MTE foi revista e não aprovada como uma resolução.

A Central em tela, *grosso modo*, não apresentou e não apresenta diferenças discrepantes do que, em síntese, tem apresentado o movimento sindical em um espectro maior. Na ofensiva do capital, a *tendência* das instituições sindicais tem sido defender direitos e salários, com pouca discussão (ou

pelo menos resolução) sobre ampliação direitos e ampliação de salários, ou na melhor das hipóteses; sobre uma crítica ao sistema de assalariamento do qual fez Marx (1985; 2007), asseverando que o salário, ainda que sofra reajuste, não se mostra capaz de aumentar o poder de compra ou mesmo de poupança em virtude da inflação nos preços; desvelando que a luta por aumento salarial se torna redundante e em nada altera as leis gerais que regem a acumulação capitalista. Evidentemente, por força dos novos rearranjos produtivos, das transformações societárias em escala planetária e nacional, e da *nova fase da crise estrutural de 1970* (ANTUNES, 2018) que se abre no século XXI - mais especificamente em 2008, com o *Wall Street* à beira do colapso - é possível afirmar sem a ilusão pseudocomunista de que o objetivo que a central enseja, no que diz respeito à superação do modo de (re)produção capitalista, está muito longe de uma realização próxima, sobretudo pelos acontecimentos sócio-históricos das décadas passadas que interferem sobremaneira na organização dos trabalhadores:

A conjuntura pós 2013, no Brasil, demonstra que o terreno para as lutas sindicais e populares se apresenta desfavorável, tanto no que se refere às suas demandas imediatas e as demandas históricas. Observa-se a ascensão de uma *nova direita*⁸, que rechaça sindicatos, partidos e movimentos de “esquerda” (a maioria deles, inclusive, vale-se de um marxismo vulgar, quando não marxista), com vistas claras a atualizar as taxas de lucro ao capital. A chegada de Michel Temer, por meio do golpe parlamentar de 2016, inaugurou uma série de protestos em torno da democracia e da defesa constituição. Galvão e Marcelino (2018) indicaram que o número de protestos aumentou, no entanto, houve uma ausência de projeto de unificação de lutas que fragilizou possibilidades de resistência (e, acrescentamos: de avanço) do movimento sindical. As autoras corroboram com a ideia de que, após o golpe, houve uma demora para que se realizasse uma greve geral, de onde se verifica determinada fragmentação da luta dos trabalhadores no conturbado cenário e os seus impasses ideológicos. Inaugura-se um período de perda dos direitos sociais e trabalhistas já escassos, com a aprovação de Emenda Constitucional 55, com o envio e, posteriormente, a aprovação da (contra) reforma trabalhista⁹ e da previdência, cravando a *tendência* do sindicalismo curvar-se à manutenção e a conservação, resistindo ao ataque do capital sobre o trabalho e não contra-atacando.

A CSP-Conlutas não foge à essa conjuntura. É possível que possamos assimilar a “má reputação” da qual os sindicatos, partidos e movimentos sociais mais combativos tiveram no século XX na Europa, como disse Bühr (2010); também aos movimentos sociais, sindicais e partidários brasileiros, nos anos 2000. Verifica-se, também, que as baixas taxas de sindicalização e de participação

⁸ Uma análise do cenário pode ser conferida em GALLEGOS, Esther Solano (org.) *Ódio como política: a reinvenção da nova direita no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018

⁹ Sobre estas reformas, Arbia (2019) demonstrou que tais influxos estão intimamente vinculados à acumulação de capital em suas fases históricas, no Brasil. Para um maior aprofundamento desta questão, indicamos o artigo *“Análise das políticas para o trabalho no Brasil: como Marx pode contribuir?”*, do referido autor; disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v22n1/pt_1982-0259-rk-22-01-36.pdf>

afetam a Central¹⁰, ao mesmo tempo que este processo desvela e é subsequente aos acontecimentos marcadamente históricos do final dos anos de 1960, sobretudo para a realização do valor. Concernente ao que foi deliberado pela CSP-Conlutas, a ampla maioria de suas resoluções aprovadas nos dois últimos congressos, bem como das teses apresentadas pelos sindicatos e movimentos populares que a compõem, observa-se a claramente que, apesar da defesa intransigente por direitos, como o “não à reforma da previdência”, “contra a carteira de trabalho sem direitos”, o “não às privatizações”, as reivindicações “por emprego, salário, terra e moradia”¹¹; o que se observa foram as sucessivas derrotas de diversas dessas pautas e de maior enfraquecimento e fragmentação da classe trabalhadora. Enfraquecimento este que, dentre tantas outras aparências e evidências, manifesta-se na influência pós-moderna que a Central reconhece estar presente em seu interior, ao qual pretendeu iniciar uma discussão quando da porcentagem de mulheres que passaram a compor suas cadeiras, na forma de mudança estatutária¹². Evidente destacar que, em suma, as pautas mais imediatas da CSP-Conlutas (e aqui cabe reconhecer a importância destas) reforçam a disputa por terreno no âmbito legislativo, restaurando o Estado e a conservação da ordem vigente, coadjuvando com os preceitos liberais/constitucionais e politicistas. As passagens críticas ao capitalismo, não fazem referência a acumulação capitalista que observara Marx (2013) e a umbilicação com a exploração da força de trabalho, relegando a crítica ao capitalismo a uma esfera, por vezes, romantizada.

A isso, soma-se a mais recente crise aberta nestes anos 20 do século XXI: A “*crise pandêmica*” denominada por Antunes (2020), acentua e reitera as formas de dominação e de exploração da classe trabalhadora, superexplorando homens, mulheres e negros/as de diferentes formas. No Brasil, os limites ao movimento sindical classista que já demonstram fissuras no final do século XX e na abertura dos anos 2000, se intensificam no governo Bolsonaro e durante a pandemia, verificando o acentuado crescimento do exército de reserva oriundo das demissões e que empurra (ainda mais) uma massa de trabalhadores para a informalidade e/ou ao auxílio emergencial¹³, insuficiente para as necessidades humanamente dignas, o qual a CSP-Conlutas defendeu a sua manutenção até o final do ano de 2020. A luta nestes primeiros anos, portanto, escoia para o reformismo e não para a revolução; para a manutenção de uma ou outra política social/trabalhista, na manutenção e na defesa dos empregos/exploração; da reificação da ordem vigente e das demandas mais imediatas e; quanto à isto, cabe

¹⁰ O número de delegados que participaram dos congressos da CSP-Conlutas caiu de 1.953 para 1.591, entre os congressos de 2017 e 2019. O de entidades filiadas caiu de 373 para 308, entre 2015 e 2017. As informações sobre entidades filiadas em 2019 ainda não foram disponibilizadas. Informações disponíveis em: <<https://www.marxismo.org.br/conlutas-a-organizacao-dos-trabalhadores-e-a-falencia-do-sectarismo/>> Acesso em: 02 nov. 2020.

¹¹ Sobre estes pontos, consultar a “Resolução de Balanço da CSP-Conlutas”, disponível em: <<http://cspconlutas.org.br/2019/11/4-congresso-resolucao-de-balanco-da-csp-conlutas/>> Acesso em: 06 nov. 2020.

¹² Disponível em: <<http://cspconlutas.org.br/2018/03/resolucoes-aprovadas-no-3o-congresso-nacional-da-csp-conlutas-2/>> Acesso em: 07 nov. 2020.

¹³ Uma boa leitura inicial sobre a pandemia e a sua relação com o capital pode ser encontrada em LARA, Ricardo. *Pandemia e capital: as repercussões da covid-19 na reprodução social*. Revista *Libertas*, Juiz de Fora, v.20, n°1, p. 53-69, jan.- jun. 2020.

reiterar que estes aspectos vêm sendo observados há, pelo menos cinquenta anos de forma mais abrupta, com o fracasso socialista soviético “stalinista” e com o desmoronamento de sistemas de proteção social. É neste cenário e no seu primeiro decênio de vida que a CSP-Conlutas respondeu às demandas classistas dos trabalhadores e, pode ser também neste cenário, que perspectiva o Estado mais autoritário; que exige de toda a classe trabalhadora uma revisão das suas pautas de luta direcionada para uma superação da ordem capitalista, através de releitura de críticas contundentes ao projeto capitalista colocado em âmbito nacional e internacional, que formas mais radicais de luta, poderão, não sem dificuldade, ser disputadas por uma nova sociabilidade, da qual seguirá sendo a classe trabalhadora a protagonista.

Nesse sentido, a defesa do “socialismo” e a superação da ordem do capital tornam-se bandeiras, por vezes, inconciliáveis com outras bandeiras da CSP-Conlutas, algumas delas recaindo na conservação da ordem vigente e da superestrutura jurídica, com tendências que convergem ao reformismo social-democrata. É na conjuntura socio-histórica da crise do capital, de determinada amortização das lutas combativas por parte da classe trabalhadora, do reordenamento das forças produtivas e do neoliberalismo como expressão ideológica do capitalismo; operando na completa destruição dos direitos trabalhistas e sociais que se firma o terreno de luta da Central.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Diante do exposto podemos tecer algumas breves considerações sobre o cenário de surgimento da CSP-Conlutas. Apesar das proposições expendidas pelo movimento que lhe deu origem, sinalizando para uma resignificação do sindicato brasileiro, as suas teses e resoluções têm demonstrado um alinhamento estreito com as bases que deram sustentação à trajetória histórica das lutas sindicais e populares no país. Isso porque seu surgimento coincide com uma crise no âmbito da esquerda nacional e internacional que tem na crise do marxismo e do socialismo suas principais expressões. Soma-se a este contexto, a crise de acumulação e a necessidade do capital em recuperar suas taxas de lucro, incidindo sobre a defesa de reestruturação produtiva, provocando maior desemprego e precariedade das condições de trabalho e de vida. Nesse cenário, vamos assistir a quedas significativas nas taxas de sindicalização ao mesmo tempo que emergem pautas e bandeiras vinculadas a direitos identitários e fragmentados, expondo a defesa de uma ordem societária para além do capital como tarefa já abandonada.

Mesmo propugnando a defesa e participação na construção de uma sociedade socialista, o que fica evidente em uma análise preliminar da CSP-Conlutas, a grande maioria das suas bandeiras de luta converge na direção de uma proposta mais ou menos legalista, reivindicando a participação dos trabalhadores nos espaços de democracia burguesa, afinando com alguns preceitos constitucionais, logrando permanecer com os direitos já adquiridos e, raramente, logrando maiores conquistas. Portanto, a Central que posicionou-se como uma central diferente das demais, em última instância,

resguarda poucas discrepâncias das demais centrais sindicais brasileiras. Isso porque o contexto de contrarrevolução permanente e com as novas mudanças no mundo do trabalho, coaduna-se para a manutenção da ordem vigente, reafirmando o individualismo, a concorrência entre todos os trabalhadores, a superexploração de trabalho, provocando o amortecimento da luta revolucionária; apesar do “pano de fundo” ser a defesa da transformação societária. Vê-se que, conforme Chasin (2000), a esquerda brasileira majoritariamente (ainda) acredita no etapismo da transformação social pela luta que objetiva mais reformas. Ao etapismo soma-se o espontaneísmo e o politicismo que desconsideram as relações econômicas de análise da realidade social. À este respeito, provisoriamente concluímos que, no âmbito das lutas protagonizadas pela CSP-Conlutas, venera-se o socialismo ao mesmo tempo em que pouco se resgata a luta social e radical, pelo próprio homem, como bem nos deixou o legado de Marx.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. *O continente do labor*. São Paulo: Boitempo, 2011.

ANTUNES, R. *O privilégio da servidão: O novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018

ANTUNES, R. *Coronavírus: o trabalho sob o fogo cruzado*. São Paulo: Boitempo

APOSTOLOS, G. G. R. *Uma reflexão sobre as resoluções da CSP-CONLUTAS: Uma via para o socialismo? (2012-2015)*. Juiz de Fora, Dissertação de mestrado, PPGSS/UFJF: 2018

ARBIA, A. A. Análise das políticas para o trabalho no Brasil: como Marx pode contribuir? *In: R. Katálysis.*, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 36-56, jan.- abr. 2019

BIHR, A. *Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise*. São Paulo: Boitempo, 2010.

BLACKBURN, R. O socialismo após o colapso. *In: BLACKBURN, R. (org.). Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

CHASIN, J. *A miséria Brasileira:1964-1998*. Do golpe militar à crise social. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000

CSP-CONLUTAS. *Programa*. Secretaria Executiva Nacional, 2011b.

CSP-CONLUTAS. *Caderno de Resoluções do 1º Congresso Nacional da CSP-Conlutas*, 2012.

CSP-CONLUTAS. *ESTATUTO*. Secretaria Executiva Nacional, 2017.

CSP-CONLUTAS. *4º Congresso: Resolução de Balanço da CSP-Conlutas*, 2019. Disponível em: <<http://cspconlutas.org.br/2019/11/4-congresso-resolucao-de-balanco-da-csp-conlutas/>> Acesso em: 06 nov.2020.

GALVÃO, A.; MARCELINO, P. O sindicalismo brasileiro diante do golpe. In: SAYONARA G. C. L. da S.; EMERIQUE L. B.; BARISON T. (Org.). *Reformas institucionais de austeridade, democracia e relações de trabalho*. 1ed. São Paulo: LTr, 2018, v. 1, p. 85-96.

GOHN, M. G. *História dos movimentos e lutas sociais*. São Paulo: Loyola, 1995.

HABERMAS, J. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

HOBBSAWM, E. Homem e mulher: imagens da esquerda. In: HOBBSAWM, E. *Mundos do trabalho*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HOBBSAWM, E. *Historia del siglo XX*. Buenos Aires: Guijalbo Mondadori, 1999.

LYOTARD, J. F. *A condição pós-moderna*. Trad: Ricardo Corrêa Barbosa. R. Janeiro: José Olympio, 2009.

MACIEL, D. O governo Collor e o neoliberalismo no Brasil. *Revista UFG/Goias*, n. 11, ano XIII, p. 98-108, dez. 2011.

MANCIE, E. A. *O papel estratégico do movimento popular para a democracia popular: o aprendizado dos anos 80 e 90*. IFIL, Curitiba, 2007.113p.

MARX, K. *Salário, preço e lucro*. Rio de Janeiro: Global Editora, 1985.

MARX, K. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* (Introdução). São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, K. *O Capital: Crítica da Economia Política*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Boitempo, 2017.

OLIVEIRA, E. A. *Redemocratização e Serviço Social: os caminhos do Serviço Social no Brasil pós-1985*. Curitiba: Editora CRV, 2020.

SANTANA, C. S. *Notas sobre a História da Revolução Cultural Chinesa (1966-1976)*. História Social, n. 17, p. 115-131, 2009.

SIMIONATTO, I. Expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico-política. Questão social e direitos. *In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/Abepss, 2009. p. 88-106.

CONSCIÊNCIA DE CLASSE E PROCESSOS DE RESISTÊNCIA – APONTAMENTOS NA LUTA DA OCUPAÇÃO *DANDARA-MG*

ANA LÍVIA DE SOUZA COIMBRA
SUSANA MARIA MAIA

INTRODUÇÃO

O conteúdo tratado nesse artigo destaca uma categoria fundante e orientadora, em nossa compreensão, dos estudos que fazem parte da linha de pesquisa Serviço social e Sujeitos do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFJF: a consciência de classe. Tomada por nós como produto social, e partindo dos escritos de Marx e Engels (2009), destacamos seu desenvolvimento histórico não linear, resultante de avanços e recuos, a depender do conjunto das condições objetivas e subjetivas presentes em determinado momento, visto que é a vida quem determina a consciência. Nas palavras de Iasi (2012) a consciência é um movimento em constante mutação, partindo de uma consciência moldada por determinada forma social já estabelecida, podendo, através da luta, desenvolver a consciência de seus interesses e necessidades enquanto grupo, até a possibilidade de afirmar-se como classe, empenhando um projeto histórico com autonomia e independência.

Esse processo de formação da consciência de classe desenvolve-se no cotidiano, definido por Lefebvre (1991), como o espaço onde é produzida a existência social dos seres humanos. A vida cotidiana é marcada por uma série de elementos e características que a coloca como o lugar privilegiado para a reprodução de relações alienantes, mas também é nele que se constroem experiências emancipatórias.

Partindo dessa articulação entre consciência de classe e cotidiano, apresentamos, nesse artigo, fragmentos de uma pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, sob a forma de dissertação de Mestrado, intitulada “Luta coletiva e consciência de classe: vivências e aprendizados na experiência da Ocupação Dandara”.

Escrita em 2014, seis anos decorreram desde sua aprovação. Entretanto, suas análises são ainda oportunas. Por isso, nossa escolha por apresentá-las nessa oportunidade. Naquele momento da pesquisa, o cotidiano da ocupação expressava um conjunto de determinações e problemáticas relacionadas à questão urbana no município de Belo Horizonte-MG, como forma de expressão da questão social que ganha novos contornos no desenvolvimento do capitalismo. Expressão da luta social, a experiência da ocupação nos permite constatar como o uso do território é incorporado aos processos de acumulação do capital, determinando a configuração das cidades e as relações estabelecidas entre as classes.

De fato, na constituição do urbano no Brasil, é possível identificar como essa lógica se expressa, reforçando a concentração da propriedade privada e a desigualdade entre os diversos segmentos, acirrando um cenário de luta de classes onde se coloca como centro a disputa pelo direito à cidade. Nesse cenário, surgem os movimentos sociais urbanos que colocam a questão urbana em evidência e programam um conjunto de ações, delineando suas formas de luta, entre as quais se destacam as ocupações, analisadas por Lima (2009) como espaços de sobrevivência e luta.

Compreendendo a formação da consciência envolvida no complexo de mediações que constituem o ser social, apresentamos elementos teóricos e empíricos que nos auxiliam na análise do cenário da luta de classes onde se desenvolvem as lutas sociais. Nosso intuito é apresentar elementos da pesquisa realizada na ocupação urbana em questão, articulando a eles uma base teórica que tanto nos fornece chaves de leitura para a análise das lutas sociais e, em consequência, o fortalecimento dos estudos da linha de pesquisa Serviço Social e Sujeitos Sociais.

1 CLASSE E CONSCIÊNCIA DE CLASSE NO MOVIMENTO DA HISTÓRIA

Um dos pilares do materialismo histórico-dialético, sistematizado por Marx e Engels no conjunto de suas obras, é a leitura e intervenção na realidade a partir da *perspectiva de classe*. Já em sua primeira obra conjunta, encomendada como uma proposta de *Programa* da Liga dos Comunistas em 1847, Marx e Engels apresentam um conjunto de “princípios gerais” para compreender a estrutura da sociedade de classes, tendo como fio condutor a assertiva de que “a história de todas as sociedades que existiram até hoje é a história da luta de classes” (MARX e ENGELS, 2010, p.45). Nas análises de Netto (1998, p.20), no Manifesto “se apresenta, pela primeira vez, um projeto sócio-político explícita e organicamente integrado a uma perspectiva de classe”.

Destacam os autores que a oposição entre “opressores e oprimidos” sempre esteve presente na história das sociedades, sendo que na ordem burguesa, essa oposição estabelece novas classes, novas condições de opressão e, portanto, novas formas de luta.

Esta classe dominada, por sua vez, é também a primeira classe social que exige, por sua própria natureza, a superação radical da exploração do homem pelo homem. Mas, para isso, *ela precisa de um tipo de saber, de um conhecimento da realidade social, de uma concepção de mundo radicalmente diferente daqueles que orientavam a construção da sociedade burguesa.* (MARX e ENGELS, 2009, p.10, grifo nosso)

Na compreensão da estrutura social fundamentada na relação dialética entre as forças produtivas materiais e as relações sociais de produção, Marx (2003, p.5) irá afirmar que “os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade”, relações essas que correspondem à estrutura material da sociedade e sob as quais “se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência” (MARX, 2003, p.5).

A consciência é produto social, do conjunto de condições objetivas e subjetivas desenvolvidas em determinado momento histórico: “não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência” (MARX e ENGELS, 2009, p.32). Os homens são produtores de suas representações, de suas ideias, porém, estes se encontram condicionados por relações sociais de produção existentes. A consciência é, portanto, “antes de tudo, a mera consciência do meio sensível mais imediato e consciência do vínculo limitado com outras pessoas e coisas” (MARX e ENGELS, 2009, p.44).

Temos, portanto, que a consciência é, ao mesmo tempo, consciência da natureza que se apresenta ao homem como um poder totalmente estranho e consciência da necessidade de estabelecer relações com os outros homens. Em seus estudos sobre *consciência de classe*, Lukács (2003, p.156) irá destacar que é a partir da compreensão dos antagonismos e das contradições de interesses que a consciência atinge um nível onde pode *se tornar consciente*: “agora a luta social se reflete numa luta ideológica pela consciência, pelo desvelamento ou dissimulação do caráter de classe da sociedade”. Para manter sua dominação, a burguesia cria uma “doutrina fechada” da economia, Estado, sociedade, dentre outros, constituindo uma “visão de mundo” que contribua para tornar consciente entre os indivíduos sua “vocaçãõ” para a dominação e organização da sociedade.

Analisando a relação de dominação na sociedade de classes, Marx e Engels (2009, p.67) apontam que a classe que detém o poder material dominante da sociedade, “é, ao mesmo tempo, o seu poder espiritual dominante”. As ideias dominantes são, portanto, a “expressão ideal das relações materiais dominantes” (MARX E ENGELS, 2009, p.67). Essas ideias têm a função de manter a dominação de classe, apresentando seu interesse particular como “interesse universal de todos os membros da sociedade, ou seja, na expressão ideal: a dar às suas ideias a forma da universalidade, a apresentá-las como as únicas racionais e universalmente válidas” (MARX E ENGELS, 2009, p.69).

A consciência também se torna campo de disputa no contexto da luta de classes. O movimento da consciência é determinado pelo movimento da classe. A *consciência de classe* expressa, portanto, um movimento histórico, que agrega as condições subjetivas - o preparo político-intelectual da classe, suas experiências organizativas, sua capacidade de mobilização das massas, entre outros - , às condições

objetivas para o processo de cisão e/ou rompimento da ordem estabelecida¹; movimento no qual as classes trabalhadoras se reconhecem enquanto *classe* diante do capital, possibilitando e potencializando sua ação para a superação da ordem.

Destarte, para o materialismo histórico-dialético, a classe não pode ser concebida como um conceito fixo, pré-estabelecido simplesmente pelo papel ocupado nas relações sociais de produção. Ao contrário, a classe é uma determinação da realidade vinculada aos desdobramentos reais dos processos sócio-históricos. Marx apresenta um conjunto de escritos com análises históricas acerca da configuração das classes, em especial a partir do contexto das *Revoluções de 1848* - também conhecido como *Primavera dos Povos* -, e do processo revolucionário na França². Em sua análise, ele delinea elementos históricos da luta de classes na ordem burguesa que vão determinando o processo de conformação das classes e de seus interesses na esfera da infraestrutura, além de apontar que camadas intermediárias e transitórias obscurecem os limites das classes, sendo necessário pensar a conformação das classes para além de *posição de classe*.

Milhões de famílias existindo sob as mesmas condições econômicas que separam o seu modo de vida, os seus interesses e a sua cultura do modo de vida, dos interesses e da cultura das demais classes, contrapondo-se a elas como inimigas, formam uma classe. Mas na medida em que existe um vínculo apenas [...], na medida em que a identidade dos seus interesses não gera entre eles nenhum fator comum, nenhuma união nacional e nenhuma organização política, eles não constituem classe nenhuma. (MARX, 2011, p.143)

A classe não se forma, portanto, simplesmente por um grupo se encontrar numa mesma situação, numa mesma posição da classe. É preciso que se desenvolva a consciência dessa posição e, conseqüentemente, sua identificação e organização. Recorremos à análise de Iasi (2012) onde ele apresenta cinco determinações a serem consideradas para se compreender a conformação da classe: (1) a posição que ocupa em relação à *propriedade dos meios de produção*; (2) a posição que ocupa na *relação social de produção*, por exemplo, como vendedor ou comprador da força de trabalho; (3) a posição diante da contradição entre o avanço das forças produtivas e as relações sociais de produção, vinculando-a a *dimensão histórica*; (4) a *ação da classe*, que pode ser uma reação imediata diante de uma impossibilidade particular ou pode ser expressão da resistência contra uma impossibilidade geral; (5) e à *consciência de classe*, que, mesmo sendo determinada pelo ser social, age agora no interior do movimento como fator de determinação do ser da classe. Esses elementos se combinam num cenário demarcado pela *luta de classes*.

A classe representa uma totalidade onde os indivíduos se reconhecem em outros iguais, reforçando identidades e características que a afirmam como oponente a outra, de forma a ser possível

¹ O fundamento da mudança social articula a contradição do desenvolvimento das formas sociais e da maneira de produção e reprodução da vida. Marx e Engels (2009) indicam que as forças produtivas materiais podem evoluir a ponto de abrir condições objetivas para se alterar as relações de produção, o que seria possível através da revolução social.

² Marx elaborou um conjunto de artigos na *Gazeta Renana* que inclusive foram incorporados em obras posteriores. Para essa análise histórica do movimento das classes, reportamos em nossos estudos a *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, de 1852, e *As lutas de classes na França*, publicado em 1895.

a conjunção de uma situação determinada, reconhecida, e um projeto, construído coletivamente. Podemos dizer que é nesta base que Marx desenvolve sua identificação de *classe* e seu patamar como *classe em si* e *classe para si*:

As condições econômicas tinham a princípio transformado a massa da população do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para esta massa uma situação comum, interesses comuns. Assim, esta massa já é uma classe diante do capital, mas não o é ainda em si mesma. Na luta, da qual assinalamos apenas algumas fases, esta massa se reúne, se constitui em classe em si mesma. Os interesses que ela defende tornam-se interesses de classe (MARX, s/d, p.148).

A situação inicial da classe já é determinada pelo seu lugar no processo produtivo, o capital cria a classe enquanto essa massa de trabalhadores que se submete às mesmas situações, estabelecendo interesses comuns, possuindo, portanto, uma objetividade de classe - “já é uma classe diante do capital”. Mas é no processo de reconhecimento de si e dos outros - por meio da luta - que se constitui como *classe em si*, assumindo seus interesses de classe e tornando-se capaz de elaborar uma organização e processos de luta. É a partir das distintas fases da luta, que assume o caráter de *classe para si*, empreendendo uma luta de superação da ordem, ancorados em um projeto revolucionário.

Como afirmamos, o movimento da consciência corresponde ao movimento da classe. A partir de seus estudos sobre o processo de formação da consciência, Iasi (2012) vai indicar a consciência como um movimento que se apresenta, seja como consciência do indivíduo, como expressão de um grupo ou de uma classe.

[...] a consciência é um movimento, um fluir que encontra diferentes mediações que se expressam em diferentes formas em constante mutação. Desde a formação da consciência nos indivíduos moldados por uma determinada forma social estabelecida, já se manifesta o caráter de síntese de muitas determinações, tanto objetivas quanto subjetivas [...] como consciência de classe em si na luta pela afirmação de seus direitos e necessidades; até a possibilidade de expressão como consciência de classe para si, que afirma um projeto histórico com autonomia e independência (IASI, 2012, p.16-17).

Aponta três momentos significativos que se desenvolvem de forma dialética. Cada momento já traz em si os elementos de sua superação, porém este movimento encontra sua determinação material no movimento próprio do ser da classe trabalhadora, “ora amoldada à ordem do capital, ora em luta por seus interesses imediatos, ou, em circunstâncias especiais, se conformando como uma classe que aponta para além da ordem do capital” (IASI, 2011, p.7). A consciência de classe, portanto, ora avança, recua, estagna, conforme os processos socio-históricos que determinam o movimento da classe. Para o autor, num primeiro momento, essa consciência só pode ser considerada como a consciência das relações que o indivíduo estabelece com as coisas e pessoas situadas no espaço imediato de sua ação. Essa configuraria a *primeira forma da consciência de classe - a consciência embrionária*.

Como afirmam Marx e Engels (2009, p.44), o começo da consciência do homem é a “consciência da necessidade (*Notwendigkeit*) de entrar em ligação com os indivíduos à sua volta”. Nesse primeiro momento, a consciência se revela como conformação dos indivíduos a uma determinada ordem societária, a partir do espaço de inserção imediata da pessoa. Nessa perspectiva de análise, a consciência seria “uma realidade externa que se interioriza” (IASI, 2011, p.14).

Essa consciência imediata, herdada de uma sociabilidade objetiva imposta, se apresenta como consciência individual, naturalizada e atemporal, desagregada e ocasional, pela qual o indivíduo julga sua subjetividade. O indivíduo compreende o mundo, inicialmente, a partir de seu vínculo imediato que produz uma primeira visão sobre o mundo. Assumida pela consciência social, essa forma particular de consciência se apresenta como se fosse universal, conduzindo os indivíduos a acreditarem que a realidade sempre foi e será desta forma dada. Nesse sentido, assume uma forma de imposição, de objetividade internalizada (IASI, 2012).

Retomando a noção de *senso comum*, Iasi (2011, p.25) ressalta que “os seres humanos moldam-se a algum tipo de conformismo, não no sentido de passividade, mas pelo fato de se amoldar a algum tipo de forma”. Essa forma de consciência não se apresenta, portanto, como “externação da práxis humana anterior, mas como algo estranho ao sujeito” (IASI, 2012, p.221), sendo expressão da *alienação* própria da ordem burguesa, que a naturaliza e a desvincula das contradições e contextos sócio-históricos.

A passagem para um novo momento da formação da consciência é marcada por uma crise ideológica, a partir de uma “dissonância entre as relações interiorizadas como ideologia e a forma concreta como se efetivam na realidade em mudança” (IASI, 2011, p.27). A introjeção de novos valores provoca uma contradição, vivida pelo indivíduo como um conflito subjetivo. Nesse momento, a primeira forma de consciência pode ser reapresentada e a vivência desta contradição entre antigos valores e a materialidade de novas relações vividas, produz uma “inquietação que mobiliza para a ação” (IASI, 2012, p.250), podendo gerar uma inicial superação da alienação. O autor indica como instrumento central nesse movimento da consciência, o papel desempenhado pelo *grupo* - assim como é a vivência em um grupo imediato que molda o indivíduo para a ordem social vigente; essa mesma inserção pode ser “a fonte de socialização de uma visão de mundo marcada pela luta e pelo confronto com esta mesma ordem” (IASI, 2012, p.256).

Nessa *segunda forma da consciência de classe - consciência em si* -, a nova vivência coletiva produz certa identificação e sentimento de pertença a situações e interesses comuns. A ação coletiva pode colocar as relações sociais vividas em um novo patamar; não simplesmente como ato de “revolta”, mas com a perspectiva de alterá-la. A *consciência em si* ainda se baseia na vivência das relações imediatas, mas, agora, do ponto de vista coletivo, de grupo. Iasi (2011, p.30) identifica como forma mais clássica de manifestação desse momento da consciência, a luta sindical; porém pode-se incorporar “as lutas populares, os movimentos culturais, o movimento de mulheres e outras manifestações de lutas coletivas de setores, grupos e categorias sociais das mais diversas”. O autor aponta que o “ser

social que emerge nada mais é que o próprio ser social do capital antes velado pela fragmentação individual: a classe em si” (IASI, 2012, p.117).

Aquilo que entra em movimento já é uma classe, mesmo que o que se movimenta não seja ainda uma classe. Por sua condição de existência, pela posição que ocupa em determinada divisão social do trabalho, pela posição diante das relações de interesses [...] já é uma classe distinta e particular. No entanto, é na ação desta classe [...] que se produz uma fusão de classe (IASI, 2012, p.318).

A percepção da contradição de interesses, a afirmação de sua identidade enquanto classe e sua organização enquanto tal pode elevar o processo de formação de consciência a um novo patamar, que constitui a *terceira forma da consciência de classe - a consciência para si*, ou consciência revolucionária. Mesmo compreendendo que “as alterações da consciência só podem ser vivenciadas em nível individual, o processo de transformação que irá realizá-la é necessariamente social, envolvendo mais que a ação individual, a de classe” (IASI, 2011, p.35-36). Esse novo patamar da consciência abre uma nova e importante contradição. A busca pela compreensão da essência do funcionamento da sociedade e suas relações vem associada ao interesse de transformá-la: “é na própria constatação de que a sociedade precisa ser transformada que se supera a consciência da reivindicação pela transformação” (IASI, 2011, p.35). Esse patamar exige que o indivíduo seja capaz de se compreender para além dos limites de si próprio, mas num esforço coletivo enquanto classe, e para além dela.

Destaca-se que cada uma dessas formas é expressão da consciência de classe e todas equivalem ao movimento da classe. Cada momento traz em si os elementos de sua superação, sendo um movimento não linear, constituído de avanços e recuos, a depender do movimento da classe em determinado contexto socio-histórico. Diante desses apontamentos, Iasi (2012, p.319) afirma que “a classe não é, torna-se” (IASI, 2012, p.319), seu reconhecimento de classe, sua consciência e autoconsciência da classe, são possíveis mediante processos de *luta*.

Nessa perspectiva, é central recuperar a análise do historiador inglês Edward Thompson que, em sua análise sobre a noção de classes, destaca a relevância de se considerar sua historicidade e processualidade. Para Thompson (2004), *classe* é uma categoria constituída na luta, na história e no cotidiano; por isso, enfatiza seu caráter relacional e aponta a perspectiva do *fazer-se da classe*, que se estabelece sobre um processo ativo ligado tanto à ação humana quanto a condicionamentos históricos.

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns [herdadas ou partilhadas] sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem [e geralmente se opõem] dos seus. (THOMPSON, 2004, p.10).

Para se compreender a classe em determinado contexto histórico é necessário compreender como os indivíduos vieram a ocupar determinado papel social e como a organização social chegou à sua estrutura específica, examinando “padrões em relações, suas ideias e instituições” (THOMPSON, 2004, p.12). O historiador marxista procura articular, em um contexto histórico específico, a relação

entre as “determinações materiais com os elementos subjetivos - no sentido do sistema de valores, crenças, moral, atitudes - envolvidos no processo de articulação de identidades constituintes da consciência de classe” (MATTOS, 2012, p.84). A partir do conceito de *experiência*, busca estabelecer um nexo entre o modo de produção e a consciência dos indivíduos, acreditando ser capaz de demonstrar como homens e mulheres tratam a experiência de situações e relações produtivas no âmbito da consciência e cultura - encarnando tradições, sistemas de valores, ideais e formas institucionais -, e agem sobre determinada situação.

A formação da consciência de classe advém da experiência que o sujeito vive no nível das relações sociais que mantém, inclusive, fora da esfera produtiva. Por isso, esta pode ser vista num primeiro momento como consciência da identidade de interesses entre diversos grupos de trabalhadores e, em seguida, dar lugar ao crescimento de formas correspondentes de organização política, possibilitando “uma nova forma de consciência dos trabalhadores em relação aos seus interesses e à sua situação enquanto classe” (THOMPSON, 2002, p.303), favorecendo uma consciência política.

A partir desses indicativos, podemos recuperar a assertiva de Iasi (2012, p.125) de que “a consciência é, antes de mais nada, relação”; se processa em movimento, a partir do *fazer-se* da classe, de suas experiências e processos de luta. E é nessa direção que reconhecemos a centralidade das lutas sociais no desenvolvimento dos processos de formação da consciência e apontamos elementos identificados na pesquisa realizada na ocupação *Dandara* que tratam de tal relação.

2 ELEMENTOS DE ANÁLISE DO PROCESSO DA CONSCIÊNCIA DE CLASSE NA OCUPAÇÃO DANDARA

Mesmo reconhecendo que para se analisar o movimento da classe e, portanto, de sua consciência, é preciso se deter a elementos conjunturais e estruturais vinculados a contextos socio-históricos mais gerais, que demonstram sua capacidade enquanto sujeito coletivo revolucionário de interpretação e intervenção na realidade (visando sua transformação), consideramos as lutas sociais particulares como práticas cotidianas de resistência da classe trabalhadora que podem se constituir, no contexto do capital, como espaços privilegiados para otimizar o processo de formação da consciência junto a indivíduos e grupos sociais. Essas experiências são desenvolvidas por sujeitos diversos, assumem formatos organizativos distintos e se desenvolvem em contextos e territórios particulares. Conforme apresentamos, nossa intenção neste artigo é apresentar elementos significativos encontrados na trajetória de mobilização e organização da ocupação urbana *Dandara*, localizada em Belo Horizonte-MG, que nos permitam identificar a manifestação das categorias de análise elencadas sobre o processo de constituição e movimento da *classe* e *consciência de classe*.

A linha investigativa foi a pesquisa qualitativa, por meio dos instrumentos metodológicos da pesquisa bibliográfica, observação em campo e entrevista semiestruturada com três segmentos

representativos na trajetória da ocupação: lideranças locais, militantes dos movimentos que articularam a ocupação e militantes da Rede de apoio.

Algumas características singulares desta experiência de ocupação urbana merecem destaque. *Dandara é resultado de uma ação articulada entre um movimento social urbano e movimentos sociais rurais: Brigadas Populares, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Comissão Pastoral da Terra (CPT)*³ que buscava congregiar dimensões da ruralidade e da urbanidade articuladas na esfera do trabalho e da produção⁴. O terreno de 31,5 hectares, localizado em uma região de elevada especulação imobiliária, foi ocupado em 09 de abril de 2009. A maioria das famílias era advinda de vilas e bairros de periferia da cidade de Belo Horizonte, mobilizadas anteriormente pelos movimentos organizadores. Planejada para o assentamento de 100 famílias, logo nos primeiros dias a ocupação recebeu uma intensa aglomeração de pessoas, totalizando, em uma semana, aproximadamente, 1.000 famílias.

A ocupação da terra foi antecedida por um processo de estudo, mapeamento de terrenos e planejamento por parte dos Movimentos, e de reuniões de formação e mobilização das famílias, durante, aproximadamente um ano e meio. Já nos primeiros dias, sofreu forte ofensiva repressiva por parte da justiça e da Polícia Militar, com tentativas de despejo que, na análise dos entrevistados, tornou-se um fator impulsionador significativo do processo de resistência interno e do alcance da rede de apoiadores da ocupação, nas mais diversas áreas e segmentos. Rede que oportunizou uma experiência também distinta. Por meio de uma parceria estabelecida com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas), foi construído, junto com os moradores, o *Projeto Urbanístico da Comunidade Dandara*, que orientou o processo de ocupação total do espaço territorial, já compatível com as leis urbanísticas da cidade no que tange ao tamanho dos lotes, bem como à distância e largura das ruas. Naquele projeto foram inseridos espaços coletivos, como centro comunitário, centro ecumênico, creche e espaços diversos para plantios comuns.

Destacam-se também a incorporação de aspectos organizativos vinculados ao método do Movimento Sem Terra, como a constituição de núcleos e setores (saúde, segurança, educação, formação, dentre outros); a distribuição das famílias por grupos territoriais com suas respectivas coordenações, que constituíam a base de organização da comunidade; a paridade entre homens e mulheres na composição das coordenações; o uso da simbologia como instrumento de sensibilização dos moradores e sua identificação com a luta da comunidade, sendo um instrumento facilitador dos processos de formação; e a recuperação da história de lutadores e lutadoras do povo com o propósito de que os moradores identifiquem sua luta imediata com outras lutas sociais e com o processo organizativo da classe.

³ O MST e CPT são movimentos que atuam no campo, já conhecidos nacionalmente. Aqui vale uma breve apresentação das Brigadas Populares. A organização surgiu em Belo Horizonte em 2005, a partir de um Núcleo de Estudos Marxistas (NEM) da Faculdade de Direito, da UFMG. Desenvolvem trabalhos junto às vilas e favelas acompanhando ocupações espontâneas, mobilizam ocupações com outros movimentos, além de outras iniciativas populares.

⁴ A proposta era influenciada pela experiência da *Comuna da Terra* praticadas pelo Movimento Sem-Terra em São Paulo. Mesmo com a proposta inicial abandonada devido ao aumento significativo do número de famílias que aderiram à ocupação, como veremos a seguir, esta é uma dimensão que perpassa o processo organizativo e estrutural da comunidade.

A análise da experiência vivenciada na ocupação *Dandara* nos permitiu identificar o desenvolvimento de um processo de formação da consciência social que eleva os indivíduos de sua condição imediata. Havia um conhecimento coletivo, embora não sistemático, que dirigia a consciência de indivíduos e grupos; a experiência proporciona o questionamento da situação que vivenciam - de sua necessidade imediata - a partir de aspectos do contexto sócio-histórico, a identificação de interesses comuns em contraposição a grupos e instituições que possuem interesses divergentes; e a identificação da possibilidade de alteração da realidade, a partir da luta coletiva.

Elencamos elementos que nos levaram a caracterizar os movimentos da consciência de classe presentes nesta experiência particular de resistência, e que contribuem para caracterizar aspectos que delineiam o processo de constituição da classe e sua consciência a partir da luta urbana e do espaço da ocupação.

A necessidade imediata se apresenta como elemento agregador de indivíduos dispersos em uma luta comum. É a necessidade de moradia que leva indivíduos a se agregarem à ocupação, na busca por condições de viver. Essa necessidade, que vem apresentada na “roupagem” do interesse particular, vai ganhando novas dimensões a partir da experiência da ocupação. A própria organicidade da ocupação tenta reverter a lógica do interesse particular em detrimento ao coletivo, trazendo em si, à tona da luta coletiva como facilitadora das experiências humanas, capaz de enriquecer as relações sociais.

O movimento da consciência de classe se processa na luta. Encontramos na experiência da ocupação um conjunto de estratégias organizativas, de metodologias participativas, que incidiam sobre o desenvolvimento de habilidades e o experimento de processos coletivos. Destacaram-se o processo de constituição de grupos para a realização de tarefas internas e externas, a valorização da tomada de decisões coletivas, as ações de massa, a inserção de moradores e lideranças no apoio a outras ocupações urbanas e participação em outros processos de luta, entre outras. Esse conjunto de estratégias, articuladas entre si como processo pedagógico, compõem um importante instrumento que impacta no nível de elevação da consciência dos indivíduos.

A luta coletiva permite a identificação de indivíduos com a situação de exclusão e/ou necessidade de outro similar às suas condições, contribuindo para a percepção de segmentos que possuem o mesmo interesse e situação, em contraposição a segmentos e instituições que possuem interesses divergentes. A inserção em outras lutas favorece o entendimento de outras formas de exclusão, causadas pela forma de organização da sociedade, contribuindo para a percepção de fundamentos comuns entre diversas lutas sociais e a luta particular da ocupação. A identificação desses antagonismos de interesses na ocupação contribuiu para que se nomeassem grupos opostos, identificados nos depoimentos dos entrevistados como sendo o Estado (na atuação dos poderes executivos, do aparato militar e do poder judiciário) e a iniciativa privada (no caso das empresas que alegam a propriedade das terras). Esse quadro levava à uma identificação, ainda embrionária, da crítica aos interesses que o Estado representa na ordem burguesa.

O desenvolvimento do processo de resistência coletiva, materializada na experiência da ocupação, contribuiu para o início de uma “crise ideológica” que incide na construção de novas concepções de mundo e relações sociais, políticas e econômicas. Destaca-se que, além de não possuírem nenhuma vinculação anterior ou experiência de militância em outros movimentos sociais e organizações políticas, a maioria das lideranças entrevistadas não participou do processo de mobilização para a ocupação. A experiência na ocupação foi um primeiro contato direto, sistemático e orgânico destas lideranças com movimentos sociais e organizações políticas, sendo determinante para o desenvolvimento de aprendizados que contribuem para a elevação de sua consciência crítica.

A ocupação foi apresentada pelos entrevistados/as como espaço de constantes aprendizados que possibilitam a experimentação cotidiana de novos processos, valores e práticas; despertaram para a importância da organização coletiva para a conquista de direitos; desenvolveu dimensões da solidariedade, confiança, disciplina e do preparo para lidar com outras pessoas e esferas de poder institucional. Houve uma percepção destacada das injustiças sociais, que contribui, como destaca Miranda (2012, p.127), para a construção de “subjetividades mais politizadas, rebeldes e desestabilizadoras”.

A inserção no processo organizativo de uma luta particular, contribui para que os indivíduos identifiquem fundamentos comuns entre esta e lutas mais amplas, possibilitando uma compreensão, ainda embrionária, das contradições e conflitos entre classes. Todavia, os elementos da imediatidade, homogeneidade e espontaneidade ainda são determinantes e demarcam o processo de formação da consciência. As lutas ainda são presas às necessidades imediatas e desenvolvidas a partir da unidade imediata de pensamento e ação, sem a atenção devida ao processo de amadurecimento teórico e de identificação como classe.

A vinculação da luta pela moradia a uma luta mais ampla de transformação da forma de organização da sociedade esteve presente em depoimentos de militantes dos movimentos organizadores e de apoio. Todavia, não surgiu na fala das lideranças. Essas se delimitaram ao universo da demanda e dos direitos, sem a correlação dessas lutas com um horizonte mais amplo e emancipatório.

Por fim, foi destacada a importância do processo pedagógico da formação política, que unifica práticas de leituras, estudos e debates às ações de luta e de massa. Identificamos que esta forma de conceber e articular a formação contribuiu para desenvolver o entendimento do impacto político de uma atividade de massa; a compreensão da correlação de forças entre interesses opostos; a percepção da necessidade de se criar estratégias para a melhoria da relação com os grupos do entorno como fortalecimento da ação política interna; a identificação do impacto do desenvolvimento de campanhas junto a uma ampla rede de apoiadores, dando visibilidade e possibilitando conquistas para a comunidade, entre outros. A formação de novos saberes e concepção de mundo são essenciais para orientar a ação da classe.

Os elementos identificados nesta experiência nos apontam para uma nova forma de consciência, mesmo em estágios embrionários da consciência em si. Percebemos elementos da consciência de classe germinando da ação e identidade coletivas, da organização, de novas concepções de mundo.

Ao mesmo tempo, há elementos do patamar anterior da consciência que não são superados. Por que, diante da presença das classes em luta e da identificação de elementos constitutivos do que poderíamos associar ao patamar da *consciência em si*, não identificamos esta elevação no processo de formação da consciência vivenciado na ocupação? A busca de resposta a essa indagação exige novos caminhos investigativos.

CONCLUSÃO

A consciência é a consciência da classe, corresponde ao próprio movimento da classe, afirmamos. Não pode nos surpreender a não identificação do desenvolvimento de um novo patamar da consciência de classe na expressão de uma luta particular, mesmo que nesta experiência se identifiquem germes desta gradação. O primeiro passo é considerar o imperativo de pensar os processos organizativos e de formação da consciência, atrelados ao processo de reprodução da vida material; afinal, “a consciência não pode jamais ser outra coisa do que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real” (MARX e ENGELS, 2009. p.31).

Essa constatação não invalida a importância de análises de processos particulares de resistência de segmentos que compõem a classe trabalhadora. Estes são elementos centrais para a compreensão do movimento da classe enquanto totalidade social em um determinado contexto socio-histórico. A consciência não pode extrapolar sua época, ou seja, não é possível uma elevação da consciência de classe a patamares superiores, num contexto histórico de brutal retrocesso da luta de classes. Em contrapartida, também sabemos que não basta que as condições objetivas estejam determinadas, pois soma-se a elas a condição subjetiva, ou seja, a capacidade de a classe revolucionária conduzir a práxis revolucionária e construir a verdadeira história da humanidade.

O ser molda a consciência e a consciência, dialeticamente, incide sobre a conformação do ser. Cada momento da consciência é parte do movimento da classe, mesmo ainda segregado. Desse modo, o estudo de processos particulares de luta e mobilização de segmentos da classe - como o efetuado sobre a ocupação *Dandara* - nos oferece pistas para a análise do cenário da luta de classes em determinado contexto sócio-histórico, podendo inferir em processos organizativos e de luta que unifiquem a classe na construção de um processo que revolucione as bases da ordem vigente.

REFERÊNCIAS

IASI, M. L. *Ensaio sobre consciência e emancipação*. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

IASI, M. L. *As metamorfoses da consciência de classe*. O PT entre a negação e o consentimento. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LEFEVBRE, H. *A vida cotidiana no mundo moderno*. Trad. Alcides João de Barros. São Paulo: Editora Ática, 1991, p. 17-68.

LIMA S. L. R. Luta de classes e Questão Urbana no Brasil atual. *XIX Seminario Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social*. El Trabajo Social en la coyuntura latinoamericana: desafios para su formación, articulación y acción profesional. Universidad Católica Santiago de Guayaquil. Guayaquil, Ecuador. 4-8 de outubro de 2009.

LUKÁCS, G. *História e consciência de classe*. Estudos sobre a dialética marxista. Trad. Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, Karl. *Miséria da filosofia*. São Paulo: Livraria Exposição do Livro, s/d.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. Trad. Maria Helena Barreiro Alves. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003, Prefácio, p.3-8.

MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. e ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. Trad. Álvaro Pina. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, K. e ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. Trad.: Pietro Nasseti. 2.ed. São Paulo: Martin Claret, 2010.

MATTOS, M. B. *E.P.Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2012, p.57-116.

MIRANDA, I. G. *Ocupando Sonhos*. A Comunidade Dandara e as ocupações organizadas de terras nas cidades: emancipação social e reforma urbana. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG, Belo Horizonte, 2012.

NETTO, J. Paulo. *Prólogo*. Edição Comemorativa dos 150 anos do Manifesto Comunista. São Paulo: Cortez, 1998.

THOMPSON. E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Vol. III. A força dos trabalhadores. 3.ed. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002b.

THOMPSON. E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Vol. I. A árvore da liberdade. 4.ed. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

PARTE III
SERVIÇO SOCIAL:
QUESTÃO SOCIAL,
ORIENTAÇÕES
TEÓRICO-METODOLÓGICAS
E TRABALHO PROFISSIONAL

A QUESTÃO SOCIAL NO CAPITALISMO¹

MARILDA VILLELA IAMAMOTO²

Nota da autora à presente (re)publicação

Este texto foi originalmente publicado na *Revista Temporalis*. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) -(Brasília, ano II, nº 3, jan.-jun. de 2001, pp. 9-32). Sua (re) publicação nesta coletânea, nos exatos 20 anos após ter vindo a público pela primeira vez, decorre de sugestão da Professora Dra. Maria Lúcia Duriguetto, por ser este um texto de difícil acesso em virtude dos números iniciais da *Revista Temporalis* não se encontrarem digitalizados e por este texto ser utilizado como referência bibliográfica na docência em Serviço Social. Foi mantida a forma original da referida publicação por ser ela historicamente datada. A construção desse texto está intimamente relacionada ao processo de implementação das diretrizes curriculares para os cursos de Serviço Social. O acolhimento por parte de sua autora à sugestão de nova publicação, após releitura dos originais, decorre da feliz surpresa quanto a pertinência das explicações centrais do texto voltadas à análise do significado da “questão social” no processo de reprodução ampliada do capital. Ela se constrói no contraponto às interpretações sociológicas difundidas do tema, seja enquanto ameaça a ordem e à coesão social, seja como expressão de uma “nova questão social” resultante da crise do “estado providência” e fruto da inadaptação de novos métodos de “gestão do social”. No texto, em contrapartida, a premissa é que a “questão social” é indissociável das *formas sociais* assumidas pelo trabalho, no capitalismo, isto é, das relações sociais por meio das quais se realiza, inseparáveis dos dilemas do valor mercantil e de seus fetichismos, o que incide também no trabalho do assistente social. Certamente a história caminhou a passos largos nessas duas décadas, radicalizando as orientações neoliberais na condução das políticas econômicas e sociais com profundas implicações nas múltiplas expressões da “questão social” aqui anunciadas. Cabe, pois, ao/a leitor/a, com sua argúcia no acompanhamento do tempo presente, essa atualização. O conteúdo deste sintético texto foi, posteriormente, incorporado e aprofundado no livro, de minha autoria, *O Serviço Social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social*. (São Paulo: Ed. Cortez, 2007, atualmente na 2ª reimpressão de sua 9ª edição).

¹ Texto base da palestra realizada na abertura do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – (ENPESS), realizado na Universidade de Brasília (UNB), no dia 21 de novembro de 2000.

² Professora Titular da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) aposentada, e então Professora Visitante da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Agradeço à ABEPSS - e entidades que apoiaram o evento - o convite para participar da mesa de abertura do VII ENPESS, juntamente com o Professor Dr. Jean Lojkine, o que muito me honrou.

*“Caminhos não há.
Mas as gramas
os inventarão.*

*Aqui se inicia,
uma viagem clara
para a encantação.*

*Fonte, flor em fogo,
o que nos espera
por detrás da noite?*

*Nada vos sovino:
com a minha incerteza,
vos ilumino”.*

Ferreira Gullar

INTRODUÇÃO

O poema de Ferreira Gullar é um alerta aos impasses do presente e um alento que nos anima a manter viva a chama da esperança enraizada nos processos sociais. Manter viva a rebeldia e a afirmação de caminhos que constroem - detrás da noite do presente - “uma viagem clara de encantação”, como diz o poeta. Espero que as nossas (in)certezas partilhadas impulsionem o debate coletivo voltado à compreender e identificar estratégias de enfrentamento à questão social, na defesa dos direitos humanos e sociais, o que nos desafia a todos(as), profissionais e cidadãos(ãs).

Esse ENPESS realiza-se em um contexto adverso, mas decisivo para a profissão e para a sociedade. Momento de acumular forças políticas e fôlego acadêmico ante as investidas conservadoras que naturalizam o ordenamento capitalista - e as desigualdades e contradições que dele emanam -, em um amplo empreendimento político-ideológico, que embaça a construção de iniciativas coletivas na trilha da “viagem da encantação”. De outro lado, os últimos resultados eleitorais no país demonstraram o avanço das forças democrático-populares, atestando a indignação ante as políticas oficiais, que vêm profundando as desigualdades, a pobreza e a “exclusão social” em suas múltiplas faces e dimensões.

No âmbito acadêmico-profissional, os pesquisadores são convocados a subsidiar, com sua produção intelectual, a elaboração dos currículos plenos no processo de implantação das diretrizes curriculares, cuja construção remonta a 1994. Elas requerem o aprofundamento do debate e o rigor no trato da questão social - em suas múltiplas expressões e formas a serem enfrentadas -, na defesa dos direitos sociais universais e da esfera pública, recriando a sociedade e, nela, a profissão.

A premissa é de que a *análise da questão social é indissociável das configurações assumidas pelo trabalho e encontra-se necessariamente situada em uma arena de disputas* entre projetos societários, informados por distintos interesses de classe, *acerca de concepções e propostas* para a condução das políticas econômicas e sociais.

Sob um ângulo, a *questão social produzida e reproduzida ampliamente* tem sido vista, na perspectiva sociológica, enquanto “disfunção” ou “ameaça” à ordem e à coesão social. É apresentada como uma “nova questão social”, resultante da “inadaptação dos antigos métodos de gestão do social”, produto da crise do “Estado Providência”. Frequentemente a programática para fazer frente à mesma *tende a ser reduzida a uma gestão* mais humanizada e *eficaz dos problemas sociais*, na órbita da ordem instituída nos marcos da mundialização do capital sob a égide do grande capital financeiro e das políticas neoliberais. Dessa maneira, as respostas à questão social passam a ser canalizadas para os mecanismos reguladores do mercado e para as organizações privadas, as quais partilham com o Estado a implementação de programas focalizados e descentralizados de “combate à pobreza e à exclusão social”.

Em perspectiva de análise distinta, a questão social *enquanto parte constitutiva das relações sociais capitalistas*, é apreendida como expressão ampliada das desigualdades sociais: o anverso do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social. Sua produção/reprodução assume perfis e expressões historicamente particulares na cena contemporânea. Requer, no seu enfrentamento, a *prevalência das necessidades da coletividade dos trabalhadores, o chamamento à responsabilidade do Estado e a afirmação de políticas sociais de caráter universal, voltadas aos interesses das grandes maiorias, condensando um processo histórico de lutas pela democratização da economia, da política, da cultura na construção da esfera pública.*

A exposição sobre o tema parte da análise do *significado da questão social* no âmbito mesmo da acumulação capitalista. Em seguida, identifica algumas das *particularidades históricas* que redimensionam a produção/reprodução da questão social na atualidade. Finalmente, trata as *relações entre questão social e Serviço Social* no embate por direitos de cidadania, identificando alguns desafios que se apresentam à formação profissional e ao trabalho do assistente social nesse contexto.

1 O SIGNIFICADO DA “QUESTÃO SOCIAL” NO MARCO DA TEORIA SOCIAL CRÍTICA

A tese a ser desenvolvida considera ser a “questão social” *indissociável do processo de acumulação e dos efeitos que produz sobre o conjunto das classes trabalhadoras, o que se encontra na base da exigência de políticas sociais públicas. Ela é tributária das formas assumidas pelo trabalho e pelo Estado na sociedade burguesa e não um fenômeno recente, típico do trânsito do padrão de acumulação no esgotamento dos 30 anos gloriosos da expansão capitalista*

A expressão “questão social” é estranha ao universo marxiano, tendo sido cunhada por volta de 1830 (STEIN, 2000). Historicamente, foi tratada sob o ângulo do poder, vista como ameaça que a luta de classes - em especial, o protagonismo da classe operária - representava à ordem instituída. Entretanto, os processos sociais que ela traduz encontram-se no centro da análise de Marx sobre a sociedade capitalista. Nessa tradição intelectual, o regime capitalista de produção é tanto um processo de produção das condições materiais da vida humana, quanto um processo que se desenvolve sob relações sociais - histórico-econômicas -- de produção específicas. Em sua dinâmica produz e reproduz seus expoentes: suas condições materiais de existência, as relações sociais contraditórias e formas sociais através das quais se expressam. Existe, pois, uma indissociável relação entre a *produção dos bens materiais e a forma econômico-social em que é realizada*, isto é, a *totalidade das relações entre os homens em uma sociedade historicamente particular*, regulada pelo desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social³. Reter essa dupla e indissociável dimensão da análise -- a *existência material das condições de trabalho e a forma social pela qual se realiza* -- é fundamental. Obscurecer as relações sociais que se expressam nos componentes materiais da riqueza, autonomizando-os, enquanto propriedade das coisas, é cair nas armadilhas da mistificação, o que se refrata hoje em muitas análises sobre o trabalho na sociedade burguesa. Aliás, esse foi o embaraço da economia política clássica: os economistas aprisionavam sua análise na ótica do valor de uso -- ou da forma técnico-material em que se expressa o trabalho- incapazes de compreender *a forma social da riqueza isto é, a natureza do valor de troca e os fetichismos que a acompanham*⁴. Razão pela qual não captavam o caráter específico do trabalho e da riqueza na sociedade do capital, pois os apresentavam como

³ “Vimos que o processo de produção capitalista é uma forma historicamente determinada do processo social de produção em geral. Este último é tanto um processo de produção das condições materiais de existência humana, quanto processo que, ocorrendo em relações histórico-econômicas de produção específica, produz e reproduz essas mesmas relações de produção e, com isso, os portadores desses processo, suas condições materiais de existência e suas relações recíprocas, isto é, sua forma econômica determinada. Pois a totalidade dessas relações, em que os portadores dessa produção se encontram com a Natureza e entre si, em que eles produzem, essa totalidade é exatamente a sociedade, considerada segundo a sua estrutura econômica. Como todos os seus predecessores, o processo de produção capitalista transcorre sob determinadas condições materiais que, no entanto, são ao mesmo tempo portadores de relações sociais determinadas nas quais os indivíduos entram no processo de reprodução de sua vida. Aquelas condições, assim como essas relações, são, por um lado, pressupostos e, por outro, resultados e criações do processo de produção capitalista: são por ele produzidos e reproduzidos. (MARX, 1985, p.272, Livro III)

⁴ Cf. MARX:1985, tomo III, cap. 48.

riqueza em geral, destituída de sua historicidade, “como se o valor de troca fosse mero cerimonial”, já anotara Marx⁵.

A alusão a essa problemática é fundamental, porque desconsiderando-a desfigura-se o debate sobre o trabalho e a questão social na atualidade. Esse procedimento atualiza-se hoje entre intelectuais que, em nome da teoria social de Marx, discutem o trabalho enquanto valor de uso - enquanto atividade produtiva útil, em sua substância material -, independente de sua determinação formal, isto é, da historicidade relações sociais por meio das quais se produz na sociedade burguesa. Relações estas que são inseparáveis da forma valor, cujas implicações são silenciadas nessas análises, o que conduz, por vias não previstas, às armadilhas da reificação: privilegiar os atributos das coisas materiais em detrimento das relações sociais que as qualificam. Ou, em outros termos, reforça “a materialização das relações sociais e a personificação das coisas, esta ‘religião da vida diária’” (MARX, 1985, tomo III)⁶. Reitera-se os mesmos equívocos da economia política clássica e sua lógica, embora em nome da teoria social crítica. A argumentação - e seus sofismas - tende a ser presidida pela lógica formal e evolutiva na abordagem da história, a qual não se impregna na construção da análise. No desencontro entre método e teoria, uma linguagem típica do universo teórico de Marx, confunde os leitores desavisados ou não especialistas⁷. Com já alertara Marx, considerar “a atividade produtiva do homem em geral, por meio da qual opera seu metabolismo com a natureza - em sua simples existência natural e independente da sociedade, nada tem de social”, (MARX, 1985, p. 272, livro III). Portanto pensar o trabalho e a questão social na sociedade capitalista supõe dar conta de sua historicidade, que, na análise do autor de *O Capital*, dispõe de uma dupla e indissociável característica que a *particulariza*.

Em primeiro lugar, nessa sociedade, a mercadoria é o caráter predominante e determinante dos produtos. O próprio trabalhador aparece como um mero vendedor de mercadorias: trabalhador “livre” que vende a sua força de trabalho - ou uma medida determinada de seu tempo de vida - e seu

⁵ Referindo-se a Ricardo, Marx acusa-o de conceber o trabalho assalariado e o capital como “formas sociais naturais, são determinadas historicamente, para a produção da riqueza como valor de uso. (...) Daí que não compreenda o caráter específico da riqueza burguesa, precisamente porque esta se apresenta como forma correspondente da riqueza em geral e portanto economicamente”: Ainda que Ricardo tenha partido do valor de troca as formas econômicas determinadas do intercâmbio não desempenham papel algum em sua economia, uma vez que só fala da distribuição do produto geral do trabalho e da terra entre as três classes, como se a riqueza fundada no valor de troca só tratasse de valor de uso e o valor de troca fosse tão somente uma forma cerimonial, que, em Ricardo, desaparece inteiramente, como o dinheiro, enquanto meio de circulação na troca” (MARX, 1980, pp.272-273, vol. I)

⁶ Um argumento exemplar é aquele que só considera trabalho a atividade que transforma a matéria natural, em detrimento das relações sociais que atribuem historicidade ao trabalho e ao trabalhador na sociedade burguesa. As análises tendem a cindir o valor de uso e valor de troca, na compreensão da mercadoria força de trabalho, que ao ser colocada em ação, sob determinadas condições e relações sociais, transforma-se em trabalho.

⁷ Cf. o texto do filósofo Lessa, S. “Serviço Social e trabalho: do que se trata?”. In: *Temporalis 2*. Brasília, ABEPSS, jul.- dez. de 200, pp. 35-58. Considero fundamental dar conta da perspectiva ontológica presente em Marx, que tem no trabalho o elemento determinante na distinção do ser social ante a natureza. Pelo trabalho, afirma-se como um ser dotado de capacidade teleológica na formulação de respostas prático-sociais aos seus carecimentos, capaz de antecipar e formular projetos, direcionando a razão e vontade na consecução de seus objetivos, como sujeito da história. A essência humana radicalmente histórica, é excentrada em relação ao indivíduo isolado, constituída pelas condições e relações sociais que constroem as formas de sociabilidade. (Cf. MARX, 1975). Entretanto se esse é um patamar de indiscutível importância no debate é também insuficiente para dar conta das particularidades históricas do trabalho na sociedade burguesa, sob o risco de cair nas armadilhas da produção em geral, tal como tratada pela economia política, como alertou Marx na Introdução aos *Grundrisse* (1857-1858). Quanto à posição do autor de que o Serviço Social é ideologia e não trabalho, requer um debate específico sobre a sua noção de trabalho.

trabalho assume a determinação social de trabalho assalariado, com caráter geral⁸. Assim os agentes principais dessa sociedade - o capitalista e o trabalhador assalariado - aparecem como *personificações do capital e do trabalho*, isto é, portadores de determinados caracteres sociais que o processo social de produção imprime aos indivíduos sociais, produtos destas relações, no âmbito das quais afirmam seu protagonismo. A forma específica do valor - a forma mercadoria e seu fetiche - entranham tanto as relações de circulação, quanto aquelas que têm lugar entre os agentes de produção. Ela inverte e subverte o sentido das relações sociais em um amplo processo de mistificação e reificação, submetendo as relações entre os homens à relações entre coisas.

Em segundo lugar, a mais valia é a finalidade direta e o móvel determinante da produção.

A tendência à reduzir ao mínimo o preço de custo converte-se na *alavanca* mais poderosa para a intensificação da força produtiva do trabalho social, que aparece como força produtiva do capital. Esse não é uma coisa material, mas

uma relação social de produção, correspondente a uma formação histórica da sociedade que se corporifica numa coisa material e lhe atribui um caráter social específico (...) é o conjunto dos meios de produção convertido em capital, isto é, monopolizados por uma determinada parte da sociedade, os produtos e as condições do exercício da força de trabalho autonomizados frente a força viva de trabalho e a que este antagonismo personifica como capital.” (MARX, 1985, p. 754, livro III)

Como pensar a questão social nessa sociedade? Qual a sua gênese?

O processo de acumulação ou a reprodução ampliada do capital realiza-se historicamente sob um duplo movimento. Quando a composição do capital se mantém inalterada, o aumento do capital revela-se como ampliação tanto da classe capitalista - mais capitalista e mais poderosos que competem entre si - quanto dos trabalhadores assalariados, alargando o poder de mando do capital sobre o trabalho. Entretanto com o progresso da acumulação, o aumento da produtividade torna-se um de seus produtos e sua alavanca mais poderosa, operando-se uma mudança na *composição técnica e de valor do capital*. Reduz-se proporcionalmente o emprego da força viva de trabalho ante o emprego de meios de produção mais eficientes, impulsionando o aumento da produtividade do trabalho social. A incorporação por parte dos empresários capitalistas dos avanços técnicos e científicos no processo de produção (no sentido *lato*, englobando, produção, distribuição troca e consumo) possibilita aos trabalhadores, sob a órbita do capital, produzirem mais em menos tempo. Reduz-se o *tempo de trabalho socialmente necessário* à produção das mercadorias, ou seja, o seu valor, ampliando simultaneamente o tempo de trabalho excedente ou mais-valia. Em termos da composição de valor, reduz-se relativamente o capital variável - empregado na força de trabalho - e aumenta-se o capital constante, empregado nos meios materiais de produção. A incorporação das

⁸ Embora a forma de trabalho assalariado seja decisiva para a configuração de todo o processo e para o modo específico da própria produção “o trabalho assalariado não é determinante. Na determinação do valor se trata do tempo de trabalho em geral, do *quantum* de trabalho de que a sociedade em geral dispõe e cuja absorção relativa pelos distintos produtos determina, até certo ponto seu peso social relativo” Marx, (1985, p.314, cap. LI, Livro III)

conquistas da ciência no processo de produção na sua globalidade - ela mesma uma força produtiva por excelência (MARX, 1980) - , contribui para acelerar a produtividade do trabalho e a rotação do capital, permitindo uma ampliação das taxas de lucratividade. A concentração e centralização de capitais, impulsionadas pelo crédito e pela concorrência, ampliam a escala de produção. Com isso, *o decréscimo relativo de capital variável aparece inversamente como crescimento absoluto da população trabalhadora, mais rápido que os meios de sua ocupação*. Assim, o processo de acumulação *produz uma população relativamente supérflua e subsidiária às necessidades médias de seu aproveitamento pelo capital. É a lei particular de população deste regime de produção: com a acumulação, obra da própria população trabalhadora, esta produz, em volume crescente, os meios de seu excesso relativo*. Acresce-se a isso *o interesse dos empresários capitalistas em extrair uma maior quantidade de trabalho de uma parcela menor de trabalhadores, via ampliação da jornada de trabalho e intensificação do trabalho*, articulando os meios de extração da mais valia absoluta e relativa. Isso faz com que o trabalho excedente dos segmentos ocupados condene à *ociosidade socialmente forçada* amplos contingentes de trabalhadores aptos ao trabalho e impedidos de trabalhar, mais além dos incapacitados para a atividade produtiva.

Cresce pois *uma superpopulação relativa* para esse padrão de desenvolvimento: não os “inúteis para o mundo”, a que se refere R. Castel (1998), mas *os supérfluos para o capital, acirrando a concorrência entre os trabalhadores - a oferta e procura*, com evidente interferência na regulação dos salários (ainda que sejam estes uma função da magnitude da acumulação). Dentre essa superpopulação relativa - que à época da revolução industrial inglesa era qualificada de “exército industrial de reserva” - encontram-se os *segmentos intermitentes*, sujeitos às oscilações cíclicas e eventuais de absorção e repulsa do trabalho nos centros industriais; a *superpopulação latente* na agricultura, fruto da redução de demanda de força de trabalho decorrente do seu processo de industrialização, não acompanhada de igual capacidade de absorção dos trabalhadores nos polos urbano-industriais. Inclui-se também aquela parcela *estagnada* de trabalhadores ativos com ocupações irregulares e eventuais: os precarizados, temporários, com “máximo de tempo de serviço e mínimo de salário”, sobrevivendo abaixo do nível médio da classe trabalhadora. Esse quadro é complementado com o crescimento do *pauperismo*⁹, segmento formado por contingentes populacionais miseráveis aptos ao trabalho mas desempregados, crianças e adolescentes e segmentos indigentes incapacitados para o trabalho (idosos, vítimas de acidentes, doentes etc.), cuja sobrevivência depende da renda de todas as classes, e, em maior medida, do conjunto dos trabalhadores

⁹ “O pauperismo constitui o asilo dos inválidos do exército ativo de trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção está incluída na produção da superpopulação relativa, sua necessidade na necessidade dela, e ambos constituem uma *condição da existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza*. Ele pertence aos *fauxfruits* da produção capitalista que, no entanto o capital sabe transferir para os ombros da classe trabalhadora e da pequena classe média” (MARX, 1985, p.209, Livro I)

Em síntese, o crescimento da *força de trabalho disponível é impulsionado pelas mesmas causas que a força expansiva do capital*, expressando a lei geral da acumulação capitalista¹⁰. Essa é modificada em sua realização pelas mais variadas circunstâncias, fruto do aperfeiçoamento dos meios de produção e do desenvolvimento da produtividade do trabalho social mais rápido do que a população trabalhadora produtiva. A lei da acumulação expressa-se, na órbita capitalista, às avessas: no fato de que parcela da população trabalhadora sempre cresce mais rapidamente do que a necessidade de seu emprego para os fins de valorização do capital. (MARX, 1985, p. 209). Gera, assim, *uma acumulação da miséria relativa à acumulação do capital, encontrando-se aí a raiz da produção/reprodução da questão social na sociedade capitalista*.

A existência do *trabalhador livre* – a separação do indivíduo das condições de seu trabalho, monopolizadas sob a forma capitalista de propriedade – enquanto condição histórica dessa forma de organização social da produção, torna o indivíduo que trabalha um *pobre virtual*.¹¹ *Pobre enquanto inteiramente necessitado, excluído de toda a riqueza objetiva, dotado de mera capacidade de trabalho e alijado das condições necessárias à sua realização objetiva na criação de seus meios de sobrevivência*. Como a capacidade de trabalho é mera potência, o indivíduo só pode realizá-la se encontra lugar no mercado de trabalho, quando demandado pelos empresários capitalistas. Assim a obtenção dos meios de vida depende de um conjunto de mediações que são sociais, passando pelo intercâmbio de mercadorias, cujo controle é inteiramente alheio aos indivíduos produtores. *O pauperismo como resultado do trabalho - do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social - , é uma especificidade da produção fundada no capital* (MARX, 1980, t. II, p.110). Importa salientar que, nessa concepção, a pobreza não é apenas compreendida como resultado da *distribuição de renda*, mas referida à própria produção. Ou, em outros termos, à *distribuição dos meios de produção* e, portanto, às relações entre as classes, atingindo a totalidade da vida dos indivíduos sociais, que se afirmam

¹⁰ “Quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e energia de seu crescimento, portanto também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é desenvolvida pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza. Mas quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto mais maciça a superpopulação consolidada, cuja miséria está em razão inversa do suplício de seu trabalho. Quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial. Essa é a lei absoluta geral da acumulação capitalista” (MARX, 1985, p. 209, Livro I).

¹¹ O conceito de trabalhador livre contém já implícito que o mesmo é um *pauper: pobre virtual*. Com respeito às condições econômicas é mera capacidade de trabalho e por isto, dotado de necessidades vitais. É um necessitado em todos os sentidos, visto não dispor das condições objetivas para a realização de sua capacidade de trabalho. Quando o capitalista não necessita do sobretalho do indivíduo ele não poder realizar o trabalho necessário, produzir seus meios de subsistência. Quando não pode obtê-los por meio do intercâmbio mercantil, os obterá por meio de esmolas que sobrem para ele da renda de todas as classes (MARX, 1980, t.2, p.110). É interessante observar a atualidade dessa interpretação, quando os chamamentos à filantropia do capital e ao trabalho voluntário são uma das tônicas das respostas à questão social na atualidade. Lembra o debate de *Marx com Proudhon na Miséria da Filosofia* (MARX, 1970, p.11) acerca das diferentes escolas de interpretação das relações sociais capitalistas por parte dos intelectuais da burguesia. Dentre elas, destaca a *Escola humanitária* que salienta “o lado mau das relações de produção atuais. Para tranquilidade de consciência esforça-se por coonestar o mais possível os contrastes reais; deplora sinceramente as penalidades do proletariado e a desenfreada concorrência entre os burgueses; aconselha aos operários que sejam sóbrios, trabalhem bem e tenham poucos filhos; recomenda aos burgueses que moderem seu ardor na esfera da produção (...) A *Escola filantrópica* é a escola humanitária aperfeiçoada. Nega a necessidade do antagonismo; quer converter a todos os homens em burgueses; quer realizar a teoria desde que se distinga da prática e não contenha antagonismos (...) Por conseguinte, os filantropos querem conservar as categorias que expressam as relações burguesas, porém sem o antagonismo que constitui a essência dessas categorias e é inseparável delas. Os filantropos acreditam que combatem a sério a prática burguesa, mas são mais burgueses que ninguém”.

como inteiramente necessitados, tanto na órbita material quanto espiritual (intelectual, cultural e moralmente). Processo esse que é radicalizado com o desmonte das políticas sociais públicas e dos serviços a elas atinentes, destituindo a responsabilidade do Estado na preservação do direito à vida de amplos segmentos sociais, transferida à eventual solidariedade dos cidadãos, isto é, às sobras de seu tempo e de sua renda.

A questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana - o trabalho - , das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É indissociável da emergência do “trabalhador livre”, que depende da venda de sua força de trabalho com meio de satisfação de suas necessidades vitais. A questão social expressa, portanto, *disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais*, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal. Envolve simultaneamente uma *luta aberta e surda pela cidadania*. (IANNI, 1992). Esse processo é denso de *conformismos e rebeldias*, forjados ante as desigualdades sociais, expressando a consciência e a luta pelo reconhecimento dos direitos sociais e políticos de todos os indivíduos sociais.

É fato conhecido que historicamente a questão social tem a ver com a emergência da classe operária e seu ingresso no cenário político, por meio das lutas desencadeadas em prol dos direitos atinentes ao trabalho, exigindo o seu reconhecimento como classe pelo bloco do poder, e, em especial pelo Estado. *Foram as lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública, exigindo a interferência do Estado para o reconhecimento e a legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos*¹². Esse reconhecimento dá origem a um ampla esfera de direitos sociais públicos atinentes ao trabalho - consubstanciados em serviços e políticas sociais -, o que, nos países centrais, expressou-se no *Welfare State, Estado Providência* ou *Estado Social* .

Atualmente, a questão social passa a ser objeto de um violento *processo de criminalização* que atinge as classes subalternas (IANNI, 1992 e GUIMARÃES, 1979) Recicla-se a noção de “classes perigosas” - não mais laboriosas -, sujeitas à repressão e extinção. A tendência de *naturalizar* a questão social é acompanhada da transformação de suas manifestações em *objeto de programas assistenciais focalizados de “combate à pobreza”* ou *em expressões da violência dos pobres, cuja resposta é a segurança e a repressão oficiais*. Evoca o passado, quando era concebida como caso de polícia, ao invés de ser objeto de uma ação sistemática do Estado no atendimento às necessidades básicas da classe operária e outros segmentos trabalhadores. Na atualidade, as propostas imediatas para enfrentar a questão social no país atualizam a articulação *assistência focalizada/repressão*, com

¹² A história da regulamentação da jornada de trabalho, estabelecendo os limites de onde começa o tempo de vida do trabalhador para si e para o capital, é fruto de “uma guerra civil prolongada” até a regulamentação pelo Estado da jornada de 8 horas, hoje ainda um ideal cada vez mais longínquo para os grandes contingentes de trabalhadores e trabalhadoras em nosso país.

o reforço do braço coercitivo do Estado em detrimento da construção do consenso necessário ao regime democrático, o que é motivo de inquietação.

Uma *dupla armadilha* pode envolver a análise da questão social, quando suas múltiplas e diferenciadas expressões são desconectadas de sua *gênese comum*, desconsiderando os processos sociais contraditórios - na sua dimensão de totalidade - que as criam e as transformam.

Corre-se o risco de cair na *pulverização e fragmentação das questões sociais, atribuindo unilateralmente aos indivíduos a responsabilidade por suas dificuldades. Deriva na ótica de análise dos “problemas sociais”, como problemas do indivíduo isolado, perdendo-se a dimensão coletiva e isentando a sociedade de classes da responsabilidade na produção das desigualdades sociais*. Por uma artimanha ideológica, elimina-se, no nível da análise, a dimensão coletiva da questão social, reduzindo-a a uma dificuldade do indivíduo. A pulverização da questão social, típica da ótica liberal, resulta na *autonomização de suas múltiplas expressões* - as várias “questões sociais”¹³, em detrimento da perspectiva de unidade. Impede assim de resgatar a origem da questão social imanente à organização social capitalista, o que não elide a necessidade de apreender as múltiplas expressões e formas concretas que assume.

Outra armadilha é aprisionar a análise em um discurso genérico, que redundando em uma visão unívoca e indiferenciada da questão social, prisioneira das análises estruturais, segmentadas da dinâmica conjuntural e da vida dos sujeitos sociais. A questão social passa a ser esvaziada de suas particularidades, perdendo o movimento e a riqueza da vida, ao se desconsiderar suas expressões específicas, que desafiam a “pesquisa concreta de situações concretas”. (como a violência, o trabalho infantil, a violação dos direitos humanos etc.)

Concluindo, a indicação é de que se *presencia hoje uma renovação da velha questão social, inscrita na própria natureza das relações sociais capitalistas, sob outras roupagens e novas condições sócio-históricas de sua produção/reprodução na sociedade contemporânea*, aprofundando suas contradições. *Alteram-se as bases históricas que mediatizam sua produção/reprodução na periferia dos centros mundiais, em um contexto de globalização da produção e dos mercados, da política e da cultura, sob a égide do capital financeiro, acompanhadas de lutas surdas e abertas, nitidamente desiguais, que demarcam esse processo na cena contemporânea*.

¹³ Essa foi uma das polêmicas com Vicente Faleiros por ocasião dos debates que acompanharam a formulação das diretrizes curriculares. Em recente texto (Faleiros, 2000), o autor reafirma seu ponto de vista e expressa uma leitura, no mínimo, curiosa sobre as diretrizes curriculares. Faleiros deixa a entender que as diretrizes estariam apoiadas na interpretação althusseriana da produção e reprodução das relações sociais e passa a criticá-las com base nessa compreensão. Caso fosse esta a concepção que as informasse, eu também reforçaria o coro no combate ao “marxismo sem sujeito”. Talvez Faleiros tenha se esquecido que a produção e reprodução das relações sociais é central na análise de Marx, tratada no conjunto de sua obra e, em especial, no *Livro I, Capítulo VI, Inédito de O Capital* (Marx, 1974) E até onde sei, o colega não atribuiria a Marx qualquer visão a-histórica, que privilegiaria as “estruturas” em detrimento do sujeito.

2 A QUESTÃO SOCIAL NA CENA CONTEMPORÂNEA

Como pensar a produção da questão social na cena contemporânea? Quais as mediações históricas que reconfiguram a questão social na atualidade?

Na contratendência da crise de longa duração que remonta aos anos 70, verificam-se profundas alterações nas formas de produção e de gestão do trabalho perante as exigências do mercado oligopolizado em um contexto de mundialização do capital, alterando as relações Estado e sociedade. Internacionalização não mais orquestrada pelo capital industrial, mas pela *financeirização da economia em um novo estágio de acumulação capitalista*.

Importa destacar quatro aspectos centrais que atribuem novas mediações históricas à produção da questão social na cena contemporânea:

1. Como sustenta Salama (1999), *a lógica financeira do regime de acumulação tende a provocar crises que se projetam no mundo gerando recessão. É tributária dessa lógica a volatilidade do crescimento que redundando em maior concentração de renda e aumento da pobreza, expressando um “apartheid social”*. Ampliam-se as desigualdades distribuídas territorialmente, a distância entre as rendas de trabalho e do capital e entre os rendimentos dos trabalhadores qualificados e não qualificados. A abertura abrupta da economia nos países da periferia dos centros mundiais, conforme orientação dos organismos multilaterais, vem redundando em uma ampliação do *déficit* da balança comercial, no fechamento de empresas nacionais, na elevação da taxa de juros e no ingresso maciço de capitais especulativos. As importações substituem parte da produção nacional, em um verdadeiro processo de “substituição das importações”. A economia passa a mover-se entre a reestruturação de sua indústria e a destruição de parte do aparato industrial que não resiste à competitividade dos grandes oligopólios e à grande expansão das exportações e importações. Cresce a necessidade de financiamento externo e, com ele, a dívida interna e externa, os serviços da dívida - os pagamentos de juros -, ampliando o *déficit* comercial. As exigências do pagamento dos serviços da dívida, aliada às elevadas taxas de juros, geram escassez de recursos para investimento e custeio. Favorece os *investimentos especulativos em detrimento da produção*, o que se encontra na raiz da redução dos níveis de emprego, do agravamento da questão social e da regressão das políticas sociais públicas.

2. Na esfera da *produção*, o padrão fordista-taylorista tende a ceder a liderança à “especialização flexível” (Piore e Sabel) ou “acumulação flexível” (HARVEY, 1993). A “flexibilidade” sintetiza a orientação desse momento econômico, afetando os processos de trabalho, as formas de gestão da força de trabalho, o mercado de trabalho e os direitos sociais e trabalhistas, os padrões de consumo etc. Atinge visceralmente a luta sindical em um quadro de recessão e desemprego. Estabelece-se uma ampla competitividade no cenário internacional e a qualidade dos produtos é erigida como requisito para enfrentar a concorrência. *A exigência é reduzir custos e ampliar as taxas de lucratividade. Nesta lógica, o rebaixamento dos custos do chamado “fator trabalho” tem peso importante, envolvendo o embate contra a organização e as lutas sindicais, os cortes de salário e direitos conquistados. A necessidade*

de redução de custos para o capital revela-se na figura do trabalhador polivalente, em um amplo enxugamento das empresas com a terceirização e a decorrente redução do quadro de pessoal tanto na esfera privada quanto governamental. A concorrência entre os capitais estimula um acelerado desenvolvimento científico e tecnológico, que revoluciona a produção de bens e serviços. Apoiada na robótica, na microeletrônica, na informática, dentre outros avanços científicos, a reestruturação produtiva afeta radicalmente a produção de bens e serviços, a organização e gestão do trabalho, as condições e relações de trabalho, assim como o conteúdo do próprio trabalho. Verificam-se, em decorrência, mudanças nas formas de organizar a produção e consumir a força de trabalho, envolvendo amplo enxugamento dos postos de trabalho e a precarização das condições de trabalho. Reduz-se assim a demanda de trabalho vivo ante o trabalho passado incorporado nos meios de produção, com elevação da composição técnica e de valor do capital.

3. Complementam esse quadro, radicais mudanças nas relações Estado/sociedade civil, orientadas pela terapêutica neoliberal, traduzidas nas políticas de ajuste recomendadas pelo “Consenso de Washington” (BAPTISTA, 1994). *Por meio de vigorosa intervenção estatal a serviço dos interesses privados articulados no bloco do poder contraditoriamente conclama-se, sob inspiração liberal, a necessidade de reduzir a ação do Estado ante a questão social mediante a restrição de gastos sociais, em decorrência da crise fiscal do Estado. A resultante é um amplo processo de privatização da coisa pública:* um Estado cada vez mais submetido aos interesses econômicos e políticos dominantes no cenário internacional e nacional, renunciando a dimensões importantes da soberania da nação, em nome dos interesses do grande capital financeiro e de honrar os compromissos morais com as dívidas interna e externa.

A crítica neoliberal sustenta que os serviços públicos, organizados à base de princípios de universalidade e gratuidade, superdimensionam o gasto estatal (Grassi, *et al*, 1994) A proposta é reduzir despesas (e, em especial, os gastos sociais), diminuir atendimentos, restringir meios financeiros, materiais e humanos para implementação dos projetos. E o assistente social, que é chamado a implementar e viabilizar direitos sociais e os meios de exercê-los, vê-se tolhido em suas ações, que dependem de recursos, condições e meios de trabalho cada vez mais escassos para operar as políticas e serviços sociais públicos.

4. Tais processos atingem não só a economia e a política, mas afetam *as formas de sociabilidade*. Vive-se a “sociedade de mercado” (LECHNER, 1999) e os critérios de racionalidade do mercado - este tido como o eixo regulador da vida social -, invadem diferentes esferas da vida social. Uma lógica pragmática e produtivista erige a competitividade, a rentabilidade, a eficácia e eficiência em critérios para referenciar as análises sobre a vida em sociedade. Forja-se assim uma *mentalidade utilitária*, que reforça o individualismo, onde cada um é chamado a “se virar” no mercado. Ao lado da naturalização da sociedade - “é assim mesmo, não há como mudar” -, ativam-se os apelos morais à solidariedade, na contraface da crescente degradação das condições de vida das grandes maiorias. Esse cenário, de nítido teor conservador, atinge as formas culturais, a subjetividade, a sociabilidade, as identidades

coletivas, erodindo projetos e utopias. Estimula um clima de incertezas e desesperanças. A debilitação das redes de sociabilidade e sua subordinação às leis mercantis estimula atitudes e condutas centradas no indivíduo isolado, em que cada um “é livre” para assumir os riscos, as opções e responsabilidades por seus atos em uma sociedade de desiguais.

Nesse cenário a “velha questão social” metamorfoseia-se, assumindo novas roupagens. Elas evidenciam hoje a imensa fratura entre o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e as relações sociais que o sustentam. Crescem as desigualdades e afirmam-se as lutas contra elas no dia a dia - na sua maioria silenciadas pelos meios de comunicação - no âmbito do trabalho, do acesso direitos e serviços no atendimento às necessidades básicas dos cidadãos, das diferenças étnico-raciais, religiosas, de gênero etc. A globalização do capital globaliza também a questão social, atingindo não apenas os países pobres que lideram o *ranking* mundial das desigualdades, mas espalhando-se aos recantos mais sagrados do capitalismo mundial, sob formas particulares e distintas segundo as características nacionais. A fecundidade do legado analítico de Marx é confirmado - não desqualificado - ao se apreender as novas determinações históricas da “questão social”, complexificada nas suas formas de expressão, ao tempo em que aprofunda-se sua *radicalidade, tornando-se transversal às mais variadas dimensões da vida* das classes subalternas. Apreender essas novas mediações é condição mesmo de assegurar a fidelidade ao método de Marx - em sua radical historicidade -, desafiando os pesquisadores a decifrem os processos sociais reais. Requer um embate contra a vulgata marxista - que informa grande parte da crítica a essa tradição intelectual - ao congelar as categorias analíticas na busca ingloria de sua “aplicação” à realidade, no lugar de concebê-las como resultado necessário de um movimento da razão crítica na apreensão do processo histórico na sua multidimensionalidade, reelaborando-o na esfera do pensamento mediante o recurso da abstração, de modo a traduzi-lo enquanto concreto pensado, imprimindo-lhe inteligibilidade.

3 ESTRATÉGIAS PARA O ENFRENTAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL

As estratégias para o enfrentamento da questão social têm sido tensionadas por projetos sociais distintos, que presidem a estruturação e a implementação das políticas sociais públicas e que convivem em luta no seu interior. Vive-se uma tensão entre a defesa dos direitos sociais e a mercantilização do atendimento às necessidades sociais, com claras implicações nas condições e relações de trabalho do assistente social. (OLIVEIRA E SALLES,1998; BRAVO,1996; PEREIRA,1998)

O primeiro projeto, de caráter universalista e democrático, informa a concepção da seguridade na Constituição Federativa de 1988. Aposta no avanço da democracia, fundado nos princípios da participação e do controle popular, da universalização dos direitos, garantindo a gratuidade no acesso aos serviços, a integralidade das ações voltadas à defesa da cidadania de todos na perspectiva da equidade. Pensar a defesa dos direitos, requer afirmar a primazia do Estado - enquanto instância fundamental `a

sua universalização - na condução das políticas públicas, o respeito ao pacto federativo, estimulando a descentralização e da democratização das políticas sociais no atendimento às necessidades das maiorias. Implica partilha e deslocamento de poder, combinando instrumentos de democracia representativa e democracia direta, o que ressalta a importância dos espaços públicos de representação e negociação. Supõe portanto politizar a participação, considerando a gestão como arena de interesses que devem ser reconhecidos e negociados¹⁴.

No Brasil, no âmbito governamental, é da maior importância o trabalho que vem sendo realizado pelos assistentes sociais nesse campo. Merece destaque a atuação desenvolvida junto aos conselhos de saúde e de assistência social nas esferas nacional, estadual e municipal, além dos Conselhos Tutelares e Conselhos de Direitos, responsáveis pela formulação de políticas públicas para a criança e o adolescente, para a terceira idade e pessoas portadoras de necessidades especiais. Segundo dados do MPAS/SEAS, em fevereiro de 2000, existiam conselhos de assistência instalados em 4.383 municípios, dos 5.506 existentes no Brasil. (Cf. DEMONSTRATIVO DOS CONSELHOS, FUNDOS E PLANOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, fev. de 2000)

Faz-se necessário, promover uma *permanente articulação política no âmbito da sociedade civil organizada para definir propostas e estratégias comuns ao campo democrático*. Esse projeto requer ações voltadas *ao fortalecimento dos sujeitos coletivos, dos direitos sociais e a necessidade de organização para a sua defesa*, construindo alianças com os usuários dos serviços na sua efetivação. Torna-se fundamental estimular inserções sociais que conttenham potencialidades de democratizar a vida em sociedade, conclamando e viabilizando a ingerência de segmentos organizados da sociedade civil na coisa pública. Ocupar esses espaços coletivos adquire maior importância quando o bloco do poder passa a difundir e empreender o trabalho comunitário sob a sua direção, tendo no voluntariado seu maior protagonista. Representa uma vigorosa ofensiva ideológica na construção e/ou consolidação da hegemonia das classes dominantes em um contexto econômico adverso, que passa a requisitar ampla investida ideopolítica de modo a assegurar a direção intelectual e moral de seu projeto de classe em nome de toda a sociedade, ampliando suas bases de sustentação e legitimidade. Nesse sentido, faz-se necessário assumir, mas também extrapolar, os espaços oficiais dos Conselhos. *E reassumir o trabalho de base, de educação, mobilização e organização popular, que parece ter sido submerso do debate profissional ante o refluxo dos movimentos sociais*¹⁵. E ter a clareza que a qualidade da participação nesses espaços públicos não está definida *a priori*. Podem abrigar experiências democráticas, que propiciem o partilhamento de poder e a intervenção em processos decisórios, mas também alimentar velhos coronelismos, vícios populistas e clientelistas no trato da coisa pública.

Encontra-se aí uma provocação, no nível da formação profissional, no sentido de repensar o trabalho de mobilização e educação popular, o que não se confunde com uma inócua ressurreição de um passado perdido. Exige uma *releitura crítica* da tradição profissional do Serviço Social, (re)

¹⁴ Conforme pronunciamento de Marco Aurélio Nogueira no II Encontro Nacional de Seguridade Social. Porto Alegre (RS), nov. de 2000.

¹⁵ Cardoso (1995) e Abreu (1996) e Silva (1995) são partes de um grupo de intelectuais que vem mantendo vivo este debate no interior do projeto profissional de ruptura como o conservadorismo.

apropriando as conquistas e habilitações perdidas no tempo e, ao mesmo tempo, superando-as, de modo a adequar a condução do trabalho profissional aos novos desafios do presente.

Esse primeiro projeto é polarizado por um outro tipo de requisição, de inspiração neoliberal, que subordina os direitos sociais à lógica orçamentária, a política social à política econômica, em especial às dotações orçamentárias e, no Brasil, subverte o preceito constitucional. Observa-se uma inversão e uma subversão: ao invés do direito constitucional impor e orientar a distribuição das verbas orçamentárias, o dever legal passa a ser submetido à disponibilidade de recursos. São as definições orçamentárias - vistas com um dado não passível de questionamento - que se tornam parâmetros para a implementação dos direitos sociais, justificando as prioridades governamentais. A leitura dos orçamentos governamentais, apreendidos como uma peça técnica, silencia os critérios políticos que norteiam a eleição das prioridades nos gastos, estabelecidas pelo bloco do poder. A viabilização dos direitos sociais - e, em especial, aqueles atinentes à seguridade social - pauta-se segundo as regras de um livro-caixa, do balanço entre a crédito e déficit no “cofre governamental”. Conforme foi discutido no II Encontro de Serviço Social e Seguridade Social¹⁶, o orçamento público é a “caixa preta” das políticas sociais governamentais, em especial da seguridade social. A elaboração e interpretação dos orçamentos passam a ser efetuadas segundo os parâmetros empresariais de custo/benefício, eficácia/inoperância, produtividade/rentabilidade. O resultado é a subordinação da resposta às necessidades sociais à mecânica técnica do orçamento público, orientada por uma racionalidade instrumental. A democracia vê-se reduzida um “modelo de gestão”, desaparecendo os sujeitos e a arena pública em que expressam e defendem seus interesses.

Essas considerações também desafiam as instâncias de formação universitária no sentido de capacitar os futuros assistentes sociais, mediante elementos teóricos e técnicos, para a leitura crítica dos orçamentos sociais, de modo a viabilizar estratégias voltadas à negociação de recursos para programas e projetos sociais que fortaleçam o projeto ético-político ora em construção. É de suma importância impulsionar pesquisas e projetos que favoreçam o conhecimento do modo de vida e de trabalho - e correspondentes expressões culturais - dos segmentos populacionais atendidos, criando um acervo de dados sobre as expressões da questão social nos diferentes espaços ocupacionais do assistente social. E também formar competências requeridas para a captação de recursos junto às fontes de financiamento. É o conhecimento criterioso dos processos sociais e sua vivência pelos indivíduos sociais que poderá alimentar ações inovadoras capazes de propiciar o reconhecimento e atendimento às efetivas necessidades sociais dos segmentos subalternizados, alvos das ações institucionais. Aquele conhecimento é pré-requisito para impulsionar a consciência crítica e uma cultura pública democrática para além das mistificações difundidas pela mídia. Isso requer também estratégias técnico-políticas no campo da comunicação social - no emprego da linguagem escrita, oral e midiática -, para o desencadeamento de ações coletivas que viabilizem propostas profissionais capazes para além das demandas instituídas.

¹⁶ O II Encontro Nacional de Seguridade Social, promovido pelo conjunto CFESS/CRESS, foi realizado em Porto Alegre em novembro de 2000 e contou com cerca de mil participantes.

As condições e relações de trabalho em que estão inscritos os assistentes sociais são indissociáveis da Reforma do Estado, que redimensiona as relações Estado e sociedade e atinge as políticas e/ou ações voltadas à questão social. Segundo a ótica oficial, verifica-se um esgotamento da “estratégia estatizante”, afirmando-se a necessidade de ultrapassar a administração pública tradicional, centralizada e burocrática. Considera-se que o Estado deva deslocar-se da linha de frente do desenvolvimento econômico e social e permanecer na retaguarda, na condição de promotor e regulador desse desenvolvimento.

Observa-se uma clara tendência de deslocamento das ações governamentais públicas, de abrangência universal, no trato das necessidades sociais em favor de sua privatização, instituindo critérios de seletividade no atendimento aos direitos sociais. Esse *deslocamento da satisfação de necessidades da esfera do direito público para o direito privado ocorre em detrimento das lutas e de conquistas sociais e políticas extensivas a todos*. É exatamente o legado de direitos conquistados nos últimos séculos, que hoje está sendo desmontado nos governos de orientação neoliberal, em uma nítida regressão da cidadania que tende a ser reduzida às suas dimensões civil e política, erodindo a *cidadania social*. Transfere-se para distintos segmentos da sociedade civil significativa parcela da prestação de serviços sociais, afetando diretamente o espaço ocupacional de várias categorias profissionais, dentre as quais os assistentes sociais

Esse processo expressa-se em uma dupla via: de um lado, na transferência de responsabilidades governamentais para “organizações da sociedade civil de interesse público” e outro, em uma *crecente mercantilização do atendimento às necessidades sociais*, o que é evidente no campo da saúde, da educação entre muitos outros.

O chamado “terceiro setor”, na interpretação governamental, é tido como distinto do Estado (primeiro setor) e do mercado (segundo setor). É considerado como não governamental, não lucrativo e voltado ao desenvolvimento social, daria origem a uma “esfera pública não estatal”, constituída por ‘organizações da sociedade civil de interesse público’. No marco legal do terceiro setor são incluídas *entidades de natureza as mais variadas*, que estabelecem um termo de *parceria* entre entidades de fins públicos de origem diversa (estatal e social) e de natureza distinta (pública ou privada). Engloba, sob o mesmo título, as tradicionais *instituições filantrópicas; o voluntariado e organizações não governamentais*: desde aquelas combativas que emergiram no campo dos movimentos sociais, àquelas com filiações político-ideológicas as mais distintas, além da denominada “*filantropia empresarial*”. Chama atenção a *tendência de estabelecer uma identidade entre terceiro setor e sociedade civil*. Esta passa a ser reduzida a um conjunto de organizações - as chamadas *entidades civis sem fins lucrativos*, sendo dela excluídos os órgãos de representação política, como sindicatos e partidos, dentro de um amplo processo de despolitização. A sociedade civil tende a ser interpretada como um conjunto de organizações distintas e “complementares”, destituída dos conflitos e tensões de classe, onde prevalecem os *laços de solidariedade*. Salienta-se a *coesão social e um forte apelo moral ao “bem comum”*, discurso esse que corre paralelo à reprodução ampliada das desigualdades, da pobreza e violência. Essas tendem a ser naturalizadas, onde o horizonte é a redução de seus índices mais alarmantes.

A universalidade no acesso nos programas e projetos sociais abertos a todos os cidadãos só é possível no âmbito do Estado. Este ainda que seja um Estado de classe, dispõe de uma dimensão pública, que expressa a luta pelos interesses da coletividade. Projetos levados a efeito por organizações privadas apresentam uma característica básica que os diferencia: não se movem pelo interesse público e sim pelo interesse privado de certos grupos e segmentos sociais, reforçando a seletividade no atendimento, segundo critérios estabelecidos pelos mantenedores. Portanto, ainda que o trabalho concreto¹⁷ do assistente social seja idêntico - no seu conteúdo útil e formas de processamento - o sentido e resultados sociais desses trabalhos são inteiramente distintos, visto que presididos por lógicas diferentes: a do direito privado e do direito público, alterando-se, pois, o significado social do trabalho técnico-profissional e seu nível de abrangência.

B) Uma *progressiva mercantilização do atendimento das necessidades sociais* vem ocorrendo com a privatização das políticas sociais. Nesse processo, os serviços sociais deixam de expressar direitos sociais, metamorfoseando-se em atividade de *outra natureza*, inscrita no circuito de compra e venda de mercadorias, em detrimento dos direitos sociais de cidadania, que, em sua necessária dimensão de universalidade, requer a ingerência do Estado. O substitutivo são *os direitos atinentes à condição de consumidor* (Cf. MOTA:1995). Quem julga a pertinência e qualidade dos serviços prestados são os que, através do consumo, renovam sua necessidade social. O dinheiro aparece em cena como meio de circulação, intermediando a compra e venda de serviços, em cujo âmbito se inscreve o assistente social¹⁸. O grande capital ao investir nos serviços sociais passa a demonstrar uma “preocupação humanitária”, coadjuvante da ampliação dos níveis de rentabilidade das empresas, moralizando sua imagem social. Trata-se de ainda, um reforço à necessidade de transformar propósitos de classes e grupos sociais específicos em propósitos de toda a sociedade: velha artimanha, historicamente assumida pelo Estado e que hoje tem a mídia importante aliada nesse empreendimento.

Os assistentes sociais trabalham com as mais diversas expressões da questão social, esclarecendo à população seus direitos sociais e os meios de ter acesso aos mesmos. O significado desse trabalho muda radicalmente ao voltar-se à direitos e deveres referentes às operações de compra e da venda. Enquanto os direitos sociais são fruto de lutas sociais e negociações com o bloco do poder para o seu reconhecimento legal, a compra e venda de serviços no atendimento a necessidades sociais de educação, saúde, habitação, assistência social, etc. pertencem a outro domínio, o do mercado, mediação necessária à realização do valor e eventualmente da mais-valia decorrentes da industrialização dos serviços.

Historicamente os assistentes sociais dedicaram-se à implementação de políticas públicas, localizados na linha de frente das relações entre população e instituição ou nos termos de Netto

¹⁷ Trabalho concreto é aqui utilizado no sentido de Marx, como trabalho de uma qualidade determinada que produz valores de uso voltados à satisfação de necessidades sociais de uma dada espécie.

¹⁸ Por exemplo, o assistente social tem sido chamado a fazer auditoria nos hospitais para as empresas seguradoras de saúde que os emprega, a fim de verificar que se a estatística hospitalar é procedente, se os atendimentos e serviços registrados foram efetivamente realizados, identificando o nível de satisfação do cliente com o atendimento efetuado e fiscalizando os gastos hospitalares declarados aos planos de saúde. Essa atividade já não trata de direitos sociais, pois envolve compra e venda de serviços.

(1992) “executores terminais de políticas sociais”. Embora esse seja ainda o perfil predominante, não é mais exclusivo, sendo abertas outras possibilidades. O processo de descentralização das políticas sociais públicas - com ênfase na sua municipalização - requer dos assistentes sociais, como de outros profissionais, novas *funções e competências*. Estão sendo chamados a *atuar na esfera da formulação e avaliação de políticas, assim como do planejamento e gestão, inscritos em equipes multiprofissionais*. Os assistentes sociais ampliam seu espaço ocupacional para atividades relacionadas à implantação e orientação de conselhos de políticas públicas, à capacitação de conselheiros, à elaboração de planos de assistência social, acompanhamento e avaliação de programas e projetos. Tais inserções são acompanhadas de novas exigências de qualificação, tais como o domínio de conhecimentos para realizar diagnósticos socioeconômicos de municípios, para a leitura e análise dos orçamentos públicos identificando recursos disponíveis para projetar ações; o domínio do processo de planejamento; a competência no gerenciamento e avaliação de programas e projetos sociais; a capacidade de negociação, o conhecimento e o *know-how* na área de recursos humanos e relações no trabalho, entre outros. Somam-se possibilidades de trabalho nos níveis de assessoria e consultoria para profissionais mais experientes e altamente qualificados em determinadas áreas de especialização. Registram-se ainda requisições no campo da pesquisa, de estudos e planejamento, dentre inúmeras outras funções.

As diretrizes curriculares, hoje em processo de implantação na maioria das unidades de ensino, são fonte de desafios e polêmicas. Fruto de elaboração coletiva, *vem diversificando e enriquecendo a pauta do debate, estimulando a pesquisa criadora e aprofundamento de questões acadêmico-profissionais herdadas de décadas anteriores*¹⁹. As *relações entre questão social, trabalho e Serviço Social* são um desses desafios centrais, que perpassam, centralmente, o projeto acadêmico-profissional.

Desde os anos 80, é sustentado que *a questão social, - indissociável das relações sociais capitalistas, nos marcos da expansão monopolista e de seu enfrentamento pelo Estado-* encontra-se na base da profissionalização do Serviço Social. (IAMAMOTO, 1982; NETTO, 1992). Ela tem sido analisada como o elemento fundante do exercício profissional na sociedade, cujas múltiplas expressões são alvo do exercício profissional, o qual interfere no *seu enfrentamento por parte dos sujeitos sociais na perspectiva da viabilização do acesso a direitos sociais e do exercício da cidadania*. Como foi discutido, esse terreno sobre o qual incide exercício profissional do assistente social- mediatizado por organizações e políticas públicas e/ou privadas - é tributário das formas de organização, gestão e defesa do trabalho na atualidade, assim como das relações entre o Estado e a sociedade, que se refratam na destinação orçamentária para as políticas sociais, que reclamam o controle público, alterando as condições e relações de trabalho em que se insere o assistente social .

Nesse âmbito, uma das polêmicas diz respeito ao significado do Serviço Social *na divisão social e técnica do trabalho* (IAMAMOTO e CARVALHO, 1982), enquanto uma *especialização do trabalho*, hoje retomado na esteira das diretrizes curriculares. Como uma das protagonistas desse debate, gostaria de expor, ainda que sinteticamente, o meu ponto de vista a respeito. Desde os anos 80, tenho

¹⁹ São exemplares desse processo os números 1 e 2 da *Revista Temporalis*, da ABEPSS, além do presente.

como preocupação central a análise do *significado social da profissão no processo de reprodução das relações sociais*²⁰, situando-a enquanto uma especialização do trabalho coletivo. O eixo de minha análise salienta o *caráter contraditório do Serviço Social, derivado do caráter mesma das relações sociais*, enquanto relações de classes, que constituem a sociedade capitalista. Situa o Serviço Social como *atividade auxiliar e subsidiária na reprodução da força de trabalho* - via a prestação de serviços sociais, *vistos enquanto salário indireto* -, *do controle social e da ideologia, parte do processo de disputa pela hegemonia, recriando necessariamente as contradições entre as classes, suas desigualdades e as lutas entre os sujeitos sociais nessa sociedade*. A análise enfoca o Serviço Social no âmbito da totalidade social²¹.

A hipótese que apresento é a de que o debate coletivo, construído nas duas últimas décadas, enriqueceu a análise da profissão ao tratar, sob distintos ângulos e matizes, o *conteúdo técnico-profissional desse trabalho concreto*. Ou seja, sua *natureza e resultados particulares enquanto trabalho útil na divisão social e técnica do trabalho*²². Entretanto, no âmbito das *condições e relações de trabalho* em que se situa o *assistente social como um trabalhador assalariado*, os investimentos foram laterais ou quase inexistentes. Refiro-me à *forma social* assumida por essa atividade profissional no âmbito da totalidade das relações sociais. Em outros termos, as implicações da mercantilização da força de trabalho especializada do assistente social, impõe que a análise do trabalho concreto seja articulada à órbita do *trabalho abstrato*, típica da sociedade capitalista, que se afirma como a sociedade da mercantilização universal. Essa sociedade afirma *uma forma histórica de individualidade social* - de desenvolvimento humano e de alienação - cujo selo distintivo é tributário do caráter social assumido pelo trabalho enquanto valor e da forma mercantil (e seus desdobramentos na forma dinheiro, capital e propriedade fundiária). Inaugura uma específica qualidade de conexão social entre os indivíduos: *a independência pessoal fundada na dependência das coisas*. Generaliza a forma mercadoria como a forma elementar da riqueza e da satisfação das necessidades sociais, “derivadas do estômago ou da fantasia” (Marx:1985, T. I), processo esse que atinge hoje os mais recônditos núcleos da vida em sociedade. Esse processo é hoje radicalizado ao se comprimir a responsabilidade governamental às respostas à questão social, erigindo-se o mercado como centro regulador da vida em sociedade, alimentado pelo velho ideário liberal, hoje realimentado e radicalizado.

²⁰ A reprodução das relações sociais, convém lembrar, é assim discutida: “Dentro da referência analítica adotada, cabe reafirmar que a reprodução das relações sociais não se restringe à reprodução da força viva de trabalho e dos meios objetivos de produção (instrumentos de produção e matéria primas) A noção de reprodução engloba-os enquanto elementos substanciais do processo de trabalho, mas também os ultrapassa. Não se trata apenas de reprodução material no sentido amplo, englobando produção, consumo, distribuição e troca de mercadorias. Refere-se à produção das forças produtivas e das relações de produção na sua globalidade, envolvendo, também, a reprodução da produção espiritual, isto é, das formas de consciência social: jurídicas, religiosas, artísticas ou filosófica, através das quais se toma consciência das mudanças ocorridas nas condições materiais de produção. Nesse processo são gestadas e recriadas as lutas sociais entre os agentes envolvidos na produção, que expressam a luta pelo poder, pela hegemonia das diferentes classes sociais sobre o conjunto da sociedade.” (IAMAMOTO, In: IAMAMOTO e CARVALHO, 1982:72).

²¹ Esta posição que é integralmente reafirmada na atualidade, ao contrário do que apontam analistas afoitos em identificar rupturas onde elas não existem – a não ser em suas próprias leituras, que requerem maior rigor e precisão (Cf. RAMOS e GOMES, 2000).

²² Além da análise do Serviço Social na divisão social e técnica trabalho, outros ângulos de leitura da profissão constam na literatura especializada como, por exemplo, o *sincretismo* (NETTO:1992), *os dilemas entre identidade e alienação* (MARTINELLI:1989), *a assistência social* (YAZBEK:1993 e Sposati:1988) *as relações de poder, força e exploração* (FALEIROS:1987,1997), a que se soma a outros autores no *veio gramsciano*, cujo balanço pode ser encontrado em Simionatto (1995).

Não se pode pensar a profissão pois, com idênticas mediações históricas típicas dos “30 anos gloriosos” - do pós-guerra a meados da década de 1970 - porque alteraram-se as condições e relações que presidem a organização desse trabalho na sociedade atual como o já amplamente analisado. Faz-se, pois *necessário de pensar o exercício profissional em suas implicações na órbita das condições e relações de trabalho em que se inscreve, salientando tanto suas características enquanto trabalho concreto, quanto seus vínculos com o processo de produção e/ou distribuição da riqueza social, pensando em suas implicações enquanto trabalho abstrato*. Esse é um dos desafios importantes, que requerem dar um salto de profundidade na incorporação da teoria social crítica no universo da profissão aliada à pesquisa das estratégias acionadas par fazer frente à questão social (desde a ressurreição do espírito filantrópico, a desprofissionalização do trabalho comunitário com o chamamento ao voluntariado, o fetiche da solidariedade no reforço das desigualdades, entre muitos outros aspectos), a investigação sobre as necessidades sociais das classes subalternas e as novas feições do mercado de trabalho.

As diretrizes curriculares *situam o exercício profissional no centro da formação*, no esforço de ultrapassar o tratamento residual que tem sido atribuído ao “ensino da prática”, geralmente relegado a um papel secundário nos currículos plenos, como se fosse destituído de dignidade acadêmica ante às disciplinas tidas como de maior fôlego teórico. E um dos caminhos propostos para essa reversão é a centralidade que as diretrizes curriculares atribuem ao debate sobre trabalho e sociabilidade e a análise do Serviço Social inscrito em processos de trabalho apresentam na formação conectada às radicais mudanças que se processam na atualidade na esfera do trabalho e nos sujeitos que o realizam, entre os quais os assistentes sociais enquanto trabalhadores assalariados. As condições e relações de trabalho em que se insere o assistente social não são unívocas, mas diversas e múltiplas, envolvendo a esfera governamental, as empresas privadas, organizações filantrópicas, organizações de trabalhadores e a assessoria a movimentos sociais, com específicos vínculos de trabalho - mais além das emergentes cooperativas de venda de serviços. Essas diferentes inserções, que envolvem contratos e relações diferenciadas com sujeitos sociais também distintos, estabelecem limites e possibilidades ao trabalho concreto do assistente social, moldando-o, juntamente com o protagonismo dos seus agentes, nessas várias circunstâncias e redimensionando as formas em que se apresentam o seu significado social.

Essa realidade é um dos desafios a enfrentar tanto na formação como no exercício cotidiano. E para pensar o Serviço Social nesse momento histórico, o uso criador do método legado por Marx é um recurso analítico fecundo para análise das inéditas realidades do presente. Exige *afinar e refinar os recursos analíticos* para, a partir de um atento acompanhamento dos processos histórico-sociais, analisar o significado social do trabalho profissional no presente, incorporando e ultrapassando a produção acumulada até então. Apreender as relações entre trabalho, questão social e o Serviço Social na sociedade brasileira, em suas particularidades regionais e locais, é requisito para elaborar e efetivar estratégias que possam contrarrestar a *programática neoliberal* a favor das necessidades e interesses da coletividade.

A categoria dos assistentes sociais articulada às forças sociais progressistas vem envidando esforços coletivos no reforço da esfera pública, de modo a inscrever os interesses das maiorias nas esferas de decisão política. O horizonte é a construção de uma “democracia de base” que amplie a democracia representativa, cultive e respeite a universalidade dos direitos do cidadão, sustentada na socialização da política, da economia e da cultura.

É na dinâmica tensa da vida social que se ancoram a esperança e a possibilidade de defender, efetivar e aprofundar os preceitos democráticos e os direitos de cidadania - preservando inclusive a cidadania social, cada vez mais desqualificada -, na construção de uma forma histórica de sociabilidade que se oriente no sentido de ultrapassar a esfera da necessidade para o universo presidido pela liberdade, possibilitando o desenvolvimento de todos e de cada um dos indivíduos sociais

Já anunciava Guimarães Rosa, “*viver é muito perigoso*”. Vale o perigo de viver quando a contrapartida é a afirmação do protagonismo dos sujeitos sociais, surpreendendo o presente na antecipação do futuro, traçando outros rumos para história, pois, como canta o poeta, o “*o vento liberta-se ventando*”. (Murilo Mendes)

REFERÊNCIAS

ABREU, M. “A questão pedagógica e a hegemonia das classes subalternas – aportes da análise gramsciana”. *Serviço Social e Sociedade* nº 51. São Paulo: Cortez, ano XVII, ago. 1996, p. 61-75.

ADUFRJ. Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, ano V 17 a 23 de setembro de 1999.

BAPTISTA, P. N. “O Consenso de Washington. A visão neoliberal dos problemas latino-americanos”. *Cadernos da Dívida Externa* nº3. São Paulo, Programa Educativo da Dívida Externa –PEDEX- 2ª ed., 1994.

BRAVO, M. I. *Serviço Social e Reforma Sanitária: Lutas Sociais e Práticas Profissionais*. São Paulo/ Rio de Janeiro: Cortez/UFRJ, 1996

CARDOSO, F. G. *Organização das classes subalternas: um desafio para o Serviço Social*. São Paulo: Cortez Ed./ EDUFMA, 1995

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998

FALEIROS, V. P. *Saber Profissional e Poder Institucional*. São Paulo: Cortez, 2ª ed., 1977.

FALEIROS, V. P. *Estratégias em Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1997.

FALEIROS, V. P. “Onde nos levam as diretrizes curriculares?” In: *Temporalis 2*. Brasília: ABEPSS, jul-dez. de 2000, p. 163-182.

GRASSI, E. *et al. Políticas Sociales, Crisis y Ajuste Estructural*. Buenos Aire: Espacio Editorial, 1994.

GUIMARÃES, A. P. *A Crise Agrária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HARVEY, D. *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.

IAMAMOTO, M. V. e CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo: Cortez/Celats, 1982.

IANNI, O. “A Questão Social” In: *A Idéia de Brasil Moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1992, pp.87-109.

LESSA, S. “Serviço Social e trabalho: do que se trata?”. In: *Temporalis 2*. Brasília: ABEPSS, jul-dez. de 2000, p. 35-58.

LECHNER, N. “Los condicionantes de lagovernabilidad democrática enAmerica Latina enfin de siglo”. In: FILMUS, D. (Comp.) *Los noventa. Política, sociedad y cultura en América Latina y Argentina de fin de siglo*. Buenos Aires: FLACSO/ EUDEBA, 1999

MARTINELLI, M. L. *Serviço Social: identidade e alienação*. São Paulo: Cortez, 1989

MARX, K. “Teses sobre Feuerbach” In: MARX, K e ENGELS, F. *Textos 1*. São Paulo: Ed. Sociais, 1977.

MARX, K. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse). 1857-1858*. 2 vols. México: Siglo XXI, 12ª ed., 1978.

MARX, K. *O Capital. Crítica da Economia Política*. São Paulo: Nova Cultural, III Tomos, V vols.

MARX, K. *El Capital. Libro I. Capítulo VI. Inédito*. Argentina: Siglo XXI, 1974.

MARX, K. *Miseria de la Filosofía*. Argentina: Siglo XXI Ed., 1970.

MOTA, A. E. *Cultura da Crise e Seguridade Social*. São Paulo: Cortez, 1995.

NETTO, J. P. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992

OLIVEIRA, H. C e SALLES, M. A (Orgs.) *Relatório das Sessões Temáticas. IX Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Trabalho e projeto ético-político profissional*. CFESS. Goiânia: julho de 1998.

PEREIRA, P. “A política social no contexto da seguridade e do *Welfare State*: a particularidade da assistência social”. In: *Serviço Social e Sociedade* nº 56. São Paulo: Cortez, 1998.

RAMOS, M. H. R. e GOMES, M. F. C. “Trabalho produtivo e improdutivo: uma contribuição para pensar a natureza do Serviço Social enquanto prática profissional”. In: *Temporalis* 2. Brasília: ABEPSS, jul-dez. de 2000, p. 59-94.

SALAMA, P. *Pobreza e exploração do trabalho na América Latina*. São Paulo: Boitempo. Ed. 1999.

SILVA, M. O. S. *O Serviço Social e o Popular. Resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura*. São Paulo: Cortez, 1995.

SIMIONATTO, I. *Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil e influência no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1997.

SPOSATI, A. *Vida Urbana e Gestão da Pobreza*. São Paulo: Cortez, 1988.

STEIN, R. “A (nova) questão social e as estratégias de seu enfrentamento”. *Ser Social* nº6. Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social UNB. Brasília (DF), jan. a jun. 2000, p.133-168.

YASBEK, M. C. *Classes Subalternas e Assistência Social*. São Paulo: Cortez, 1993.

SERVIÇO SOCIAL E CONSERVADORISMO CONTEMPORÂNEO

THAÍSE SEIXAS PEIXOTO DE CARVALHO
CARINA BERTA MOLJO
DANIELA LEONEL DE PAULA MENDES

INTRODUÇÃO

O presente capítulo de livro, de cunho teórico, busca analisar criticamente os caminhos pelos quais o pensamento conservador pode permear o exercício profissional do assistente social. Na sociedade brasileira o conservadorismo vem crescendo de forma assustadora, sobretudo na última década, o que determina a influência deste movimento sobre a profissão.

Na sua gênese, o Serviço Social brasileiro se vinculou ao pensamento conservador, mas, a partir de meados da década de 1960 foi construindo uma crítica a este pensamento, vinculando-se posteriormente a teoria social crítica, dentro do processo denominado por Netto (2008) como de Intenção de Ruptura¹, o qual se consolida na década de 1980 e se espraia na década de 1990. Esse espraio se expressa no nosso Código de Ética e na Lei de Regulamentação da Profissão, os quais balizam o exercício profissional cotidiano do assistente social, e nas Diretrizes Curriculares, as quais balizam a formação em Serviço Social, entre outras expressões que conformam o denominado Projeto Ético-Político da profissão. Isso demonstra que a perspectiva crítica e a recusa ao conservadorismo e ao tradicionalismo estão presentes de forma globalizadora na profissão. Entretanto, cabe lembrar que o conservadorismo nunca deixou de existir no Serviço Social, nem na sociedade na qual a profissão se insere. Portanto, é fundamental desvendar como ele se apresenta nos dias atuais e como permeia a formação e o exercício profissional e, dessa forma, analisar os fundamentos teórico-políticos e econômicos que permitem períodos de ressurgimento do conservadorismo.

Nesse sentido, o texto que ora apresentamos tem como fundamento a análise das relações sociais produzidas e reproduzidas no modo de produção capitalista e as formas mistificadas pelas

¹ A Renovação do Serviço Social, segundo Netto (2008), foi um processo global que incidiu na profissão em sua totalidade. A Intenção de Ruptura foi uma das direções deste processo de Renovação, o qual será trabalhado posteriormente.

quais estas “aparecem”. Vale lembrar que o Serviço Social, assim como as outras profissões inseridas na divisão social e técnica do trabalho (IAMAMOTO, 2005), está sujeito aos processos de alienação² típicos da sociedade capitalista.

Desde meados desta década, acompanhamos o movimento de reconfiguração do pensamento conservador que se particulariza na contemporaneidade por assumir traços bastante radicais no que diz respeito à compreensão do mundo, da moral, da religião, do *modus vivendi* de forma geral. Vivemos uma radicalização do conservadorismo não só no plano político, mas em toda trama da vida social. Verifica-se que as bases do conservadorismo contemporâneo se distinguem do conservadorismo clássico e mesmo do conservadorismo moderno, principalmente naquilo que diz respeito à noção dos direitos políticos e sociais, como será observado no próximo ponto deste capítulo.

Na atual quadra societária, a defesa da conservação da ordem vem carregada de violência e de elementos ideológicos e culturais que se materializam no desejo de eliminação do outro, utilizando da militarização e da força, com evidente aproximação ao pensamento conservador e neofascista³. A política no Brasil dos últimos anos vem se imprimindo com abertos discursos antidemocráticos e de supressão de direitos, especialmente da classe subalterna. O que se apresenta como horizonte para o atendimento das refrações da questão social é a política de extermínio, a militarização e a criminalização da vida social.

Desse modo, em tempos de agudização da ofensiva do capital sobre a classe trabalhadora e do avanço do pensamento conservador sobre a cena social e política, o assistente social, muitas vezes, tem sua subjetividade capturada pela lógica societal, expressando no seu fazer profissional os mesmos traços de conservadorismo presentes nas relações sociais contemporâneas. Destarte, é necessário refletir e discutir para que se possa desvendar a presença dos elementos que conduzem a uma ação profissional permeada de conservadorismo, mesmo quando o discurso do profissional possa estar vinculado à uma visão crítica da realidade.

O texto estrutura-se de forma que apresentaremos, inicialmente, o conservadorismo, desde sua forma clássica passando pelo conservadorismo moderno e buscando apreender como

² De forma sintética podemos afirmar que o processo de alienação em Marx diz respeito ao processo mediante o qual o sujeito é estranhado, isto é, alienado do produto de seu trabalho, assim como da sua própria atividade. Conforme Bottmore (1998, p. 19): “Assim concebida, a alienação é sempre alienação de si próprio ou autoalienação, isto é, alienação do homem (ou de seu ser próprio) em relação a si mesmo (às suas possibilidades humanas), através dele próprio (pela sua própria atividade). E a alienação de si mesmo não é apenas uma entre outras formas de alienação, mas a sua própria essência e estrutura básica. Por outro lado, a “autoalienação” ou alienação de si mesmo não é apenas um conceito (descritivo), mas também um apelo em favor de uma modificação revolucionária do mundo (desalienação)”.

³ Não se trata do fascismo clássico da década de 1930 que vigorou em alguns países europeus nesse período. Conforme Lowy (2020, sem página), o neofascismo tem características novas e “particulares a cada país”, vincula-se a ascensão da extrema direita com característica de um “autoritarismo violento, moderno, geralmente neoliberal”. A hipótese do autor é que “a globalização capitalista – que é também um processo de brutal homogeneização cultural – produz e reproduz, em escala mundial, formas de “pânico identitário” – o termo é do crítico marxista francês Daniel Bensaïd –, alimentando manifestações nacionalistas e/ou religiosas intolerantes e favorecendo conflitos étnicos ou confessionais. Quanto mais a nação perde seu poder econômico devido a globalização, tanto mais se proclama a imensa glória da “Nação Acima de Tudo”. Outra explicação seria a crise financeira do capitalismo, iniciada em 2008, e suas consequências: depressão econômica, desemprego, marginalização. Esses fatores foram, sem dúvida, importantes para a vitória de Trump nos Estados Unidos e/ou de Bolsonaro no Brasil.

esse conjunto de pensamentos se organiza e se manifesta ao longo da história, principalmente no plano político, econômico e social, para que assim possamos identificar suas armadilhas ideológicas na contemporaneidade. Em seguida, abordaremos a incorporação do pensamento conservador no Serviço Social, em sua trajetória histórica e incidência contemporânea, bem como o grande esforço da profissão para a ruptura e superação dessa influência por meio da vinculação à teoria social crítica. Finalmente, apresentaremos as considerações finais, que constituem, na verdade, um novo ponto de partida.

O PENSAMENTO CONSERVADOR NA HISTÓRIA

Para o objetivo que pretendemos aqui é indispensável que avancemos, ainda que brevemente, sobre o próprio significado do termo conservadorismo. A apreensão de tal significado só pode ser realizada se fundamentada na historicidade de suas construções, articulada à análise das relações sociais onde ele se desenvolve, já que, as implicações da adoção de qualquer conjunto de ideias, sejam elas conservadoras ou não, como “lente explicativa” da realidade, têm uma incidência concreta nas nossas práticas cotidianas.

Como sinaliza Netto (2013), a forma como o conservadorismo se apresenta na contemporaneidade é bastante diversa da sua forma clássica, todavia, a sua compreensão deita raízes nas formulações realizadas no século XIX e sem a compreensão destas se torna impossível a crítica daquela. Para tanto, é necessário realizarmos um breve percurso histórico para que possamos situar as novas expressões do conservadorismo no século XXI e, assim, compreender a sua incidência e rebatimento na profissão.

Podemos afirmar que o conservadorismo implica numa forma de pensar e de viver, podendo ser considerado como uma ideologia que pode permear tanto as teorias sociais, as doutrinas, as profissões, como a vida cotidiana dos sujeitos sociais. Neste capítulo de livro, não temos condições de explicar sobre a ideologia e suas diferentes (e até opostas) compreensões dentro da perspectiva marxiana, as quais vêm sendo arduamente debatidas e analisadas por importantes pensadores no Brasil e no mundo⁴ (seja como falsa consciência ou como possibilidade de superação da ideologia dominante). Mas, nos propomos a sinalizar a função que esta ocupa nos mecanismos de superação e/ou perpetuação dos processos de alienação, tendo como foco o exercício profissional do assistente social, especialmente, entendendo como a ideologia conservadora geneticamente ligada ao surgimento profissional foi se transformando num movimento de negação e superação na construção histórica do Serviço Social. É importante sinalizar que concordamos com a posição de Mészáros a respeito da compreensão da ideologia:

⁴ Todos têm como base a produção de Marx e Engels na Ideologia alemã (2007) e na Contribuição à crítica da economia política (2008). Recomendamos a leitura destas obras assim como as interpretações de Lowy (2015), Mészáros (2011), Konder (2002) e o artigo de Baldi (2019).

Na verdade, a ideologia aparece, na concepção marxiana, não em um sentido unilateral, mas com conotações diametralmente opostas. Em um sentido ela é apresentada, em sua negatividade, como uma força mistificadora e contraproducente, que, em grande medida, impede o desenvolvimento social. Por outro lado, no entanto, ela também é vista como um fator positivo vital - servindo ao propósito de superar determinadas restrições e resistências sociais - sem cuja ativa contribuição as potencialidades produtivas da situação histórica dada não poderiam se desdobrar e afirmar a si mesmas. (MÉSZÁROS, 2011, p. 141).

Um autor que representa a ideologia conservadora é Nisbet (1987) e, para este, o conservadorismo constitui-se como uma das ideologias ocidentais mais importantes do último século, ao lado do liberalismo e do socialismo. O autor argumenta que é legítimo chamar o conservadorismo de ideologia vez que,

(...) ideologia é qualquer conjunto de ideias morais, econômicas, sociais e culturais razoavelmente coerente, possuindo uma relação sólida e óbvia com a política e o poder político; mais especificamente, é uma base de poder para possibilitar o triunfo do conjunto de ideias. Uma ideologia, em contraste com uma simples e passageira configuração de opiniões, permanece viva por um espaço de tempo considerável, tem defensores e porta-vozes influentes e um respeitável grau de institucionalização. (NISBET, 1987, p.10)

A gênese e desenvolvimento da ideologia conservadora compreendem os momentos subsequentes à Revolução Francesa (1789) e meados do Pós-Primeira Guerra Mundial, na sua forma clássica (GAHYVA, 2017). A origem desse pensamento está calcada na reação à Revolução Francesa e sua carta de direitos. Nisbet (1987) afirma que Edmund Burke seria o grande responsável pela consolidação desse pensamento, dada sua violenta reação à Revolução Francesa.

Desse modo, o conservadorismo

(...)constituiu-se como sistema de ideias e posições políticas marcadamente antimodernas, antirrepublicanas e antiliberais. Em síntese: antiburguesas. É possível caracterizá-lo como uma reação ideológica e política aos avanços da modernidade. Avanços esses identificados, naquele momento, no desenvolvimento das forças produtivas e nas transformações das relações de produção, que implicaram profundas mudanças sócio-institucionais e culturais. (SOUZA, 2015, p.201).

É necessário demarcar que as ideias e posições antimodernas e antiliberais e, portanto, antiburguesas, se referem, essencialmente, ao contexto histórico em que a burguesia se coloca enquanto sujeito revolucionário. É, precisamente, no período em que a Revolução Francesa acontece e que a burguesia mobiliza as massas de trabalhadores e promove uma revolução política destruindo o Estado Feudal e moldando um novo Estado com características jurídico-políticas que o conservadorismo de Burke aparece como repúdio a esse processo (NETTO, 2013).

Como definição de conservadorismo, Nisbet(1987) considera como conservadoras as ideias que têm em seu referencial a manutenção ou a conservação da ordem, em outras palavras, a valorização das tradições e o apelo ao passado, como a nostalgia da reavaliação do antigo regime, por exemplo.

Nas palavras de Coutinho (2014, p.28) referenciado em Huntington, “O conservadorismo é uma ideologia posicional na medida em que procura enfrentar uma necessidade histórica específica. Conseqüentemente, quando a necessidade histórica desaparece, a filosofia conservadora submerge”. Tendo o conservadorismo tais pressupostos como referência, suas ideias irão se manifestar de distintas formas ao longo da história sendo, por vezes, ideias até mesmo contraditórias.

Se na sua gênese o pensamento conservador é restaurador e antiburguês, nos seus desdobramentos históricos o que permanece, no entanto, é o seu traço contrarrevolucionário (NETTO, 2013). O avanço irrefreável da sociabilidade burguesa colocou aos conservadores a inviabilidade da restauração da ordem anterior e, portanto, de se colocarem contra à nova forma societal que se desenhava. A partir de 1830 dá-se início, então, à refuncionalização do pensamento conservador para atender, neste momento, às exigências que são colocadas por outro sujeito histórico: a burguesia.

Entre 1830 e 1848, o mundo assistiu à organização das lutas democrático-populares protagonizadas pelo proletariado que reivindicava para si os preceitos de igualdade e liberdade inscritos na modernidade. Os desdobramentos históricos da sociedade burguesa deixaram claro que um conjunto importante da sociedade havia sido deixado de fora dos preceitos da Revolução. Dessa forma, a cultura burguesa mostrou-se decadente e falaciosa e, como resultado, a burguesia renuncia à sua herança cultural emancipatória (NETTO, 2013). O pensamento conservador metamorfoseia-se e os seus antagonistas de outrora, passam a ser os seus defensores de agora.

Assim, se para os primeiros conservadores a resistência é à Revolução burguesa, para os conservadores das próximas gerações o repúdio a qualquer revolução é o que os define. Os conservadores do pós-1848 encontram-se agora alinhados ao pensamento burguês (de conservação da ordem) e se unem contra a ameaça revolucionário-socialista. O pensamento conservador se alinhará, então, ao nascente positivismo fundando as modernas ciências sociais muito bem expressas por Emile Durkheim que exemplificará a maturação plena da refuncionalização do pensamento conservador (NETTO, 2003).

Nesse sentido, é entre as décadas de 1910 e 1960-70 que podemos apontar como a formação do pensamento conservador moderno, visto que neste momento mudanças sensíveis ocorrem no sentido de que expoentes de distintas áreas do saber elaboram sistemas totalizantes de explicação da vida social (SOUZA, 2015, p.5).

Assumindo diferentes perspectivas, o pensamento conservador se regará de uma pluralidade de saberes que são posteriores às apreensões durkheimianas realizando “mais um giro em seu eixo” (SOUZA, 2015, p.5).

As implicações dessas transformações pautadas no processo histórico possibilitaram ao conservadorismo sair da esfera de reação à modernidade para posições supostamente progressistas

na contemporaneidade. Trata-se da quadra da consolidação do estágio monopolista do capital. É esse cenário histórico (real) de contradições que requisita, dos “neoconservadores” de então, novas bases ideo-políticas (SOUZA, 2015).

O pensamento burguês contemporâneo tem se pautado na supervalorização do tempo presente, a que Souza (2015) dá o nome de “presenteísmo”. Para o autor essa característica desistoriciza e aprisiona a razão aos variados modelos formais e abstratos, exemplificados com as elaborações do positivismo lógico, tendo como consequência o cancelamento da possibilidade de construção de qualquer projeto societário alternativo à sociabilidade vigente.

O que temos presenciado na atualidade brasileira é uma forte incidência das ideias conservadoras nos mais diferentes espaços, sejam eles no campo político, econômico, social e cultural, manifestando-se no cotidiano como racismo, misoginia, homofobia, dentre outros. Essas expressões se exacerbam e ganham legitimidade na medida em que o discurso conservador ganha espaço regimentado pela esfera política.

Percebe-se, assim, que permanece no contexto societário a contradição e luta entre modos de vida conservadores e progressistas, sendo que o tempo atual está imerso em mares conservadores, o que inevitavelmente influencia todas as esferas da vida social.

É nesse contexto contraditório que o exercício da profissão de Serviço Social se realiza e que o assistente social transita. Entendemos que o trabalho do assistente social se encontra objetivamente demarcado pelas condições socio-institucionais e socio-históricas em que se insere. Nesse sentido, as condições objetivas do exercício profissional, assim como a subjetividade dos profissionais, encontram-se atravessadas pelas mediações contextuais existentes.

EXPRESSÕES DO CONSERVADORISMO NO SERVIÇO SOCIAL

Após breve entendimento acerca do pensamento conservador, refletiremos sobre sua expressão no Serviço Social. Nossa proposta é identificar como os elementos do conservadorismo se apresentam para o exercício da profissão nos tempos atuais.

O surgimento do Serviço Social enquanto profissão se dá no seio da sociedade capitalista quando a emergência da “questão social” e o seu reconhecimento por parte do Estado exigem deste uma regulação da vida social e a gestão do conflito de classes. Destarte, afirma Netto (2009, p.69) que “É somente na ordem societária comandada pelo monopólio que se gestam as condições histórico-sociais para que, na divisão social (e técnica) do trabalho, constitua-se um espaço em que se possam mover práticas profissionais como a do assistente social”. Em outras palavras, o Serviço Social se fará necessário na medida em que o Estado admitirá a “questão social” como objeto de intervenção, não mais apenas pela via da repressão, mas pela necessidade de desenvolver serviços que atuem nas suas refrações e respondam à pressão dos trabalhadores. Portanto a profissão nasce para atuar nas

múltiplas expressões da “questão social” e o “faz através de uma modalidade instituída pelo Estado burguês, qual seja, pela via das políticas sociais” (ABESS/CEDEPSS, 1996, p.154)⁵.

A profissão está “organicamente vinculada às configurações estruturais e conjunturais da “questão social” e às formas históricas de seu enfrentamento, que são permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado” (BEHRING & SANTOS, 2009, p. 269).

Ao retomarmos as origens dessa profissão no Brasil, contudo, identificamos que “(..) o Serviço Social surge da iniciativa de grupos e frações de classes dominantes, que se expressam através da Igreja, como um dos desdobramentos do apostolado leigo” (IAMAMOTO, 2004, p.19). Os primeiros profissionais brasileiros foram recrutados, principalmente, dos movimentos filantrópicos vinculados à ação católica (especialmente as mulheres) que enxergaram no Serviço Social a possibilidade de profissionalizar a ação da ajuda e de recristianizar o mundo operário, a fim de controlá-lo, preocupados com o movimento grevista e a vinculação com o pensamento mais à esquerda. Nesse contexto, a profissão assumiu a tarefa ideológica (e conservadora) de enquadramento à ordem social vigente, através de ações individualizadoras e moralizadoras, junto aos segmentos mais pobres da classe trabalhadora (IAMAMOTO, 2004, p.19.).

Diferenciado da caridade tradicional, vista como mera reprodutora da pobreza, o Serviço Social propõe uma ação educativa entre a família trabalhadora, numa linha não apenas curativa, mas preventiva dos problemas sociais. Distingue-se também da assistência pública, que, desconhecendo a singularidade e particularidades dos indivíduos, produz respostas não diferenciadas aos “problemas sociais”. Atuando através de entidades filantrópicas privadas e através do Estado, o Serviço Social orienta-se para uma *individualização da proteção legal*, entendida como assistência educativa adaptada aos problemas individuais. Desconhecendo o caráter de classe dos antagonismos sociais, os efeitos desses antagonismos são considerados motivos relevantes para um tratamento socioeducativo da “clientela”, tratamento esse de cunho doutrinário e moralizador amplamente haurido no senso comum da classe de origem desses profissionais. (IAMAMOTO, 2004, p.20, *grifos da autora*)

Observa-se, pelo exposto por Iamamoto (2004), o caráter conservador da profissão em sua gênese, com direcionamentos coercitivos, moralizadores e individualizadores. Assim, podemos entender que a profissão se delineou como instrumento da classe dominante para atuar sobre as refrações da questão social numa tarefa de ajuste do trabalhador à ordem capitalista.

A prática profissional do Serviço Social revela, na sua gênese, um caráter de contradição, vez que, atua pelos interesses da classe dominante junto à classe que demanda efetivamente o seu trabalho (classe trabalhadora) e, portanto, sua própria razão de existir. Assim, o assistente social, apesar do seu caráter liberal garantido pelas normativas legais da profissão, nasceu como trabalhador assalariado vinculado ao Estado (em sua grande maioria), com a tarefa de favorecer a manutenção da

⁵ As diretrizes curriculares da ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), nos documentos de 1996 e 1999, apontam a “questão social” como o artefato que dá concretude à profissão sendo esta categoria vista como “base de fundação histórico-social da realidade” e, portanto, constitui-se como eixo norteador do currículo, da formação e do exercício profissional (BEHRING & SANTOS, 2009).

ordem, através da execução terminal das políticas sociais, ofertadas para garantir a legitimidade do Estado e da própria lógica capitalista, posta em xeque pela classe trabalhadora quando esta reivindica melhores condições de vida.

Desse modo, compreendemos que o assistente social foi, num primeiro momento, um executor das políticas sociais, sem reflexão, criticidade ou identidade própria definidas, ainda que as políticas sociais tenham surgido da luta de classes, quando o proletariado exigiu respostas às suas mazelas sociais. Vemos que a profissão deve seu surgimento à pressão dos trabalhadores e, ironicamente, inicia sua trajetória atendendo, prioritariamente, aos interesses da classe dominante.

Essa ideologia conservadora foi aos poucos sendo questionada na categoria profissional, questionamento que vem se processando desde meados dos anos sessenta e que se difunde nos anos 1970-80, no Brasil, com a vertente da Renovação Crítica do Serviço Social denominada por Netto (2008) como de Intenção de Ruptura. Contudo, a ruptura com o conservadorismo deve ser entendida numa medida parcial, uma vez que os fundamentos e os projetos do conservadorismo nunca foram totalmente abandonados por toda a categoria profissional.

No seu processo de Renovação, a profissão assumiu três direções. Além da Intenção de Ruptura antes mencionada, temos duas direções de base conservadora: uma delas de cunho conservador e/ou tradicional - a modernização conservadora e a outra de reatualização do conservadorismo que rejeitava tanto a influência positivista e estrutural funcionalista expressa na modernização conservadora quanto a influência marxista presente na Intenção de Ruptura, vinculando-se à fenomenologia (NETTO, 2008). As três vertentes desse processo coexistiram e coexistem no tempo e na história do Serviço Social brasileiro e disputam a hegemonia no interior da profissão.

Temos aqui que ressaltar que o desenvolvimento profissional e político do Serviço Social evidencia diferenças substanciais entre a emergência da profissão e sua face contemporânea (MONTAÑO, 1998). No Brasil, especialmente a partir da década de 1980, se consolida a interlocução com o pensamento marxista, que se expressa na produção de conhecimento crítico de importantes autores brasileiros, questionando as bases tradicionais e assumindo uma postura crítica no que diz respeito a análise societal e, conseqüentemente, à própria função social da profissão. Esse avanço se refletiu na opção política que o Serviço Social fez junto à classe trabalhadora, dentro de um movimento progressista mais geral da sociedade (redemocratização), após a vivência da ditadura militar no país (1964 a 1985), e que hoje se mantém enquanto direção social hegemônica (e não homogênea), ainda que fortemente pressionada pela retomada do conservadorismo no plano mundial.

Assim, é dentro do próprio movimento da dinâmica social que a profissão vai se redesenhando e se reconfigurando. Como fruto de sua renovação, o Serviço Social vem refletindo sobre sua prática, seus valores e ações, tornando-se uma profissão socialmente necessária que produz serviços que atendem às necessidades sociais da classe trabalhadora ao mesmo tempo em que responde às demandas do capital. Portanto, ainda que sob regência da classe dominante, a profissão possui, atualmente, recursos para atuar a partir de uma direção social que visa garantir as necessidades dos trabalhadores. Sua

condição assalariada impõe limites, mas sua autonomia técnica possibilita a definição de estratégias de intervenção em consonância com um projeto societário menos desigual e injusto, alinhado ao projeto ético-político da profissão.

De acordo com Iamamoto (2005), o movimento de reprodução do capital engendra um processo que reproduz as condições de exploração ou reprodução da riqueza pelo trabalhador como riqueza alheia, assim, são reproduzidas as relações sociais que sustentam o trabalho alienado, com seus antagonismos e mascaramento ideológico. As classes sociais fundamentais só existem em relação, pela mútua mediação entre elas. Ao considerar isso, concluímos que o Serviço Social como parte da organização dessa sociedade está sujeito às condições que peculiarizam o exercício profissional, as quais se caracterizam pela concretização da dinâmica das relações sociais vigentes em determinada conjuntura. Ou seja, trata-se de um trabalhador assalariado, também condicionado pelos determinantes objetivos da vida social e sujeito às contradições próprias do sistema capitalista, inclusive, ao horizonte possível de construção de relações sociais que tensionem essa sociabilidade.

Sabemos que a profissão se insere na divisão social e técnica do trabalho e está sujeita à condição assalariada, portanto, sofre todos os processos de alienação postos à classe trabalhadora. Pois bem, mesmo o Serviço Social tendo evoluído teórica e metodologicamente nos últimos anos, não podemos afirmar que ele se despiu do caráter conservador. A realidade atual tem evidenciado preocupação, com evidentes elementos conservadores permeando a vida social como um todo e, por consequência, o exercício profissional do assistente social. Assim, nos questionamos: quais são os elementos que operam o exercício profissional em tempos de radicalização do conservadorismo?

Entender como chegamos até aqui, requer a retomada da história do país desde seus primórdios. Esse exercício deve ser feito para que não nos escape o fato de que a sociabilidade brasileira assenta suas bases na ação antidemocrática desde sempre, excluindo a população dos centros de decisão política e econômica, marcando a nossa história com a chaga da naturalização da desigualdade, do mandonismo, do patrimonialismo e da completa indiferença em relação às necessidades das classes subalternas⁶.

Não é nosso objetivo recuperar essa trajetória histórica da sociedade brasileira, até porque, as causas da atual situação em que o país se encontra são múltiplas e, somente uma análise em sua totalidade seria capaz de se aproximar de tal explicação. Mas, destacamos aqui, que em tempos de crise do capital como foi a de 2008 e seu agravamento no ano de 2015, que se estende até os dias de hoje, é sempre a classe trabalhadora que é penalizada sob a alegação de que os gastos sociais provocados pelo “excesso” de direitos - leia-se: os atendimentos às necessidades mínimas da classe trabalhadora - ferem de morte a economia e impedem o país de crescer.

O que assistimos é uma perversa inversão da realidade social, política e econômica que escamoteia a real correlação de forças existentes no interior do Estado pela disputa dos diferentes

⁶ Conforme Yazbek (2006, p. 18) referenciada em Almeida (1990, p.35) “A subalternidade diz respeito à ausência ‘de poder de mando, de poder de decisão, de poder de criação e de direção’. A subalternidade faz parte do mundo dos dominados, dos submetidos à exploração e à exclusão social, econômica e política.

projetos societários. A subjetividade coletiva vai sendo capturada e impregnada de moralismo religioso, de anticomunismo, de elitismo do saber, do individualismo, buscando a despolitização da economia e na deseconomização da política. O que se busca com isso é a velha lucratividade do grande capital, mantendo-se a exploração desumana da força de trabalho alheia, conforme já nos ensinou Marx (2017).

O conservadorismo assume a centralidade na política, na cultura, na economia, na trama social com desenhos de violenta radicalização, polarizando a sociedade no âmbito público e privado. O reflexo de tudo isso é uma imensa desolação e um quadro de aguda crise societal.

O que temos vivido desde fins da década de 2010 é a agudização desse processo com rebatimento direto na organização do tecido social, responsabilizando a classe trabalhadora pelos altos gastos para a manutenção dos empregos e direitos sociais “demonstrando” a necessidade de cortes nos gastos públicos, reforma trabalhista, reforma da previdência, reforma administrativas entre outras contrarreformas em curso. A adesão a esse projeto “aparece como a única saída da crise”, buscando a adesão da classe trabalhadora. Essa adesão não se dá somente no plano da economia, mas se dá em todas as esferas da vida, criando no imaginário coletivo a ideia de que os valores e preceitos da burguesia são, de fato, os valores e preceitos de toda a sociedade. É a ideologia conservadora agindo.

Estes aspectos permeiam o cotidiano do exercício profissional do assistente social, reconhecendo que mesmo sendo um profissional liberal, este “trabalhador só se realiza quando sua força de trabalho é vendida no mercado através de determinadas condições e relações de trabalho, meios e mediações nas quais se dará o exercício profissional [...]” (GUERRA, 2007, p.6). Essa condição de trabalho “limita sua autonomia que será sempre relativa ao contexto sócio-histórico e à capacidade estratégica do profissional” (GUERRA, 2007, p.6). No atual cenário, vive-se um forte aumento do desemprego e do subemprego, com o crescimento de relações de trabalho flexibilizadas e precarizadas, o que incide diretamente no exercício profissional do assistente social, produzindo processos de alienação que colaboram para a captura pela lógica burguesa dominante, na qual prevalecem os valores conservadores contrários ao projeto crítico antes mencionado.

O caráter de assalariamento do assistente social impõe limites objetivos ao exercício profissional. Ainda hoje são tímidas as iniciativas profissionais com caráter liberal/autônomo, dessa forma, o campo de trabalho dos assistentes sociais configura-se, essencialmente, como lugar de subordinação diante dos ditames e regras do empregador. O assistente social exerce sua profissão, majoritariamente, pela mediação institucional e isso supõe um contrato de trabalho, uma demanda posta, carga horária definida, salário, recursos disponíveis etc, ou seja, é um exercício condicionado/determinado.

O Serviço Social brasileiro contemporâneo hegemonicamente apresenta um importante distanciamento das bases teóricas, políticas e sociais de sua gênese, questionando e criticando diversos elementos que marcaram a sua origem e assumido uma postura crítica diante da realidade social. Porém, é possível identificar que não houve um rompimento absoluto (nem teria condições de haver) com as influências de seu fundamento genético e sua tradição, já que persiste uma dinâmica

reprodutora do conservadorismo recriando, na atualidade, formas de atuação que provém de sua origem e não permite um desenvolvimento profissional de maior relevância (MONTAÑO, 1998, p.85).

O assistente social mergulhado nessa realidade caótica é chamado a repor as bases conservadoras da profissão. São reclamadas as ações policialescas, sindicantes, moralizadoras e higienistas junto aos usuários das políticas sociais. O empregador passa a exigir desse profissional o mero cumprimento de rotinas institucionais, o alcance de metas de trabalho, maior eficiência e efetividade no seu fazer, estabelecendo normas específicas até mesmo à luz da lógica do mercado (GUERRA, 2007).

Obviamente não excluimos aqui as estratégias cotidianas de trabalho que permitem aos profissionais imprimirem uma direção política na sua ação que tenha como perspectiva a contribuição para uma sociedade mais justa e igualitária. Entretanto, esta tarefa deve ser pensada coletivamente, de modo a fortalecer ações profissionais individuais no cotidiano de trabalho. Precisamos compreender como essa relação estabelecida entre o assistente social, o empregador e o usuário se desenha na dinâmica das relações sociais e condiciona (às vezes levemente, às vezes brutalmente) a maneira como os profissionais operam seu fazer profissional. Precisamos pensar em estratégias que sejam capazes de desnudar ações profissionais antiprogressistas, despertar a reflexão sobre elas e transformá-las, no sentido de construir uma atuação realmente a favor das pautas da classe trabalhadora.

Nesse sentido, compreendemos que o objeto de intervenção do assistente social está nas expressões da questão social e que esta é fruto próprio da dinâmica capitalista que produz em seu cerne a contradição capital x trabalho. A questão social é, portanto, produto histórico que se modifica e se atualiza dentro dessa dinâmica, assim, precisamos sempre indagar sobre quais são suas atuais expressões a fim de bem situar o exercício profissional. Pensamos que, atualmente, elas passam pela pobreza, desemprego, pelo racismo, machismo, LGBTQ fobia, autoritarismos, exacerbação da violência e repressão, fome, etc., elementos postos e repostos pelo conservadorismo societário. O que queremos esclarecer aqui é que a atuação profissional diante de um quadro de agudização do conservadorismo - marcado pelo discurso de ódio, pelo apelo à ordem pela via da violência, pelo apelo aos preceitos religiosos como forma de organização da vida cotidiana, pela criminalização da questão social - em muitos momentos é capturada por essa realidade e reproduz a ordem vigente com todas as suas perversidades e antagonismos. Não se trata, portanto, de uma culpabilização ou responsabilização do indivíduo assistente social, mas do reconhecimento da determinação social que tem condicionado a atuação profissional.

Nessa realidade atual conservadora são muitos os atravessamentos que perpassam o exercício profissional no cotidiano e reforçam a importância de estarmos sempre atentos aos fundamentos da profissão e da vida social, embasados em uma leitura crítica da realidade, para que o exercício profissional não seja confundido com a mera execução dos interesses institucionais e/ou da classe dominante. É preciso buscar identificar quais as reais condições de vida dos nossos

usuários, quais suas reais necessidades e articular recursos que, minimamente, promovam uma vida digna e com acesso a serviços (públicos) básicos para a manutenção da vida. É preciso se despir de preconceitos, combater a violência, lutar pela manutenção e ampliação de direitos, resistir ao atraso, buscar a liberdade de todos, não apenas em lutas e movimentos políticos, mas também no cotidiano da atuação profissional. Essa é a luta anticonservadora.

Atuar para além da manutenção da ordem, requer analisar a realidade de forma dialética num constante movimento de desdobramento do objeto para tentar chegar o mais próximo possível de sua essência e, a partir daí, retirar deste a sua cortina de fumaça inicial. Requer aceitar, negar, questionar a realidade e assim, extrair dela, as possibilidades de resistência ao projeto societário burguês e construir caminhos que levem ao horizonte da emancipação humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos no decorrer do capítulo elementos que demonstram a infiltração concreta do conservadorismo na vida social como um todo e no exercício profissional do assistente social. Compreendemos a linha tênue que a profissão possui entre a crítica radical e o sistema conservador. Identificamos desafios e potencialidades.

O Brasil vive, na última década, um período obscuro da sua história. Traços da cultura política de atraso foram exacerbados, como o apelo religioso; a desvalorização feminina; a exaltação da família nuclear; o clientelismo e nepotismo políticos; a violência contra as minorias; o elogio público a torturadores e assassinos; a defesa do fim da democracia no país, apelando para a implantação de governos autoritários sob o discurso de proteger o país do autoritarismo do comunismo; defesa do armamento do “cidadão de bem” para que esse possa se tornar o assassino, legalmente constituído, da classe trabalhadora precarizada; defesa da abstenção sexual como proposta de política pública de prevenção da gravidez na adolescência; ridicularização de uma pandemia mundial vista como uma “gripezinha”; rechaçamento e negação da ciência como forma explicativa do mundo; teoria da “Terra plana”; e movimento digital antivacina; dentre outros. Tudo isso abriu espaço para o resgate e avanço de uma onda conservadora que vem dando concretude a um desmantelamento dos direitos humanos e sociais, resultando em perdas substanciais, em especial, para a parcela de pessoas pobres desse país. Se é verdade que toda essa conjuntura sustentada pela estrutura da exploração é capaz de capturar a subjetividade e objetividade profissional e tornar a intervenção profissional míope, fragmentada, focalizada, moralizadora, recuperando os traços de conservadorismo presentes na profissão e na sociedade como um todo, é também verdade que é no cotidiano do trabalho profissional que estão postas as possibilidades de resistência e a construção de estratégias de mudança. É a própria realidade que oferece isso. A tomada de consciência dos fundamentos (objetivos e subjetivos) sobre os quais a prática profissional se desenvolve (GUERRA, 2007) é fundamental para garantir um exercício profissional crítico e atrelado aos interesses da classe trabalhadora.

Entendemos ser necessária a adoção de estratégias sócio-políticas coletivas que orientem as ações profissionais para somar-se à luta mais ampla dos trabalhadores (GUERRA, 2007). O exercício profissional deve estar orientado por valores universalistas e pelo reconhecimento da dignidade humana como elemento central nas relações sociais, conforme direcionado pelo Código de Ética profissional.

Sabemos que constitui tarefa árdua a superação do conservadorismo na profissão. Não nos enganemos! Em muitos momentos a prática conservadora se traveste de limite objetivo, chancelada pelo discurso crítico no cotidiano do trabalho. Em muitos momentos os limites subjetivos para uma intervenção crítica são tão grandes ou maiores que os próprios limites objetivos.

Ao mesmo tempo, em meio as ações conservadoras, muitas outras de caráter crítico são realizadas, quando um usuário é ouvido e atendido em suas necessidades, quando lutamos para que o racismo não impeça direitos, quando favorecemos a inclusão social real, quando lutamos para que vítimas do machismo e misoginia sejam dignamente atendidas e continuem vivas, quando atendemos nossos idosos e crianças em suas fragilidades, necessidades e potencialidades, quando aderimos a um projeto político a favor das minorias, quando defendemos nosso Projeto Ético-Político, etc. Por toda essa contradição e ambiguidade, torna-se preciso compreender radicalmente os fundamentos do sistema capitalista e os fundamentos do Serviço Social. Apenas assim será possível transitar de forma progressista em solo real.

REFERÊNCIAS

ABESS/CEDEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. *Serviço Social & Sociedade: o Serviço Social no século XXI*. São Paulo, ano XVII, n. 50, p. 143-171, abr. 1996. 154.

BALDI, L. A. P. A categoria ideologia em Marx e a questão da falsa consciência. *In: Revista Katalysis*, v.22, nº3, nov. 2019.

BEHRING, E.; SANTOS S. M. M. “Questão social” e Direitos. *In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. CFESS/ABEPSS, Brasília, 2009. p.267-283.

BOTTOMORE, T. *Dicionário do pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

COUTINHO, J. P. *As ideias conservadoras: explicadas a revolucionários e reacionários*. São Paulo: Três Estrelas, 2014.

GAHYVA, H. *Notas sobre o conservadorismo: elementos para a definição de um conceito*. *Política & Sociedade*, v. 16, n. 35, p. 299-320, 2017.

GUERRA, Y. O Projeto Profissional Crítico: estratégias de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. In: *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez, v.28, n° 91, (set. 2007), p.5-33.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 17ª Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos*. Cortez Editora, 2004.

KONDER, L. A questão da ideologia em Marx. In: KONDER, L. *A questão da ideologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LOWY, M. Neofascismo: um fenômeno planetário - o caso Bolsonaro. In: *Carta Maior*. <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Neofascismo-um-fenomeno-planetario-o-caso-Bolsonaro/4/45603>. Acesso em: 10 nov. 2020.

LÖWY, M. *Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista*. 20ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.

MARX, K. *O Capital - Crítica da economia política: livro 1, volume 1*, Tradução de Reginaldo Sant'Anna, 35ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

MARX, K. Prefácio. In: MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. 2ª ed. São Paulo: Expressão popular, 2008.

MARX, K.; ENGELS, F. Primeira parte. In: MARX, K.; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, I. Transformações materiais e formas ideológicas. In: MÉSZÁROS, I. *Estrutura social e formas de consciência II: a dialética da estrutura e da história*. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 105-176.

MONTAÑO, C. et al. *La naturaleza del servicio social*. Biblioteca Latinoamericana de Servicio Social. Cortez Editora Brasil, 1998.

NETTO, J. P. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-1964*. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NETTO, L. *O Conservadorismo Clássico: elementos de caracterização e crítica*. São Paulo: Cortez, 2013.

NISBET, Robert. *O Conservadorismo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.

SOUZA, J. M. O conservadorismo moderno: esboço para uma aproximação. *Serviço Social e Sociedade*, n. 122, p. 199-223, 2015.

YAZBEK, Maria Carmelita. *Classes subalternas e assistência social*. 5° ed. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

O TRABALHO DOS(AS) ASSISTENTES SOCIAIS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: ELEMENTOS PARA A RELAÇÃO ENTRE PROCESSO DE TRABALHO E SAÚDE

FRANCIELE GONÇALVES MOREIRA
MARIA LÚCIA DURIGUETTO

INTRODUÇÃO

A constituição de uma política social se processa na mediação entre os padrões de acumulação, os regimes de regulação social e a luta de classes. Na particularidade da realidade brasileira pós-anos 1990, sua constituição é indissociada do processo de desenvolvimento do padrão de “acumulação flexível” (HARVEY, 2008) - e suas implicações deletérias para as *relações e condições de trabalho da classe trabalhadora, em suas diferentes frações* - e a regulação estatal a ele inerente - as políticas de *ajustes neoliberais* que, especificamente *na área social*, implicaram a redução do fundo público para os investimentos sociais e a hegemonia das respostas focalistas, seletivas, privatistas e voluntaristas às desigualdades sociais. Esses processos colocaram uma contradição incontornável à efetivação das conquistas legais de direitos sociais contidos na Carta de 1988, em especial destaque as que compõem o campo da Seguridade Social. É nessa apreensão macrossocial do *trabalho e da política social* que aqui objetivamos contribuir com subsídios acerca da relação entre condições e relações de trabalho do(as) assistentes sociais na política de assistência social e os processos de sofrimento/ adoecimento destes profissionais¹ na realidade de um município de grande porte do estado de Minas gerais.

¹ Embora já constatem um avanço nas investigações desta questão, vale evidenciar que Raichelis (2011, p.426), nos chamava atenção, há menos de uma década, de que esta é uma temática nova, pouco debatida e pesquisada no Serviço Social: “de modo geral, as pesquisas e análises sobre trabalho e saúde, ou mais propriamente sobre o adoecimento dos trabalhadores decorrente das condições em que se realiza seu trabalho, são relações problematizadas a partir da sua incidência na classe trabalhadora, não incluído aí o assistente social como sujeito vivo do trabalho social, sendo quase inexistentes estudos e pesquisas que tomam como objeto os próprios profissionais que sofrem e adoecem a partir do cotidiano de seu trabalho e da violação de seus direitos”. As transformações no mundo do trabalho trazem a necessidade de um conhecimento mais amplo sobre os processos e meios de trabalho de que dispõem o/a assistente social no seu exercício profissional, bem como um conhecimento do/a próprio/a profissional.

AS CONTRARREFORMAS E SEUS IMPACTOS NAS POLÍTICAS SOCIAIS – A QUESTÃO DAS CONDIÇÕES E RELAÇÕES DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

As condições de uso, remuneração e dispensa da força de trabalho da era taylorista/fordista vêm incorrendo em profundas mutações e se tornando cada vez mais diversificada, na era da acumulação flexível, com o trabalho informal, terceirizado e precarizado, num contexto de maior exploração e apropriação do sobretrabalho (ANTUNES E DRUCK, 2014). Esta nova condição evidencia “um processo de maior *heterogeneização, fragmentação e complexificação* da classe trabalhadora (ANTUNES, 2010, p.47, grifos do autor).

Ao que tange às contrarreformas implementadas sob a orientação neoliberal nos países capitalistas periféricos são, em linhas gerais, constituídas pelo aumento dos critérios para acesso às prestações sociais contributivas e aos benefícios assistenciais; focalização das ações em famílias comprovadamente pobres; redução do nível das prestações vinculadas à previdência social - mudanças no modo de calcular as aposentadorias, aumento no tempo de contribuição, estabelecimento de teto nos valores; desenvolvimento de serviços privados com o incentivo governamental e transferência de atividades de proteção social para as organizações da sociedade civil e para as famílias (BOSCHETTI, 2016).

Na política de assistência social, é inegável a importância da criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em 2005², mas desde sua implantação veio adquirindo centralidade os programas sociais de transferência de renda: “a assistência social vem assumindo cada vez mais um papel determinante na reprodução da força de trabalho, ou, em termos mais precisos, da superpopulação relativa latente e flutuante” (BOSCHETTI, 2016, p. 151). Em um contexto de redução do Estado social, a assistência social participa mais ativamente da reprodução da força de trabalho, tornando-se “política central de garantia de um recurso monetário mínimo necessário ao consumo e à reprodução da força de trabalho” (BOSCHETTI, 2016, p. 171); a assistência social deixa de ser política subsidiária nos regimes de proteção social - ao invés de processar ou provocar a universalização do acesso aos serviços públicos, reduz-se a benefícios sociais insuficientes e focalizados³.

Após o golpe de 2016 (DURIGUETTO e DEMIER, 2017), que resultou na deposição da presidente Dilma Rousseff, há uma clara intencionalidade de desmonte do SUAS em que “é imposta uma nova proposta de assistência social de caráter residual, pontual, emergencial, apartada sua dimensão política, ao ser deslocada do campo estadual para o filantrópico e operacionalizada por entidades”

² Preconizado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS, 1993) e pelas deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social (2003), e que teve sua arquitetura institucional consolidada com a Norma Operacional Básica (NOB/SUAS), em 2005. Nessas construções, a assistência social ganhou o estatuto de política social pública, compondo junto com a Saúde e a Previdência Social, o campo da Seguridade Social.

³ Uma sistemática de produções teóricas que tratam da relação entre política de ajuste neoliberal, fundo público e política de assistência social nos governos de Fernando Henrique Cardoso e nos governos petistas pode ser encontrada Duriguetto e Souza Filho (2020).

(CARNEIRO; ARAÚJO; ARAÚJO, 2019, p. 45)⁴. Este quadro se intensifica no governo de Bolsonaro, que vem combinando ultraliberalismo econômico e neofascismo (BADARÓ, 2020).

Em se tratando das proposições governamentais sobre a “necessidade de uma nova cultura de responsabilidade fiscal”, algumas medidas austeras foram tomadas sobre os trabalhadores do serviço público. A regulamentação da terceirização no Estado vem representando um ataque ao RJU dos servidores públicos ao passo que, parcela crescente do trabalho no Estado passa a ser operacionalizado por empresas terceirizadas (OLIVEIRA, 2019)⁵. O Decreto 9.739/19 publicado no governo Bolsonaro institui um conjunto de regras que dificulta a realização de concursos públicos e existe a possibilidade de corte de até 25% dos salários dos(as) trabalhadores(as) com redução de carga horária por até dois anos sob justificativa de redução das despesas em períodos de emergência fiscal: “decretado a Emergência Fiscal, a União não poderá dar reajuste, criar cargo, reestruturar carreira, promover servidor, realizar concurso, criar verbas indenizatórias” (OLIVEIRA, 2019, s/p). O dismantelamento do RJU, de acordo com o autor, é materializado a partir de duas tendências: a intensificação das terceirizações e a restrição de concursos públicos, acarretando a intensificação do trabalho dos servidores.

As novas formas de gestão do trabalho também impactam as instituições do Estado na área das políticas sociais, principalmente na ampliação das parcerias público-privado e na diferenciação nos modos de gestão e contratação de trabalhadores/as. Ampliam-se, nesse sentido, as modalidades de terceirização por meio das concessões, das ONGs, das parcerias público-privadas, das cooperativas, das Fundações Privadas de Interesse Público, entre outras⁶. Do ponto de vista das relações de trabalho,

o que se observa na administração pública é um quadro em que grande parte dos serviços públicos é realizada não mais pelo *servidor público*, profissional concursado cujas relações de trabalho são regidas por um regime jurídico próprio, mas pelos mais diferentes tipos de trabalhadores, em geral empregados de forma precária, com contratos temporários, sem os mesmos direitos, do *funcionalismo estatutário*, com salários mais baixos e expostos a maiores riscos e inseguranças - constituindo novas hierarquias entre os próprios trabalhadores, de “primeira e segunda classe” (RAICHELIS, 2017, p. 53-54, grifos da autora).

⁴ Já no governo Temer tem-se a aprovação da PEC nº 241/2016, posteriormente denominada Emenda Constitucional nº 95, “instituiu, de forma arbitrária, o Novo Regime Fiscal (NRF) para a União pelos próximos vinte anos, e estabeleceu limites para as despesas primárias, destinadas a cada um dos poderes, de maneira que o crescimento anual dos gastos não pode ultrapassar a taxa de inflação de 2016. O NRF, instituído no Governo Temer, inviabiliza, portanto, a vinculação dos recursos para as políticas sociais, conforme estabelecido na Constituição Federal de 1988, visto que impõe o congelamento das despesas primárias, excetuando os gastos com o pagamento dos juros da dívida (CARNEIRO; ARAÚJO; ARAÚJO, 2019, p. 38). Nesta direção, a EC congela não só o Orçamento das Políticas Sociais, mas, também, o gasto com a folha de pagamento da União, impossibilitando o crescimento do funcionalismo público, impulsionando a terceirização e a intensificação da exploração dos trabalhadores já concursados (OLIVEIRA, 2019, s/p).

⁵ É no ano de 1998, com a Emenda Constitucional nº 19/1998, que há uma alteração na compreensão do RJU, retirando-se “a necessidade do RJU para os servidores, tornando possível a existência de vários tipos de vínculos de trabalho dentro de um mesmo setor da Administração Pública” (OLIVEIRA, 2019, s/p). Nos governos do PT houve recomposição do quadro de servidores/as por meio de concursos públicos em várias áreas, mas houve, ao mesmo tempo, o incentivo à atuação de organizações sociais e similares, que acabam por fragilizar o serviço público, pois atuaram em frentes de trabalho que seriam de responsabilidade estatal, além da contratação de trabalhadores/as ser feita por meio de vínculos não estáveis (BEHRING, 2019).

⁶ O teletrabalho, uma das modalidades de terceirização, já é adotado em diversas esferas, entre elas o Judiciário e o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). Outra questão é a utilização de pregão eletrônico nas contratações de profissionais na administração pública direta, tendo como consequência o rebaixamento dos salários e o acirramento da concorrência entre os/as trabalhadores/as.

Ao mesmo tempo, temos a diminuição dos vínculos estatutários e um aumento de trabalhadores/as “identificados/as como ‘outros vínculos’, o que abrange terceirizados/as, comissionados/as, cedidos/as, consultores/as, estagiários/as, sem contar os/as voluntários/as” (RAICHELIS, 2020, p. 33).

Um outro elemento a destacar é a ideologia do gerencialismo - com foco nas metas e na gestão da qualidade e da produtividade - que tem pautado os serviços públicos com suas estratégias racionalizadoras, com o crescimento de atividades rotinizadas, com o aumento do controle do trabalho e das estratégias de intensificação do mesmo (RAICHELIS, 2020).

Essa nova configuração da gestão e do uso da força de trabalho nas políticas repercute no mercado e nas condições de trabalho dos/as assistentes sociais. Conforme a análise de Iamamoto e Carvalho (2010, p.76), a profissão afirma-se como um tipo de especialização do trabalho coletivo ao ser expressão de necessidades sociais derivadas “da prática histórica das classes sociais no ato de produzir e reproduzir os meios de vida e de trabalho de forma socialmente determinada”.

As relações estabelecidas com distintos sujeitos sociais condicionam o processamento do trabalho do(a) assistente social bem como o significado social da profissão e, além de estabelecerem limites e possibilidades à realização do trabalho profissional, trazem os constrangimentos do trabalho alienado⁷ (IAMAMOTO, 2010). Os(as) empregadores(as) determinam as necessidades sociais do trabalho de assistentes sociais, interferindo nas condições em que se opera esse trabalho por meio da disponibilização de recursos humanos e materiais, delimitando a sua matéria de atuação, impondo exigências trabalhistas e mediando relações com o trabalho coletivo. A condição de assalariamento de assistentes sociais - como funcionário(a) público(a) ou como trabalhadores(as) assalariados(as) de empregadores privados - vai envolver, necessariamente, a incorporação de parâmetros institucionais e trabalhistas, por meio dos quais será estabelecida jornada de trabalho, salário, metas a serem cumpridas, além da oferta dos recursos materiais, técnicos, humanos e financeiros indispensáveis à realização do trabalho (IAMAMOTO, 2010). As exigências impostas pelos empregadores irão se materializar em requisições, no estabelecimento de funções e atribuições ao trabalho profissional. O trabalho profissional tem ainda a imposição de demandas oriundas das necessidades sociais dos sujeitos que, ao serem condicionadas “pelas lutas sociais e relações de poder, se transformam em demandas profissionais, reelaboradas na óptica dos empregadores no embate com os interesses dos cidadãos e cidadãs que recebem os serviços profissionais” (IAMAMOTO, p.219). Nessa direção, tem-se “uma *tensão entre o trabalho controlado e submetido ao poder do empregador, as demandas dos sujeitos de direitos e a relativa autonomia do profissional para perfilar o seu trabalho*” (IAMAMOTO, 2010, p.424, grifos da autora).

Postas as determinações do trabalho profissional, nele incidirá os elementos expostos sobre a precarização e flexibilização das condições e relações de trabalho no âmbito das políticas. Em alguns

⁷ De acordo com Iamamoto (2010), os dilemas da alienação, indissociáveis do trabalho assalariado, vão incidir sobre o trabalho do assistente social de forma diferenciada a depender dos espaços ocupacionais e das relações que se configuram na concretização da autonomia profissional. “Ainda que as características do trabalho concreto exercido por este profissional sejam as mesmas nos vários espaços de trabalho -, traduzidas nas competências e atribuições profissionais, sujeitas à fiscalização dos Conselhos Profissionais e legalmente resguardadas -, a organização dos processos de trabalho e/ou das funções públicas em que se inscrevem os assistentes sociais tem significados particulares” (IAMAMOTO, 2010, p.425).

campos de atuação profissional, como nas políticas de habitação, saúde, assistência social e no campo sócio-jurídico a terceirização aparece de forma contundente, com consequências que apontam cada vez mais para a lógica privada na oferta dos serviços sociais. É recorrente a contratação dos(as) assistentes sociais contratados(as) por empresas, por meio de processos licitatórios; contratados(as) como prestadores(as) de serviços individuais para realização de laudos e relatórios sociais; além de ser facultativa a contratação pelo(a) assistente social de outro(a) profissional da mesma área para realizar determinadas atividades, configurando, dessa forma, a quarteirização dos serviços sociais (RAICHELIS, 2013; 2017).

Essas condições precárias se tornam ainda mais evidentes quando tratamos da subcontratação de assistentes sociais para atuarem como autônomos/as, prestando serviços de assessoria para empresas, instituições governamentais ou não, cooperativas de trabalhadores/as, exercendo sua atividade profissional de maneira temporária, por projetos, por tarefas, num claro processo de precarização se levado em consideração as condições sob as quais esse exercício profissional é executado. São facilmente observadas as novas formas de gerir o trabalho e de prestar serviços sociais “com a dinâmica de subcontratação de empresas gerenciadoras intermediadoras de serviços à população, a ampliação de mecanismos de terceirização e até mesmo quarteirização do trabalho profissional, especialmente no nível estadual e municipal” (RAICHELIS, 2013, p.625). Esse tipo de subcontratação tem se tornado cada vez mais frequente “acenando para o exercício profissional privado (autônomo), temporário, por projeto, por tarefa, em função das novas formas de gestão das políticas sociais” (RAICHELIS, 2010, p.759)⁸.

Observa-se o crescimento das atividades rotinizadas, do controle e da intensificação do trabalho por meio do estímulo à polivalência, à multiatividade e à produtividade que promovem significativos impactos nas competências e atribuições profissionais (RAICHELIS, 2017). Nesta direção,

tem sido reiterativo o discurso dos assistentes sociais que atuam no âmbito do Suas, do SUS e também em outras áreas profissionais, o envolvimento excessivo com o preenchimento de formulários e planilhas padronizadas numa tela de computador, a multiplicação de visitas domiciliares para fins de controle institucional das provisões e prestações sociais, a realização de cadastramentos da população que, quando assumidos de forma burocrática e repetitiva, não agregam conhecimento e reflexão crítica sobre a realidade dos usuários e seus territórios de vivência, rebaixam a qualidade do trabalho técnico e impedem que profissionais especializados possam realizar o trabalho intelectual nuançado para o qual estão (ou deveriam estar) capacitados a produzir⁹ (RAICHELIS, 2013, p. 624)

⁸ A terceirização impacta regressivamente a relação do/as profissionais com a população: “a terceirização desconfigura o significado e a amplitude do trabalho técnico realizado pelos assistentes sociais e demais trabalhadores sociais, desloca as relações entre a população, suas formas de representação e a gestão governamental, pela intermediação de empresas e organizações contratadas. Além disso, as ações desenvolvidas passam a ser subordinadas a prazos contratuais e aos recursos financeiros destinados para esse fim, implicando descontinuidades, rompimento de vínculos com usuários, descrédito da população para com as ações públicas” (RAICHELIS, 2010, p.759).

⁹ Outros elementos desta dinâmica são evidenciados pela autora: “crescente rotinização de atividades e padronização dos processos de trabalhos; alto nível de prescrição das tarefas e atividades com produção intensa de manuais, cartilhas, orientações, monitoramento, definição de metas, quantificação de atividades (nº de visitas, entrevistas, cadastros); e fortalecimento de mecanismos de controle dos serviços e benefícios, que se transformam em controle dos/as beneficiários/as (RAICHELIS, 2020, p. 33).

Em linhas gerais, em se tratando das condições e relações de trabalho, é possível perceber que o/a assistente social tem sido, igualmente ao conjunto dos/as trabalhadores/as sociais, afetado/a

pela insegurança do emprego, precárias e flexíveis formas de contratação com redução ou ausência de benefícios e direitos trabalhistas, intensificação do trabalho e das formas de controle, baixos salários, pressão pela produtividade e cumprimento de metas e resultados imediatos, ausência de horizontes profissionais de mais longo prazo, falta de perspectivas de progressão e ascensão na carreira, de políticas continuadas de capacitação profissional, entre outros (RAICHELIS, 2013, p.625).

Mesmo que, em alguns casos, seja possível destacar o aumento da contratação dos/as profissionais, em particular na política de assistência social, os processos de flexibilização trabalhista, por meio de subcontratações, de terceirizações, de prestação de serviços para organizações governamentais e não governamentais, de contratação temporária, por projetos, vem atingindo e precarizando as condições de trabalho, tendo rebatimentos relevantes para a saúde deste/as profissionais. É este o foco que aqui nos ateremos, ou seja, evidenciar a relação entre processo de trabalho dos assistentes sociais na política de assistência - em particular nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) - e o adoecimento físico e mental destes/as profissionais a partir da realidade de Conselheiro Lafaiete- MG.

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO PROFISSIONAL E ADOECIMENTO: ALGUMAS APROXIMAÇÕES

Compreenderemos a saúde do/a trabalhador/a como sendo expressão concreta das relações sociais e que “na sua forma imediata [...] manifesta-se no seu estado biopsíquico, que se relaciona com as condições materiais e sócio-políticas presentes no processo e condições de trabalho e de vida do trabalhador” (FREIRE, 2000, p. 168). Na VIII Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1986, o conceito de saúde foi referenciado, em seus aspectos, de forma indissociável daqueles relacionados à força de trabalho e sua superexploração. Assim, o objeto da saúde do/a trabalhador/a é o processo de saúde e doença dos homens em sua relação com o trabalho (ABRAMIDES; CABRAL, 2003). Nessa esteira, os processos em curso de degradação das *condições* de trabalho (intensidade, ritmo e jornadas extenuantes) e das *relações* de trabalho (precarização dos vínculos trabalhistas) postos pela reestruturação produtiva têm ampliado e agravado o quadro de adoecimentos e acidentes de trabalho.

As novas formas de organização, controle e gestão do trabalho a que são expostos os/as assistentes sociais, com intensificação do ritmo, o cumprimento de metas, os vários vínculos empregatícios, a dupla jornada das mulheres assistentes sociais, a rotatividade devido às relações trabalhistas instáveis e precarizadas (e a lógica do descarte) vem tornando recorrentes relatos de adoecimento. Esse processo se agudiza quando tratamos de profissionais que estão diariamente expostos

às situações limites, como é o caso dos/as profissionais de Serviço Social, que lidam diretamente com as expressões da questão social, com sujeitos com direitos sociais violados, e onde há necessidade de resposta qualificada às diversas demandas circunscritas ao acesso a benefícios e serviços em um momento de redução e sucateamento das políticas públicas. Somado a isso, há maior número de relatos de adoecimento e sofrimento nas profissionais do sexo feminino, a qual pertence maioria dos/as profissionais de Serviço Social¹⁰ Silva e Silva (2013) e Raichelis (2017).

Como resultado da exposição a esses constrangimentos, verifica-se a as manifestações físicas e mentais como dores, hipertensão, insônia, medo e crises de choro, sentimento de impotência, angústia, fadiga, estresse, ansiedade, assédio moral¹¹, esgotamento mental, sofrimento e quadros depressivos¹² Santos e Manfroi (2012, p.249); Vicente (2015); Raichelis (2017, p. 59); Ghiraldelli (2018, p.106).

Na política de assistência social, o adoecimento laboral tem sido causado pelo conjunto das determinações circunscritas às novas formas de gestão, condições e relações de trabalho acima postas aliado à falta de recursos técnicos (como material de escritório, carros para a realização de visitas domiciliares) e a priorização de demandas. Oliveira (2015); Faermann e Mello (2016).

Para que possamos compreender as possíveis repercussões do processo de trabalho na saúde física e mental dos/as assistentes sociais que atuam nesta política, e aqui em especial nos equipamentos de CRAS, faz-se necessário um breve resgate sobre a constituição dos equipamentos sociais em que os/as profissionais deste estudo estão inserido(a)s.

Conforme evidencia Faria (2017), o SUAS começou a ser implantado em Minas Gerais a partir de 2004, juntamente com a instituição da PNAS, determinando a criação dos equipamentos de proteção social e da instituição da rede socioassistencial¹³. O município de Conselheiro Lafaiete, de acordo com

¹⁰ Os condicionantes postos pela divisão social e sexual do trabalho e a extensão da jornada aliada às precárias condições de trabalho trazem ainda mais sofrimento às assistentes sociais. Ferreira (2017, p.65) nos mostra que, no caso do trabalho feminino, as condições da superexploração se particularizam tendo em vista que “o capital utiliza-se da divisão sexual do trabalho para fins de aprofundar a exploração e ampliar a acumulação, seja pela exploração da força de trabalho das mulheres no mercado de trabalho, sob rendimentos rebaixados, seja pela apropriação do trabalho doméstico realizado gratuitamente para suas famílias na esfera da reprodução social”.

¹¹ Outra modalidade das formas de ser dos processos de precarização é o assédio moral e, segundo Vicente (2017, pgs 143-4), há estudos que comprovam que assistentes sociais estão sofrendo assédio moral tanto nas empresas privadas quanto no setor público apenas por se posicionar partidária ou sindicalmente, por se comprometer com a defesa das atribuições e competências profissionais e por defender o código de ética: “O uso do assédio moral como uma estratégia de gestão (...) visa impedir que o/a trabalhador se pronuncie, questione, denuncie, exija garantia de direitos e, no limite, objetiva que o/a trabalhador peça transferência ou demissão, porém, um importante objetivo da prática do assédio moral é impedir a articulação e a solidariedade de classe entre trabalhadores/as.

¹² Enfatizando o exposto, Vicente (2017, p.129) nos traz que “são cada vez mais frequentes os relatos de assistentes sociais, em várias áreas, sobre a relação entre condições de trabalho e sofrimento que resultam em licenças, transferências e afastamentos por violência, assédio organizacional, demissões em massa, intensificação do ritmo do trabalho, excesso de responsabilização, desqualificação/desprofissionalização do trabalho etc.

¹³ De acordo com a PNAS a proteção social básica “tem como objetivo prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras)” (PNAS, 2005, p.33). No entanto, como elucida Saporetto (2016), “a implantação e o crescimento da rede CRAS não teve relação com as localidades mais desprotegidas socialmente. Além do mais, sem o devido acompanhamento, assessoramento e financiamento do governo estadual aos municípios mineiros, muito dos CRAS espalhados pelo território mineiro não funcionam bem, não contam com profissionais suficientes e capacitados, não possuem estrutura física adequada e demonstram, portanto, reduzido potencial para o combate à pobreza crônica e desigualdade social persistente em Minas Gerais (SAPORETTI, p. 113). Para a conformação da política de assistência social no estado de Minas Gerais conferir entre outros Costa e Palotti (2011) e Faria (2017).

as informações disponibilizadas no sítio eletrônico¹⁴ da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e nos Planos Plurianuais e Decenais de Assistência Social do município, é no ano de 2006, após a habilitação na gestão básica, que os principais programas e serviços da política de assistência social passam a ser executados. Atualmente, a cidade conta com a execução de serviços da proteção social básica e da proteção social especial de média e alta complexidade, estando essas ofertas disponíveis no Programa Bolsa Família/Cadastro Único (CadÚnico), nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS)¹⁵, no CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) e no Centro Pop (Centro de Referência Especializado em População em Situação de Rua).

Com os resultados da realização da pesquisa com os/as assistentes sociais atuantes nos CRAS¹⁶ foi possível confirmar algumas tendências que apontamos anteriormente ao que se refere aos impactos que a nova organização do trabalho tem na saúde física e mental de profissionais de Serviço Social.

Os assistentes sociais que entrevistamos afirmaram que mesmo cumprindo a lei das 30h semanais se sentem sobrecarregados devido à quantidade de demandas de atendimento, além do preenchimento de relatórios para alimentar o banco de dados digital. Nesse sentido, a burocratização e a comprovação da produtividade por meio do preenchimento dos relatórios são pontos destacados geradores de sobrecarga de trabalho, e que dificulta o processo de reflexão e proposição de ações.

Outra questão destacada é a falta de incentivo para formação continuada, a ausência do plano de cargos, carreiras e salários e a falta de pesquisas que sirvam para embasar o trabalho profissional no município.

Ao que tange ao acesso aos benefícios e serviços da política de assistência social, os/as profissionais apontaram o não atendimento das demandas dos/as trabalhadores/as tendo em

¹⁴ Informações disponíveis em: <http://sociallafaiete.blogspot.com>, acessado em abril de 2020.

¹⁵ O município apresenta quatro unidades de CRAS, sendo a equipe multiprofissional de todos os equipamentos composta por um coordenador, dois assistentes sociais, um psicólogo, um pedagogo, um orientador social, um auxiliar administrativo e um auxiliar de serviços gerais. Todas as unidades estão localizadas em áreas de extrema vulnerabilidade social e, segundo o relatório elaborado com dados fornecidos pelos equipamentos, até janeiro de 2020 havia 11.804 famílias referenciadas aos Centros de Referência de Assistência Social.

¹⁶ Foram entrevistados/as onze assistentes sociais, entre técnicos/as e coordenadores/as dos CRAS existentes. As entrevistas individuais foram orientadas por um roteiro semiestruturado que abordou questões relacionadas ao processo de trabalho do Serviço Social nos equipamentos da proteção social básica e suas relações e rebatimentos para a saúde física e mental destes/as profissionais. Questões como: perfil profissional, formação, qualificação, condições de contratação, remuneração, autonomia profissional, incentivo à educação continuada, participação em movimentos sociais, sindicalização, infraestrutura e recursos para execução do trabalho, satisfação/realização pessoal através do trabalho, condições de trabalho, sintomas de saúde, influência do processo de trabalho sobre saúde física e mental, ocorrência de afastamentos decorrentes de problemas de saúde. A elaboração deste questionário teve como base o desenvolvido por Lourenço em sua pesquisa de abrangência nacional intitulada “Processo de Trabalho e Saúde do(a)s Assistentes Sociais que atuam nos Serviços de Seguridade Social no Brasil”, que se valeu dos indicadores contidos na escala de “Ajuste Organização Pessoa” (Ajuste OP); escala que compõe um conjunto maior de escalas referentes às condições de trabalho (LOURENÇO, 2020, no prelo). Todos/as profissionais entrevistados/as possuem apenas um vínculo como assistente social e, dos/as onze participantes, apenas um/a tem como contrato de trabalho a CLT; todos/as os/as outras são servidores públicos admitidos por concurso público. Não foi possível realizar entrevistas na forma de grupo focal como mais um meio de aprofundar qualitativamente os dados quantitativos presentes no questionário semiestruturado devido às medidas de segurança preconizadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para o combate à pandemia do COVID-19, que recomendam, entre tantas outras, a não aglomeração de pessoas nos espaços. Nesta condição, todos os equipamentos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social estão com horários de funcionamento reduzidos e trabalhando em regime de escala. Os/as profissionais foram divididos para que, a cada dia da semana houvesse a presença de um/a assistente social no equipamento, inviabilizando, portanto, a realização dos grupos. As entrevistas presenciais foram realizadas nos locais de trabalho dos/as respectivos profissionais, respeitando as medidas de segurança no combate ao COVID-19.

vista a diminuição dos recursos, a oferta limitada de serviços, a ausência da quantidade necessária de equipamentos de CRAS para abranger todo o município, sendo necessário a recorrência às organizações da sociedade civil que têm atuado em complementariedade¹⁷. Ressalvas foram feitas com relação à questão da autonomia do trabalho profissional, em que evidenciou-se a ocorrência de interferências na execução do trabalho e entraves que levam à dificuldade de acesso dos sujeitos às políticas sociais.

Foi destacada a relação entre as demandas cotidianas e o processo de adoecimento/sofrimento. Todos/as profissionais elencaram a precarização da política, das condições de trabalho, a falta de recursos humanos e materiais e pressão pela produtividade como responsáveis por gerar frustração, por elevar os sentimentos de impotência e insatisfação, localizando nestas questões as fontes de sofrimento/adoecimento.

Corroborando com as afirmações, Lourenço (2016) nos mostra que o aumento das demandas acompanhado pela diminuição dos recursos é responsável pela sensação de impotência, trazendo ao assistente social a dificuldade de se realizar profissionalmente; a pressão direta realizada pelas demandas postas pelos trabalhadores/as somada à pressão indireta, realizada pela instituição - que segue a lógica da negação de direitos e da seletividade ao acesso - resulta em sobrecarga emocional dos/as profissionais, desgastando sua saúde física e mental. Assim, a realidade encontrada com os/as profissionais pesquisados não se difere da realidade da categoria quando tratamos da relação entre trabalho e saúde, ou seja, é a presença, constante ou não, de sintomas como nervosismo, insônia, tensão, medo, agitação e ansiedade. Todos/as os/as respondentes afirmaram a presença desses sintomas e a relação dos mesmos com as condições e relações de trabalho realizado na política de proteção social básica.

Há o estigma de que estar atuando no setor público garante aos profissionais, além de vínculos formais e estáveis de trabalho e salários adequados, a segurança de que estes/as não se submeterão a relações e condições de trabalho que podem resultar em sofrimento/adoecimento. Todavia, o que podemos perceber com o resultado de nossa pesquisa é, justamente, o contrário: os/as assistentes sociais estão expostos às mais dramáticas expressões da questão social no seu cotidiano de trabalho, o seu trabalho é realizado em meio a condições instáveis e insatisfatórias, há ausência constante de recursos para o atendimento das demandas, os salários são baixos e não há incentivo à formação continuada. Muitos profissionais acabam se responsabilizando pela pouca efetividade e qualidade dos seus atendimentos, o que leva a frustração e ao chamado “embotamento” da atividade profissional, que significa a falta de reconhecimento, de visibilidade social do trabalho exercido, que é também causa de sofrimento psicológico (LOURENÇO, 2016).

¹⁷ Essa situação também encontra explicação na forma como se deu a implantação dos equipamentos de CRAS no estado de Minas Gerais – houve expansão da rede sem dar prioridade à eficácia e qualidade dos serviços. Além disso, o incentivo às parcerias público-privadas no estado foi intensificado entre 2007 e 2010 e, por meio dos relatos, ficou evidente que continuam em contínua ascensão (SAPORETTI, 2016).

CONCLUSÃO

As regressões em processo postas pela acumulação flexível e pela política de ajustes neoliberais na particularidade brasileira pós anos 1990 - em especial postas nas contrarreformas das respostas estatais para a área social - e acentuadas nos tempos que correm pela agenda ultraneoliberal pós-golpe de 2016, trouxeram alterações que vêm impactando nas condições e relações de trabalho no âmbito das políticas sociais. Novas formas de gestão do trabalho, ampliação da parceria público-privado, diferenciação nos modos de gestão e contratação de trabalhadores/as e a adoção da ideologia gerencialista vêm conformando os processos de formulação e operacionalização das políticas. É nessa configuração que se evidencia a expansão e o aprofundamento das diferentes formas de precarização das condições de trabalho com rebatimentos no conjunto dos trabalhadores que nelas atuam.

Em se tratando da política de Assistência Social, o que se evidencia é a desconstrução do SUAS, com o retorno ao assistencialismo prestado pelas organizações da sociedade civil, numa tentativa clara de desvincular a assistência da condição de política pública.

É nesse contexto que vem se processando alterações nos espaços sócio-ocupacionais dos/as assistentes sociais que passaram a vivenciar formas de trabalho precárias, permeadas pela insegurança, pela flexibilização de direitos trabalhistas e pela lógica do produtivismo.

Os resultados analíticos da pesquisa realizada com os/as assistentes sociais dos CRAS de Conselheiro Lafaiete não se diferem das tendências dos estudos realizados com a categoria sobre a relação entre trabalho e saúde. O cumprimento de metas, o aumento dos ritmos de trabalho, escassez de recursos materiais e humanos, os conflitos éticos e morais, a impossibilidade de realização no trabalho, a ausência de benefícios e direitos trabalhistas, os baixos salários em contraposição à intensificação da jornada de trabalho, a falta de incentivo à formação continuada e a exposição às demandas das mais variadas expressões da questão social e a ausência de políticas são dilemas que levam à frustração, ao mal estar e ao sentimento de inutilidade e impotência do/a profissional. Estes processos de sofrimento/adoecimento são fortemente destacados também em função do aumento das demandas nos equipamentos devido ao não investimento na ampliação dos benefícios e serviços da política; a imposição dos critérios de seletividade pelos/as profissionais face ao aumento das demandas e, em contrapartida, a escassez de recursos disponibilizados para o atendimento das mesmas.

A pressão realizada pelos/as sujeitos que demandam os serviços e benefícios somada à realizada pela instituição, que segue a lógica da negação de direitos e da seletividade ao acesso, resulta em sobrecarga emocional aos/as profissionais, desgastando sua saúde física e mental Lourenço (2016).

A socialização e o debate das determinações da dinâmica macrossocietária imperantes na atuação estatal nas políticas e as suas condições efetivas de formulação e implementação nas diferentes realidades sócio-ocupacionais dos/as assistentes sociais é um imperativo. Nessa direção,

a criação de fóruns interdisciplinares (e ou da categoria) ou a participação nos mesmos se existentes, nas organizações da categoria (como nos Núcleos de Assistentes Sociais)¹⁸ e a vinculação ativa nas instâncias sindicais por ramo, são algumas possibilidades coletivas para o fomento de discussões acerca da realidade das políticas de proteção social; socialização das ações realizadas, condições de trabalho, visibilização de denúncias de irregularidades, inexistência e ou precarização de serviços, benefícios e direitos.

Uma outra iniciativa central é a apreensão e fortalecimento das formas de organização e as potencialidades de mobilização e de luta já existentes ou ainda ocultas dos indivíduos sociais com os quais trabalhamos. Esse é um caminho que nos abre a possibilidade de trabalhar, para além dos espaços institucionais, a busca da construção de estratégias coletivas para o encaminhamento de suas demandas. E, também nos abre a possibilidade de uma atuação junto as organizações e movimentos sociais existentes, assessorando-os na perspectiva de identificação de demandas, na discussão e na formulação de estratégias coletivas para defesa e acesso aos direitos¹⁹(DURIGUETTO, 2011; 2014).

Enfrentar a destruição dos direitos e a precarização das condições e relações de trabalho nas políticas nos coloca como desafio, no cotidiano do nosso trabalho profissional, contribuir com o fomento e/ou o fortalecimento de ações coletivas da categoria; com outros profissionais; com as organizações e movimentos sociais que portam a defesa dos interesses das classes subalternas e com os indivíduos sociais com os quais desenvolvemos o nosso trabalho.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, M. B; CABRAL, M. S. Regime de acumulação flexível e saúde do trabalhador. *São Paulo em Perspectiva*. V.1, n. 17, p. 3-10, 2003.

ANTUNES, R. L. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2010, p.13-55.

ANTUNES, R; DRUCK, G. A Epidemia da Terceirização. In: *Riqueza e Miséria do trabalho no Brasil III*. Ricardo Antunes (Org). 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

¹⁸ Os núcleos são espaços de articulação e organização dos assistentes sociais de base, que cumprem o papel de interiorização, descentralização e democratização da gestão técnico-política dos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS). Ver o documento elaborado pelo CRESS-MG "Subsídios para fortalecimento das ações e organização dos Núcleos de Assistentes Sociais (NAS)" in https://cress-mg.org.br/Menu/Nucleos_de_Assistentes_Sociais. Um exemplo dessas iniciativas foi a realização, pelo Núcleo de Assistentes Sociais de Conselheiro Lafaiete (Naslaf), em 2018, de um encontro para denunciar o desmonte da política de assistência social e a defesa do Suas, que reuniu mais de 80 pessoas incluindo trabalhadoras e trabalhadores da assistência social, de conselhos de direito, de entidades e os/as trabalhadores/as que demandam os serviços e benefícios da política. O Naslaf participou também de um debate sobre o tema na Câmara dos Vereadores e na rádio local do município.

¹⁹ Essas prospectivas interventivas são postas, por exemplo, nos documentos elaborados, sob o impulso do CFESS, para se constituírem em parâmetros para o trabalho profissional na política de assistência social e de saúde cf. "Parâmetros para a atuação de Assistentes Sociais na política de Assistência Social" e "Parâmetros para a atuação de Assistentes Sociais na Saúde". Brasília: CFESS, 2009.

BADARÓ, M. *Governo Bolsonaro – neofascismo e autocracia burguesa no Brasil*. São Paulo: Usina Editorial, 2020.

BEHRING, E. R. A emergência é social, não fiscal. Esquerda Online. Publicado em 11/11/2019. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2019/11/11/emergencia-e-social-nao-fiscal/>. Acesso em: 06 maio 2020.

BOSCHETTI, I. S. *Assistência Social e trabalho no capitalismo*. São Paulo: Cortez, 2016.

CARNEIRO, A. M. F.; ARAÚJO, C.C.; ARAÚJO, M. do S. S. de. Política de Assistência Social no período de 1988-2018: construção e desmonte. *Revista Ser Social*. Brasília, v. 21, n. 44, jan-jun 2019.

COSTA, B. L. D.; e PALOTTI, P. L. M. “Relações Intergovernamentais e Descentralização: Uma Análise da Implementação do SUAS em Minas Gerais”. *Sociologia Política*, v. 19, n° 39, p. 211-235, jun. Curitiba, 2011.

DURIGUETTO, M. L. “Conselhos de direitos e intervenção profissional do Serviço Social” In: BRAVO, Ma. I. S.; MENESES, J. S. B (Orgs) *Saúde, Serviço Social, movimentos sociais e conselhos: desafios atuais*. São Paulo: Cortez, 2011.

DURIGUETTO, M. L. “Movimentos sociais e Serviço Social no Brasil pós-anos 1990: desafios e perspectivas”. In: ABRAMIDES, M. B; DURIGUETTO, M. L. (Orgs.). *Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária*. São Paulo: Cortez, 2014.

DURIGUETTO, M. L.; DEMIER, F. *Democracia blindada, contrarreformas e luta de classes no Brasil contemporâneo*. Argumentum, v. 9, n. 2, p.8-19, mai.-ago. Vitória, 2017.

DURIGUETTO, M. L; SOUZA FILHO, R. *Democratização, política econômica e política social: determinações fundamentais para o debate dos espaços conselhistas*. 2020, no prelo.

FAERMANN, L. A.; MELLO, C. C. V. “As condições de trabalho dos assistentes sociais e suas implicações no processo de adoecimento dos profissionais”. *Textos e Contextos*. Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 93-113, jan.-jul., 2016.

FARIA, E. S. de. “A atuação do estado na implementação/execução da política pública de assistência social: limites e possibilidades no âmbito das Regionais da SEDESE em MG”. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Federal de Juiz de Fora: Juiz de Fora, 2017.

FERREIRA, V. M. Apropriação do tempo de trabalho das mulheres nas políticas de saúde e reprodução social: uma análise de suas tendências. Tese de Doutorado em Serviço Social. Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, 2017.

FREIRE, L. M. de B. O serviço social e a saúde do trabalhador diante da reestruturação produtiva nas empresas. In: MOTA, A. M (org). *A nova fábrica de consensos*. 2 ed. São Paulo, 2000, p. 167-194.

GHIRALDELLI, R. *Espaços sócio-ocupacionais, condições de trabalho e agravos à saúde de assistentes sociais na contemporaneidade*. Revista Sociedade em Debate, Pelotas. v. 24, n. 3, p. 97-112, set.-dez. 2018.

HARVEY, D. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 2008. Parte II (p.115-184).

IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 8ª edição. São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 19ª edição. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]; CELATS, 2010.

LOAS. Lei 8.742. *Lei Orgânica da Assistência Social*. Brasília, 1993.

LOURENÇO, E. A. de S. “Saúde do trabalhador e da trabalhadora no capitalismo contemporâneo”. In: LOURENÇO, E. A. S. (Org.) *Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora e Serviço Social: Estudos da Relação Trabalho e Saúde no Capitalismo Contemporâneo*. Campinas: Papel Social, 2016.

LOURENÇO, E. A. de S. “Processo de Trabalho e Saúde do/a(s) Assistentes Sociais que atuam nos Serviços de Seguridade Social no Brasil”. Departamento de Serviço Social da FCHS- UNESP, Franca, SP, 2020. No prelo.

OLIVEIRA, A. L. A. de. “As condições de trabalho do assistente social na política de assistência social a partir dos anos 2000”. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Federal de Juiz de Fora: Juiz de Fora, 2015.

OLIVEIRA, G. de. Fundo Público e desmonte do Regime Jurídico Único dos servidores: 30 anos de ataques. Esquerda Online. Publicado em 28/11/2019. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2019/11/28/fundo-publico-e-desmonte-do-regime-juridico-unico-dos-servidores-30-anos-de-ataques/>. Acesso em: 06 maio 2020.

PNAS. *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília, 2005.

RAICHELIS, R. “Intervenção Profissional do assistente social e as condições de trabalho no Suas”. *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, n. 104, p. 750-772, out.- dez., 2010.

RAICHELIS, R. “O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos”. *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo. n. 107, p. 420-437, jul.-set., 2011.

RAICHELIS, R. “Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial”. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, nº 116, p. 609-635, out.-dez., 2013.

RAICHELIS, R. “Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo”. In: RAICHELIS, R.; VICENTE, D.; ALBUQUERQUE, V. (Orgs.). *A nova morfologia do trabalho no Serviço Social*. São Paulo: Editora Cortez, 2017.

RAICHELIS, R. “Atribuições e competências profissionais revisitadas: a nova morfologia do trabalho no Serviço Social”. In: *Atribuições privativas do/a assistente social em questão*. V. 2. p. 11-42. Brasília, CFESS, 2020.

SANTOS, M. T. dos; MANFROI, V. M. “Expansão e precarização: o mercado de trabalho dos assistentes sociais em Santa Catarina”. *Revista Em Pauta*. Rio de Janeiro, v. 10. n. 30, p. 233-252, 2º semestre de 2012.

SAPORETTI, D. M. de C. “A Atuação e Desempenho do Governo de Minas Gerais na Consolidação e Promoção da Política de Assistência Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS”. Belo Horizonte, FJP, 2016. Dissertação de Mestrado.

SILVA, L. M. P.; SILVA, L. S. da. “As mulheres assistentes sociais: adoecimento e sofrimento em tempos de reestruturação produtiva”. III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <http://www.cressmg.org.br/arquivos/simposio/AS%20MULHERES%20ASSISTENTES%20SOCIAIS_%20ADOECIMENTO%20E%20SOFRIMENTO%20EM%20TEMPOS%20DE%20REESTRUTURA%C3%87%C3%83O%20PRODUTIVA.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2017.

VICENTE, D. “Desgaste mental de assistentes sociais: um estudo na área da habitação”. *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo. n.123, p. 562-581, jul.- set., 2015.

VICENTE, D. Serviço Social, trabalho e desgaste mental. In: RAICHELIS, R.; VICENTE, D.; ALBUQUERQUE, V. (Orgs.). *A nova morfologia do trabalho no Serviço Social*. São Paulo: Editora Cortez, 2017.

ESTRATÉGIAS E TÁTICAS NO TRABALHO SOCIOEDUCATIVO DESENVOLVIDO PELOS ASSISTENTES SOCIAIS

CAMILA REIS PEDRO DE SOUZA¹

ISADORA DAS GRAÇAS FREITAS²

LUCIANA GONÇALVES PEREIRA DE PAULA³

INTRODUÇÃO

O presente artigo possui o objetivo de refletir sobre a elaboração das estratégias e táticas a serem utilizadas pelos assistentes sociais em seu trabalho profissional, especialmente nas ações socioeducativas. A construção consciente de estratégias e táticas pode potencializar o fazer profissional do assistente social pautado na defesa do projeto ético-político, quando propõe momentos de reflexão, de estímulo à participação e mobilização política.

Partindo dessa concepção, o artigo em questão apresenta alguns debates realizados no Grupo de Estudos e Pesquisas dos Fundamentos do Serviço Social (GEPEFSS), da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (FSS/UFJF). Mais especificamente, o debate sobre estratégias e táticas profissionais, localizando a arte e o trabalho com grupos como ferramentas em potencial para as ações desenvolvidas pelos assistentes sociais.

Para isso, nosso artigo aborda, também, uma experiência de extensão, realizada na UFJF. Ela possui o objetivo de realizar um trabalho socioeducativo junto à jovens e adolescentes de escolas públicas do município de Juiz de Fora-MG. Para isso, busca fomentar debates críticos sobre a realidade vivenciada por esse segmento, tendo como ponto de partida o próprio conhecimento e as experiências trazidas pelos participantes. Para o desenvolvimento das atividades, a equipe responsável pelo projeto

¹ Graduanda no Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora; bolsista de extensão sob supervisão da prof. Luciana Gonçalves Pereira de Paula – email: camilareispedro@hotmail.com.

² Graduanda no Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora; bolsista de extensão sob supervisão da prof. Luciana Gonçalves Pereira de Paula – email: isa.freitas101@outlook.com.

³ Assistente Social; Professora Adjunta na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora; Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro; pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas dos Fundamentos do Serviço Social (GEPEFSS) – email: lugppaula@gmail.com.

propôs introduzir a arte como ferramenta do trabalho socioeducativo. Os resultados desse processo de utilização da arte no Serviço Social serão brevemente apresentados nesse artigo.

Dessa forma, o artigo se estrutura em três momentos: apresenta reflexões teórico-metodológicas acerca do trabalho socioeducativo realizado por meio de grupos e da relação entre a arte e o Serviço Social; aborda as experiências do projeto de extensão, demonstrando a importância do estímulo às atividades artísticas em trabalhos de grupo desenvolvidos no âmbito do Serviço Social; e, nas considerações finais, aponta para a importância do planejamento como momento oportuno para a construção das estratégias e táticas necessárias ao alcance dos objetivos profissionais dos assistentes sociais.

O TRABALHO SOCIOEDUCATIVO DESENVOLVIDO PELOS ASSISTENTES SOCIAIS – ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O GRUPO, A ARTE E O SERVIÇO SOCIAL

O Serviço Social possui, historicamente, as atividades socioeducativas como uma marca dessa profissão. Na sua gênese, tais atividades eram desenvolvidas com o objetivo de “ajustamento” dos trabalhadores, dentro da lógica da sociedade burguesa, garantindo, assim a manutenção da ordem vigente, a partir de uma perspectiva conservadora (IAMAMOTO; CARVALHO, 2003).

No entanto, ao longo das décadas, diversas transformações ocorreram, no âmbito do Serviço Social brasileiro, especialmente, a partir do processo de renovação, que se inicia nos anos de 1960 (NETTO, 2002). Como resultado desse processo, houve um redimensionamento da profissão, que passa a assumir um compromisso com os interesses históricos e a luta da classe trabalhadora, reconhecendo-se enquanto pertencente a esta classe.

Com isso, o Serviço Social passa a se orientar por uma perspectiva crítica, baseada na teoria marxista. E, nesse cerne, a categoria profissional constrói um novo projeto de profissão, denominado projeto ético-político. Pautados nesse projeto, os assistentes sociais, na década de 1990, reformulam o seu Código de Ética, que aponta para o fortalecimento de princípios fundamentais, como: a liberdade, a autonomia e a emancipação humana (NETTO, 1999).

Dito isso, faz-se necessário ressaltar que, a dimensão socioeducativa da profissão pode se realizar tanto por um viés conservador, quanto por um viés crítico. E que, apesar dos avanços sinalizados, os elementos do conservadorismo continuam presentes, ainda hoje, de diversas maneiras, em meio à nossa categoria profissional.

Desse modo, para fortalecer o projeto ético-político hegemônico na profissão, no enfrentamento dos desafios apresentados pela conjuntura atual, é preciso que o assistente social desenvolva suas capacidades crítica e criativa. Nesse sentido, o uso da arte torna-se uma importante estratégia para o fomento do pensamento crítico dos sujeitos e, conseqüentemente, contribui para o processo de organização e luta da classe trabalhadora (PAULA, 2016).

O desenvolvimento de atividades socioeducativas, pautadas numa perspectiva crítica, fortalece princípios fundamentais do projeto ético-político do Serviço Social, uma vez que orientam-se pela participação dos sujeitos no processo de socialização do conhecimento, por meio da problematização de questões que perpassam a realidade social dos mesmos. Além disso, é preciso que a construção e a realização das atividades aconteçam de forma horizontal e democrática, sem hierarquização de saberes. Isso reforça o respeito ao saber popular e a valorização da cultura historicamente construída pela classe trabalhadora. “Nessa perspectiva, o trabalho com grupos é uma estratégia profissional clivada pelas possibilidades de uma construção comum, coletiva, participativa. Trata-se de um espaço democrático, aberto à construção de novas perspectivas e de novas ações” (EIRAS; PAULA, 2018, 144).

Portanto, quando existe uma relação horizontal nas atividades socioeducativas, esse processo possibilita uma maior aproximação dos assistentes sociais com os usuários/trabalhadores e, conseqüentemente, facilita o processo de reconhecimento das reais demandas postas pelos mesmos.

É importante dizer que a realidade social, na qual os sujeitos estão inseridos, transforma-se a todo momento. O que faz com que seja necessário que as atividades socioeducativas também acompanhem essas mudanças. Buscando decifrar as especificidades de cada conjuntura, elas devem propiciar reflexões para além do imediato (MATTOS; CARMO, 2013).

Nesse processo de desvelamento do real, a arte pode ser uma importante estratégia. As mais variadas expressões artísticas (como música, pintura, poesia, dança, teatro, fotografia, etc.) podem retratar a realidade dos sujeitos e despertá-los para uma série de questões que perpassam o seu cotidiano. Assim, é possível utilizar a arte como instrumento na atuação profissional do assistente social, já que ela possibilita a problematização de questões que estão presentes no dia a dia dos trabalhadores. Porque “a arte expressa, em cada época histórica, a representação que os sujeitos fazem do real, seus valores, sentimentos, suas concepções, suas percepções” (PRATES, 2007, p. 227). E,

A expressão dos sujeitos através da arte é importante material para a análise do Serviço Social, pois este desvendamento (e ressalte-se: histórico e processual) é condição para planejarmos estratégias de intervenção. A leitura, dessas expressões, no entanto, não pode ser descontextualizada, pois é localizada histórica, social, geográfica e ideologicamente (PRATES, 2007, p. 227).

Nesse sentido, faz-se importante destacar as considerações feitas por Conceição (2010, p. 59 e 60) acerca dos diferentes níveis de arte que coexistem na atual sociedade capitalista:

[...] a “arte elitista”, que essencialmente propõe-se como atemporal e pura, expressão do sentir e de emoções pessoais, fruto da genialidade do autor; a “arte para as massas”, uma arte que padroniza gostos e submete as diferenças a um padrão e a um público médio, caracterizada como indústria cultural; e a “arte popular”, que põe sua tônica no consumo não mercantil, cujo valor essencial é a representação e satisfação solidária de desejos coletivos.

Com isso, quando apontamos a potencialidade da arte como estratégia profissional a ser usada pelo assistente social, estamos nos referindo às expressões artísticas enquanto produtos das relações sociais que podem contribuir - a depender do enfoque que se dá - tanto para um processo de alienação, quanto para o fomento de uma consciência crítica e classista.

“O assistente social enquanto intelectual deve informar, fomentar a consciência crítica do usuário, possibilitando o questionamento e a reflexão (...)” (CONCEIÇÃO, 2010, p. 61). Desse modo, “o uso de filmes, letras de música, fotos e outros registros são ricos materiais dos quais podemos nos valer para interpretar o real” (PRATES, 2007, p. 227).

Mas, para além da análise e interpretação, fundamentais à realização de uma intervenção consequente, estas fontes podem ser transformadas em estratégias e utilizadas como instrumentos para o desenvolvimento de processos sociais que instiguem processos reflexivos e mediações com realidades similares (PRATES, 2007, p. 227).

Portanto, é importante elucidar que tanto a arte, quanto o trabalho com grupos são importantes estratégias político interventivas do assistente social, pois possibilitam a organização e o fortalecimento da luta da classe trabalhadora, a partir de reflexões com base na realidade social, na qual os sujeitos estão inseridos, propiciando que os mesmos possam romper com o processo de alienação e fortalecer o seu senso crítico.

Mas, para isso, o direcionamento político-ideológico, na construção dessas estratégias é fundamental, para que a sua utilização não seja meramente tecnicista, como nos aponta Prates (2007, p. 231).

Do mesmo modo que no trabalho com grupos o uso da técnica não pode se sobrepor a dinâmica grupal, sob pena de que a efetividade se perca no caminho (fetiche da técnica que está na base do tecnicismo), o uso da arte, ou qualquer estratégia de exposição, não pode prevalecer sobre o que é essencial, o conteúdo aprofundado e problematizado da mensagem orientada para uma finalidade, ou a exposição perde densidade e substância.

Dessa forma, o uso da arte e do trabalho com grupos, em consonância com uma perspectiva crítica, pode fortalecer a atuação profissional do assistente social que defende os princípios do projeto ético-político do Serviço Social.

A EXPERIÊNCIA DO USO DA ARTE EM UM PROJETO DE EXTENSÃO - O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS ESTRATÉGIAS E TÁTICAS PROFISSIONAIS

Como destacamos anteriormente, o trabalho com grupos é uma importante estratégia político-pedagógica para os profissionais do Serviço Social. A abordagem grupal, especialmente quando constituída em longo prazo, propiciando a construção de vínculos entre os usuários e assistentes

sociais, conforma-se como uma importante ferramenta na defesa dos direitos, em qualquer que seja o espaço sócio-ocupacional (EIRAS; PAULA, 2018).

No entanto, tão importante quanto perceber o trabalho desenvolvido com grupos enquanto uma estratégia frutífera para os assistentes sociais, que possuem como objetivo a construção de uma nova sociabilidade para além do capital, é também conseguir planejar e desenvolver ações táticas capazes de operacionalizar tal estratégia (EIRAS; PAULA, 2018).

Nesta perspectiva, destacamos que

(...) cada estratégia político-interventiva construída pelo assistente social vai apresentar para esse profissional a tarefa de formular um rol de táticas capazes de colocar em movimento as estratégias que foram elaboradas. Sendo assim, as estratégias são caminhos pelos quais os assistentes sociais podem construir as suas ações. E essas ações propriamente ditas operacionalizam-se através das táticas formuladas por esses profissionais. Podemos chamar, então, de ações táticas as intervenções profissionais construídas em articulação com as estratégias político-interventivas, tendo em vista o alcance de determinado objetivo profissional (PAULA, 2016, p. 194).

Com isso, percebemos que as maiores dificuldades de nossa categoria profissional consistem exatamente na elaboração das táticas de intervenção. Pois é fato que muitos assistentes sociais desenvolvem trabalhos com grupos (nos seus mais variados formatos), nos diversos espaços sócio-ocupacionais onde se encontram inseridos. Entretanto, o grande desafio ainda nos parece ser a efetivação dessa estratégia em um alinhamento compatível com os princípios do nosso projeto profissional crítico (EIRAS; PAULA, 2018).

Em Iamamoto (1992), encontramos a indicação de que as estratégias e táticas devem se construir articuladas aos propósitos e objetivos profissionais do/da assistente social. Nesse mesmo sentido, Paula (2014) sinaliza a importância de pensarmos as estratégias como elementos necessários ao alcance de determinado objetivo profissional.

A partir do instante em que estabelecemos alguma finalidade, é preciso saber o que fazer para que ela seja alcançada - o que evidencia a necessidade de um bom planejamento - considerando não só as dificuldades, mas também as possibilidades que se colocam na realidade o que, em linhas gerais, consiste na definição de estratégia (PAULA; SILVA, 2019, p. 194).

No entanto, além da escolha do que fazer - que é a construção da estratégia-, é necessário que o/a assistente social busque mecanismos para colocar em prática o que pretende, e nisso consiste a elaboração das táticas, que se expressam no momento técnico-operativo da profissão, “embora não se furtem, no momento de escolha do/da profissional sobre como operacionalizar determinada estratégia, de um direcionamento teórico-metodológico e ético-político” (PAULA; SILVA, 2019, p. 194).

Na experiência construída por meio do projeto de extensão “ocupando os espaços e construindo o amanhã”, as principais estratégias utilizadas foram o trabalho grupal e o uso da arte. As táticas,

por sua vez - compreendendo-as enquanto o “como fazer”, ou seja, o momento técnico-operativo propriamente dito - serão descritas ao longo dos relatos que apresentaremos sobre essa experiência.

O projeto de extensão surgiu a partir da conjuntura do ano de 2016, quando ocorreu um movimento de ocupações em escolas públicas de todo o Brasil. Esse processo foi protagonizado por jovens e adolescentes secundaristas e liderado pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) – momento que ficou conhecido como a “primavera secundarista”⁴. Essas ocupações também ocorreram em algumas escolas do município de Juiz de Fora-MG. E o referido projeto de extensão se construiu a partir da vontade de contribuir para a formação desses jovens, para que, cada vez mais, eles possam se compreender enquanto sujeitos de direitos e estejam dispostos a lutar pela sua cidadania.

Nos anos de 2018 e 2019, o projeto de extensão “ocupando os espaços e construindo o amanhã” foi realizado junto a adolescentes das escolas públicas do município de Juiz de Fora-MG⁵. Nessa experiência o público-alvo se constituiu de alunos do Ensino Fundamental II, cuja faixa etária variava entre 12 e 16 anos. Durante o projeto foram realizadas em média cinco oficinas em cada escola, cujos temas foram escolhidos pelos próprios adolescentes. O projeto, nesse período de dois anos, conseguiu a adesão de aproximadamente 200 participantes.

Para o processo de construção e planejamento das oficinas, foram realizadas reuniões quinzenais, das quais participaram a professora coordenadora do projeto, as discentes/bolsistas de extensão e, a partir de 2019, as assistentes sociais inseridas no Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família, da UFJF. As oficinas foram realizadas, também, de forma quinzenal, de acordo com os horários disponibilizados por alguns professores das referidas escolas.

Vale ressaltar que, neste momento, não apresentaremos um relato específico de cada escola a respeito das experiências vivenciadas. O que faremos aqui é destacar os principais marcos dessas experiências como um todo, enfatizando as táticas que mais funcionaram durante as atividades em grupo.

A primeira oficina foi desenvolvida, em todas as escolas, com o intuito de apresentar para os alunos os objetivos do projeto de extensão, bem como a equipe de trabalho; estabelecer um primeiro contato, propiciando a apresentação desses alunos; e estimulá-los a escolherem as temáticas a serem abordadas nas oficinas seguintes.

No primeiro contato com os alunos das referidas escolas, foi possível notar o quanto o modelo tradicional de ensino, hierárquico e vertical, realça a relação “aluno-escola” dentro dessa sociedade e o quanto esse modelo está naturalizado por eles. Nesse sentido, quando a equipe de extensão se colocou diante dos alunos propondo um diálogo horizontal, baseadas na realidade vivenciada pelos mesmos, eles se mostraram muito receosos. Alguns alunos demonstraram resistência e, em alguns momentos, não quiseram fazer parte das atividades/dinâmicas realizadas.

⁴ Em outubro de 2016, o movimento de estudantes ocupou escolas públicas de ensino fundamental e médio, a princípio no Paraná e depois por todo o Brasil, incluindo universidades públicas e particulares. O alvo do protesto eram duas grandes reformas propostas pelo novo governo: a medida provisória MP 746, que propunha a reforma do ensino médio; e a PEC 241/PEC-51, que propunha o congelamento dos gastos públicos por 20 anos, atingindo em cheio os investimentos em educação.

⁵ Dentre elas: a escola Estadual Almirante Barroso, a escola Estadual Professor José Freire e a escola Municipal Doutor Paulo Japyassu.

Contudo, ao longo da realização das oficinas, esse receio foi se dissipando e uma relação dialogal foi sendo constituída, permitindo que os alunos se tornassem protagonistas dos grupos.

A dinâmica inicial solicitava que os alunos se apresentassem, dizendo o nome, a idade e o que mais gostavam de fazer. Esse foi o primeiro impacto sentido pela equipe de extensão, pois muitos deles disseram que o que mais gostavam de fazer era: “nada”, “mexer no celular”, “dormir” e “ficar atoa”. Esse quadro nos mostrava adolescentes completamente desmotivados, sem perspectiva de futuro, sem sonhos.

Essa questão nos trouxe a primeira reflexão. Os alunos em questão estão inseridos em um contexto social extremamente adverso, fruto dessa sociedade capitalista. Eles estudam em escolas públicas e moram em bairros periféricos, nos quais a realidade é repleta de violência, racismo, preconceito, machismo, violação de direitos e outras questões sócio históricas típicas da nossa realidade brasileira. Como poderíamos encontrar jovens motivados e esperançosos em uma realidade perpassada por tanta precariedade?

Essa realidade vivenciada pelos alunos se refletiu nos temas escolhidos por eles para serem trabalhados nas oficinas. Assim, os principais temas abordados ao longo do projeto de extensão, foram: racismo, escravidão, preconceito, tráfico de drogas, desigualdade social, política, desemprego, violência contra mulher, machismo, desigualdade de gênero, diversidade sexual, *bullying*, suicídio, depressão, ansiedade, crise existencial, saúde mental, sonhos, ensino público, profissões, família, sexualidade, gravidez da adolescência e aborto.

Durante a realização das oficinas foi possível notar que as formas de discriminação também estão presentes na relação que eles constituem uns com os outros, tanto no ambiente escolar, quanto na comunidade. Nesse sentido, cabe ressaltar que as discussões sobre *bullying*, de maneira geral, tiveram muita repercussão durante as oficinas, pois alguns alunos relataram casos que aconteciam dentro da sala de aula e outros se sentiram motivados a pedir desculpas aos colegas de turma, por suas atitudes.

Uma oficina, em especial, possibilitou que a equipe de extensão pudesse perceber o quanto os alunos conseguiram refletir e se sensibilizar com a temática do *bullying*. Esse momento se deu durante a dinâmica das “tarjetas”. Nessa dinâmica foi colocada uma tarjeta nas costas de cada aluno com frases ou palavras que causam constrangimento. Essas frases ou palavras foram escolhidas no momento de planejamento, buscando algumas expressões depreciativas usadas pelos próprios adolescentes na atualidade. Durante a dinâmica, os alunos que estavam com as tarjetas nas costas ficaram em locais estratégicos, de modo que os demais alunos pudessem ler em voz alta as expressões escritas. Nesse momento, muitos alunos se sentiram incomodados em reproduzir aquilo que estava escrito nas tarjetas e alguns não conseguiram realizar a leitura. Logo em seguida foi feita uma conversa sobre os impactos desse tipo de atitude nos alunos que recebem as ofensas e o que se passa na vida de quem as reproduz. Com isso, os alunos manifestaram que conseguiram compreender melhor as consequências do *bullying* e o quanto o respeito às diferenças é importante para que a relação entre eles não cause sofrimento.

Um outro tema que teve relevância dentro das oficinas foi a desigualdade social. Para iniciar o debate desse tema foi realizada a dinâmica dos “privilégios”. Essa dinâmica se realizou da seguinte forma: os alunos formaram um círculo oval, e uma caixa foi colocada em uma das extremidades. Eles receberam bolinhas de papel e a instrução para lançá-las dentro da caixa. Desse modo, aqueles que se encontravam mais perto da caixa tiveram maior facilidade em acertar o alvo, enquanto aqueles que estavam mais distantes não conseguiram lançar sua bolinha dentro da caixa.

Essa dinâmica possibilitou levantar reflexões acerca da sociedade atual - a sociedade capitalista -, marcada pela contradição e pelo antagonismo de classes, na qual a burguesia, detentora dos meios de produção, possui diversos privilégios; em contrapartida a classe trabalhadora, tem sido constantemente explorada pelo capital e tem seus direitos cada vez mais violados e retirados. Os alunos fizeram importantes falas, especialmente, após a dinâmica dos “privilégios”, identificando aqueles que ficaram perto da caixa como moradores dos bairros nobres da cidade; enquanto a realidade deles se assemelhava com aqueles que não conseguiram acertar a bolinha na caixa, uma vez que eles se deparam com muito mais dificuldades do que oportunidades no seu cotidiano.

Outro tema que provocou importantes debates e reflexões foi o racismo. Em sua maioria, os alunos participantes do projeto eram pretos ou pardos, portanto, falar sobre racismo nas oficinas, foi algo muito significativo e rendeu muitas discussões. Em uma oficina, especificamente, um aluno fez o relato de uma situação real em que sofreu racismo. O adolescente disse que foi a uma loja no shopping da cidade para olhar um modelo de celular. Mas, ao entrar na loja foi monitorado pelo segurança, que também era negro. A situação causou constrangimento ao adolescente e o mesmo preferiu se retirar da loja.

Situações como essa são, infelizmente, cotidianas em uma sociedade perpassada pelo racismo estrutural. Por isso, é importante salientar que, no nosso país, a questão racial está diretamente ligada à classe social, já que conforme Ianni (2004, p. 147) “(...) a raça e a classe são constituídas simultânea e reciprocamente na dinâmica das relações sociais, nos jogos das forças sociais”.

Sendo assim, ainda hoje, a população negra e pobre sofre os reflexos da construção dessa sociedade, pois tem seus direitos violados; ocupa os postos de trabalho mais precários; mora em locais periféricos nos quais é notória a ausência do Estado no que diz respeito à infraestrutura e prestação de serviços; é o público-alvo das políticas sociais, principalmente as que se referem à garantia dos mínimos sociais; entre outras questões.

Entretanto, devido ao fato dos alunos, participantes do projeto, estarem inseridos na dinâmica societária capitalista que é contraditória, muitas vezes expressavam um discurso pautado na meritocracia para justificar as desigualdades classistas e raciais vivenciadas em seu cotidiano. Isso demonstra o quanto somos atravessados pelos processos de alienação que nos fazem acreditar no esforço pessoal dos indivíduos, para tentar justificar condições sócio-históricas que, na realidade, são determinadas por essa sociedade burguesa.

Desse modo, a falta de oportunidades da classe trabalhadora, por vezes, também nos é apresentada como fruto das escolhas pessoais dos indivíduos. Essa percepção apareceu na fala de um aluno quando nos disse que “as pessoas entram para o tráfico de drogas porque querem”. Mas, em resposta, um outro aluno respondeu: “nem sempre é uma escolha; se seu pai precisasse traficar pra comprar comida para você, ele traficaria ou te deixaria com fome?”. Com isso, percebemos a potencialidade que o diálogo tem, especialmente quando realizado a partir da realidade concreta e das condições objetivas que estão postas no cotidiano.

Nesse momento, nos somamos ao diálogo, apontando para os adolescentes que essa realidade é produto de uma sociedade onde o Estado se ausenta; onde o Estado não cumpre o seu papel para suprir as necessidades da população com políticas sociais que possam garantir o sustento dessas famílias; visto que essas políticas estão cada vez mais sucateadas, focalizadas, fragmentadas e descentralizadas.

Outro fenômeno que leva parte da classe trabalhadora para o tráfico de drogas é o desemprego estrutural (IBGE, 2020) e, também, a retirada dos direitos trabalhistas associado ao processo de flexibilização das relações de trabalho. Somando-se a isso, deve-se levar em consideração que o Brasil possui um grande número de pessoas analfabetas (IBGE, 2019), incluindo os analfabetos funcionais, o que também dificulta a qualificação profissional para o mercado de trabalho e a inserção dessa população em postos de trabalho que exigem um maior grau de escolarização.

Um outro tema escolhido pelos alunos de todas as escolas foi “depressão, suicídio e ansiedade”. Esse fato nos revela o quanto os adolescentes estão vivenciando ou participando de processos de adoecimento mental, na atualidade. Nesse mote, muitos deles apresentam grande insegurança em relação ao futuro, no que diz respeito aos seus sonhos e aspirações, questões acadêmicas, trabalhistas, etc. Também foram mencionados conflitos pessoais que perpassam as amizades, os amores e a família. Essa última, muitas vezes apontada como o próprio *locus* do processo de adoecimento.

Nesse momento, a equipe de extensão entregou para cada aluno um caderno e um quite de canetas coloridas. A equipe solicitou aos adolescentes que eles pudessem registrar nesse caderno os seus pensamentos, ideias, reflexões, medos, angústias, ansiedades, aspirações e desejos. E que fizessem esse registro, especialmente por meio da arte: com letras de música, poesia, desenho, etc.

Uma participante em especial nos apresentou vários poemas escritos por ela. E trazemos aqui uma de suas produções, que ela denominou *Saída*:

O choro alivia a pressão; ele tira tudo de dentro; e apenas escorre por um rosto bonito; cada choro é apenas uma saída da realidade; não por tristeza; mas por necessidade (Isabelle Pires).

A manifestação artística dessa aluna nos fez perceber que a arte poderia ser um bom canal, um bom veículo para que os adolescentes pudessem expressar os seus sentimentos, uma vez que muitos encontravam dificuldades em construir uma participação mais efetiva por meio da fala.

Desse modo, na última oficina realizada nas escolas, decidimos proporcionar aos adolescentes um momento coletivo de produção e expressão artística. A tática utilizada foi a construção conjunta

de telas (quadros). Assim, disponibilizamos várias telas em branco para os alunos - cada uma com o título de uma oficina que havia sido realizada ao longo do projeto de extensão - e, também, tintas, pincéis, canetas, material para colagem, etc. Eles foram organizados em trios e se revezaram diante das telas para poderem expressar ali os seus pensamentos.

Os alunos tiveram total autonomia para escrever, pintar ou desenhar o que quisessem nas telas, pois essa atividade prezava pela liberdade dos adolescentes, para que pudessem nos revelar, através da arte, a sua realidade.

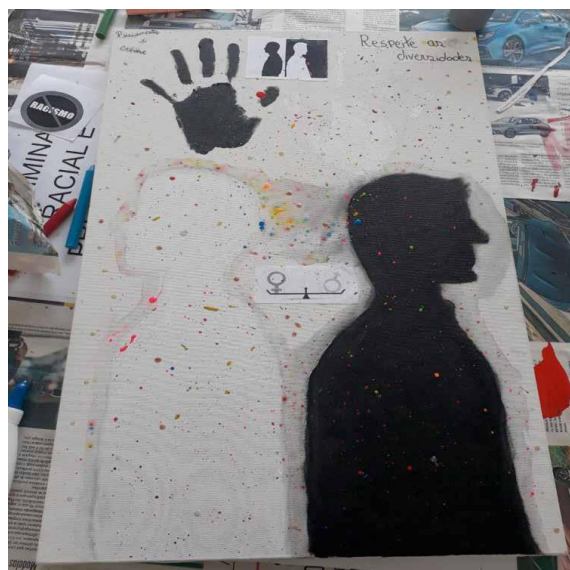
Desse modo, além dos alunos utilizarem a arte para retratar questões do cotidiano, os mesmos puderam refletir sobre o significado de suas expressões artísticas, tendo em vista que,

[...] a arte como mediação no Serviço Social é maneira eficaz de apreensão da realidade, pois possibilita o indivíduo entender-se como um ser social capaz de transformar a sua história e de se integrar ao compromisso social de levar os demais sujeitos a compreender o contexto no qual estão inseridos (SANTOS; MENDONÇA, 2019, p. 06).

No momento da construção das telas, nós percebemos o entusiasmo dos alunos, pois alguns adolescentes que haviam mantido uma postura muito resistente durante a realização das oficinas, se recusando a participar de algumas dinâmicas, nos pediram para contribuir mais e apresentaram ótimas ideias para serem incorporadas aos quadros.

As telas produzidas pelos adolescentes demonstraram uma percepção crítica da realidade e aspirações quanto a um futuro melhor para todos. Apareceram, explicitamente, em suas telas: posicionamentos contra o racismo, contra a homofobia, contra as desigualdades entre ricos e pobres; mas também expressões de afeto, de liberdade sexual, de amizade e de tolerância. Como nota-se nas fotos abaixo:

Figura 1 - Tela sobre racismo, preconceito e diversidade



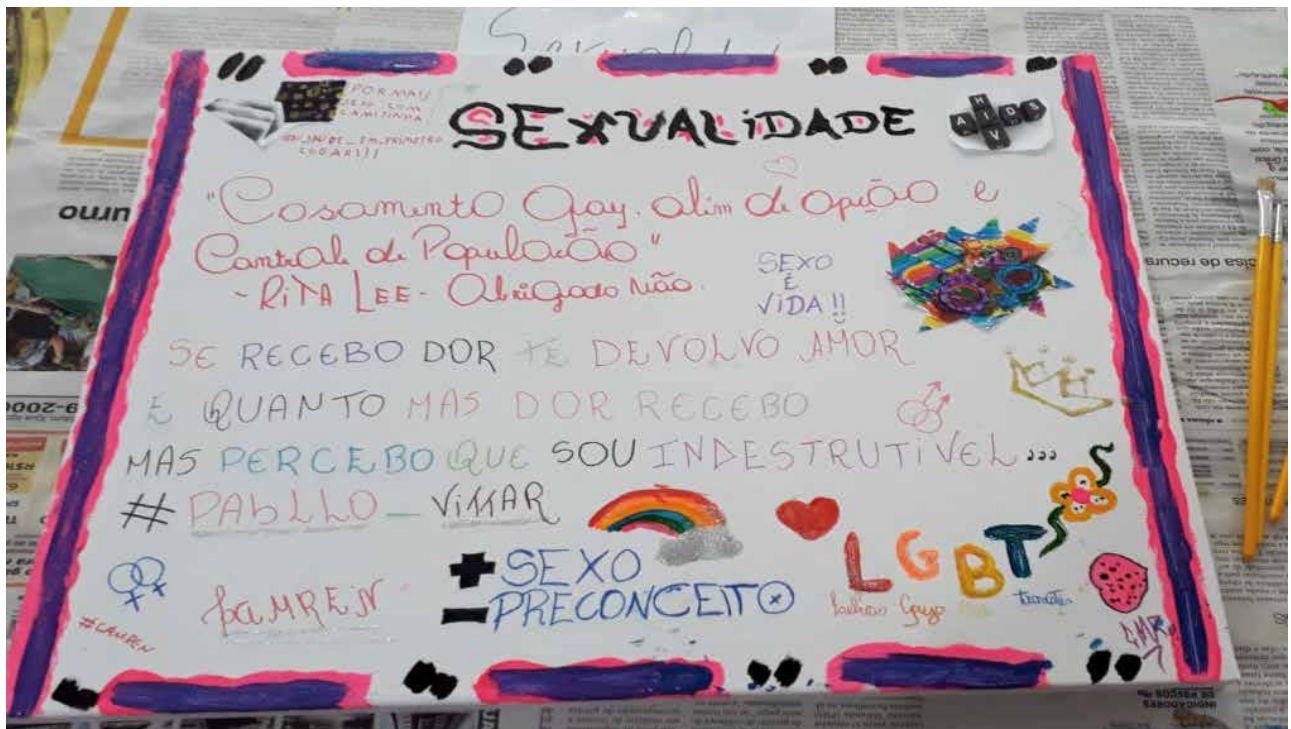
Fonte: Souza; Freitas; Paula, 2020

Figura 2 - Tela sobre bullying, depressão e suicídio



Fonte: Souza; Freitas; Paula, 2020

Figura 3 - Tela sobre sexualidade, liberdade sexual e diversidade



Fonte: Souza; Freitas; Paula, 2020

Figura 4 - Tela sobre respeito, diferenças e afetos



Fonte: Souza; Freitas; Paula, 2020

Com isso, percebemos o potencial da arte no processo de desenvolvimento de atividades socioeducativas no âmbito do Serviço Social. Afinal, as telas produzidas pelos próprios adolescentes, participantes desse projeto de extensão, fizeram a defesa de pautas que são históricas nas lutas travadas pela classe trabalhadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegando ao final desse artigo, gostaríamos de destacar que a elaboração das estratégias e táticas profissionais, no processo de realização do trabalho desenvolvido por assistentes sociais, é um momento de suma importância. Ele possui o potencial de qualificar, de modo diferenciado, as ações profissionais, pois se constrói por meio do planejamento.

Na experiência do projeto de extensão aqui relatado, as estratégias escolhidas foram, especialmente, o trabalho com grupos e o uso da arte. Essa escolha impôs para a equipe do projeto de extensão a necessidade do estudo dessas temáticas para o adensamento do seu conhecimento.

No entanto, cabe ressaltar que no momento de execução do projeto nem tudo transcorreu exatamente como planejado. Isso nos mostra que o planejamento é importante, mas ele não tem o poder de determinar a realidade, porque ela é dinâmica e não pode ser controlada.

Nas atividades grupais realizadas nas oficinas do projeto de extensão, quando o grupo realmente ganhou vida, ele foi além do que havia sido planejado. O que nos revelou a importância do assistente social se colocar como o facilitador do grupo, aquele que permite que o grupo aconteça e não como o detentor do saber que será disseminado ao grupo.

No que se refere às táticas, considerando-as enquanto “(...) intervenções profissionais construídas em articulação com as estratégias político-interventivas, tendo em vista o alcance de determinado objetivo profissional” (PAULA, 2016, p. 194), pode-se dizer que a utilização de dinâmicas, músicas, vídeos, cartazes informativos, desenhos, foram as principais utilizadas no projeto de extensão.

Destacamos também o caderno oferecidos aos alunos, para que pudessem se comunicar conosco de uma maneira não verbal e, ainda, a construção das telas no encerramento do projeto como táticas que nos permitiram alcançar os objetivos principais do projeto de extensão.

Em face do exposto, pode-se afirmar que o projeto de extensão oportunizou para toda a equipe um efetivo processo de construção de estratégias e táticas profissionais, vinculadas, aos princípios do Código de Ética da profissão, prezando pela liberdade, pela autonomia, emancipação e expansão dos indivíduos sociais; pela defesa intransigente dos direitos humanos; pela ampliação e consolidação da cidadania; pelo posicionamento em favor da justiça e equidade social; pelo empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças (CFESS, 2012).

REFERÊNCIAS

CFESS. *Código de ética do/a assistente social*. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10ª. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

CONCEIÇÃO, D. G. da. *O Serviço Social e a prática pedagógica: a arte como instrumento de intervenção social*. In: *Serviço Social em Revista*. Londrina, v.12, n.2, p.51-67, jan./jun.2010.

EIRAS, A. A. L. T. S.; PAULA, L. G. P. de. *Trabalho com grupos da saúde – contribuições do Serviço Social*. In: RAMOS, A.; SILVA, L. B. da; PAULA, L. G. P. de. *Serviço Social e Política de Saúde – ensaios sobre trabalho e formação profissionais*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 15ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

IAMAMOTO, M. V. *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos*. São Paulo: Cortez, 1992.

IANNI, O. *Pensamento social no Brasil*. São Paulo: EDUSC, 2004.

MATTOS, B. N.; CARMO, O. A. do. *A arte como instrumento da prática profissional do Serviço Social na perspectiva da educação popular*. In: Boletim GEPEP – v.02, n. 02, p. 27-39, jul. 2013.

NETTO, J. P. *A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea*. Capacitação em Serviço Social e Política Social – Módulo I: *Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social*. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/ UNB, 1999.

NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

PAULA, L. G. P. de. *Estratégias e táticas – reflexões no campo do Serviço Social*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2016.

PAULA, L. G. P. de. *Um debate sobre estratégias e táticas: problematizações no campo do Serviço Social*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

PAULA, L. G. P. de P.; SILVA, N. C. O. Estratégias e táticas na formação profissional do assistente social: subsídios para reflexão. *Revista Temporalis*, Brasília (DF), ano 19, n. 37, p. 188-204, jan.- jun. 2019.

PRATES, J. C. A arte como matéria-prima e instrumento de trabalho para o assistente social. In: *Revista Textos & Contextos*. Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 221-232, jul.- dez. 2007.

SANTOS, V. N.; MENDONÇA, I. P. *Arte e Serviço Social no Brasil: levantamento de dados em periódicos da área*. Disponível em: <https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/verProducao?idProducao=577420>. Acesso em: 04 jun. 2019.

SOBRE OS (AS) AUTORES (AS)

ALEXANDRA A. LEITE T. SEABRA EIRAS

Assistente Social, Mestrado em Ciência da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora e Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Professora da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Membro do Grupo de Pesquisa “Serviço Social, Movimentos Sociais e Políticas Públicas” (FSS/PPGSS-UFJF).

ALEXANDRE ARANHA ARBIA

Assistente Social, Professor da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Mestre em Serviço Social pela UFJF e Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Membro do *dýnamis* – Grupo de Pesquisa em Teoria Social e Crítica da Economia Política (FSS/PPGSS-UFJF).

ANA CLAUDIA DE JESUS BARRETO

Assistente Social, Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (Campos-RJ). Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ANA LÍVIA DE SOUZA COIMBRA

Assistente Social, Mestrado e Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Professora da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Membro do Grupo de Pesquisa “Trabalho, mercado de trabalho e Serviço Social” (FSS/PPGSS-UFJF).

BÁRBARA NÓBREGA SIMÃO

Assistente Social da Equipe Técnica Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Mestre em Serviço Social pela UFJF. Membro do Grupo de Pesquisa “Serviço Social, Movimentos Sociais e Políticas Públicas” (FSS/PPGSS-UFJF).

CAMILA REIS PEDRO DE SOUZA

Graduanda no Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, membro do Grupo de Estudos e Pesquisas dos Fundamentos do Serviço Social (GEPEFSS, FSS/PPGSS-UFJF).

CARINA BERTA MOLJO

Assistente Social formada pela Universidad Nacional de Rosario, Argentina, Mestrado, Doutorado e Pós-doutorado em Serviço Social pela PUC- SP (2005), e em Serviço Social pela UFRJ (2018). Professora da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora; Membro do Grupo de Pesquisa “Serviço Social, Movimentos Sociais e Políticas Públicas” (FSS/PPGSS-UFJF); Bolsista CNPQ.

CRISTINA SIMÕES BEZERRA

Assistente Social, Mestrado e Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Professora da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Membro do Grupo de pesquisa “Questão social, Território e Serviço Social” (FSS/PPGSS-UFJF).

DANDARA FELÍCIA SILVA OLIVEIRA

Bacharel em Gastronomia, bacharelanda em Ciências Sociais e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Pesquisadora do GEDIS/CNPQ da UFJF.

DANIELA LEONEL DE PAULA MENDES

Assistente Social; Mestre e Doutoranda em Serviço pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social (UFJF), Assistente Social da Universidade Federal de Minas Gerais. Membro do Grupo de Pesquisa “Serviço Social, Movimentos Sociais e Políticas Públicas” (FSS/PPGSS-UFJF); Bolsista CNPQ.

DÉBORA CRISTINA LOPES SANTOS

Assistente social. Mestranda em Serviço Social, pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social (UFJF), Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas dos Fundamentos do Serviço Social (GEPEFSS/ FSS/PPGSS-UFJF).

EDNÉIA ALVES DE OLIVEIRA

Assistente Social. Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professora da Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora (UFJF). Pós-Doutora em Economia Internacional e Desenvolvimento pela Universidad Complutense de Madrid. Pesquisadora do grupo de pesquisa “Trabalho, Mercado de Trabalho e Serviço Social”. Membro *dodýnamis* – Grupo de Pesquisa em Teoria Social e Crítica da Economia Política (FSS/PPGSS-UFJF).

ELIZETE MENEGAT

Arquiteta, Professora da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Doutora em Planejamento Urbano e Regional, IPPUR/UFJF. Membro do Grupo de pesquisa “Questão social, Território e Serviço Social” (FSS/PPGSS-UFJF).

FRANCIELE GONÇALVES MOREIRA

Assistente Social, Especialista pelo Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da UFJF; Assistente Social na política de Assistência Social no município de Conselheiro Lafaiete-MG. Membro do Grupo de Pesquisa “Serviço Social, Movimentos Sociais e Políticas Públicas” (FSS/PPGSS-UFJF); Bolsista CNPQ.

GUSTAVO G. DOS REIS APÓSTOLOS

Assistente Social. Mestre e Doutorando em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Membro do *dýnamis* – Grupo de Pesquisa em Teoria Social e Crítica da Economia Política (FSS/PPGSS-UFJF).

ISA DE MIRANDA RIBEIRO MAIA

Assistente social. Mestranda em Serviço Social, pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social (UFJF), Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas dos Fundamentos do Serviço Social (GEPEFSS/ FSS/PPGSS-UFJF).

ISADORA DAS GRAÇAS FREITAS

Graduanda no Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, membro do Grupo de Estudos e Pesquisas dos Fundamentos do Serviço Social (GEPEFSS, FSS/PPGSS-UFJF).

JOSÉ PAULO NETTO

Graduação em Serviço Social (1969) pela UFJF ademais de haver cursado regularmente disciplinas na graduação em Letras Neolatinas na Universidade Federal de Juiz de Fora (1970-1973) e na pós-graduação (1980, Literatura) da Universidade de São Paulo. Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1990), Professor Titular da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Professor Emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutor *honoris causa* pela Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires (UNICEN). Doutor *honoris causa* pela Universidade Lusíada, de Lisboa, Portugal.

JÚLIA APARECIDA DO NASCIMENTO

Assistente Social, Especialista em Política e Pesquisa em Saúde Coletiva pelo Núcleo de Assessoria, Treinamento e Estudos em Saúde (NATES/UFJF) e Especialista em Modalidade de Residência em Serviço Social no Hospital Universitário da UFJF. Assistente Social da UFJF e mestranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da UFJF.

KÉSIA MAYRA RODRIGUES IGNÁCIO

Psicóloga e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Pesquisadora do GEDIS/CNPq da UFJF.

LAURA MARCELINO LEAL

Assistente social. Mestranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social (UFJF), Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas dos Fundamentos do Serviço Social (GEPEFSS/ FSS/PPGSS-UFJF).

LUCIANA GONÇALVES PEREIRA DE PAULA

Assistente Social; Professora da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); Mestre em Serviço pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da UFJF e Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; membro do Grupo de Estudos e Pesquisas dos Fundamentos do Serviço Social (GEPEFSS, FSS/PPGSS-UFJF).

MARCO JOSÉ DE OLIVEIRA DUARTE

Assistente Social, Mestre e Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pós-doutor em Políticas Sociais. Professor Adjunto da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado Rio de Janeiro (UERJ). Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPq). Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidade, Gênero, Diversidade e Saúde: Políticas e Direitos (GEDIS/CNPq) da FSS/PPGSS-UFJF.

MARIA LÚCIA DURIGUETTO

Assistente Social, Mestrado e Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Professora da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Pós-doutorado pela Universidade da Calábria - Itália. Membro do Grupo de Pesquisa “Serviço Social, Movimentos Sociais e Políticas Públicas” (FSS/PPGSS-UFJF); Bolsista CNPQ.

MARIANA DEISTER DIAS BARBOSA

Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora – (UFJF); Residente do Programa Multidisciplinar em Saúde UFJF da UFJF. Membro do Grupo de Pesquisa “Trabalho, mercado de trabalho e Serviço Social” (FSS/PPGSS-UFJF).

MARINA MONTEIRO DE CASTRO E CASTRO

Assistente Social; Professora da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); Mestre em Serviço pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da UFJF e Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas dos Fundamentos do Serviço Social (GEPEFSS/FSS/PPGSS-UFJF).

MARILDA VILLELA IAMAMOTO

Assistente social. Mestrado em Sociologia Rural pela Escola Superior de Agricultura Luís de Queiróz- (ESALQ) USP. Doutorado em Ciências Sociais a PUC-SP. Pós-doutorado em Serviço Social da PUC-SP. Professora Titular aposentada da UFRJ e da UERJ e membro do Centro de Estudos Octavio Ianni (CEOI). Pesquisadora do CNPq. Professora Visitante da UFJF.

NELSON MACHADO PINHO JUNIOR

Assistente Social. Mestre em Serviço Social pela UFJF. Graduando em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Facilitador pela Faleck & Associados no Programa de Compensação Financeira em Maceió-AL. Membro do Grupo de Pesquisa “Serviço Social, Movimentos Sociais e Políticas Públicas” (FSS/PPGSS-UFJF).

RODRIGO DE SOUZA FILHO

Assistente social, Professor da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Mestre e Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pós-doutorado realizado na Universidad Autónoma Metropolitana – Unidad Xochimilco/México e no Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGAd) da Universidade Federal Fluminense. Membro do Grupo de Pesquisa “Serviço Social, Movimentos Sociais e Políticas Públicas” (FSS/PPGSS-UFJF).

RONALDO VIELMI FORTES

Graduação em Psicologia, mestrado e doutorado em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)-FAFICH; Professor da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Pós-doutorado pela Universidad de Buenos Aires/Facultad de Filosofía y Letras, UBA/FFL, Argentina (2012-2013); UFJF/Faculdade de Serviço Social (2014-2015); UFMG/

FAFICH (2018-2019). Co-coordenador da 'Biblioteca Lukács' coleção editada pela Boitempo Editorial. Membro do Grupo de Pesquisa "Trabalho, mercado de trabalho e Serviço Social" (FSS/PPGSS-UFJF).

SUSANA MARIA MAIA

Mestre em Serviço pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; Professora da Universidade Federal Fluminense/Campus de Rio das Ostras.

THAÍSE SEIXAS PEIXOTO DE CARVALHO

Assistente Social; Mestre e Doutoranda em Serviço pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social (UFJF), Assistente Social da Prefeitura Municipal de Ouro Branco-MG. Membro do Grupo de Pesquisa "Serviço Social, Movimentos Sociais e Políticas Públicas" (FSS/PPGSS-UFJF); Bolsista CNPQ.